

CARLOS A. C. LEMOS



VIAGEM
PELA
CARNE





VIAGEM
PELA
CARNE



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor Adolpho José Melfi
Vice-reitor Hélio Nogueira da Cruz



EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Diretor-presidente Plínio Martins Filho

COMISSÃO EDITORIAL

Presidente José Mindlin

Vice-presidente Laura de Mello e Souza

Brasílio João Sallum Júnior

Carlos Alberto Barbosa Dantas

Carlos Augusto Monteiro

Franco Maria Lajolo

Guilherme Leite da Silva Dias

Plínio Martins Filho

Diretora Editorial Silvana Biral

Diretora Comercial Ivete Silva

Diretor Administrativo Sílvio Porfírio Corado

Editores-assistentes Marilena Vizentin

Carla Fernanda Fontana

Marcos Bernardini

CARLOS A. C. LEMOS



VIAGEM
PELA
CARNE

Copyright © 2004 by Carlos Lemos

Esta edição está disponível no portal de livros abertos da Edusp (www.livrosabertos.edusp.usp.br). É uma versão eletrônica da obra impressa. É permitida sua reprodução parcial ou total, desde que citadas a fonte e a autoria. É proibido qualquer uso para fins comerciais.

Visite também www.edusp.com.br.

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Departamento Técnico do Sistema
Integrado de Bibliotecas da USP

Lemos, Carlos Alberto Cerqueira, 1925 -
Viagem pela Carne / Carlos A. C. Lemos. – São Paulo: Editora da
Universidade de São Paulo, 2005.

256 p.; 18 x 25,5 cm.

Inclui índice onomástico.

ISBN 85-314-0872-5

1. História da arquitetura. 2. Memorialística. 3. Artes plásticas (São Paulo). I. Título.

CDD 720

Direitos reservados à

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo
Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374
6º andar – Ed. da Antiga Reitoria – Cidade Universitária
05508-900 – São Paulo – SP – Brasil
Divisão Comercial: tel. (0xx11) 3091-4008 / 3091-4150
SAC (0xx11) 3091-2911 – Fax (0xx11) 3091-4151

Printed in Brazil 2005

Foi feito o depósito legal

*O retrato não me responde
ele me fita e se contempla
nos meus olhos empoeirados.
E no cristal se multiplicam
os parentes mortos e vivos.
Já não distingo os que foram
dos que restaram. Percebo apenas
a estranha idéia de família
viajando através da carne.*

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

*À Bel, com o amor de sempre,
e, também,
à Alicinha linda e ao João risonho.*

Sumário

13	AGRADECIMENTOS	
15	1. A GRANDE VIAGEM	
27	... 2. O LADO PATERNO E SEU SANGUE MUITO MISTURADO	
29 <i>A história de João</i>	
37 <i>A história de Joaquim</i>	
50 <i>Do casamento de Avelino com Isabel</i>	
61 3. O LADO MATERNO, GENTE DO VASTO MUNDO MINEIRO	
63 <i>A família Luz</i>	
68 <i>A família Cerqueira Leite e a história de Antônio Pedro</i>	
87 <i>Do casamento de Félix com Algina</i>	
93 4. DO CASAMENTO DOS MEUS PAIS E DA MINHA FORMAÇÃO	
95 <i>Velico e Júnia</i>	
107 <i>Da minha educação em casa</i>	
	5. DO MEU APRENDIZADO FORA DE CASA	119
	<i>Os primeiros estudos</i>	121
	<i>O Ginásio do Estado</i>	126
	<i>Tempos do colégio da rua São Joaquim</i>	132
	<i>Tempos da faculdade</i>	137
	<i>Minha vida de arquiteto</i>	144
	<i>Tempos da FAU-USP</i>	166
	<i>A arquitetura ibiunense</i>	169
	<i>A pintura ibiunense</i>	186
	<i>Tempos do Condephaat</i>	228
	CAPÍTULO FINAL	235

Agradecimentos

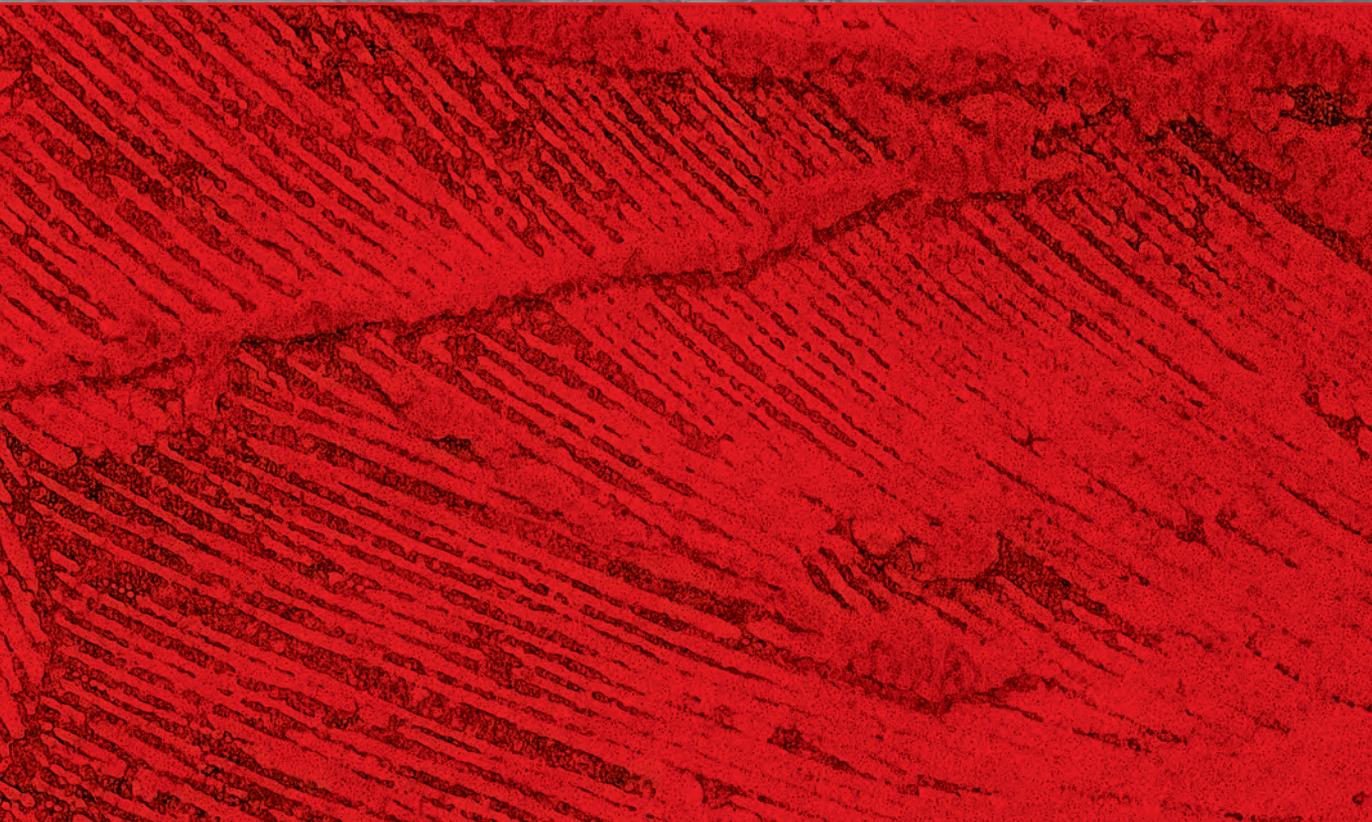
Expresso aqui o meu profundo agradecimento àqueles que me auxiliaram durante a escrita deste livro, tanto me fornecendo fotografias como emprestando documentos ou dando informações preciosas.

Minha gratidão a:

Andréa F. Considera C. Rabello
Carlos Eugênio Marcondes de Moura
Fernando Cerqueira Lemos
Frank Kenworthy Guedes da Silva
Heloísa Archero Araújo
José Olinto Luz
José Pedro de Oliveira Costa
José Raul Braziliense Carneiro
Júnia da Costa Maciel
Maria Tereza Lemos de Arruda Camargo
Priscila Martins Ribeiro
Roberto Maciel Fortes
Regina Célia Cerqueira Leite Costa Lazzati
Zulma Cerqueira Santos Stroeter



A Grande Viagem



Essa preocupação com o futuro das almas depois da morte, própria das religiões em geral, comecei a perdê-la a partir do dia em que o padre Chiquinho me expulsou da Congregação Mariana, em Sorocaba, quando tinha cerca de dez anos, em 1935. Aos poucos, essa inquietação funérea foi se esvaecendo e, estranhamente ou talvez por isso mesmo, passei a me excitar foi com o meu passado, não com o passado pessoal recente ou dos dias de menino, mas com o tempo sucedido anteriormente ao meu nascimento, com minha origem familiar. Comecei a não levar a sério a ameaça de nunca mais chegar ao Céu devido ao cometimento do gravíssimo pecado de ter participado de um cordão carnavalesco fantasiado de tirolês, em vez de ter tomado parte de retiro espiritual ocorrido no seminário, onde meus colegas haviam recebido as diretrizes para o rumo certo ao Paraíso através de piedosos sermões. Minha procedência é que passou a me perturbar. O que começou a me interessar foram as almas que me formaram e me achava depositário de espectros falando, rindo e chorando através de mim. Mil, milhões, trilhões de partículas ancestrais pulsando no meu sangue, fluido herdado de meus pais, que por sua vez o receberam dos quatro costados dos avós, dos oitavos dos bisavós, dos dezesseis avós dos trisavós e assim por diante até chegar a vez de Adão e Eva. Era uma curiosidade infinita e algo incompreensível à medida que as gerações se afastavam no tempo, o número de antecessores tendia ao infinito; e como, de repente, tudo iria acabar no casal bíblico? Alguém me explicou que, se Adão de fato existiu, fatalmente os nomes avoengos passariam a se repetir à exaustão até se afunilarem na dupla inicial comedora da maçã proibida. É claro que, a quem o Céu já era uma dúvida, Adão e Eva participariam da igual incerteza. Eu queria apenas, ingenuamente, subir na minha ascendência, quanto fosse possível, para desvendar e conhecer a natureza do barro com que era feito. Inquirido, meu pai me ajudou na feitura de nossa árvore genealógica até onde

sua memória podia alcançar. Ele passou também a ter a curiosidade despertada sobre o assunto e recorreu a Antônio Paulino de Almeida, pai de um seu colega no Departamento de Saúde, que era chefe da seção de documentos coloniais do Arquivo do Estado, desejando saber dados de seus ascendentes iguapenses, já que aquele historiador, natural de Cananéia, era profundo conhecedor do litoral sul do Estado. Logo vieram alguns dados colhidos nos maços de população daquela cidade, documentos que imediatamente passei a consultar e assim tornei-me um assíduo freqüentador do Arquivo, instalado em velho casarão construído por Ramos de Azevedo na rua Rio Branco, nos Campos Elísios, proximidades da zona de meretrício da rua Ipiranga. Naquele momento, já tinha meus dezoito ou dezenove anos, quando passei também a entrevistar velhos parentes, desejoso de conhecer as peculiaridades dos vultos antigos e desaparecidos da família. Fui um chato que tudo perguntava e ainda acabava pedindo amareladas fotografias para confrontar aspectos fisionômicos. Nesse tempo, em que ainda não havia sido inventado o hoje vulgar gravador de bolso, registrava tudo a lápis, em folhas de papel almaço. Tia C6 fez longos relatos sobre a vida iguapense dos Carneiro Braga. Contou intimidades de muito antigamente guardadas em sua fabulosa memória que seus noventa anos conservavam. Falei com a tia Adinha, também idosa irmã de minha avó. Perturbei muito a tia-avó Zizica, do ramo Cerqueira Leite, que acabou me dando um pacote de preciosas cartas que me possibilitaram conhecer melhor o meu bisavô Antônio Pedro. Fui procurar nos confins de Vila Mariana, numa arrastada viagem de bonde, o velhíssimo Mário Cerqueira Leite, chamado por todos de “Mário Velho”, que me contou coisas incríveis dos ancestrais do Vale do Sapucaí, em Minas, e que me ofertou uma esmaecida fotografia da minha trisavó Cândida Pereira Lima. Viajei muito, visitei cartórios do interior e copiei vários testamentos que não só legavam bens, mas que também faziam cobranças.

Consultei no arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo processos de habilitação de *genere et moribus* de alguns padres da família, papéis da maior importância para genealogistas. Troquei correspondência com dois solícitos pesquisadores mineiros, Ari Florenzano, de Lavras, e o advogado José Guimarães, de Ouro Fino, que me auxiliaram bastante. E, sobretudo, convivi com o circunspecto professor e emérito genealogista Carlos da Silveira, o rei da paciência, que muito me aturou e ajudou. Depois de certo tempo, essa febre cessou e fui cuidar da vida. Toda aquela papelada e fotografias dos antigos ficaram mais de cinqüenta anos guardadas e olvidadas dentro de pastas acondicionadas em pacotes que várias vezes mudaram de endereço. A luta cotidiana pela sobrevivência fez com que isso

acontecesse; cheguei mesmo ao esquecimento da trabalhadeira inquisitória da juventude.

Agora, já ultrapassados os meus setenta anos, lendo os versos drummondianos da epígrafe, fiquei a pensar novamente nessa viagem pela carne que tanto me havia incomodado em tempos passados. Logo veio a indagação ampla: a herança genética é mesmo importante na definição de nossa personalidade, de nossa capacidade para assimilar toda a carga cultural de nosso meio social, de nossas habilidades e potencialidades? Não haveria também, em contrapartida, outra “viagem” ligada ao aprendizado decorrente do encontro entre pessoas trocando informações? Seria uma viagem ligada à transmissão do conhecimento entre as sucessivas gerações, uma “viagem pelo espírito”, totalmente alheia a questões genéticas. As duas sendo concomitantes, qual delas é prevalente em nossa vida? Afinal, existem ou não limitações nos caracteres hereditários dos indivíduos em geral? Qualquer um pode aprender qualquer coisa? Das células iniciais de nossa formação, da junção do espermatozóide mais esperto com o óvulo materno resultará mesmo o traçado de nossa vida? Umberto Eco responde, perguntando: “E se fosse verdade que numa célula já está contido todo o nosso destino, por que valeria a pena viver?” O escritor critica a “forma de um determinismo materialista ingênua, segundo a qual o destino de uma pessoa é definido unicamente pelo seu patrimônio genético”. E indaga do leitor: “Se Hitler, com um ano de idade, tivesse sido identificado por monges tibetanos como a reencarnação de Buda e tivesse sido educado em Lhassa, teria se tornado Hitler?”¹ À primeira vista, respondida com um sonoro não, a questão lançada por Eco estaria encerrada. Hitler teria sido inexoravelmente Buda reencarnado, mas perguntamos: não estaria fadado a demonstrar em público seu temperamento agastado? Nas horas vagas, não seria um aquarelista perpetrando paisagens? Enfim, sabemos de inúmeras histórias de indivíduos surgidos de repente e inteiramente incultos que, instruídos por pessoas comovidas, acabam plasmando, conforme suas potencialidades congênitas, suas personalidades e seu destino. Lembremo-nos de Kaspar Hauser ou de Helen Keller, por exemplo. Esta última, nascida cega, muda e surda, tornou-se uma intelectual de prestígio unicamente colhendo informações através de seus sentidos íntegros, o tato e o olfato. A professora e preceptora Anne Sullivan operou milagres fazendo a menina compreender o mundo através de toques nos seus

1. Umberto Eco, “Um Cientista Louco Quer me Clonar”, *VIP-Exame*, São Paulo, abr. 1997, p. 125.

dedos e na palma das suas mãos. Aquele cérebro absolutamente virgem de sensações ligadas à vida fora do seu corpo passou a ter reações e manifestações próprias absolutamente comoventes². Agora, perguntamos nós: se duas meninas cegas, surdas e mudas de igual idade tivessem sido instruídas com a paciência e o amor de uma mesma professora, como Anne Sullivan, teriam escrito livros idênticos? Teriam tido percepção similar de seu meio e se expressado da mesma forma? Acreditamos que não. Talvez, se fossem gêmeas univitelinas. Não sei responder, até porque estou invadindo território alheio, mas tenho a convicção de que é realmente certa a expressão “cada cabeça, uma sentença”. Sempre a carne está presente, penso eu. Acho que a herança genética e a assunção de conhecimentos se relacionam em cada pessoa de um modo. Maria Beatriz Nizza da Silva, neste momento, vem nos ajudar citando Edgard Morin, que diz: “Desde o nascimento, todo indivíduo começa a receber a ‘herança cultural’, que assegura a sua formação, a sua orientação, o seu desenvolvimento de ser social. A herança cultural não vem apenas sobrepor-se à hereditariedade genética. Combina-se com esta”³. A mesma autora (em página anterior) nos alerta de que Lévi-Strauss opõe “natureza e cultura” em vários de seus textos.

E completa:

A natureza é tudo o que está em nós por hereditariedade biológica; a cultura é pelo contrário tudo o que recebemos da tradição externa. [...] há portanto duas grandes ordens de fatos, uma graças à qual nos ligamos à animalidade por tudo o que somos, pelo próprio fato do nosso nascimento e das características que nos foram legadas pelos nossos pais e antepassados, as quais dizem respeito à biologia, por vezes à psicologia; e por outro lado todo esse universo artificial que é aquele em que vivemos enquanto membros de uma sociedade.

Finalizando, acho que nossa capacidade genética de cognição é a responsável pela formação de cada pessoa em face das variadas oportunidades de aprendizado. Quando as chances de assimilação ou de instrução são exatamente as mesmas a um mesmo grupo de pessoas, acredito que os desempenhos serão diferentes, conforme o pendor de cada um. Ainda mais, a aptidão cognitiva é permanente e imu-

2. Luciano Mecacci, *Conhecendo o Cérebro*, São Paulo, Nobel, 1987, pp. 110 e ss.

3. Maria Beatriz Nizza da Silva, *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978, p. XXIV.

tável em qualquer adulto e é devido a isso que, até na velhice, estamos sempre aprendendo e mudando o modo de pensar ou de atuar.

Linhas atrás, falei da presença dos meus ancestrais latejando nas artérias, mas acho mesmo que todos estão é envolvidos e escondidos no complexo inextricável do emaranhado de neurônios, fibras nervosas e circunvoluções do cérebro. Por que meu tio, arquiteto Jasiel Luz, meu irmão e eu nascemos canhotos e somos três desenhistas desenvoltos? Tudo por uma questão de “organização cerebral”, como nos diz o dr. Luciano Mecacci, ilustre professor e psicólogo italiano: “Essa organização, com a especialização funcional dos hemisférios, pode ser definida antes do nascimento por uma série de mecanismos genéticos, mas deve entrar em relação com os estímulos efetivos do ambiente para poder desenvolver-se”⁴.

E o canhotismo, ou mancinismo, é muito freqüente entre arquitetos. Informa aquele escritor que, na Itália, os canhotos chegam a 6% da população adulta, mas que entre estudantes de arquitetura essa porcentagem pode subir a mais de 16%, segundo pesquisas de J. M. Peterson e L. M. Lansky⁵. Meu tio saiu do Sul de Minas para estudar arquitetura no Rio de Janeiro na década de 20 porque havia uma predisposição totalmente alheia ao elenco das boas profissões imaginadas pelos critérios de vovô Felinho, que só pensava em negócios de café. Alguma coisa dentro dele levou-o às artes. Dizia-se que “aquilo estava no sangue”, e ninguém con-

4. Luciano Mecacci, *op. cit.*, p. 13. A título de curiosidade, transcrevemos a seguir um trecho da crônica do padre Lopes Gama, o padre Carapuceiro, publicada no Recife em janeiro de 1838, na qual já se vê que “as faculdades do espírito dependem grandemente da disposição orgânica do cérebro”. Ver *Carapuceiro*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 257:

“Começamos pela profissão das letras. É inegável que nem todos nasceram para elas; é inegável que há entendimentos tão curtos, que apenas compreendem as coisas mais ordinárias e comezinhas da vida, porque, conquanto sejamos todos dotados das mesmas faculdades, nem todos as têm no mesmo grau, pois que a organização diversifica prodigiosamente na espécie humana. Bem longe estou de abraçar o sistema dos materialistas. Mas, apesar de não poder explicar a misteriosa união da alma e corpo, todavia a experiência de acordo com a anatomia e fisiologia me ensina que as faculdades do espírito dependem grandemente da disposição orgânica do cérebro. Não olham os pais, nem entendem para estas circunstâncias, quando dedicam seus filhos à cultura das letras. Muitas vezes o rapaz dá provas sobejas da sua inaptidão para elas, e isso desde as primeiras letras; e se há de contentar com esta quase indispensável instrução primária, o pascácio do pai teima, e quer, que o seu jumentinho passe ao estudo das línguas e das ciências.”

5. Luciano Mecacci, *op. cit.* p. 10.

jeturava a respeito de inversões de comandos nos hemisférios do cérebro. De quem teríamos herdado esse gosto pelo desenho, pela arquitetura, pela organização do espaço, ainda mais nessas condições do mancinismo?

As dúvidas não acabam nunca. Nossas peculiaridades genéticas são herdadas meio a meio, metade da mãe, metade do pai? Em nosso cérebro e em nossa carne, nas cartilagens e ossos, como se superpõe a colaboração de cada um deles? Seria possível, em qualquer um de nós, ocorrer a ausência de alguma contribuição materna, paterna ou avoenga? Como conhecer e mensurar essa participação? E por isso cheguei mesmo a pensar na inutilidade do recolhimento de informações acerca de ancestrais. Os vagos dados biográficos e as menções aos seus múltiplos temperamentos jamais poderiam elucidar a qualidade de suas respectivas quotas no complexo genético que carrego nas costas.

Pensando melhor, porém, cheguei à conclusão de que, se os seus procedimentos e comportamentos decorreram das suas particularidades genéticas, seria de maior interesse conhecer suas reações ou opções ao longo de sua existência por justamente refletirem a natureza peculiar de cada um. Uma providência impensada ou muito ponderada ou ainda intempestiva de alguém, advinda de sua individualidade, por exemplo, pode simplesmente mudar o rumo de uma história de vida. Ou melhor, também de outras vidas futuras, de filhos ou netos.

Ocorre lembrar, para exemplificar a dúvida que se abateu sobre meu bisavô Antônio Pedro: deveria ele continuar se envolvendo com a banda de música que organizara, indo para a Guerra do Paraguai como maestro, sob a inspiração e amparo definitivo do conde do Pinhal, ou abandonar os sentimentos, os esforços e as idéias do passado para seguir o novo caminho mostrado pelos missionários americanos protestantes que partiam para fazer proselitismo no Sul de Minas? Opções excludentes naquele meio preconceituoso do catolicismo dominante. Foi uma decisão essencial a adoção da igreja de Lutero e dela decorreu eu ter feito arquitetura no Mackenzie em condições excepcionais quase cem anos depois, como veremos. E assim por diante. Tenho convicção de que, ao longo dessa interminável viagem pela carne, nossas resoluções, de alguma forma, são conseqüências de outras alheias, bem anteriores, algumas muito antigas.

Ao desembulhar aqueles pacotes de velhos papéis, me ocorreu outra desconfiança: até onde seriam críveis as histórias por mim recolhidas? Como interpretá-las? De início, já aceitamos o fato das narrativas assim calcadas na memória serem sempre condicionadas às conveniências, digamos, éticas ou morais do expositor; não raro se percebe nele uma autocensura ou, então, um inconsciente impulso

em edulcorar a crônica familiar, sobretudo fazendo a apologia dos parentes já falecidos. Os mortos sempre foram muito bons. Mesmo os sabidamente execráveis conseguem *post-mortem* um perfil amenizado nas evocações costumeiramente tolerantes. Ecléa Bosi nos explica em seu celebrado *Memória e Sociedade – Lembranças dos Velhos* como devemos justamente melhor “traduzir” essa categoria de relato. Inclusive, cita William Stern, que diz:

A função das lembranças é conservar o passado do indivíduo na forma que é mais apropriada a ele. O material indiferente é descartado, o desagradável, alterado, o pouco claro ou confuso simplifica-se por uma delimitação nítida, o trivial é elevado à hierarquia do insólito, e no fim formou-se um quadro total, novo, sem o menor desejo consciente de falsificá-lo⁶.

Mesmo assim, obviamente, essas narrações são imprescindíveis, embora exigindo filtros de maior ou menor complacência. Ecléa fez esse lindo livro justamente sabendo disso, enfatizando o depoimento dos velhos, que nos leva à revivescência “do que se perdeu, de histórias, tradições, o reviver dos que já partiram e participam então de nossas conversas e esperanças; enfim, o poder que os velhos têm de tornar presentes na família os que se ausentaram, pois deles ainda ficou alguma coisa em nosso hábito de sorrir, de andar”⁷.

Assim, tenho à minha frente o testemunho dos meus velhos registrado há mais de meio século, velhos que há muitos e muitos anos “estão dormindo profundamente”, como diria Manuel Bandeira. Relendo aquelas laudas, aos poucos, vou relembro, comovido, linha após linha, de parágrafo em parágrafo, aqueles momentos de intimidade que vivi quando moço com uma geração de mãos trêmulas que transmitia à outra, muito atenta, a crônica de existências passadas e as lições nelas contidas de ascendentes idos antes de eu ter nascido. Enternecido, me recorde de tia Có falando baixinho, com aquele seu sotaque inesquecível de Iguape, coisas de sua gente, às vezes com um sorriso algo maroto em seu rosto magro vincado por mil rugas, que mal deixavam aparecer os dois olhos vivíssimos e inquiridores. Morreu com mais de cem anos e a sua missa de sétimo dia, na São Gonçalo, foi solene, rezada por dois bispos e vários padres, todos eles afilhados e ex-alunos, inclusive, de catecismo. Suas histórias e as de outras tias-avós procuravam quase sempre descrever perfis psicológicos de nossos ancestrais, intenção

6. Ecléa Bosi, *Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1979, p. 28.

7. *Idem*, p. 32.

que sabemos de resultados suspeitos, mas, em todo caso, daquelas reminiscências emergiram os dados essenciais das biografias ali traçadas. Ocupações, profissões, hábitos, preferências e procedimentos que poderiam explicar, hoje, como sugerimos, minhas predisposições ou mesmo vocações ligadas à herança genética.

Voltando às indagações anteriormente formuladas, quem diz que não estaria o meu amor extremado ao magistério relacionado ao fato de ter tido, pelos lados paterno e materno, inúmeros antepassados professores com os quais, no entanto, nunca convivi? Como explicar a quantidade enorme de músicos nas sucessivas gerações dos Cerqueira Leite? Aptidões vindas com a carne e desabrochadas pelos estímulos da vida social.

Procurei com empenho completar as informações familiares pesquisando em jornais de época, em almanaques e em bibliografia apropriada, dados visando, antes de tudo, inserir aquelas existências recordadas pelos velhos no ambiente em que viveram. Só assim poderia captar e compreender as lições daqueles entes há muito desaparecidos.

Está claro que, ao me envolvendo com aspectos genéticos, haveria também, por outro lado, de indagar da contribuição efetiva das lições de vida que recebi desde o meu nascimento, responsáveis pela formação do meu caráter e do meu cabedal de conhecimentos com os quais tenho sobrevivido neste mundo dito difícil.

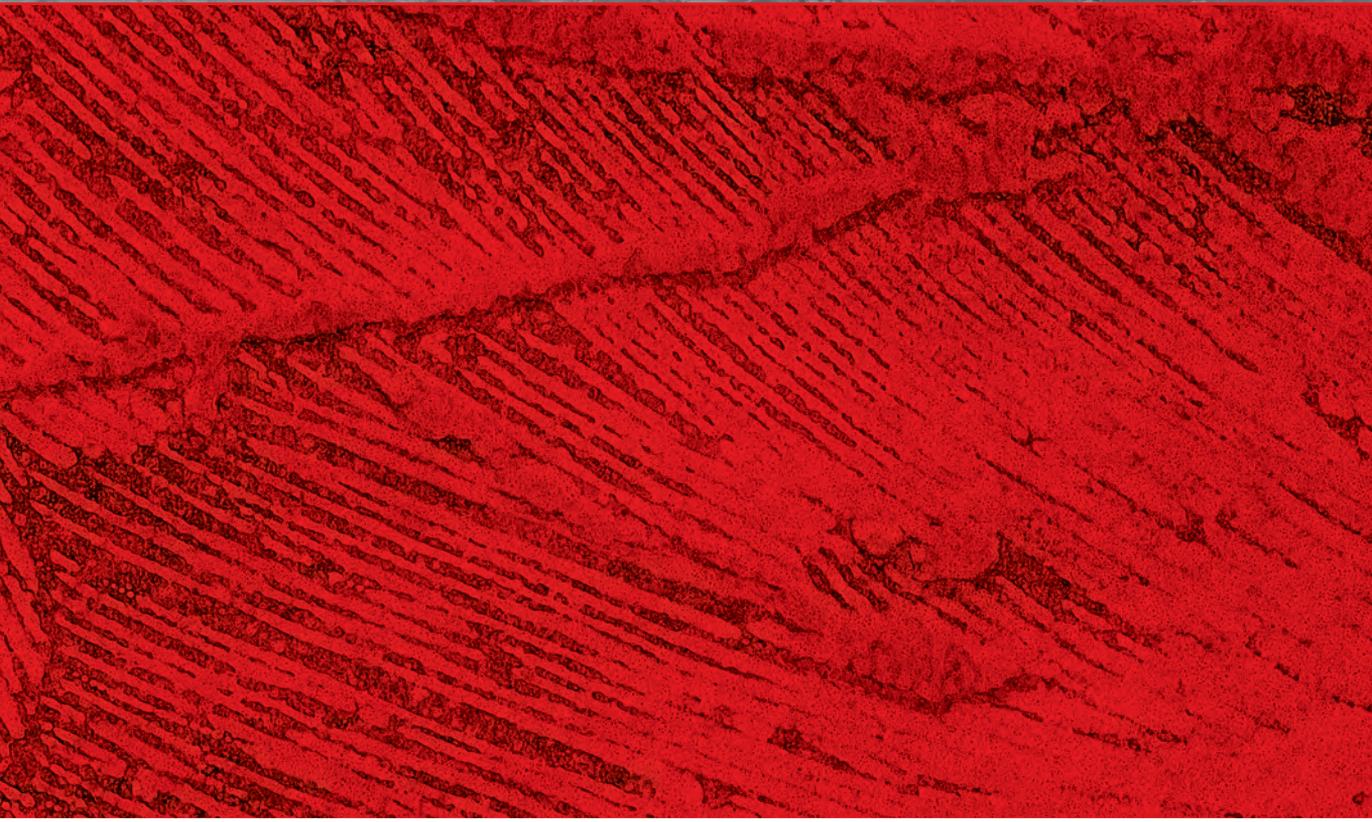
Gostaria aqui de recordar os fatos mais significativos do meu aprendizado, mas é preciso que o leitor saiba que não estou acometido de nenhuma pretensão semostradeira nascida de algum tipo de vaidade ou imodéstia própria da falta de autocrítica. Este não é bem um livro de memórias, pois minha vida particular ou íntima e o meu desempenho dentro do quadro político-social nada tiveram de significativo que justificasse recordações públicas e ainda mais impressas, num desperdício de papel. Acreditem, minha sinceridade é veraz, consciente da minha desenvoltura sempre mantida em equilíbrio em cima do muro, entre o excepcional e o sem graça. Pintor de província, com alguns prêmios locais, escritor que por acaso mereceu um Jabuti na categoria ensaio, arquiteto de comedido desempenho e professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), titulação fatal a quem se dedica com amor à escola, mas sem nada de extraordinário para contar. Meu desejo limita-se a recordar fatos significativos à minha formação justamente para mostrar, sobretudo aos jovens, que algo dentro da gente, se queira ou não, leva-nos à escolha de opções semeadas aqui e ali na vida cotidiana por agentes os mais imprevisíveis, não só por pessoas atuantes, como os pais, os professores, confidentes ou amantes, mas

também pelos indiferentes e os malquerentes. Até mesmo ocorrências insólitas podem nos marcar na vida e indicar caminhos a seguir.

Assim, este texto terá em seguida duas preocupações: a primeira é recordar biografias de ascendentes elencados em genealogias sumárias compartimentadas nos quatro costados: meu avô paterno Avelino Lemos, minha avó Isabel Carneiro, meu avô materno Félix Antônio da Luz Sobrinho e minha avó Algina Cerqueira Leite; a segunda é rememorar aquelas citadas influências que exerceram no meu aprendizado e no meu jeito de ser.

2

*O Lado Paterno e seu
Sangue Muito Misturado*



A história de João

O advogado **Avelino Lemos**, pai de meu pai, natural de Silveiras, no Vale do Paraíba, foi filho de João Lemos dos Santos Rangel e de Cândida Maria de Jesus, casal mulato oriundo de Guaratinguetá, cuja história foi exaustivamente estudada, na parte documental, por meu irmão Fernando, indivíduo também cismado com essas questões genealógicas e muito afeito a entrevistar pessoas, parentes e mais parentes para elaborar listas infindáveis de nomes, bem na linha de Silva Leme¹. Do seu texto tirei as datas e as informações básicas daquele ramo silveirense, assim como louvei-me em cartas de João Lemos copiadas por ele.

João Lemos dos Santos Rangel nasceu no bairro rural dito Pindaitiba, proximidades de Roseira, então pertencente a Guaratinguetá, no ano de 1833, sendo batizado em 10 de março.

Nesse tempo, o Vale do Paraíba estava passando por um período de transição em sua economia, pois o café já estava substituindo a cana-de-açúcar e até comprometendo a agricultura de subsistência devido aos lucros imensos que proporcionava enquanto marchava rio acima. Daniel Pedro Muller, em seus quadros estatísticos da década de 30 do século XIX, dizia que, por volta de 1836, Guaratinguetá possuía somente três engenhos de açúcar e sete alambiques de cachaça para quarenta fazendas de café². A partir daí, a rubiácea foi, num progresso avassalador,

-
1. Fernando C. Lemos elaborou “Canhenho das Famílias Lemos, do Vale do Paraíba, e Carneiro da Silva Braga, do Vale do Ribeira”, 1995 (cópia xerográfica). Esse texto me auxiliou muito na redação do trabalho referente à ascendência de nosso pai.
 2. Daniel Pedro Muller, “Ensaio d’um Quadro Estatístico da Província de São Paulo”, Governo do Estado de São Paulo, 1978, pp. 39 e 130.

enriquecendo muita gente, aumentando a escravatura, alterando as relações sociais e o conseqüente cotidiano e comportamento das pessoas. Já se fora o tempo da economia colonial ligada à mercantilização com as povoações mineiras da outra vertente da Mantiqueira. O comércio das cidades do vale com os arraiais da mineração, sobretudo exportando açúcar, toucinho e cereais, dado o arrefecimento das catas exauridas, já na última década do século XVIII, entrou em decadência, levando à pobreza a população do lado paulista e, por isso, a avidez com que se recorreu à produção cafeeira, a salvação de todos, logo no início do século XIX.



João Lemos dos Santos Rangel
(1833-1906). Foto de 1869.

DROIT CIVIL.

LES PERSONNES, — LES CHOSES, — LA PROPRIÉTÉ.

João Lemos dos Santos Rangel

Assinatura de João Lemos dos Santos Rangel.

Embora registrado como filho de “pai incógnito” e de Joaquina Maria de Jesus, João Lemos sempre conheceu o pai, cujo nome, inclusive, declinou em documentação eleitoral de Silveiras, em 1880. Era filho de João Carlos dos Santos, pessoa certamente ligada ao capitão Máximo de Paula Santos, chefe político em Guaratinguetá; Rangel por parte de mãe, fazendeiro em Roseira, de acordo com

pesquisas de meu irmão e de Carlos Eugênio Marcondes de Moura³. Aliás, esse João Carlos dos Santos, também conhecido por João Carrinho, na sua velhice, morou com o filho em sua propriedade em Silveiras. Conforme depoimento que me fez Carlos da Silveira, João Carrinho era cego e se locomovia de seu quartinho situado no pomar até a sede do sítio para tomar refeições guiado por uma corda esticada que, às vezes, os netos travessos, por brincadeira de mau gosto, desviavam do rumo certo, levando o avô a tropeçar em obstáculos inesperados. Do sobrenome Lemos, ninguém sabe a origem; talvez homenagem a alguém hoje não sabido, algum João Lemos qualquer.

Não sei quando, como e onde João Lemos estudou; o certo é que escrevia razoavelmente bem, com letra firme e bonita. Possivelmente até lesse o francês. Quando eu era jovem, folheei sempre embevecido os volumes de uma sua *Encyclopédie des Connaissances Utiles*, para ali admirar as belíssimas gravuras das ilustrações referentes a máquinas e aparelhos variados. Teve uma propriedade rural em Silveiras com um nome enigmático: “Gros-zou”, certamente de origem francesa. Esse seu grau de instrução, naquela época, não era usual. Daniel Pedro Muller nos conta, por exemplo, que por volta de 1836, no distrito de Guaratinguetá, entre seus 7.658 habitantes havia, além dos cinco padres, somente 240 pessoas que sabiam ler e escrever. Essa amostragem era normal no Vale do Paraíba daquele tempo. Lá pela metade do século é que surgiram escolas e a alfabetização do povo progrediu. Conforme uma sua carta ao filho Lindolpho, João Lemos, em setembro de 1896, diz dentre conselhos: “Como sabes, já fui empregado em moço no commercio, já fui comerciante”. Como empregado, talvez caixeiro, talvez guarda-livros, conseguiu algum pecúlio capaz de justificar negócio por conta própria. Em Guaratinguetá, foi “mercador de loja”: vendendo tecidos, ferragens, secos e molhados, como demonstra o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo de 1858*. Nessa data, tinha 25 anos de idade e já estava casado, desde 1852, com Cândida Maria de Jesus.



João Lemos dos Santos Rangel,
em 1895.

3. Carlos Eugênio Marcondes de Moura, *Os Galvão de França*, São Paulo, Edusp, 1993, p. 328.

A mulher de João Lemos, também nascida por volta de 1833, era, por parte de pai, de família abastada de Guaratinguetá. Foi filha natural de Manoel José da Costa e Oliveira, fazendeiro rico, ainda solteiro. Sua mãe foi a escrava forra Teresa Pires Romeiro, separada de um certo Canuto de Azevedo, de quem já tinha tido um filho. Estando livre de compromissos relativos à fidelidade, concebeu, com o jovem Manoel José, a minha bisavó Cândida Maria de Jesus. Depois de mais um filho avulso, retornou à companhia de Canuto, com quem acabou se casando. Tornou a gerar outra criança em 1851. Cândida comparece no inventário de sua mãe, em 1858, como esposa de João Lemos dos Santos Rangel, herdando algum dinheiro, participação em uma casa e num terreno, “um par de brincos de pedra” e algumas contas de ouro, conforme documentos localizados por Carlos Eugênio Marcondes de Moura no cartório do Primeiro Ofício de Guaratinguetá.

Como já disse, o pai de Cândida Maria pertencia a grupo significativo da cidade e, conforme relatos familiares e evidências, a menina manteve ligações estreitas com a avó paterna, Teodora Maria de Jesus. Dizem que foi acolhida como neta legítima. Cândida Maria e João tiveram dezoito filhos⁴ e aqueles nascidos em Guaratinguetá vieram à luz em casa da mãe de Manoel José. É claro que este se

4. João Lemos e Cândida tiveram os seguintes filhos:

1. Antônio Ezequiel Lemos, nascido em Guaratinguetá em 1853, foi professor no bairro dos Espíndolas, Silveiras. Casado com Maria Cândida Moreira, de São José do Barreiro. Com geração.
2. Maria Teodora Lemos, nascida em Guaratinguetá em 1854, faleceu em Cruzeiro em 1905. Casou-se com Teodoro Rodrigues Soares de Souza. Com geração.
3. Alexandrina Dorotéia Lemos, nascida em Guará em 1856, morreu solteira em 1924.
4. Ricarda Paula Lemos nasceu em Guará em 1858 e faleceu em 1944. Casou-se com José Alves. Sem filhos.
5. Adelaide Caliméria Lemos nasceu em Guará em 1859 e faleceu em 1930. Foi professora no bairro do Ventura, Silveiras. Foi casada com Otávio de Souza Ramos. Com geração.
6. Filomena Aleixa Lemos nasceu em Guará em 1861 e faleceu em 1899. Foi casada com Afonso Pereira da Silva. Sem filhos. Foi a última filha de João Lemos a nascer em Guaratinguetá. Sua mãe, na véspera do parto, fora levada a cavalo de Silveiras até a casa da avó Teodora Maria.
7. Antonina Brasileira Lemos nasceu em 1863 e faleceu em 1957. Fez-se professora em Areias. Foi casada com José Marques da Silva. Com geração.
8. Maria da Conceição Lemos nasceu em 1864 e faleceu em 1943. Foi casada com Alcides Marques da Silva. Sem filhos.
9. Maria dos Prazeres Lemos nasceu em 1866 e faleceu solteira em 1896.
10. Maria Madalena Lemos nasceu em 1867. Foi casada com Antônio Joaquim da Silva. Teve um filho que morreu criança.

casou com mulher da classe dominante, Maria Silvéria, enteada do visconde de Guaratinguetá, e tiveram quatro filhos, que aceitaram Cândida como meia-irmã; todos foram padrinhos de batismo dos sobrinhos dela nascidos. Os “cunhados” de João Lemos são os formadores da família Oliveira Costa, de Taubaté, e sempre se mantiveram em cordial contato com os Lemos através de sucessivas gerações. Hoje mesmo guardo amizade com o meu colega de arquitetura José Pedro Costa, que gentilmente me presenteou com um retrato de Manoel José, o nosso ascendente comum.

Em 1860, João Lemos dos Santos Rangel transfere para Silveiras o seu estabelecimento comercial, mas em 1863 já é recenseado somente como agricultor. Em 1873, identifica-se como fazendeiro de café e ostenta o título de “tenente-cirurgião” da Guarda Nacional, participando das “eleições municipais para o quadriênio de 1873-1876, quando foram eleitos nove vereadores, o mais votado com 410 votos;



*Capitão Manoel José da Costa e Oliveira,
pai de Cândida Maria de Jesus.*

-
11. Avelino Geminiano Lemos nasceu em 1868 e faleceu em 1948. Foi guarda-livros, normalista e advogado em São Paulo. Casado com Isabel Carneiro Lemos. São os meus avós.
 12. Crescêncio Elói Lemos nasceu em 1869 e faleceu em 1955. Guarda-livros em São Paulo, foi casado com Maria Augusta Marques da Silva. Com geração.
 13. João Lemos Filho nasceu em 1871 e faleceu solteiro e jovem.
 14. Frederico d’Alfen Lemos nasceu em 1872 e faleceu em 1926. Foi casado com Adolfina de Castro Gouveia. Com geração.
 15. Fidelcina Batista Lemos nasceu em 1874. Faleceu em 1900, no parto da primeira filha. Foi casada com Higino Joaquim de Souza.
 16. Lindolfo Lemos nasceu em 1876 e faleceu em 1935. Guarda-livros, foi casado com Evarista Junqueira e, depois, com Cristina Linguitti. Com geração.
 17. Cândida Lemos nasceu em 1877 e faleceu em 1908. Foi casada com Brasiliano França Gonçalves. Com geração.
 18. Isaac Lemos dos Santos nasceu em 1880 e faleceu em 1925. Foi casado com Maria Alves. Sem filhos.

João Lemos ficou na lista dos suplentes ocupando o 32º lugar”. Obteve um único voto, justamente o dele próprio⁵. Em 1887, aparece como proprietário da máquina a vapor para beneficiar café, na chácara do “Gros-zou”, já é “capitão” e também é dono de olaria. Até 1888, foi primeiro suplente do juiz municipal e de órfãos de Silveiras. No ano seguinte, muda de encargo: passa a suplente de delegado de polícia. Em 1891, é provedor da Santa Casa e continua como agricultor e dono da máquina de beneficiar.

Estabelecido na zona rural de Silveiras, onde viveu por mais de trinta anos, João Lemos criou a sua família dentro das mais rígidas normas, exigindo sempre o direito de dar conselhos aos filhos em todos os momentos em que alguma decisão precisasse ser tomada. Aliás, ele mantinha um registro familiar bastante minucioso, como era de seu caráter. Tivemos em mãos esses papéis, todos escritos com sua letra firme, nos quais assinala, em cada página, o nascimento de cada filho e todos os sucessos ocorridos, como batizados, doenças, acidentes etc. Com os filhos à volta, mantinha a autoridade de um patriarca consciente do dever cumprido, tanto no que diz respeito à extensão da prole como na dedicação à sua disciplina. Cândida Maria engravidou até os 47 anos, quando chegou à menopausa. Isaac, o seu filho caçula, nasceu em outubro de 1880, mesmo ano em que o seu primogênito Antônio Ezequiel tinha 27 anos e já era membro da mesa eleitoral de Silveiras. Educou muito bem seus filhos, formadores de uma família unida. Três foram professores, outros guarda-livros, isto é, encarregados da escrituração de livros mercantis, atividade aprendida nas então chamadas “escolas de comércio”. Outros foram funcionários públicos, como o referido Isaac, fiscal do imposto de consumo em Lorena.

Todos são unânimes em recordar que João Lemos era muito benquisto em Silveiras, onde o seu partido político, o Liberal, ainda mantinha vivas lembranças da Revolução de 1842 porque, justamente, aqueles arredores em que morava foram cenário da guerra fratricida. Residia no bairro da Trincheira, a recordação permanente da resistência às tropas de Caxias. Ali fez muitas amizades e tratava com desvelo os doentes das redondezas. Talvez tivesse alguns conhecimentos médicos, pois só isso justificaria a sua patente de tenente-cirurgião da Guarda Nacional. Não tenho notícias de escravos seus e, como tocava em sua propriedade a máquina a vapor e a olaria, não sei. O fato é que todos diziam-no pobre. Pagava

5. Ver Fernando Cerqueira Lemos, *op. cit.*, p. 50.

contas com muita dificuldade. Chegou mesmo a ser cobrado judicialmente, em 1886, por comissários de café do Rio; seu advogado foi o seu cunhado José Crescêncio de Oliveira Costa. Foi um grande vexame. Sua família é retratada com precisão em carta que o sempre mencionado professor Carlos da Silveira escreveu em 1939, de São Paulo, ao linhagista de Guaratinguetá Gastão Meireles França, autor de perguntas sobre os Oliveira Costa de Taubaté. Disse ele, num certo trecho da missiva:

Inês Theodora tinha muitos filhos [...]. Já falei no Manoel ‘Victoriano’ de onde vêem esses Costas de Taubaté [...]. O Manoel ‘Victoriano’, também penso, deixou uma filha natural que conheci muito em Silveiras. Era nascida ahi e ahi casada, de cor, com nome que no momento me escapa. O marido também era de cor, e nascido ahi – João Lemos dos Santos Rangel. Gente muito boa, de muita boa moral, apesar da origem. João Lemos clinicava por intuição médica, e a tinha notável. Foram lavradores de café, em Silveiras, sem sucesso. Ficaram muito pobres. Ella era Cândida, agora me recordo. João Lemos era liberal e, quando os conservadores subiram, na grande adesão dos primórdios da República, Salvador Rodrigues Pimentel, chefe conservador de Silveiras e presidente do diretório republicano, fez processar João Lemos, como curandeiro. Apesar da absolvição, houve a humilhação segundo os desejos políticos de Salvador ‘Pimenta’. Absolvido, João Lemos mudou para Cruzeiro lá pelos anos de 1892 e em Cruzeiro morreu tempos depois. Tinha dezoito filhos e, entre eles, o Avelino Lemos, que mora aqui, é penhorista e advogado, depois de ter sido guarda-livros; o Isaac Lemos, optima criatura, que falleceu em Lorena⁶.

Depois da humilhação lembrada por Carlos da Silveira, em 1892, após a venda da propriedade que lhe dera reverses na cultura do café, João Lemos muda-se para a cidade naquele tempo chamada de “Estação do Cruzeiro”, hoje simplesmente Cruzeiro, mas ainda importante centro ferroviário. Tinha sessenta anos e estava vencido e pobre. Do que viveu daí em diante, não sei. Talvez de alguns juro do dinheirinho da venda do sítio. Talvez ajudado pelos filhos. Isso não impediu que, no entanto, fizesse gastos, diga-



Cândida Lemos com três de suas filhas.

6. *Idem*, p. 44.

mos supérfluos: mandou vir dos Estados Unidos, creio eu, um magnífico relógio de prata de bolso com seu nome incrustado a ouro e acondicionado em estojo de couro forrado de veludo vermelho, onde havia também repartições para peças sobressalentes; numa delas ele guardou amorosamente mecha dos negros e lisos cabelos de Cândida, a mulher querida que o acompanhou silenciosamente pela vida afora⁷.

Vale a pena ser transcrita aqui uma carta que enviou a seu filho Lindolpho, onde fala dos sofrimentos da mulher:

Estm de Cruzeiro, 9 de setembro de 96.

Lindolpho
Porto Pontal

Tive notícia de que aceitaste o convite de um homem sério, o Snr. José Joaquim Ferreira Junior, para seu – Guarda Livros em Porto Pontal.

Diz-me o teu irmão que não tiveste tempo de consultar-me a respeito. Porém, pelas informações q. de S. Paulo tive a respeito do teu novo patrão tranquiliso-me e à família.

Resta, porém, uma coiza importante: como sabes, já fui empregado em moço no commercio, já fui commerciante, depois passei a ser lavrador, por tanto, já estou velho devo por conseguinte ter alguma prática, e digo-te, no commercio especialmente o lugar que occupas há necessidade de muita seriedade, Constância e interessar-se seriamente pelos patrões.

E o que ligeiramente e com muita pressa digo-te, porque de onde estou escrevendo estou ouvindo os gemidos de tua cara mãe que passa mal. Está com as pernas bastante inchadas e sofre de dyspnéa (aflições) o que não tem cedido a tratamento algum.

Receba a bençã de tua mãe e do teu pae João Lemos.

Cândida Maria acabou falecendo em novembro daquele mesmo ano e, quase dez anos depois, em 20 de abril de 1906, morre João Lemos dos Santos Rangel.

Esse meu bisavô viveu exatamente o tempo de duração do ciclo cafeeiro no Vale do Paraíba; vivenciou, portanto, todas as transformações ocorridas na sociedade. Com o crescimento rápido da escravatura, vinda para tocar a lavoura recém-chegada, a população branca minoritária encastelou-se na sua importância, tornando a vida dos outros muito penosa nas tentativas de ascensão social, o que prati-

7. Trata-se de relógio da marca International, “de trinta rubis”, vendido na Estação do Cruzeiro por Antônio Molinário.

camente não ocorria nos tempos da economia mercantil, em que todos subsistiam de forma modesta, negociando gêneros com as lavras mineiras “das Vertentes”. Difícil principalmente ao mulato homem, que havia sempre de aliar à ambição muito saber, esperteza e trânsito político. João Lemos quase que teve tudo isso. Chegou perto. Certamente seu casamento foi arranjado – o moço promissor e inteligente era bastante proveitoso ao destino de Cândida, que fora educada na casa da avó e afastada de seus irmãos. Essa união tinha tudo para dar certo e, sobretudo, era conveniente aos dois clãs brancos donde provinham os nubentes pardos.

João Lemos levou uma vida honrada, auferiu praticamente uma existência de branco naquele meio caracterizado pelo sofrimento negro. Ficou no meio do caminho, não subiu tanto, por exemplo, como outro mulato de Guaratinguetá, o inteligentíssimo Francisco de Paula Rodrigues Alves, o conselheiro do Império que alcançou a presidência da República.

A história de Joaquim

Isabel Brasileira Carneiro da Silva Braga, mãe de meu pai, foi filha de Joaquim Carneiro, natural de Iguape e pertencente à antiqüíssima família de povoadores do nosso litoral sul. Desse costado Carneiro, o ascendente mais antigo que conheço através de documentos é uma viúva chamada Sebastiana Teixeira de Azevedo, nascida em 1713, talvez em Paranaguá, talvez em Iguape, certamente descendente ou colateral de Gaspar Teixeira de Azevedo, provedor dos reais quintos do ouro garimpado nas redondezas daquelas localidades na segunda metade do século XVII⁸. Essa Sebastiana foi mãe de Antônio Rodrigues da Cunha, em cujo inventário, em 1787, comprova-se tal filiação. Nasceu ele em 1728, devendo ter tido ascendentes também ligados à cata aurífera, pois já em 1655 havia em Iguape dois mineradores quintados por nomes Antônio e Domingos Rodrigues da Cunha⁹. Esse Antônio, filho de Sebastiana, foi pessoa importante na vila de Iguape, negociante abastado e, em 1779, exercia os cargos de juiz ordinário e de presidente da Câmara¹⁰. Possuía aforamentos às margens do Ribeira de Iguape, que jamais foram devolvidos ao bem público, tendo sido as terras herdadas pelos filhos, como era co-

8. Ver Silva Leme, *Genealogia Paulistana*, São Paulo, Duprat e Cia., 1903, vol. I, p. 426. Vê-se que esses Carneiro da Silva Braga descendem do cacique Piquerobi.

9. Ernesto Guilherme Young, “Subsídios para a História de Iguape, Mineração de Ouro”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, vol. VII, p. 400.

10. *Idem, ibidem*, vol. VIII, p. 288.

num naquela região. Antônio Rodrigues da Cunha casou-se com Josefa Silva Viana, também de família significativa, e desse consórcio nasceram vários filhos, dentre os quais, Joana Rodrigues Silva, nascida em Iguape por volta de 1750, como sugerem os maços da população da localidade.

Em 1769, com menos de vinte anos, a nossa Joana casou-se com o reinol Francisco Xavier Rodrigues, vindo de Sam Payo da Ialda, Vila dos Arcos, Braga, nascido em 1746. Na época desse matrimônio, Paranaguá, Cananéia e Iguape estavam saindo do regime de auto-subsistência e de torpor conseqüente da flagrante diminuição da produção de ouro no Ribeira acima e devido ao isolamento daquela marinha sul, verdadeiramente terra de ninguém, já que então não se sabia com exatidão por onde estaria passando o meridiano de Tordesilhas. É verdade que os governantes, justamente preocupados com isso, procuraram povoar a orla marítima do sul, trazendo povoadores açorianos e providenciando até fortificações na ilha de Santa Catarina porque os espanhóis de Buenos Aires volta e meia surgiam por ali devido a velhas desavenças. Nem o tratado de Madri, de 1750, pôs cobro a essa situação de indefinições de divisas à beira-mar, enquanto no interior, serra acima, a posse portuguesa já era inconteste. Em 1777, por exemplo, os espanhóis, sob o comando de dom Pedro Ceballos, atacam as fortalezas feitas em 1739 pelo brigadeiro Silva Pais e ocupam temporariamente a cidade do Desterro na referida ilha¹¹. Foi nesse clima de guerra que Francisco Xavier Rodrigues aportou em Iguape.

O jovem recém-casado, talvez com o auxílio do sogro, com quem mais tarde teve negócios e contra quem outrossim manteve uma disputa judicial, conforme se vê em seu testamento e inventário, logo se estabeleceu com loja, inclusive para comerciar gêneros destinados ao Sul, enquanto fez “sociedade nos dízimos” com o guarda-mor Manoel Álvares Alvim, morador em São Paulo, dízimos certamente referentes à produção de arroz, porque em seu testamento faz menção ao trabalho de escravos, canoas e sacaria ligados a esse mister, que foi arrematado por dois triênios¹². Teve sociedade, também, em barcos que faziam transporte de “farinha de guerra” para o Sul por conta de “El Rey, no tempo da Invasão de Santa Catarina”, como diz em seu testamento. Dedicou-se à produção de arroz em sua sesmaria, obtida em 1780, às margens do Ribeira de Iguape na paragem chamada

11. Carlos A. C. Lemos, *O Brasil, in História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Alfa, 1909, p. 255.

12. Ernesto Young faz menção a uma taxa de 10 réis cobrada pela Câmara para cada alqueire de arroz pilado. O “dízimo” que Francisco Xavier Rodrigues cita talvez se refira a essa cobrança.

“Pinheiro”, onde possuía engenho de pilar em sociedade com o capitão Joaquim Antônio Gomes. Quatro anos antes, em 15 de julho de 1776, fora nomeado alferes da Infantaria Auxiliar da Vila de Iguape, quando, em sua identificação, está escrito que tinha “olhos gateados”. Faleceu rico, em 1789, aos 43 anos de idade, não chegando mesmo a saber quanto possuía de ouro em pó, de ouro lavrado, de prata e de dinheiro em casa e na loja, ficando a cargo da sua mulher a declaração daqueles valores. Devia estar muito doente ao ditar suas últimas vontades e, inclusive, afirma que Joana se achava “pejada, cuja criança se nascer viva é minha legítima herdeira por ser filho ou filha do matrimônio conjugal”. Esse filho nasceu durante o inventário e chamou-se Francisco. Ao todo, o casal teve oito filhos, dentre eles, Maria da Conceição Xavier Rodrigues, nascida aproximadamente em 1775, como fazem pensar os maços de população.

Maria da Conceição casou-se em 9 de fevereiro de 1793 com o ilhéu Antônio Borges Diniz, nascido em 1775 na ilha Terceira dos Açores, “filho legítimo de Luiz Vaz da Costa e de Maria Perpétua de Jesus”. Maria da Conceição, que nascera rica, mais rica se tornou porque o jovem nubente de dezoito anos, Antônio, era um cidadão fora do normal tanto no trabalho como no temperamento brigão. Em 1805, já era sargento de ordenanças de Iguape; em 1813, era ajudante. Morreu capitão. Foi antes de tudo um grande agricultor, produtor de arroz pilado em famoso engenho no rio Una da Ribeira, ou da Aldeia, onde residia grande parte do tempo, mal freqüentando o seu sobrado do Funil, esquina com a rua do Comércio na cidade. Em 1828, possuía 51 escravos em suas várias propriedades da região, sendo o feitor um seu parente, Francisco Vaz da Costa. Talvez irmão; isso não elucidam os maços de população. Com sua imensa fortuna teve muita ascendência política e, de fato, chegou a exercer lideranças sobretudo nas demoradas discussões sobre a abertura do célebre valo ligando o porto do Ribeira ao Mar Pequeno, canal imaginado para apressar e baratear o transporte das sacarias de arroz daquele rio até o porto de exportação. Foi obra desastrosa porque as pessoas envolvidas com aquele projeto não acreditavam no poder avassalador das águas nos tempos de enchente, que passariam a procurar o caminho mais curto para desaguar no mar. Tal valo de duas braças de largura se transformou em vasto leito navegável graças à erosão das margens, indo de roldão construções e logradouros, e até o velho cemitério¹³.

13. Ler a longa exposição de Antônio Borges Diniz sobre o “valo grande”. Ernest Young, *op. cit.*, vol. VIII, p. 258.



Sobrado de Antônio Borges Diniz, no Funil, esquina da rua do Comércio. Iguape. Foto do autor, 1958.

Seu testamento é um primor de discriminação: deixa tudo o que tinha às filhas de sua única filha viva, a qual recebeu inclusive o engenho de pilar no bairro dos Engenhos, com suas lavouras, a propriedade mais valiosa. Seu espólio foi vultoso, abrangendo o rico guarnecimento das duas moradias que possuía, inclusive muita prata lavrada. Aos descendentes homens, nada, em qualquer hipótese. Desejou dotar até netas por nascer. Não contente, sai fora da competência testamental para recriminar um neto nomeado só pelas suas iniciais J. C. S. B., chamando-o de ingrato e dilapidador de 15 contos de réis, gastos no esforço de torná-lo homem e “autoriza” os herdeiros de sua neta Guilhermina a cobrar do tio faltoso a quantia de 5 contos, um terço daquele montante, que havia sido emprestado pelo seu pai Torquato Rios. O resto era prejuízo seu. Como veremos adiante, o “ingrato” caloteiro só poderia ter sido o meu bisavô Joaquim, que fora enviado a São Paulo para estudar Direito, sem, no entanto, ter concluído o curso. Antônio Borges Diniz faleceu em 1865, já viúvo há 28 anos, pois Maria da Conceição morrera em 1837. Tiveram duas filhas: Francisca de Paula e Lauriana, esta sem geração, embora fosse casada.

Francisca de Paula Diniz casou-se em 8 de setembro de 1811 com Francisco Carneiro da Silva Braga, nascido por volta de 1785 na freguesia de São Miguel da

Lama, Couto de Landim, arcebispado de Braga. Jovem de ascendência fidalga, pois era um legítimo Carneiro da Silva, gente da velha família do conde da Ilha do Príncipe, e homem de muito bom trato, que chegara a Santos com alguns irmãos no início do século. De fato, desde 1806 encontramos Francisco ali morando como agregado em casa de um primo, Luiz Pereira Machado. Daí em diante, podemos arrolar naquela cidade pelo menos quatro irmãos Carneiro da Silva Braga: Francisco, Antônio, Joaquim e José e temos notícias também de outro que por lá passou e casou, Domingos, falecido em Casa Branca, onde deixou vasta descendência. Dessa irmandade, quem mais sobressaiu socialmente foi José Carneiro da Silva Braga, recenseado em Santos, em 1822, como tenente-coronel de milícias e ainda solteiro, com 35 anos de idade. No entanto, voltou a Portugal e, em 1832, era “negociante de grosso trato” na cidade do Porto, onde requereu ao então rei dom Miguel a sua “carta de brasão de armas de nobreza e fidalguia”¹⁴.



Francisca de Paula Diniz Carneiro (1794-c. 1874), mãe de Joaquim Carneiro.

A condição “fidalga” de Francisco Carneiro da Silva Braga talvez tenha favorecido o seu matrimônio com moça rica de Iguape. Quem sabe casamento acertado de longe porque, já casado, ainda morou dois anos em Santos. Meu velho amigo Antônio Paulino de Almeida certa vez levantou a vida pregressa de Francisco naquele porto: caixeiro em 1808, praça na Companhia de Caçadores no mesmo ano,

14. Temos em mão cópia dessa carta de fidalguia transcrita por Lafayette Toledo, genealogista de São João da Boa Vista que tratou da descendência de Domingos Carneiro da Silva Braga.

furriel em 1811, época de suas núpcias, e segundo-tenente do Regimento de Artilharia de Santos em 1813, quando se mudou definitivamente para Iguape. Nessa localidade, continua ostentando a patente militar e, em 1817, conforme documentação que copiamos no Arquivo do Estado, era lavrador de arroz em propriedades com “setecentas braças de testada com meia légua de fundo por doação de seu sogro, o ajudante Antônio Borges que os tinha por sesmaria”, às margens do rio Una da Aldeia, onde labutavam dezoito escravos. Esse sítio teria sido dote de Francisca de Paula Diniz porque, em 1813, sua produção já é mencionada como proveniente do nosso Francisco em ata da Câmara Municipal de Iguape, ao registrar que “[...] Na Barra do Ribeira desta mesma villa deo hum barco a costa carregado de arroz pillado na sahida que fazia para o Rio de Janeiro por causa das enxentes da Ribeira e que tudo perdeu o dono o te^{nte} Francisco Carneiro da Silva Braga e vários carregadores”¹⁵.

Francisco Carneiro da Silva Braga mudou-se para Iguape justamente quando a produção de arroz estava se firmando de modo incontestado para atingir seu ápice cerca de 25 anos depois. Em 1836, Daniel Pedro Muller atribui a Iguape 82 “engenhos de socar arroz” e no mesmo ano havia na vila “três padres, um coletor, um médico, dois cirurgiões, dois boticários, 82 comerciantes e 164 pessoas que sabendo ler e escrever tem decente subsistência”¹⁶. Francisco morreu, no entanto, antes de ver o progresso trazido pela abundância resultante do grão exportado tanto para o Norte como para o Sul. Faleceu por volta de 1839, ano do nascimento de sua filha Evarista, 14º parto de Francisca de Paula. Deve ter sofrido de algum mal causador de morte súbita porque, por essa época, estava bastante ativo. Há pouco tempo se tornara, por exemplo, “dono” da primeira “casa de ópera” da vila – teatro decerto construído atrás das obras da nova igreja, conforme nos informa Young a respeito de solicitação para tanto feita à Câmara por pessoas do lugar, em 1833¹⁷. Assim, Francisca de Paula ficou viúva aos 45 anos e com muitos filhos, alguns já criados, a filha mais velha Guilhermina, de 1812, recém-casada, e outros já encaminhados na vida, mas todos absolutamente dependentes da autoridade soberana do avô Antônio Borges Diniz, que ficara viúvo, por sua vez, dois anos antes. O avô tornou-se, de fato, um pai para os netos, um pai muito atento até falecer com mais de

15. Fernando Cerqueira Lemos, *op. cit.*, p. 82.

16. Daniel Pedro Muller, *op. cit.*, p. 82.

17. Ver Ernesto Young, vol. VIII, p. 267, e também o trabalho “A Era Dourada do Ciclo do Arroz”, por Roberto Maciel Fortes, cópia xerografada, Iguape, 1995.

noventa anos, em 1865. Minha tia-avó Placidina Georgina Carneiro, a doce tia Có, nascera um ano antes daquele desaparecimento e conviveu com tios e primos até cerca de 1880, razão pela qual teve a oportunidade de ouvir os ecos do mandonismo de Antônio Borges Diniz e de ficar sabendo de mexericos e de intrigas familiares que de vez em quando surgirão neste texto de memórias genealógicas.

Meu bisavô Joaquim Carneiro da Silva Braga foi o sétimo filho de Francisco e Francisca de Paula. Nascido em Iguape em 1823, quando ficou órfão de pai tinha dezesseis anos e talvez já estivesse estudando. O fato é que seu avô depositou nele esperanças, antevendo para o neto um futuro bonito, já que ele parecia ser bem dotado intelectualmente, ele e seu irmão Antônio. Assim, na década de 40, os dois jovens são enviados a São Paulo para estudar: Joaquim estudaria na Academia e o outro, com pendores religiosos, foi tratar de ficar padre. Aliás, é bom lembrar que o processo de habilitação de *genere et moribus* de Antônio, hoje no arquivo histórico da Cúria Paulistana, é que nos forneceu a maioria de datas relativas a nascimentos, mortes e casamentos de meus ascendentes.

Antônio Carneiro da Silva Braga foi feliz no intento: ordenou-se em 1846, depois de assistir às aulas de Teologia Moral, Dogmática e Gramática na antiga Sé, pois o seminário seria criado somente na década seguinte. Para gáudio do avô, tomou posse da paróquia de Iguape como vigário encomendado em julho de 1850. Vigário da Vara em 1857, exerceu seu cargo por quarenta anos seguidos, tendo sido nomeado cônego honorário da catedral de São Paulo. Nada disso, no entanto, impediu que vivesse amancebado com uma certa Rita, que lhe deu dois filhos. Um de seus netos foi ilustre prefeito de Santos. Faleceu em São Paulo em 1890, tendo sido mais tarde os seus restos trasladados para a sua cidade natal.

Joaquim Carneiro, ao contrário do irmão, não completou os estudos. É uma pena que um incêndio ocorrido na Academia de Direito impeça-nos de averiguar como foi o seu percurso escolar, pois não mais existem os velhos livros de matrículas. Em um seu texto, afirma que, em 1846, fazia preparatórios na capital. O que sabemos com certeza é que o nosso herói tratou de se envolver em complicado caso de amor não correspondido e sua conduta parece que o obrigou a deixar a cidade. A esse respeito, nenhuma de minhas tias foi muito explícita. Simplesmente amores contrariados, não mais disseram. Voltou a Iguape sem profissão definida, mas com certas luzes literárias, mormente aquelas ligadas ao teatro. Em documentos eleitorais de 1849, identifica-se como “professor de gramática”. Em 1853, já aparece como negociante. Essa diversidade de ocupações sugere não só desorientação, mas também rótulos para justificar sua presença, bem longe do

avô, “nos Engenhos”, bairro rural da cidade às margens do Ribeira de Iguape e situado nas vertentes do morro que baliza a barra, onde se instalaram alguns daqueles processadores de arroz, várias residências solarengas, algumas assobradadas, com suas senzalas, estabelecimentos comerciais e outros equipamentos para armazenagem e despacho da produção agrícola. Joaquim, morando nos Engenhos, em propriedade que sua rica mãe iria herdar, talvez ali ocupasse alguma posição na administração da produção de arroz beneficiado – quem sabe fazendo negócios por conta própria e, daí, a qualificação de “negociante”. Nada disso impedia, no entanto, que participasse da política local. Em 1856, o encontramos na vice-presidência da Câmara Municipal, sendo destacado vereador. Nesse ano, teve atuação decisiva na celeuma havida a respeito da transladação de imagens da matriz velha para a nova, magnífica construção terminada graças aos esforços de seu irmão vigário. A inauguração do novo templo motivou cerimônias e festejos grandiosos registrados por Joaquim em primorosa crônica, onde estão demonstrados os seus dotes literários. Esse texto foi reproduzido no trabalho *Subsídios para a Biografia do Cônego Antônio Carneiro da Silva Braga* por Laís Carneiro Muniz, que muito elucida a história iguapense.

No ano anterior aos aludidos festejos, já vereador, Joaquim Carneiro, aos 32 anos, teve um filho com certa moça, Felicidade Maria do Carmo, habitante nas imediações dos Engenhos, em Icapara, e filha de “uma bugra carijó”, no dizer de tia Có. Nessa época, já não mais existiam índios habitando os arredores das cidades; ali residiam somente alguns deles, já aculturados e confinados bem na extremidade do chamado Mar Pequeno. Felicidade, segundo o que sua filha me disse, nascera em 1833, de uma ligação da referida bugra, chamada Rita do Carmo, com um moço de Cananéia por nome Agostinho Rodrigues de Camargo. Fui à procura desse cidadão em maços da população daquela vila de pescadores e efetivamente o achei. Em 1810, aparece com cinco anos e como filho de Francisco Floriano de Camargo, natural de Curitiba. Em 1847, na companhia dos irmãos, ainda é recensado na condição de solteiro. Depois, o perdi de vista.

Acontece que Joaquim não ficou nesse primeiro filho, a quem deu o nome de Avelino Braziliense. Teve mais cinco, dentre eles minha avó Isabel Brasileira Carneiro¹⁸. Assim, ele e Felicidade constituíram uma família e, como eram ambos sol-

18. Os filhos de Joaquim Carneiro da Silva Braga e de Felicidade do Carmo Carneiro foram:

1. Avelino Braziliense Carneiro, nascido por volta de 1855, foi poeta, músico, charadista, e guardalivros por profissão. Casado, morreu em São Vicente. Com geração.

teiros, certamente não se enquadraram nas normas preconceituosas da época. Não que fosse vedado ter filhos naturais, isso era até uma ocorrência tolerada, desde que o moço depois se casasse com alguém de sua estirpe. Joaquim, no entanto, com a maior naturalidade coabitou com a moça mameluca.



*Joaquim Carneiro da Silva
Braga (1827-97).*

Talvez tenha sido outro grande caso de grande amor, agora correspondido. O avô Antônio deve ter ficado contrariadíssimo, hostilizando o neto ofensor das normas vigentes. Daí sua irritação no testamento. Na vida política, no entanto, essa ligação não sacramentada não causou maiores danos, enquanto ao mesmo tempo os códigos familiares provocavam aqui e ali olhares de soslaio. É muito difícil avaliarmos hoje o comportamento social daquele tempo na cidade rica, porém afastada dos grandes centros. O vigário, por exemplo, não tinha tido calmamente os seus filhos enquanto era respeitadíssimo pelo seu rebanho de fiéis? Pois, em 1857, Joaquim aparece num almanaque como major da 20ª Companhia Avulsa da Guarda Nacional, função honorífica demonstrando prestígio entre os seus.

-
2. Francisca Brazilica Carneiro, a “Mana Chica”, casada com Francisco Martins Ribeiro. Com geração.
 3. Argentina Brazilina Carneiro, a querida “tia Adinha”. Faleceu solteira em 1954, aos 94 anos.
 4. Placidina Georgina Carneiro, a “tia Có”, também chamada de Cidoca. Foi professora emérita. Morreu solteira, em 1966, aos 102 anos de idade.
 5. Isabel Brasileira Carneiro, minha avó.
 6. Nelson Americano do Brazil Carneiro morreu casado. Com geração em Jacaréi.

Em 1872, Joaquim é nomeado professor público em Jacupiranga, quando é reformado do cargo de major. No fundo, essa função não era condizente com sua posição. Jacupiranga era isolada do mundo, pobre distrito, pobríssima paróquia. Por que essa regressão? O fato é que toda a família se mudou para lá, inclusive sua filha Francisca, já casada.

Acredito que todos ficaram naquele exílio pouco tempo, porque Joaquim ressurge nos Engenhos em 1877, talvez usufruindo algum pecúlio deixado por sua mãe, falecida por esse tempo. O historiador iguapense Roberto Maciel Fortes cita o meu bisavô como fundador, naquele ano, de uma Sociedade Recreio Infantil e, julgando-o muito rico e proprietário do engenho dos Carneiro Braga, diz que ele “adaptou amplo compartimento de sua vistosa residência para nele instalar um teatro, onde diversas peças foram encenadas, sempre assistidas por selecionada platéia, vindo até mesmo figurões da cidade”. O semanário iguapense *Commercio de Iguape*, nº 67, de 6 de setembro de 1877, conforme aquele autor, ainda completa a notícia fazendo retrato prazeroso do bairro dos Engenhos, onde boa parte da elite urbana estava representada em propriedades de rendosa produção – os Carneiro Braga, desde 1865, ano da morte de Antônio Borges Diniz, estavam incluídos porque ali atuavam como delegados de Francisca de Paula Diniz, mencionada nos almanaques como “capitalista” e grande proprietária rural. Nos Engenhos, seus filhos João e Joaquim tomavam conta de tudo. Naquela época, a produção orizícula, como se dizia, já estava entrando em decadência, mas o fausto não se apagara. A vida social e cultural da cidade, sobretudo no que dizia respeito às funções teatrais, ainda mantinha certo esplendor. Falei da Casa da Ópera da década de 30 e ainda falta mencionar o Theatro Aurelina e o Theatro Iguapense, onde se apresentavam grupos de amadores, além de companhias de fora, decerto do Rio de Janeiro; havia permanente intercâmbio com a Corte. A literatura interessava a muita gente, e isso facilitara muito, já em 1847, a fundação do Gabinete da Leitura, iniciativa em que foi preponderante a atuação do jovem padre Antônio Carneiro Braga. Daí em diante, os jornais publicavam com freqüência, por exemplo, poesias de pessoas da sociedade. Na década de 70, Lauriana Maria, irmã de Joaquim, chegou a divulgar poemas de amor, que sua sobrinha Adinha recitou certo dia muito comovida, demonstrando boa memória:

Vão muito fundas em meu seio as dores,
As tristes dores do passado meu.
As santas crenças foram asas brancas;
de ave sonora que, ao cantar, morreu!

Trinam as aves sem sofrer martírios;
Vicejam lírios nas gentis barrancas!
E a mim, que restam? Ilusões intensas,
As santas crenças, foram asas brancas!

Mas, no pungir dessa amargura infinda,
alenta ainda um sorriso seu!
Doce conforto que acalenta as dores,
As tristes dores do passado meu!

Ao céu um hino, uma prece erguida,
A quem na vida, por amar, sofreu!
Lembra-me o canto do viver de outrora,
Da ave sonora que ao cantar... morreu!

Tia Có corrigiu a mana e alterou o verso “alenta ainda um sorriso seu!” para “alenta ainda aquele sorriso seu!”. E o verso “Ao céu um hino, uma prece erguida” transformou em “Ao céu um hino, doce prece erguida”.

Essa Lauriana Maria, nascida em 1836, tivera caso de amor contrariado, pois os irmãos haviam impedido o seu casamento com moço pobre da cidade. Passou a vida chorando e fazendo versos. Morreu tuberculosa, como convinha aos poetas. A família foi pródiga em amores frustrados. Outra irmã, Francisca, de 1835, foi vítima de um vigarista que chegou do Rio dizendo-se médico; era o “dr. Amaral”, que a pediu em casamento, embora fosse 26 anos mais moço que a pretendida. Certo dia, logo depois de casado, alegando precisão de viajar a Portugal, partiu para nunca mais voltar. Talvez levando algum dinheiro do dote da incauta. Francisca passou o resto da vida morando com parentes, sem saber se havia ficado viúva ou não. Meu irmão identificou esse “dr. Amaral” como sendo o açoriano Francisco Cândido de Souza Amaral através do assento de matrimônio efetuado em 3 de abril de 1880. Outras irmãs de Joaquim, tias de minha avó, porém, casaram-se bem e foram felizes. Justina, por exemplo, uma das mais velhas, nascida em 1815, casou-se também com homem seis anos mais jovem e, ainda por cima, filho de pai incógnito. Ele era português e morreu muito rico graças, sobretudo, a uma próspera panificadora. Maria, de 1831, casou-se com um médico de origem alemã, o dr. Júlio Henseler, funcionário do serviço de combate à febre amarela no Rio de Janeiro. Viúva, voltou a Iguape.

Por volta de 1880, Joaquim, Felicidade e as três últimas filhas solteiras, Argentina Brasileira, a tia Adinha, de 1860, Placidina Georgina (a tia Có ou Cidoca), de 1864, e minha avó Isabel Brasileira, de 1869, mudaram-se para São Paulo, destinados a nunca mais voltar a Iguape. Assim, aos 57 anos, esse meu bisavô abandonou de vez o seu passado e sua gente para vir “curtir” a pobreza na capital, onde poderia sobreviver lecionando, com o propósito de melhor instruir as filhas mais jovens.

Não deve ter sido fácil essa mudança de cidade. Talvez nem tivessem dinheiro para pagar cinco passagens em qualquer vapor que periodicamente aportava em Iguape vindo do Sul e com destino ao Rio de Janeiro. Preferiram vir pela praia. Não chegaram a Santos propriamente a pé, mas o longo caminho que passava pela Juréia, Peruíbe, Itanhaém e São Vicente fora vencido por carros de boi ou carroças. Vieram pela velha trilha havia mais de cem anos percorrida e desenhada pelo engenheiro militar José Custódio de Sá e Faria, que já localizara todos os pousos de pernoite ali espaçados. Caminho do estafeta, Estrada do Correio, normalmente cuidado pelo governo da Província. Esperava-os em Santos o filho mais velho, Avelino Brasileiro Carneiro, guarda-livros que nas horas vagas cultivava a poesia e a música e, além do mais, era charadista de muita imaginação.

Em São Paulo, Joaquim tratou logo de prestar exames para qualificar-se como professor público; é possível que até tivesse viajado com o intuito de realizar essa prova. Como era bastante letrado, passou sem dificuldades em sessões ocorridas no edifício do Palácio do Governo, no Pátio do Colégio. O novo professor paulistano até chegou a ter um bom círculo de amizades na cidade, mas o fato de não ser casado incomodava. Se em Iguape aquela união talvez parecesse uma pirraça destinada a desgostar ainda mais o avô impertinente e outros admoestadores, na capital, onde ninguém sabia de sua vida pregressa, o amasiamento não era bem visto, normalmente na classe média, pois isso era coisa de gatinha barata. Esse fato convenceu-o a seguir os conselhos do monsenhor Passalacqua, seu amigo, que incitou-o a casar-se com pompa e circunstância na igreja do antigo seminário, hoje igreja de São Cristóvão. Todos os filhos e netos compareceram à cerimônia realizada em 11 de maio de 1887. Nas férias escolares de 1897, Joaquim morre vítima da febre amarela em Santos, aos 74 anos. Felicidade sobreviveu até 1922, na companhia das filhas.

Ao contrário de seu consogro João Lemos, que laborou bravamente para subir nos escalões da sociedade, ou pelo menos fez de tudo para garantir a permanência de sua família no território onde houvesse liberdade com dignidade, rima de

maior importância naqueles tempos em que a brancura da pele era primordial: Joaquim Carneiro, de “sangue limpo” nos quatro costados, unindo-se sem casamento à mestizinha de Iguape e deserdado, não teve meios, vigor nem autoridade para se manter no patamar dos demais parentes e amigos. Essa incompetência foi suficiente para invalidar seus méritos intelectuais, suas iniciativas de entretenimentos culturais, como o seu teatrinho no sobrado da família. Aconteceu o desestímulo e agravou-se a falta de recursos. Disseram-me que, apesar de tudo, até foi um homem cordial e bem-humorado. Seu destino foi algo triste, sem nenhuma reclamação, e nada mais restou a ele a não ser o humilde magistério das primeiras letras em algum arrabalde paulistano. Foi um resignado. Em relação à maioria dos parentes, desceu alguns degraus do estamento familiar enquanto muitos subiram bastante.

Que motivos teriam levado Felicidade do Carmo, minha bisavó de sangue carijó, cerca de 1901, a se deslocar de sua casa, à rua XI de agosto, até a rua da Assembléia, ao estúdio fotográfico de Vicenzo Pastore, para se retratar unicamente com suas filhas e netos? Por que os homens da família foram excluídos? A matriarca, de luto fechado de Joaquim, que falecera então há quatro anos, tem à sua esquerda a filha mais velha, por todos chamada de “Mana Chica”, também viúva desde 1894, que foi a única a nascer com a “morenice” da mãe, com a pele “cor de cuia” dos bugres. Por caprichos da genética, as demais filhas eram claras e parecidas com o pai. À direita de Felicidade, está minha avó, segurando meu pai e minha tia Santinha. De pé, atrás, nas extremidades esquerda e direita, estão Adinha, já com os seus quarenta anos, e tia Có, aos 37 anos, solteironas convictas. As demais mulheres da foto são filhas de Mana Chica. Delas, só Evarista casou-se. As demais, sem casar, moraram juntas com aquelas tias professoras formando uma “república” singular, que eu sempre visitava com a maior satisfação.

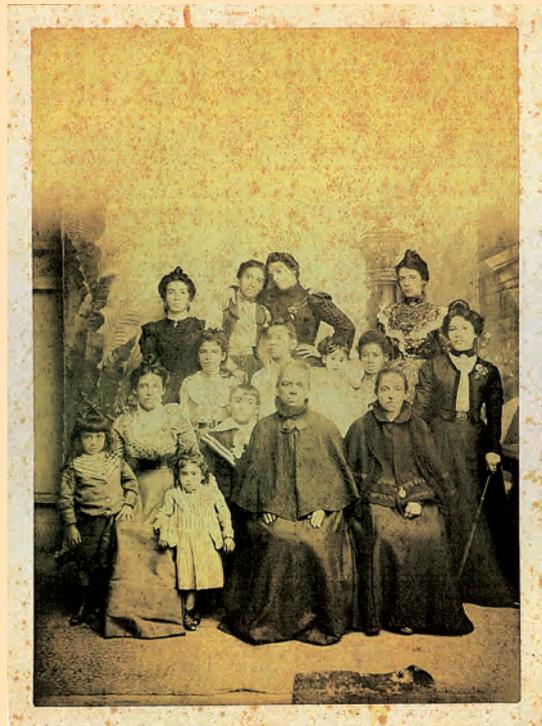


Foto de Felicidade com suas filhas.

Sem mágoas e muito ingenuamente, minhas tias citavam envaidecidas a existência de primos ricos e importantes também chegados a São Paulo e que nunca se viam por um motivo ou outro. Sabiam de outros parentes abastados em Curitiba. Eram vaidosas da gestão de Ciro Carneiro, prefeito de Santos. A vida simples de professoras primárias sempre lhes bastou e, refugiadas na prática religiosa muito próxima da beatice, tinham como escopo de vida o ensino e a caridade. Infundáveis aulas de catecismo que atravessavam os sábados e domingos na igreja de São Gonçalo. Milhares de alunos de grupos escolares passaram pelas suas mãos. Heroínas obscuras absorvidas pelo cotidiano paulistano, tiveram dentro do anonimato uma vida muito bonita, o que não deixou de ser um legado de Joaquim.

Do casamento de Avelino com Isabel

Não tenho nenhuma informação segura sobre a data em que meu avô Avelino mudou-se para São Paulo. Em 1877, aos nove anos, estava matriculado na escola pública de Silveiras e, quem sabe, tenha continuado os estudos em Guaratinguetá. Sua primeira ocupação, pelo que sabemos, foi a de guarda-livros, um estágio acima de caixeiro de estabelecimento comercial. Profissão promissora porque permitia ascensão dentro das organizações e, também, trabalhar por conta própria fazendo a escrita de clientes variados, oportunidade de melhores ganhos.

Conheceu Isabel porque ela sempre passava em frente do seu local de trabalho a caminho da escola. Simpatizaram-se e foi fácil o namoro. Ele era funcionário de uma fábrica de vinagre nas proximidades da igreja dos Remédios. Qual teria sido ali a sua função, não sei. Sei apenas que ela impôs uma condição para a continuidade do relacionamento: que ele estudasse. Já não eram mais adolescentes e, assim mesmo, o namoro foi demorado e o casamento muito bem planejado, pois nenhum deles era amparado por algum dote, a não ser a bênção dos pais. Não veio a ser um matrimônio negociado, como ocorria nas classes abastadas. Casaram-se em 25 de maio de 1895 na sévelha de São Paulo (ela, nos proclamas, diminuiu sua idade para 23 anos, quando tinha a mesma idade do noivo, pois haviam nascido em 1868/1869) e o padre oficiante foi o já nosso conhecido Camilo Passalacqua.



Avelino Lemos ainda solteiro, em julho de 1894.

Naqueles dias do casamento, a capital passava por rapidíssimas transformações por causa do início do ciclo industrial – a pequena cidade dos fazendeiros de café sofria o assalto assustador dos imigrantes. Não pensem que estou exagerando; vejam: no ano de 1900, mais de 40% da população eram só de italianos e, a eles, ainda devemos acrescentar portugueses, espanhóis, alemães, austríacos e mais gente do resto do planeta. Até uma família de escoceses localizei num cortiço, em pesquisa que fiz em documentos no Arquivo do Estado. São Paulo tornara-se, de uma hora para outra, uma cidade cosmopolita e com alguns problemas de confronto social. Preconceituosamente, os brancos “autóctones” da classe média para cima fecharam-se num círculo de ferro, protegendo-se da invasão bárbara, círculo rompido só a partir de 1920 graças ao ouro que os forasteiros enriquecidos tilintavam no Guarujá, território neutro onde eram desfiladas as variadas vaidades. Os brancos pobres locais não tinham muitas prevenções, mas tampouco se uniram aos estrangeiros, iguais nos ganhos medíocres. E, ademais, não se sujeitavam como os de fora a qualquer tipo de trabalho. Pobrememente, viviam à parte. Aos negros, há pouco libertados pela princesa Isabel, e aos mulatos, as escolhas de ocupação eram raríssimas, de vez que, em relação às ofertas de trabalho, constituíam praticamente mão-de-obra desqualificada. Foi dentro desse recém-instalado caldeirão de raças que mergulhou o jovem casal Avelino e Isabel, também dois migrantes dentro de seu Estado. A adaptação ao meio não foi fácil. Para minha avó, por exemplo, comedora de pirão de manema com peixe ensopado, tudo era novidade. Via, atônita, nas bancas do mercado, tomates vermelhos, berinjelas, cenouras, legumes desconhecidos, queijos



*Avelino Geminiano de Lemos
(1868-1948).*



*Isabel Brasileira Carneiro da
Silva Braga (1869-1945), fotos
tiradas provavelmente em 1899.*

em profusão, salames e presuntos insuspeitados pela caiçara de passadio pobre. Avelino já era mais traquejado, pois assistira, se bem que de longe, ao esplendor da vida dos ricos do café no Vale. Convivera com tios abastados e tinha admiração por um deles, o advogado José Crescêncio, que ajudara seu pai a diminuir a dívida junto ao pessoal do Rio de Janeiro.

Meu pai me deixou muitos papéis velhos da família, cadernos de anotações sobre ocorrências importantes, anotações de João Lemos, outras em caderneta de capa de couro, comprada na Casa Garreaux em 25 de fevereiro de 1897, de Avelino e também dele próprio a meu respeito e de meus irmãos. Assim, tenho notícias de todas as doenças de infância de todas as crianças de três gerações. Notícias, igualmente, de estudos e primeiros empregos. Papéis que me foram muito úteis, sobretudo os de vovô Avelino.

O caderno de meu avô foi iniciado dois anos após o casamento, quando ele certamente já era experimentado guarda-livros, que, não sei como, ainda achava tempo para estudar. Escreveu ali, a lápis: “Prestei exame de advogado tirando a respectiva carta em março de 1901”. Isso quer dizer que se tornara “advogado provisionado”, ocupação às vezes pejorativamente chamada de “rábula”. Essa carta talvez indicasse um secreto desejo de voltar à sua terra, pois não seria tão tolo de vir querer trabalhar na capital, concorrendo com os formandos da Academia, ainda mais que o provisionado era tolerado ou aceito pela justiça somente em locais desprovidos de bacharéis diplomados, daí a minha suspeita a respeito do retorno aos pagos, talvez a Estação do Cruzeiro. Afinal, continuou em São Paulo, sempre estudando, o que gostava mesmo de fazer.

No fim desse ano em que se transformara em “advogado”, resolve prestar exame de suficiência (uma espécie de atual vestibular) na Escola Normal, naquela época já funcionando na praça da República, escola que Isabel já cursara. Demonstrando insegurança e, talvez, não observando as conveniências, solicitou ao eminente professor e historiador Basílio de Magalhães, então morador em Campinas, cartas de recomendação aos professores que iriam examiná-lo. O tal exame teria início em 16 de novembro daquele ano de 1901. Basílio de Magalhães respondeu assim:

Campinas, 16 de novembro de 1901

Ilmo. Sr. Avelino Lemos.

Acabo de receber vossa carta de 12 do corrente mês, a qual foi endereçada para o Gymnasio, onde não tenho ido desde terça feira.

Acha-se, portanto, esgotado o prazo para a recomendação que solicitaes e que eu, mesmo no vosso interesse, não vos podia dar.

Posso assegurar-vos que a melhor recomendação para os dois lentes a que vos referistes, – é não lhes levardes nenhuma.

Demais, confio bastante na vossa inteligência e já amadurecido critério, pois não sois nenhuma criança, – não só para serdes aprovado como também para que o sejaes com as melhores notas.

Eis o que, com toda a franqueza, eu vos posso dizer.

Para tudo o mais, em que de algo vos possa valer o meu limmitado préstimo, aqui estou inteiramente à vossa disposição, à rua Alvares Machado, nº 70.

Almejo-vos todas as prosperidades, o vosso ex-professor e amigo, Basílio de Magalhães.

Está claro que Avelino foi aprovado plenamente. “De 84 inscriptos – fui qualificado o 2º”, escreve ao pé da página de registro familiar. No ano seguinte, depois de tratar dos dentes com o dr. Prettyman, matricula-se na tão almejada Escola Normal, para se tornar colega de profissão de Isabel, que nesse momento lecionava em escola de sua propriedade.

Meu avô começou a fazer o “curso normal” aos 34 anos. Basílio de Magalhães tinha razão ao dizer: “Pois não sois nenhuma criança”. Nessa idade e nessa hora, já com três filhos, guarda-livros, contador e advogado provisionado, evidentemente não estaria almejando abrir nova frente de trabalho e, inclusive, já estava bem de vida. Talvez simples vaidade, talvez pagamento de promessa à mulher que, ao se conhecerem, era normalista e exigira dele o mesmo diploma, como bem lembrou tia Adinha.

Em 1902, Avelino já teria trabalhado em São Paulo por mais de quinze anos e sua função de guarda-livros deu-se em estabelecimentos de pelo menos dois negociantes judeus de jóias e relógios, que muito auxiliaram o jovem esforçado chegado de fora para tentar a vida na capital. Depois de Isabel, eles foram pessoas decisivas na sua vida, no seu aprendizado, no seu destino. Logo adquiriu confiança e ganhou amizades nunca esquecidas. Não sei a denominação dessas joa-



Avelino Lemos ao se tornar advogado. A foto traz a dedicatória: “Ao Velico, lembrança da formatura em Direito de seu pai e amigo Avelino Lemos. 1916”.

lherias, mas meu pai sempre declinava os nomes dos patrões benfeitores: Júlio Lyon e Emílio Israel, sobretudo este era sempre citado com muito respeito. Ambos, aos poucos, burilaram o espírito do moço silveirense e nele incutiram não só noções do comércio de alto coturno como procedimentos adequados à clientela refinada. Sem exagero, e isso não foi um desdouro, aprendeu a comer, beber e vestir-se com eles. A tratar com estranhos. Através deles, importou seus primeiros tonéis de vinho de Bordeaux. Foi verdadeiramente um processo civilizatório. É elucidador dessa ocorrência um documento, de setembro de 1900, achado entre seus guardados: trata-se de um compromisso de fornecimento de mobília por parte de um marceneiro italiano, um certo José Vercelli, que se intitula em canhestra letra “marsigniero”, estabelecido à rua Aurora, 86. É um verdadeiro contrato de venda de móveis a serem executados conforme modelos determinados. Meu avô, na sua caligrafia redonda e impecável, ali arrola a encomenda:

Uma cama com pés torneados, para casados.

Dois criados-mudos c/ pedra marmore, um toilette c/pedra marmore c/ commoda e espelho biseauté.

Uma commoda c/ trez gavetas grandes e duas pequenas em cima.

Um guarda-casaca com espelho biseauté e um gavetão.

Um guarda-roupa com duas gavetas, uma por dentro e 1 por fora.

Uma mesa elastica com 5 taboas com pés torneados.

Um étagere com pedra marmore.

Um guarda-louça com pedra marmore c/ duas portas de vidros floreados na parte de cima.

Um trinchante com pedra marmore.

Um guarda-comida com arame.

Essa mobília, toda ela de “canella Preta”, custaria 450 mil réis. Porém, o mais interessante de tudo está na “observação” final do marceneiro:

Os móveis de que se refere este meu compromisso devem ser iguais em todos os pontos de vista aos que em tempo fiz ao Sr. Emílio Israel, podendo o Sr. Avelino Lemos recusar qualquer peça que, confrontando com as fabricadas a aquele Sr. não esteja completamente igual, ficando eu então obrigado a fazer nova peça.

O marceneiro recebeu como parte de pagamento a mobília velha, certamente em desacordo com o novo status do guarda-livros, agora amigo de gente de bom gosto, como o citado Emílio Israel. Avelino, no entanto, custaria a comprar sua casa própria para agasalhar esse mobiliário. Meu pai nasceu na rua da Fábrica, 7,

decerto imóvel alugado; outros filhos nasceram na casa de Felicidade, que morava na rua 11 de Agosto, ou vieram à luz na rua da Consolação, 176, esquina da rua São Luís, em frente à moradia dos Souza Queiroz. Já a caçula Cyomara, a tia Marizinha, nasceu, em 1917, na casa que finalmente Avelino comprou na rua da Liberdade, 159. Essa aquisição foi muito importante para sua imagem, porque se tratava de ótima construção térrea neo-renascentista, a moda introduzida pelos “caspomastri” ecléticos, afastada cerca de dez metros do alinhamento da rua, em dissonância com as demais residências do longo quarteirão, tendo, assim, um belo jardim na entrada. O seu terreno, muito inclinado para trás, ia até a rua Taguá, bem em frente à residência neocolonial de Ricardo Severo. Devido ao declive do lote, possuía vasto porão onde, inclusive, acomodavam-se os tonéis de vinho e a adega. Depois de casados os filhos, o casarão foi alugado para a Guarda Noturna, organização militar que a depredou, fazendo repartições internas e puxados mil. Foi o único imóvel que meu avô deixou em seu patrimônio amealhado em toda a sua vida.



Avelino Lemos e sua mulher Isabel, mais os filhos Iraci e Jacira, de pé, e Santinha, a filha mais velha da prole. Foto tirada na casa da rua da Liberdade, c. 1920.

Essa casa foi vendida por meu pai em 1944, como procurador da família, por mais de 450 mil cruzeiros, dinheiro que permitiu a todos a compra de casas próprias, sobretudo aos irmãos de Belo Horizonte.

Em 1916, um ano antes de tia Marizinha nascer, Avelino concluiu o curso de Direito na Academia do largo de São Francisco. Já não era mais um simples rábula e passou a usar anel com imenso rubi. Por esse tempo, estava outrossim estabelecido há alguns anos com casa de penhores em sociedade com Francisco Alves de Magalhães Bastos, funcionando na travessa do Grande Hotel. Creio que por volta de 1917 esta “sociedade em nome colectivo” desfez-se, ficando meu avô trabalhando só, até quando não sei. Num cartão de visitas datado de abril de 1933, onde cumprimenta minha mãe pelo seu aniversário, está impresso que era “advogado e contador”, fazendo “serviços forenses e de contabilidade mercantil em geral”. Seu escritório era na rua Wenceslau Brás, 7. Nessa época, talvez continuasse com a casa de penhores, sem freqüentá-la, no entanto. Em seu lugar teria ficado operando o sobrinho de Isabel, Esaú Martins Ribeiro. Quando era menino, cheguei a ir lá, na rua Barão de Paranapiacaba, duas ou três vezes na companhia de meu pai. Numa delas, quando saía, meu avô chegava e me lembro que ficamos conversando na porta.



Envelope da casa de penhores de que Avelino Lemos era sócio. Vê-se que o logotipo do estabelecimento está visivelmente inspirado na assinatura daquele advogado.



Cartão de visitas de Avelino Lemos, onde está representada sua assinatura ou “marca”.

Avelino Lemos era, enfim, um estudante compulsivo, devorador de livros, autor de infinitas notas nos rodapés, com sua letrinha miúda e muito desenhada. Às vezes, não chegando para tanto as margens dos textos, colava folhas em branco entre páginas do livro para tecer seus comentários críticos. Era vaidoso de seu saber, que poucos teriam igual, pelo menos as pessoas de seu convívio achavam-no

um luminar. Na verdade, ele merecia uma classificação especial, seria um “novo-rico de saber”, embora para as pessoas de fora parecesse ser, também, um “novo-rico de dinheiro”, pois gostava de se mostrar, vestia-se com muito esmero e adorava jóias, a começar pelo referido anel de grau. Suas camisas traziam colarinho e punhos removíveis e sempre engomados e os peitos eram de tecido diferenciado do pano das mangas e costas. Em vez de botões comuns, usava abotoaduras de ouro guarnecidas de brilhantes ou de outra pedra nos punhos, na frente e no decote do colete. É claro que somente usava gravata-borboleta, pois o outro tipo, caído no peito, iria ocultar suas gemas preciosas. Simples ostentação, procurando igualar-se aos elegantes da época, mas nunca foi um pernóstico. Vestiu-se assim até ficar inválido. Dândi tardio. Outro indício desse processo de firmação pessoal foi o projeto de sua assinatura após 1905, aos 37 anos. Sim, projeto, porque deve ter sido exaustivamente estudada a disposição das letras e dos traços em busca do que chamamos hoje de logotipo. Enquanto ordinariamente as assinaturas das outras pessoas resultam da sua caligrafia, a sua firma foi elaborada com uma intenção determinada a fim de personalizá-lo na sociedade. Não seria uma assinatura distraída de quem simplesmente rubrica um papel. Era mais que isso, era o seu brasão heráldico, uma obra de arte caligráfica a lhe representar, tanto que era reproduzida em seu cartão de visitas. Logo a adaptou à marca de sua casa de penhores Bastos e Lemos.

Creio que meu avô estudava unicamente para satisfazer seu ego, porque nunca foi um ambicioso intelectual no sentido de abrir caminho através do saber. Nunca pensou em política. Não foi professor e jamais pertenceu a academias ou associações culturais. Não ia nem a cinema nem a teatros.

Avelino Geminiano Lemos foi claramente um homem aperfeiçoado pelos estímulos da sociedade que passou a freqüentar quando saiu do ambiente restrito da cidade roceira de Silveiras. Na ascensão social, foi muito além de seu pai João Lemos e, inclusive, de seus irmãos. Não enriqueceu, mas levou uma vida muito boa no seio da família, onde amava estar com todos à volta da mesa



Avelino Lemos com o neto Gilberto Marcondes Machado Filho (1930-95).

farta. Creio que se sentiu plenamente realizado. Confesso que eu tinha uma espécie de medo dele. Medo talvez não seja a palavra apropriada, seria um vago temor resultante da expectativa de ser apanhado em alguma falha de aprendizado na escola, que pudesse demonstrar não só desatenção mas também incapacidade intelectual, que poderia ser considerada burrice. Mal terminados os cumprimentos nas visitas que fazia, depois que mudamos para São Paulo e eu já cursando o Ginásio do Estado, começava ele com cobranças para aquilatar meus conhecimentos em variadas disciplinas. O latim era sua matéria preferida. Achava-o simplesmente um velho chato e creio mesmo que ele me julgava um neto decepcionante, depositando mais esperanças nos outros, filhos de minhas tias. Pode ser que tudo isso resultasse da falta de convívio freqüente. Nunca foi à nossa casa, o que vovó Isabel fez uma única vez, quando mudamos para a rua Cristiano Viana. Talvez alguma aversão à conduta “orgulhosa” de minha mãe. Nunca se bicaram bem. Meu pai nada comentava. Hoje, sessenta e tantos anos depois, penso de modo diferente e mantenho muito respeito pela sua memória.

E Isabel? Isabel Brasileira Carneiro foi, como as irmãs, uma professora nata e, por isso, dedicada. Acredito que as sucessivas maternidades impediram-na de lecionar em escolas públicas, o que justificou a abertura de uma escola particular para crianças do bairro. Ela e o marido ilustraram-se estudando e convivendo com pessoas bem situadas em sua vida profissional. Com os parentes e no recesso do lar, no entanto, levavam uma existência extremamente simples, própria de seus locais de origem. Possuíam bom mobiliário, como vimos, louças finas, cristais e pratas. Eu me lembro de salvas cinzeladas em cima do *etager*, da grande toalha de grosso pano verde cobrindo a mesa de jantar, tendo ao centro uma magnífica fruteira art-nouveau de metal fundido, talvez antimônio, ostentando uma mulher seminua em lânguida posição enquanto empunhava o prato de vidro. Artefatos finos, mas a casa numa desordem singular, dando a impressão de que ninguém dava o devido valor ou respeito aos objetos ali acumulados. Que eu me lembre, nunca tiveram criados no sentido verdadeiro da palavra. Havia, como nas outras casas de classe média, uma criadinha para os serviços pesados. Recordo, quando era menino de sete ou oito anos, de Isabel cozinhando no fogão a carvão, que impregnava a casa toda com cheiro característico, o seu prato preferido: camarão com chuchu. Até hoje a vejo debulhando, sobre a panela, os camarões secos enfiados num fino espeto de taquara. Rememoro ainda que, nesse momento, ela conversava sobre uma solenidade qualquer no Vaticano com uma tia, talvez Santinha, quando eu então perguntei: “Por que o Papa se veste com roupas de ouro quando tem tanta gente pobre no mundo?”. Nitidamente me

recordo do olhar inteligente que dirigiu à sua interlocutora, com certeza pensando: “O que será que a mãe protestante deste menino estaria ensinando a ele?”. Minha tia pegou no ar aquela indagação visual da mãe e me deu uma explicação qualquer, de que não me lembro bem agora, mas que se referia, decerto, às magnificências necessárias ao culto da glória de Deus. Esse foi um dos momentos marcantes da minha infância, porque aprendi que um mesmo assunto poderia ter vários enfoques ou explicações. Também está bem gravada na minha memória a cena em que vovó está de costas para uma janela aberta, com um dos cotovelos apoiados no peitoril, fazendo gestos teatrais com o outro braço enquanto declamava com voz tonitruante versos inflamados. Meu pai depois me explicou que se tratava do poema “Navio Negroiro”, de um poeta baiano chamado Castro Alves. Ela estudara declamação e de vez em quando, sobretudo aos domingos, recitava acompanhada por Santinha ao piano. Essas sessões há anos se repetiam e sempre era a mesma comoção dos mesmos ouvintes. Foi um casal feliz.

No início da década de 40, meu avô sofreu um derrame, ficando praticamente inválido, sofrendo numa cadeira de balanço, enrolando palavras ininteligíveis e só enxergando bem à sua volta quando alguém solícito lhe abria com os dedos as pálpebras caídas. Foi levado de mudança para Belo Horizonte com Isabel, lúcida mas fraca pelo diabetes, para serem cuidados pelos filhos que lá moravam. Avelino morreu na madrugada de 24 de março de 1948, quando Isabel já havia falecido três anos antes. Tiveram dez filhos¹⁹, dentre eles meu pai, o primogênito, que assinava Lemos Júnior.

19. Avelino e Isabel tiveram os seguintes filhos:

1. Avelino Lemos Júnior, meu pai, nascido em 5/1/1897.
2. Noêmia Lemos, a tia Santinha, nascida em janeiro de 1899. Morreu solteira.
3. Adelino Iracy Lemos, de agosto de 1900. Morreu de coqueluche em 1903.
4. Iracy Lemos, nascido em janeiro de 1904. Casou-se com Yolanda Barbieri. Com geração em Cruzeiro.
5. Jacyra Lemos, de setembro de 1905. Casou-se com Gilberto Marcondes Machado. Com geração em São Paulo.
6. Ruth Lemos, de agosto de 1908. Casou-se com João Alves Leite Filho. Com geração em Niterói.
7. Dinah Lemos, de dezembro de 1909. Casou-se com Ariovaldo de Castilho Reis. Com geração.
8. Laerte Lemos, de agosto de 1910. Casou-se com Elza Ferretti. Com geração em Belo Horizonte.
9. Murilo Lemos, de março de 1913. Casou-se com Maria José Ferraz. Sem geração.
10. Cyomara Lemos, nascida em janeiro de 1917. Solteira.

*O Lado Materno, Gente do
Vasto Mundo Mineiro*

A família Luz

O pai de minha mãe, Félix Antônio da Luz Sobrinho, pertencia a uma legítima família mineira do chamado “território das vertentes”, isto é, da vasta área da Serra da Mantiqueira voltada para o quadrante norte, cujos rios correm na direção noroeste, indo participar da bacia do Prata, ao contrário da região dos históricos arraiais de mineração como Ouro Preto, Mariana, Sabará, Minas Novas etc., que pertencem à bacia do São Francisco. Esses campos das vertentes também tiveram suas corrutelas que, no entanto, foram de produção aurífera mais modesta e com catas logo esgotadas. Daí a população local ter sido em pouco tempo chamada às lides agrícolas, especialmente à pecuária. São João del Rei estava em situação estratégica, entre as duas bacias, enquanto aos paulistas era lugar de passagem a quem fosse para os arraiais da zona de Ouro Preto, era, outrossim, o centro comercial abastecedor das vilas das vertentes situadas na cabeceira dos rios Mogi-Guaçu, Pardo, Sapucaí e Grande, vindo a fazer o papel de “capital” regional. Quando o ouro acabou, no último quartel do século XVIII, naquela imensidão sem estradas e de terras nada especiais, a pecuária foi a opção plausível. Qualquer produção agrícola intensiva teria dificuldades de transporte às regiões de consumo, com decorrente encarecimento do carroto, cujo preço estaria acima dos custos do mercado. O gado, por sua vez, andava com as suas próprias pernas e teria preço menos agravado na locomoção. E a pecuária exigia escassa mão-de-obra, sendo muito reduzida a escravatura e daí a população rarefeita e a pequena incidência de cruzamentos interétnicos, sendo raros os mulatos com alguma ascendência social. Predomínio flagrante de portugueses e descendentes inclusive fazendo serviços subalternos.

Esses reinóis merecem um minuto de reflexão porque eles nos interessam primordialmente neste texto. Precisamos ter bem nítido este quadro: as minas gerais

de ouro foram descobertas pelos bandeirantes mamelucos possuidores de uma cultura muito bem definida, plasmada na solidão do planalto de Piratininga. Eram, entretanto, poucos em número para colher todo aquele imenso tesouro espalhado pelos leitos dos rios, nos grotões e nas grupiaras. Daí a grande invasão. Aventureiros vindos de além-mar, de Portugal e das ilhas atlânticas, em pouquíssimo tempo entupiram aquelas dobras de montanhas, não deixando pedra sobre pedra, comandando vasta escravatura trazida do Nordeste açucareiro decadente. Esses brancos recém-chegados, muito poucas as mulheres, representavam Portugal transplantado diretamente, sem estágios de adaptação, como ocorrera no litoral ou no mundo bandeirante. Disso decorre, depois de várias gerações, não existir propriamente um tipo de caipira mineiro que lembrasse o mundo mameluco, sobretudo nos Campos das Vertentes, só então camponeses de velha cepa lusitana ali aclimatados. Creio que apenas agora o assunto envolvendo famílias luso-mineiras acomodadas há mais de nove gerações no vasto anfiteatro daquelas encostas citadas está a merecer a atenção de sociólogos, historiadores e genealogistas. O que temos percebido, estudando esse tema, é que daqueles velhos casais brancos resultaram vários grupos familiares, verdadeiros clãs, muito ciosos de suas virtudes e origens, estando sempre desfechos de miscigenações “desinteressantes”. A consangüinidade foi uma decorrência da segregação dessa população de origem portuguesa. Aqui assumiram usos e costumes peculiares, tendo em vista as características e os recursos do meio hospedeiro. Esse assunto é muito vasto e vamos ficar por aqui, já que a questão está superficialmente entendida, mas suficiente à nossa narração.

Bem no início do século XIX, houve o incremento de um surto migratório de famílias e mais famílias desse povo das vertentes na direção noroeste, no sentido da correnteza daqueles rios, rumo quase que perpendicular ao traçado do caminho de São Paulo a Goiás, a trilha de Anhangüera. Observando o atual mapa de Minas Gerais, vemos que o Triângulo espelha com precisão o destino da pecuária em busca de pastagens – aquele nariz político-administrativo do mapa do estado é conquista do gado andejo comboiado por gente vinda lá de São João del Rei, de Carrancas, de Lavras e dos sáfáros cavoucos das cabeceiras do Sapucaí. Sesmarias imensas foram distribuídas entre esse povo ávido de pastagens e de terras para a prática da agricultura de subsistência. Sesmeiros de imensa filharada, agregados mil, parentes ou não, e alguma escravatura povoaram os ermos rios abaixo, invadindo território paulista e fundando cidades como São João da Boa Vista, Mogi-Mirim, Mococa, Cajuru, Franca, Batatais (antigo pouso bandeirista), Ribeirão Preto

até São José do rio da mesma cor. Sant'Ana do Paranaíba, em Mato Grosso, é a localidade mais a oeste fundada por esses mineiros, os Lopes e os Garcia. Com os pecuaristas, então, vieram os artesãos em geral, numerosos e muito necessários naquele mundo longínquo; os negociantes, os padres e os funcionários administrativos etc., etc. Distâncias enormes eram percorridas pelos mascates do comércio ambulante. E assim se apossaram do vasto território as famílias Garcia, Figueiredo, Lopes, Meireles, Junqueira, Vilela, Rezende, Andrade, Carvalho, Dias, Souza Dias, Souza Lima, Pereira Lima, Pereira da Silva, Magalhães, Arantes, e também os Luz. Todos eles se orgulhavam de possuir ascendentes comuns, provindo de meia dúzia de casais lusitanos aqui chegados nos tempos difíceis das primeiras catas. São muito lembradas, por exemplo, as chamadas “Três Ilhoas”, três açorianas prolíficas que povoaram o amplíssimo deserto até além de Goiás. Vários estudiosos se debruçaram sobre esse tema relativo à descendência dessas mulheres matrizes de vasta população. A meu ver, o principal deles foi o advogado José Guimarães, de Ouro Fino, que conduziu pesquisas com a maior seriedade e com quem me correspondi durante as décadas de 40 e 50, sendo a ele extremamente grato por tudo que me ajudou e aconselhou¹.

Descendo pelos Luz e pelos Figueiredo de uma dessas açorianas, Júlia Maria da Caridade, nascida em 1707 na freguesia de Nossa Senhora das Angústias, ilha do Faial, e casada em 1724 em São João del Rei com o seu conterrâneo Diogo Garcia. Seria fastidiosa a enumeração das sucessivas gerações que me separam dessa ilustre senhora. Basta dizer que tanto José Guimarães como Ari Florenzano, o historiador de Lavras, me comprovaram através de documentação hábil aquela ancestralidade. Seria interessante, porém, verificar como surgiu a família Luz do Sul de Minas, já que se trata de descoberta de minha lavra pesquisando no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de São Paulo. Lá descobri de onde surgiu esse sobrenome examinando o processo de *genere et moribus* do padre Antônio Nogueira da Luz, nascido em Baependi, em 1738. O referido apelido veio de uma certa Maria da Luz, nascida em Baependi, em 1723, filha de paulistas antigos, que se casou com o português Manoel Martins Covas. Não sei ao todo quantos filhos tiveram; foram pelo menos três, conforme Ari Florenzano. Todos assinavam Luz como sobrenome final. Dentre eles descendo de Francisco Martins da Luz, tam-

1. Além de José Guimarães, escreveram sobre as famílias mineiras das vertentes Ari Florenzano, Daice Ceribeli Antunes de Freitas, Marta Amato e Ricardo Gunbleton Daunt. Desse último autor, ver *O Capitão Diogo Garcia da Cruz*, ed. particular, São Paulo, 1974. Revista e aumentada.

bém nascido em Baependi em 1740. Os outros dois chamavam-se Mateus da Luz e Manoel Joaquim da Luz, e deles provém toda uma progênie de ilustres magistrados e políticos mineiros como o conselheiro, ministro e deputado Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, homem público do tempo de dom Pedro II, e como Carlos Coimbra da Luz, presidente da República por algumas horas naqueles dias tumultuados após o suicídio de Getúlio Vargas. O meu ramo, no entanto, não gerou ninguém ilustre, só produziu gente da roça. Roceiros, digamos fazendeiros, sem instrução, poucos sabendo ler e escrever com desenvoltura porque foram criados em sítios de parques recursos, longe das cidades onde poderia ter havido alguma escola. Nas longínquas propriedades rurais, às vezes demorava algum mestre que, em delimitados meses de pernoite, tentava alfabetizar as crianças e os adolescentes. Raramente as meninas se ilustravam. Vejamos o exemplo da baronesa de Monte Santo, legítima Figueiredo do Jaborandi lá dos lados de Cajuru: ela era analfabeta convicta, capaz de abrir o livro de rezas de cabeça para baixo durante a missa. O meu lado Luz era desse tipo de poucas luzes; bastava-lhe o nome. Pessoal andejo, de Baependi e de São João del Rei, passou por Carrancas, depois por Três Corações do Rio Verde para chegar e se afazendar em Monte Santo, tendo freqüentado Cajuru. Em Minas, tirando as famílias assentadas em primitivas sesmarias, as quais eram repartidas em sucessivos inventários entre os sempre numerosos herdeiros, o que fazia surgir os grandes conglomerados rurais habitados por um só sangue, os demais personagens, sem terra própria, perambulavam daqui prali, experimentando culturas sazonais em eventuais arrendamentos. Os maços de população daquela região paulista invadida por mineiros mostram claramente a mobilidade de certas famílias, especialmente nos últimos anos do século XVIII. Definitivamente, o meu ramo Luz ancorou-se em Monte Santo, por volta de 1850, numas terras chamadas de Itiguaçu.

Aquele meu ancestral anteriormente citado, Francisco Martins da Luz, casou-se em 1783 com Joana Isidora Nogueira, nascida em Baependi em 1750, descendente do celebrado Tomé Rodrigues Nogueira de Ó; por isso ele comparece no Silva Leme, volume 6, p. 432, o que faz com que a família seja também paulista quatrocentona. O casal acima gerou Francisco Antônio da Luz, batizado em Carrancas em novembro de 1790. Este, por sua vez, casou-se com Rita Felícia de Cássia, da mesma vila, nascida em 1807, descendente, outrossim, da famosa ilhoa Júlia Maria da Caridade. Tenho uma reprodução de velha fotografia dos dois sentados lado a lado, muito hirtos e nada afeitos às poses costumeiras ensaiadas na frente das antigas câmaras fotográficas. Ela nem usa o “vestido de tirar re-

trato”, apenas enverga panos brancos, mostrando claramente qual era a moda vigente naquelas paisagens mineiras. Se as vestes fossem pretas, seria uma legítima aldeã portuguesa, no entanto, tinha atrás de si pelo menos cem anos de sertão. Ele também se parece com um mondronço, com sua fitinha preta usada à guisa de gravata e com seu guarda-chuva que, na simbologia dos antigos registros fotográficos, só poderia significar a precaução, a prudência do camponês bem vivido. Esse Francisco Antônio da Luz não pode ser confundido com o seu primo de igual nome, pertencente ao ramo ilustre e urbano dos Luz a que já me referi.

Em 1840, em Três Corações do Rio Verde, nasce o meu bisavô Francisco Antônio da Luz Júnior, por apelido, Pachico. É incrível, mas nada sei sobre ele, nem fotografia dele existe. Só sei que lavrou a terra, certamente terra alheia, porque ficava num lugar distante da propriedade paterna, nas paragens do Cuscuzeiro, Santo Antônio da Alegria, em Cajuru. Ficou casado pouco tempo: faleceu de repente, sete anos depois das bodas efetuadas em Monte Santo, em 1862. Sua mulher, que cheguei a conhecer, pois morreu com mais de cem anos, era a “vovó” Geraldina Constância de Figueiredo, outra descendente da ilhoa Júlia Maria da Caridade. Ela pouco tempo ficou viúva, pois logo contraiu matrimônio com o cunhado Maximiano, de quem não teve filhos. Na sua primeira e breve experiência conjugal, ela gerou dois filhos: Antônio e Félix Antônio, ambos nascidos nas terras do Cuscuzeiro. Félix Antônio da Luz Sobrinho, nascido em 1866, era o meu avô. Órfão de pai, criado na roça de Monte Santo sob o olhar vigilante e bastante severo da mãe, foi instruído para as dificuldades da vida pelo tio e padastro, que dizem ter sido a bondade personificada².



Francisco Antônio da Luz (1790-1874) e sua mulher Rita Felícia de Cássia (1807-82).

-
2. Minha bisavó Geraldina Inocência de Figueiredo foi filha de Bento José da Silva e de Mariana Vilela de Figueiredo, que restara viúva de Mateus Justino Garcia de Figueiredo, seu parente. Sobre esse cidadão, ver o trabalho de Ricardo Gunbleton Daunt.

A família Cerqueira Leite e a história de Antônio Pedro

Vemos pelos papéis que consultei no Arquivo do Estado e pelas informações preciosas do advogado José Guimarães, de Ouro Fino, recolhidas nos arquivos sul-mineiros, que esse ramo de minha família também se prende a velhos troncos bandeirantes e à presença de reinóis aqui chegados na metade do século XVIII.

falam e p[ro]m[iss]o[ra] da Salto Galo. (Certo quinta pessoa de
 bens e muito bom para da terra e por verdade. He p[ro]
 e p[ro] este de minha letra e signal A. de Lima.
 Em de Junho de 1755 ano.

Francisco Afonso de Lima

3096585

Trecho final de uma promissória a que, antigamente, se dava o nome de “devo que pagarei”, passada no Rio de Janeiro em 1º de junho de 1755, por Francisco Afonso de Lima. O fato de o documento ser de sua “letra e signal” indica o bom nível de instrução daquele negociante, o que era raro naquele tempo, pois o analfabetismo era praticamente generalizado.

Podemos começar nossa história falando de um português de Braga, chamado Francisco Afonso de Lima, que aqui se casou na capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, em 16 de novembro de 1751, com a carioca Josefa Maria do Espírito Santo. Era rico negociante, pertencente à esperta classe de mercadores lusitanos que, em vez de ir tentar o garimpo nas minas, preferiram trabalhar em território paulista como intermediários atacadistas entre os pequenos produtores de gêneros (sobretudo açúcar, aguardente, fumo e toucinho) e os arraiais de Minas Gerais, de modo especial os mais acessíveis, como aqueles das vertentes, atingíveis por São Bento do Sapucaí ou pelo vale de Jaguari, onde se instalou a atual cidade de Bragança. Esses negociantes portugueses não ficaram só em São Paulo (sítio estratégico porque podia captar a produção tanto da zona ituana como de Sorocaba, célebre sede de famosa feira de mueres tangidos do Sul); mas também se fixaram ao longo do Paraíba, comerciando com a mesma “fazenda”. Vieram a constituir uma espécie de sangue novo no quadro mameluco, que estava acabando de sofrer as conseqüências de demorado abandono por parte do gover-

no ultramariano após o desmembramento da capitania, com a perda do controle das minas. Sangue novo que se aliou rapidamente às velhas famílias, provocando mudanças nos hábitos e costumes da sociedade, com novas contribuições, até mesmo na arquitetura. Pois esse meu ancestral de que falávamos pertenceu a essa nova classe que chegou a assumir o poder político, especialmente a partir do governo do morgado de Mateus.

Assim, Francisco Afonso de Lima mantinha, através de seu estabelecimento na rua da Quitanda, contato freqüente com entrepostos mineiros, possuindo, inclusive, correspondentes. Morreu rico, mas não sabemos com que idade chegou e quanto tempo morou em São Paulo. Deveria já ser entrado em anos quando casou-se, porque faleceu subitamente em 23 de novembro de 1755, exatamente quatro anos depois de suas bodas, tempo suficiente para conceber três filhos. Morreu de repente, porém havia feito testamento, e seu inventário é bastante elucidativo sobre seus negócios. Deixou muito dinheiro amoedado, jóias de ouro com pedras preciosas, grande quantidade de prata lavrada e imóveis.

Sua filha caçula Antônia Maria de Jesus Lima, nascida em outubro de 1754, casou-se com o reinol Francisco da Costa Pereira Requião na sé de São Paulo, em 2 de março de 1771. Esse cidadão, que passou a assinar Requião aqui no Brasil, para indicar ser natural daquela freguesia de Braga, era filho de um certo Frutuoso da Costa Pereira, responsável pela história corrente na família Cerqueira Leite a respeito de nosso judaísmo. Diziam os mais velhos que descendíamos de um cristão-novo chamado Richion da Costa Lima, morto de desgosto ao saber do naufrágio de um seu navio carregado de preciosa carga. O nome Richion (pronunciava-se “Riquión”), em quatro ou cinco gerações, através da história oral, nasceu da corruptela de Requião. Quanto ao alegado judaísmo, nada sabemos de certo, talvez fosse uma informação verídica, porque nem tudo é falso nessas histórias que correm de boca em boca, dos mais velhos para os mais novos. Os fatos básicos conservam-se críveis enquanto são acompanhados ou envoltos por fantasias que nos cabe analisar e extirpar. É válido o ditado “Onde há fumaça, há fogo”, e nessa hora do resgate da memória antiga há que se ter perícia na tentativa de se transpor a opacidade do fumo e a barreira das cinzas depostas à volta e trazer a brasa ainda viva e rubra à luz de nossos dias. Requião era o resquício da verdade empanada pela imaginação romântica da família. Essa minha descoberta ligada àquele sobrenome nos documentos deixou alguns desapontados, pois a história do judeu que chorou na praia a perda do navio chegara até a ser impressa em publicação genealógica feita sob encomenda.



Assinatura de Francisco da Costa Pereira Requião. Como o sogro, também possuía boa letra.

Francisco da Costa Pereira Requião, nos documentos e nos maços de população da cidade de São Paulo, desde os dias de seu casamento é qualificado como “homem de negócio desta cidade”. Em 1772, tinha 29 anos e era, também, “sargento do número”. Três anos depois, já era sargento de ordenanças e morava na rua da Quitanda em casa herdada de seu sogro. Por volta de 1780, muda-se com toda a família para Sant’Ana do Sapucaí, onde morava um seu irmão, Manoel, que havia mais de vinte anos negociado e se correspondera com Francisco Afonso de Lima. Requião morreu rico em 3 de junho de 1791; deixou testamento onde faz referência a negócios vários, inclusive com comissários do Rio de Janeiro. Sua mulher Antônia Maria de Jesus Lima ainda era viva em 1834, conforme interessante documento que copiamos, quando estava ocupada na avaliação de dois jovens escravos, que desejava doar em seu testamento, ora em elaboração, a dois netos, um deles minha trisavó Cândida Pereira Lima. Tinha então oitenta anos.

Francisco da Costa Pereira Requião deixou cinco filhos e o mais novo deles foi Silvestre da Costa Lima (lembremo-nos de que aquela freguesia de Braga chamava-se exatamente São Silvestre de Requião), cuja data de nascimento desconhecemos, coisa acontecida por volta de 1780. Esse Silvestre deve ter tido uma personalidade marcante, porque suas histórias chegaram vivas, como se fossem recentes, nas conversas até de bisnetos em plena São Paulo dos anos 40. Ele seria o filho de Richion, o armador sem sorte. Era chamado de “capitão Silvestre”, mas nada tinha de militar, pois foi professor de muito renome em Sant’Ana. Talvez tenha sido capitão da Guarda Nacional. Enquanto isso, bom poeta e ótimo repentista. Mário Cerqueira Leite, o Velho, chegou mesmo a me recitar quadrinhas de seu bisavô, infelizmente não registradas por mim. Contou-me o idoso parente que, na metade do século XIX, naquela cidadezinha mineira, havia o hábito da distribuição de

pasquins, pequenas sátiras em papeluchos afixados em locais de ampla visibilidade e freqüentados pela população em geral, quando não passavam de mão em mão, fazendo todos rirem muito dos versos maldosos, picantes e engraçados. Silvestre dominava no campo dos pasquins. Improvisava trovas mordazes bastante engraçadas, levando todos ao riso, fazendo esquecer até prováveis ofensas escondidas atrás das rimas. Entre os repentistas locais havia desafios circulando pelos pasquins espalhados em sítios estratégicos. Houve um dia em que Silvestre superou-se: seus versos chegaram a público um pouco antes daqueles de seus desafiantes, cujos epigramas assim tiveram anulada a surpresa das pilhérias versejadas. Tudo aconteceu devido a uma coincidência: seus reptantes, por acaso, estavam elaborando, entre gargalhadas e talagadas de cachaça, os seus desafios poéticos nos fundos de uma venda contígua ao pomar do vasto quintal de Silvestre, que tudo ouviu, por estar ali colhendo frutas. Escutou ditos espirituosos alusivos a pessoas amigas, inclusive ele. Alguém perguntou: “Quem é o pestanudo?” “É o Silvestre papudo”, respondeu outro, provocando risos. Silvestre, pé ante pé, afastou-se e, com o mote escutado entre as ramagens, elaborou o seu pasquim, que mandou espalhar por onde certamente iriam andar os seus opositores já de antemão ridicularizados em perfeitas caricaturas. Silvestre era mesmo impossível.

Silvestre da Costa Lima, o mestre poeta, casou-se muito bem, em 1800, em Sant’Ana, com Ana Pereira de Souza, pertencente à antiga família do lugar. Exageradamente, falavam seus descendentes que ela morreu com 130 anos. Na verdade, nascera em 1786 e não sabemos quando morreu. Era filha de um ricoço português, José Pereira de Souza, nascido por volta de 1712 em São Miguel de Veire, que amealhara fortuna no garimpo. Recolheu, ou melhor, seus escravos recolheram nas cabeceiras do Sapucaí, em poucos anos, 6.400 oitavas de ouro. Em seu testamento, deixou 64 oitavas à Senhora Sant’Ana, cumprindo promessa antiga pela qual lhe daria uma oitava de cada cem que retirasse de suas lavras. Ficou solteiro até os 63 anos, o que não impediu tivesse tido, no entanto, muitos filhos naturais.

Casou-se em 1775 com Anacleta Inácia Joaquina, filha de Antônio José da Rosa, escrivão dativo de Sant’Ana desde 1748 e signatário, em 1750, da posse



Cândida Pereira Lima (1807-90), mãe de Antônio Pedro.

mineira do território onde morava. Tiveram oito filhos e José Pereira de Souza morreu viúvo em 2 de setembro de 1797 no seu “sitio do Moinho”, aos 85 anos de idade.

Silvestre da Costa Lima e Ana Pereira de Souza, segundo o reverendo Eduardo Carlos Pereira, seu neto, tiveram sete filhos, sendo que o terceiro parto foi o de Cândida Pereira Lima, minha trisavó, nascida em agosto de 1807.

Cândida, filha de Silvestre, o professor de muitos alunos em Sant’Ana, teve educação esmerada: escrevia muito bem, usando sempre o pronome vós, com bonita letra. Conforme os pendores familiares, casou-se, em 30 de abril de 1822, com Antônio Remígio Ordonhes, conceituado mestre de primeiras letras, natural de Meia Ponte (hoje Pirinópolis), em Goiás, que morava em Sant’Ana na companhia de sua mãe Maria Bárbara da Conceição havia pelo menos treze anos, pois, em 1809, recebera de Vila Boa de Goiás um documento, localizado por José Guimarães na diocese de Pouso Alegre, informando ter ali falecido, em 1804, José Duarte Correia e Sá, seu pai. Sua mãe era separada do marido e vivia na companhia de José da Silva Barros. Mudara-se para Sant’Ana do Sapucaí talvez atrás de parentes.

Antônio Remígio Ordonhes nasceu em 1796, e descobrir sua ascendência foi para mim o maior desafio, dada a grande dificuldade de consultar arquivos goianos. Hoje já não tenho ânimo nem paciência para esse tipo de empreitada. Em resumo, sei que ele pertencia a velhos troncos paulistas; só não sei dos pormenores. Esse assunto preocupou muito o genealogista Carlos da Silveira, dono de uma incrível intuição. Morreu afirmando que meu bisavô Antônio Pedro de Cerqueira Leite e seu pai, Antônio Remígio Ordonhes, certamente pertenciam à mesma família do general Glicério, o republicano de Campinas. Ele sempre dizia que ninguém prestava a atenção num antiqüíssimo hábito dos antigos bandeirantes, perpetuado pelos caipiras paulistas, seus sucessores, que era o de repetir sobrenomes de duas ou três gerações passadas ao batizar as crianças recém-nascidas. Era muito comum um filho receber o nome completo do avô, um sobrenome composto de apelidos familiares dos bisavós paternos ou maternos. Os velhos paulistas, sobretudo fora de São Paulo, mantinham viva a intenção de perpetuar a memória de seus anteriores. Está aí a obra de Pedro Taques, o primeiro codificador dos clãs mamelucos, para comprovar esse interesse. Carlos da Silveira teve a paciência de montar duas ou três árvores genealógicas de velhas famílias para mostrar a repetição de sobrenomes com intermitências de até quatro gerações. Um Borges de Cerqueira, de meados do século XVII, por exemplo, tem o seu Cerqueira ressuscitado cem anos depois no seu tataraneto Antônio Benedito de Cerqueira César, o

avô do general Francisco Glicério de Cerqueira Leite. Mas Carlos da Silveira ficaria mesmo vaidoso de sua previsão se lesse uma carta de Antônio Pedro que localizei agora, cinqüenta anos depois de nossas conversas, no arquivo da Primeira Igreja Presbiteriana Independente de São Paulo. Numa missiva de julho de 1883, a seu irmão Zé Rufino, ele comenta: “Sinto muito não teres arranjado o emprego na estrada de ferro. Pensei que seria ‘dito e feito’, segundo a carta do primo Glycerio. Mas estes homens políticos...”. Essas reticências dizem tudo a respeito de seu pensamento sobre o prestígio do parente. Primo em que grau?



Antonio Pedro de Cerqueira Leite (1845-83) em dois tempos: solteiro e casado, às vésperas de falecer no Rio de Janeiro.

Por volta de 1841, Antônio Remígio, com toda a família, mulher e cinco filhos, sai de Sant’Ana de Sapucaí, Minas, e instala-se em São João do Morro Azul, comarca de Limeira, São Paulo, para ocupar uma cadeira de professor de primeiras letras. O dinheiro do café já estava trazendo o progresso para o interior e oferecendo melhores salários. Nessa localidade nascem os seus três últimos filhos, o meu bisavô Antônio Pedro e as duas únicas mulheres da irmandade: Bárbara Delfina e Maria Bárbara. Nomes de família. Em 1847, ele, além de professor, já comparece na lista de eleitores também como lavrador. Por volta de 1850, todos se mudam para Brotas, e lá Antônio Remígio Ordonhes falece, em 1859, unanimemente considerado como um homem de caráter reto, qualidade que transmitiu de maneira integral aos oito filhos. Esse feitio moral impregnou-se por gerações, sendo, na verdade, coisa familiar e não decorrente da fé presbiteriana que adotaram.

Antônio Pedro de Cerqueira Leite nasceu em 1845, em Morro Azul, hoje Iracemápolis, no dia de são Pedro. Foi o filho varão mais moço de Cândida

Pereira Lima e, também, o mais querido. Tivemos a oportunidade de ler mais de 25 cartas trocadas entre os dois e, ao todo, examinamos 38 missivas que circularam entre Cândida, Zé Rufino, Antônio Pedro e Palmira, minha bisavó. Correspondência do maior interesse, permitindo o conhecimento íntimo daquela gente. Ficamos vendo a mobilidade mineira empurrando as pessoas daqui prali, da angústia trazida pela pobreza, sem que se vislumbrasse de onde se pudesse tirar meios para remediar a vida e, antes de tudo, ficamos bem elucidados sobre os problemas surgidos com a conversão de todo o grupo ao protestantismo. Há, igualmente, matérias interessantes de personagens e vultos de nossa sociedade daquele tempo de 1863 a 1883 – vinte anos de Cerqueiras trocando confidências e lamúrias. Grande parte dessas cartas foi guardada pelo reverendo Eduardo Carlos Pereira, primo-irmão de Antônio Pedro, filho de Maria, irmã de Cândida. Foi seu biógrafo na imprensa presbiteriana capitaneada pelo periódico *O Estandarte*³. Por sinal, Eduardo Carlos vem a ser bisavô de Fábio Magalhães, meu amigo e “primo longe”. Antônio Pedro aos oito anos lia e escrevia perfeitamente o português. Aos nove, começou a aprender as declinações latinas com o padre José Valeriano de Souza, estudos continuados em Brotas, com os padres Francisco de Paula Camargo e José Manuel da Conceição. Este exerceu enorme influência na vida de Antônio Pedro. Se este era bem dotado, aquele foi um prodígio no saber. Ordenou-se padre em 1845 e foi vigário em várias cidades de São Paulo. Sabia latim, alemão fluentemente, inglês, matemática. Foi historiador e estudioso de ciências sociais. Em outubro de 1864, já abandonara havia algum tempo o catolicismo; fez então a profissão de fé evangélica, ato pelo qual foi excomungado. Homem de coragem fora do normal, pregou nas condições mais adversas, nos meios mais preconceituosos. Morreu no dia de Natal de 1873 na “miseria tal que, na vespéra desse dia, foi encontrado inanido, descalço, de vestes esfarrapadas, caído na varanda de uma casa da estrada de Pavuna”⁴. Assim acabou o reverendo Conceição, o querido amigo e antigo professor de Antônio Pedro. Triste fim de quem vivia a desafiar a sociedade. No final de ano anterior, o meu bisavô escrevia à mãe, comentando uma agressão sofrida pelo padre:

3. Ver o exemplar de janeiro de 1912, de onde também tirei inúmeras informações a respeito desse meu ascendente.

4. Luís Correia de Melo, *Dicionário de Autores Paulistas*, São Paulo, Comissão de IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, p. 157.

[...] Se eu pudesse dispor de dinheiro e tivesse meios teria já partido para Minas à procura daquele servo fiel de Deus que tanto já tem sofrido.

A falta de meios priva-me também de escrever um artigo a respeito de tão triste acontecimento.

Doeu-me o coração ao ler que meu mestre, que o padre José Manuel da Conceição fora espancado nas ruas de Campanha, sem ter sequer junto de si um amigo, um conhecido!

Infelizes vós que espancastes um humilde servo do Senhor! Ai de vós!

Se fosse possível partir de Brotas alguém levando consigo animal, seria isso uma obra de caridade que Deus agradeceria. Se o Sr. Conceição não quiser ir a Brotas, ao menos teremos notícias dele.

Unam-se os crentes dessa vila e façam as despesas dessa viagem. A união faz a força.

Em carta de maio de 1873, de Sorocaba, Antônio Pedro se regozija, contando ao irmão Francisco Messias: “[...] dez dos que apedrejaram o Sr. Conceição foram presos e chuparam quinze dias de cadeia”. Já foi, pelo menos, um consolo.

Mas, contando o infortúnio de José Manuel da Conceição, perdi o fio da meada; voltemos à biografia de Antônio Pedro. Ele, com o seu latim na bagagem, tem de sobreviver e ajudar a família e, menino ainda, vai trabalhar no comércio, em Limeira, para onde levava cartas de recomendação do padre Conceição. Aproveita a ocasião para se aperfeiçoar na música, sua grande paixão. Permaneceu naquela cidade poucos anos, mas tempo suficiente para a conversão de seu professor, da sua própria e dos seus e, também, para ficar conhecido como criador de admirável banda de música, sabendo tocar todos os instrumentos ali presentes. Deve ter encantado a missão norte-americana de missionários do evangelho, porque, aos dezoito anos, está no Rio de Janeiro estudando, levado por eles para melhor compreender a palavra divina. É de 25 de outubro de 1863 a sua carta mais antiga que li, dirigida à mãe, na qual diz: “Acabaram-se hoje as aulas e amanhã procede-se aos exames. No dia 29 temos, os estudantes, de fazer discursos à igreja e então cada um seguirá seu rumo”.

Seu rumo foi a volta a Brotas. Dizem que esse retorno deu-se mesmo devido à saudade imensa que sentia, nele a saudade pesava. Reorganizou sua banda musical e nesses dias teve início o recrutamento de jovens para a luta na guerra contra o Paraguai. Foram momentos de muita aflição na tentativa de escapar da farda – o moço convertido havia pouco, que contrariara o conservantismo católico e político, foi, por causa disso, o primeiro a ser chamado e, entre o fuzil e a Bíblia recém-descoberta, optou pelas escrituras, fugindo, já que não tinha nenhum es-

cravo para enviar em seu lugar. Fugir, não fugiu, simplesmente refugiou-se fora de Brotas num sítio de propriedade do velho Henrique Gomes que, nessa hora, estava aprendendo a ler para pessoalmente se enfronhar das palavras de Deus através da Bíblia. No entanto, todos conheciam esse “esconderijo”. O recrutamento era uma preocupação permanente e ele opta por uma ocupação bastante oportuna: a “colportagem”, como dizia, que era a de vendedor ambulante de bíblias. Viajava seguidamente com um companheiro, Miguel Torres, por cidades do Leste de São Paulo e pelo Sul de Minas. Nunca permanecia muito tempo num só lugar. Em outubro de 1866 está na velha cidade de seus ancestrais, Sant’Ana do Sapucaí, onde visita os parentes com a esperança de convertê-los, os quais, por sua vez, lamentam muito o fato de ele não ter levado consigo a sua clarineta. Nessa ocasião, foi a Pouso Alegre. Praticamente venderam todo o cargueiro de bíblias, pois já tinham passado por Bragança, Amparo, Serra Negra, Socorro, Jacutinga, Pinhal e Santa Rita, conforme carta de 23 daquele mês à sua mãe. As viagens vendendo a Bíblia e o Novo Testamento definitivamente persuadiram-no quanto a trabalhar para a igreja, afastando-o da guerra. Dessa determinação resultou a recusa decisiva da oferta que lhe fizera o coronel Antônio Carlos Arruda Botelho, o conde do Pinhal, garantindo a direção de uma banda “do Batalhão”. A ele, nessa hora, a batuta de maestro e a espada eram a mesma coisa, queria mesmo era cuidar dos assuntos de Deus nos campos da paz. A guerra que ficasse com o diabo. Em setembro de 1867, ainda está às voltas com o tal recrutamento e escreve à mãe com certa ansiedade, informando que postula um cargo qualquer de guarda-livros na estrada de ferro para se livrar da chamada às tropas, “por haver trato entre o governo e os agentes da estrada de não ser recrutada pessoa alguma que empregar-se no serviço da dita estrada”. E se despede de Cândida, dizendo: “Aceite o coração de seu filho e Irmão em Nosso Senhor Jesus Christo, Anto. Pedro”. Emprego que nunca saiu. Em outubro do mesmo ano, ainda sem um tostão no bolso, abriga-se em São Paulo, na casa do reverendo Blackford, onde estuda inglês com afinco e exercita-se bastante ao piano e trata de aprender harmônica. Os americanos, afinal, acabaram convencendo-o a estudar e, então, ainda em 1867, parte para o Rio, como da outra vez, por via marítima. Terão início, finalmente, os estudos teológicos. Instala-se com Miguel Torres e Antônio Trajano no primeiro andar do prédio nº 49 do Campo de Santana. Revela-se bom estudante, e sua aplicação a todos encanta, mas sua preocupação maior está em Brotas, pois o angustia a sobrevivência de Cândida, que vive de favores. Ali, todos são muito pobres, de poucos rendimentos, e quase nada so-

bra para o sustento da velha. Ademais, a saudade continua a atormentá-lo. E torna a escrever:

Quanto a mim, vou vivendo como sempre, ora triste até os ossos, ora mais contente; contudo existo. Participo-lhe que decerto não vou a Brotas nestas férias, segundo o que me deu a entender o Sr. Blackford, isto é, temia minha ida a Brotas nesta ocasião (talvez com medo que eu lá ficasse); que era melhor eu ir daqui a um ano, nas férias do futuro... E que tal minha mãe! Eu que soufrá essas saudades doídas, que nenhuma palavra pode exprimir!!!

No entanto, conseguiu ir a Brotas depois de alguma insistência com os dirigentes da escola e após receber dinheiro para as passagens do navio, enviado pelos irmãos cotizados, e também graças a um cavalo que, em São Paulo, o dr. Chamberlain, seu novo amigo americano, lhe emprestou para chegar ao seu destino no coração da província. Tudo isso para ver a mãe e as irmãs. Depois de pouco tempo, retornou. Recomeçam os árduos trabalhos escolares, mas não se reconhece bem. Sente-se só, abandonado. O pior aconteceu: certo dia, em que tem de falar a um vasto auditório, galga a tribuna e, de tão nervoso, não abre a boca. Não se lembrava de palavra alguma do discurso previamente decorado. Pede desculpas e desce ao chão. Sente-se abatido e envergonhado. Foge para Brotas, decepcionando seus protetores, que nele mantinham tanta esperança. Permanecera três anos na Corte e, na verdade, aproveitara muito naqueles dias de estudo intensivo. A partir daí, ficou quase dois anos lecionando em sua cidade numa escolinha missionária dirigida por certa miss Dasconb. Em vão escreviam a ele para que retornasse aos estudos. Tornou a fazer viagens de “colportagem”, para descansar do magistério, que achava maçante. Afinal, em 1872, a mulher do referido dr. George W. Chamberlain, que abrira uma escola para crianças da colônia americana em São Paulo, chama-o, afirmando que ele poderia terminar seus estudos aqui, não se afastando tanto da família. Retorna a São Paulo carregando sua tristeza. Volta a estudar e lhe prometem para junho ou julho do ano seguinte o seu “licenciamento”. E escreve, como se já fosse um velho: “É provável que diga um adeus eterno à música minha companheira e que, deixando-a, deixe e despreze tudo deste mundo. Já descri de tudo o que é prazer e alegria – no meu coração só há saudades do passado e um desejo ardente da outra vida – tudo acabou-se para mim”. Volta-se inteiramente para Deus.

Tenho tido meus dias de tristeza, mas tenho achado alívio na oração. Oro, peço e imploro ao Consolador dos aflitos que me valha na minha angústia e elle me tem ouvido. A par da

melancolia e do sofrimento, vai brotando, forte, a esperança – não dos prazeres do mundo, mas dos gosos inefáveis da Eternidade.

Hoje, diríamos que estava mesmo era passando por forte depressão.

Seu comportamento era instável, e, ao contrário do que escreveu, jamais abandonou a música. Numa carta a seguir, já está mais sossegado e diz que começara “de novo a ler o Novo Testamento, e leio todos os dias um capítulo em seguida. Acompanha-me nesta empresa uma pessoa que eu quero muito bem. Querirá a senhora também acompanhar me?”.

Em 23 de setembro daquele ano de 1872, escrevendo à mãe, diz que não sabe se volta ou não ao Rio para concluir os estudos interrompidos.

Por ora ainda não sei o que fazer. Tenho aqui as sympathias do Sr. Chamberlain e sua Sera. – um clima agradável, um bom piano às minhas ordens; porém em contraposição d’isto tenho de ajudar D. Palmyra na aula e isto me desgosta, porque já estou cansado de ensinar. Além disso, tenho de pregar a pessoas ilustres. Esta carta chegará às suas mãos antes de minha decisão e por isso rogo-lhe que faça oração a Deus para que elle se digne guiar os meus passos.

Em carta escrita logo depois, descreve suas condições de moradia. Não era só o piano que lhe agradava. Escrevia ele:

Moro em um quarto poético, fora da casa, pegado ao jardim – uma espécie de horta, onde há limeiras, pecegueiros, laranjeiras, cafezeiros, paineiras, maracujazeiros, bananeiras, couves, milho, batatas, flores e bonitos bambús. Há um pasto pegado a chacara muito lindo e muito poetico, principalmente às ave-marias, quando a gente tem vontade de rezar e de conversar com Deus, de lembrar dos amigos e rememorar as horas felizes que já se foram.

Aquela “D. Palmyra” a que se referia a nosso ver era a mesma pessoa querida que o acompanhava na leitura do Novo Testamento. Ela viria a ser logo depois sua mulher. Era moça de muita personalidade, deixando com a sua presença o moço nostálgico de



Palmira Rodrigues de Cerqueira Leite.

Brotas cheio de dúvidas existenciais. Era carioca resguardada em São Paulo na casa daqueles americanos, recomendada pelos missionários da Corte. Palmira Rodrigues, nascida por volta de 1847, foi filha do dr. Vicente Augusto Rodrigues e da açoriana Ricarda Rosa de Viterbo Figueiredo, tendo recebido educação fora do normal para a época. Morou alguns anos na Inglaterra, onde foi se aperfeiçoar ao piano, guiada por mestres de categoria, tornando-se exímia concertista, além de cantora. Claro que havia sido católica praticante, acompanhando os fervores religiosos da mãe, em cuja casa havia, inclusive, uma capela para cotidiano uso doméstico. Um dia, porém, a bela moça sofre assédio sexual de seu padre confessor. Decepção que logo se transformou em ódio. Abandono da crença e imediato abrigo na fé presbiteriana. Era de gênio altivo e otimista e tinha tudo o que faltava a Antônio Pedro, cuja cooptação deve ter sido plena de vacilações, como já sugerimos. Aos 27 anos, Antônio Pedro conheceu o amor. Por quase dois anos, a dupla de conversos brasileiros habitou o ninho presbiteriano, lecionando na Escola Americana, a célula *mater* da atual Universidade Mackenzie. No fim do ano de 1872, em 30 de dezembro, o dedicado estudante escrevia: “Fui hoje recebido pelo presbytério como candidato ao Ministério e prestei exames de latim, tendo sido graças a Deus plenamente aprovado e dado como prompto n’este ramo de estudo, de sorte que não preciso ser examinado de novo, nem para a licenciatura, nem para o grau de ministro, como me disse o Moderador, o Sr. Blackford. Do latim estou livre”. Restava aperfeiçoar-se no grego.

Naquele ano de 1872, fizera pregações em Sorocaba e lá encontrou-se com o futuro famoso escritor Júlio Ribeiro.

Veio conosco e já regressou para a sua família o Sr. Júlio Ribeiro, moço mineiro ilustrado o qual daqui a um mês voltará para nos ajudar na aula e recomeçar os seus estudos para o Ministério evangélico. A mãe dele me ficou querendo muito bem só por eu contar-lhe que era filho duma mineira santanhense. Júlio sabe muito bem latim, fala perfeitamente o francês, traduz o inglês com muita facilidade, é “dono do aço” em história, filosofia e retórica, é professor de matemáticas e sabe muito de física e química, só lhe falta grego e teologia [...] Celebramos a ceia do Senhor, tendo pregado anteriormente Júlio Ribeiro, que na tribuna assemelha-se mais a um orador profano do que a um sagrado pregador: porém fala e discute muito bem, é muito inteligente.

No início de 1873, Antônio Pedro é tomado por nova crise, desejando voltar à companhia de Cândida, que permanece sofrendo as mesmas dificuldades de sem-

pre. Sonha em alcançar uma boa colocação para poder viver sozinho com a mãe, para “gozar da companhia um do outro”; morariam numa cidadezinha qualquer, contanto que não fosse Brotas. Cândida responde-lhe enérgica, exige que reaja e termine os estudos. Assim procede e em agosto daquele ano é oficialmente “licenciado como candidato em prova ao Santo Ministério”. Será experimentado na igreja de Sorocaba, cidade que freqüentara já algumas vezes pregando e distribuindo bíblias, como vimos. E, suprema decisão: casa-se com Palmira antes de assumir aquela incumbência. As bodas deram-se na residência de Chamberlain no dia 18 de setembro de 1873, sendo padrinhos pessoas significativas da sociedade paulistana. O padrinho de Palmira foi o sr. Fidêncio Prates e o de Antônio Pedro, simplesmente o dr. Américo de Campos, professor eventual da Escola Americana e jornalista ilustre, diretor do *Correio Paulistano* e fundador, com Nestor Pestana e Campos Sales, do jornal *Província de São Paulo*.



Conforme a publicação Mackenzie de Benedito Novais Garcês (Presbiteriana, 1970) e Mackenzie, 126 anos de ensino (Prêmio Editorial Ltda., 1997), o ministro protestante e médico americano George Whitehill Chamberlain, quando retornou casado de seu país, em 1869, foi morar em chácara situada na alameda dos Bambus – onde hoje está justamente a estátua do duque de Caxias –, cuja residência reformou e aumentou com puxados para hóspedes. Em sua sala de jantar, naquele ano, teve início, com três crianças, a Escola Americana, célula ma-

ter da Universidade Mackenzie. Na foto, pode-se ver o telhado da sede antiga distinto da cobertura do alpendre lambrequinado. O pomar e a horta descritos por Antônio Pedro em uma de suas cartas estavam nos fundos desta residência, onde se situava o seu dormitório, separado da morada principal.

O novo casal instala-se em Sorocaba. As responsabilidades são muitas e o futuro trabalhoso parece que recria um outro homem. E Palmira afasta de vez do marido as saudades algo mórbidas. Antônio Pedro passa a dar assistência permanente aos crentes sorocabanos, todos já bastante conhecidos desde suas viagens anteriores, e já inicia uma série de visitas a localidades na direção do Paraná. Trabalho pesado, imensos trajetos feitos no lombo de burro, pernoites em lugares inóspitos e, em muitas ocasiões, tratos com gente adversa. Já há algum tempo, Antônio Pedro estava se preocupando com um sobrinho, Remiginho, filho de Francisco

Messias, seu irmão mais velho, menino de muito talento que não merecia ficar largado em lugar sem recursos como Brotas, onde as possibilidades de aperfeiçoamento nos estudos eram impossíveis. As cartas trocadas a respeito da vinda do jovem promissor à civilização são comoventes. De início, o meu bisavô pensou em abrigar o sobrinho na casa paulistana do pastor Vanorden, homem de extrema boa vontade, que lhe daria, além de cama e comida, aulas preparatórias ao curso do Rio. Remiginho não vem porque simplesmente não tem roupas – não tem o que vestir na cidade grande nem dinheiro para pagar algum alfaiate que fizesse calças e, pelo menos, um paletó. Logo depois da mudança para Sorocaba, vendo que Palmira não deveria ficar só durante suas viagens de pregação, Antônio Pedro torna a pedir ao irmão que providenciasse a vinda do sobrinho destinado a fazer companhia à mulher enquanto estudaria. Inclusive, informa que já possuem uma cozinheira, uma cativa alugada. Em abril de 1875, o filho de Francisco Messias ainda não havia conseguido chegar a Sorocaba. Quando chegou, não sei. Estudou com o tio, instruiu-se e mudou-se para São Paulo, onde completou o seu saber. Foi professor ilustre da antiga Escola Normal, onde acabou falecendo repentinamente ao assinar o livro do ponto. Remígio de Cerqueira Leite deixou descendência distinta em São Paulo.

Palmira abre escola para crianças e espera freqüência suficiente a uma significativa melhora de rendimentos, pois as despesas não seriam só em casa, necessitam também ajudar Cândida, agora morando em Caldas e sempre pedindo socorro, dada a sua “total falta de recursos”, o que desesperava o filho extremo.

A escola acaba tendo altos e baixos e em certas ocasiões não podem mandar nada à velha desamparada. Em vista disso, solicitam aos irmãos de Brotas que ajudem a mãe. Em outubro de 1875, o pastor sorocabano conta a Cândida que tem hóspedes: “Há quase um mês que Júlio Ribeiro e sua mulher estão morando conosco. Estão dispendo dos trastes para mudarem-se deste lugar e por isso pediram-nos um agasalho. Agora vão partir logo os coitados, vítimas de um grande ladrão que aqui há chamado Maylaski”. Esse execrado homem foi Luiz Matheus Mailasky, misterioso húngaro ou polonês, sócio fundador da Estrada de Ferro Sorocabana, que acabou saindo da cidade e morrendo com o título de visconde dado pelo rei de Portugal no fim do século XIX. E assim o futuro romancista de *A Carne* encerra a sua carreira de dono de jornal em Sorocaba, deixando, em 1875, de publicar a sua *Gazeta Comercial*. Qual teria sido o embate entre o empresário de passado desconhecido e presente duvidoso e o intransigente presbiteriano?

Três anos de permanência em Sorocaba forneceram grande experimento na atividade evangelizadora de Antônio Pedro, fato decisivo na sua formação. Em 8 de agosto de 1876, ele então recebeu na Corte a “solene ordenação ao sagrado ministério da palavra”. Afinal, ministro da Igreja Presbiteriana. Como custara esse título! Já não era mais o homem triste de antigamente, fora-se a timidez. Vale a pena recordar o retrato que lhe fez o primo Eduardo Carlos:

Na tribuna sagrada era ele sobremodo atraente. Alto, pálido, fronte ampla, cabelos pretos e bigode espesso, olhos negros e brilhantes, voz timbrada e simpática, entrecortada pela emoção, dicção clara, exposição simples e atrativa, sem grandes arroubos, gesticulação apropriada, postura modesta, era um conjunto que impressionava agradavelmente o auditório.

Em 30 de setembro de 1882, no *Diário de Sorocaba*, manda Antônio Pedro publicar a seguinte seção livre:

Culto Evangélico. De 1º de outubro em diante, o culto evangélico celebrar-se-a em a nova capela, sita à rua Boa Vista. Haverá culto e pregação do evangelho três vezes por semana, aos domingos e quartas-feiras. Nos domingos, às 11 horas da manhã e sete e meia da noite e nas quartas-feiras às 7 e meia da noite.

Designarei depois a hora para a Escola Dominical. As segundas-feiras, sempre que for possível, teremos ensaio de músicas clássicas às 7 e meia da noite, para exercício dos nossos cantores.

A nossa humilde capela não está ainda acabada, nem temos por enquanto os utensílios necessários, como bancada apropriada, etc. mas, ainda assim convido o povo sorocabano a vir assistir às nossas reuniões e honrar-nos com a sua presença. A entrada é franca para todos, sem distinção de crenças.

Depois de amanhã terá pois, lugar a primeira reunião.

Sorocaba, 23 de setembro de 1882.

Antônio Pedro de Cerqueira Leite
Ministro da Igreja Evangélica.

O trabalho em Sorocaba, então, progride como suspeitava o seu otimismo guiado pela fé em Deus. A pequena escola que fundara “desandou”, mas logo trata de reabri-la em outros moldes: será de curso primário e só para meninos. Já em janeiro de 1883 prossegue desenvolvimento o coral formado no final de 1876, que teve início

com vinte vozes: sete sopranos, seis contraltos, cinco baixos e dois tenores; “coreto’ de música para o cántico dos hinos”, como escrevera esperançoso à mãe naqueles dias. Esse coral nunca foi disperso, tendo comemorado seu centenário, com a denominação de “Coral Reverendo Zacarias de Miranda”, entre festas na igreja sorocabana em 1976, oportunidade em que também foram festejados os cem anos da ordenação de Antônio Pedro e sua posse em Sorocaba como pastor interino, em 19 de setembro de 1876. O coral foi, sem dúvida, a menina-dos-olhos de meu bisavô. Compôs a maioria dos hinos ali cantados, sendo suas a letra e a música. Um exemplo de seus versos referentes ao Salmo 1º: “Venturoso o que não vaga pela estrada da impiedade. Venturoso porque não anda com os que caminham na iniquidade. Tal o justo que se esmera na lei santa do Senhor. Logo tudo lhe prospera, tudo corre a seu favor”.

Em pouco tempo ficaram muito conhecidos na cidade. Orgulha-se, inclusive, de sua companheira, escrevendo:

As mulheres agora estão mostrando para quanto prestam. Palmira também levou à parede, na presença de muitas famílias, o primeiro pregador desta cidade: o padre Chico (Francisco de Paula, o grande!). Certas famílias brasileiras quiseram ver se faziam Palmira voltar para o romanismo e conseguiram insidiosamente que ela se encontrasse com o padre Chico em uma casa onde se achavam muitas pessoas reunidas, com o propósito talvez de assistirem à derrota da parte que eles julgavam mais fraca. Mas o caso foi que o padre Francisco é que ficou em apuros!

Realmente, Palmira teve trânsito fácil na sociedade local, embora fosse a esposa do ministro protestante. Sua posição religiosa, na verdade, seria mesmo um obstáculo a fáceis confraternizações na classe dominante, católica por excelência, como vimos. Acredito, no entanto, que estrangeiros de boa qualificação, como profissionais liberais e homens de empresa, como Mailasky, ou então comerciantes e os fundadores de pequenas manufaturas, geralmente alemães chegados para trabalhar nas fundições de Ipanema, é que abriram as portas ao casal protestante. Assim, também, portugueses e italianos, para não falarmos dos ingleses, os últimos a chegar com as suas fábricas de tecido, que se aliaram por casamentos à sociedade autóctone. Dentre eles, certamente muita gente presbiteriana e amiga de Antônio Pedro. Essas reflexões acima explicam bem a notícia redigida por Júlio Ribeiro na sua *Gazeta Comercial* a respeito da visita do conde d’Eu a Sorocaba, em 1874. Falando do banquete em homenagem ao ilustre visitante, ocorrido no sobrado do barão de

Mogi-Mirim, informa que “às seis horas foi sua alteza para a mesa tendo tido a subida honra de jantar em sua companhia as exmas. sras. Angelina Adams e Palmira de Cerqueira Leite”. Essa senhora Angelina Adams era filha do barão e casada com certo dr. Adams, médico de prestígio na cidade. Portanto, Palmira e Antônio Pedro freqüentaram a sociedade sorocabana (notícia transmitida na *Folha da Manhã* de 16 de janeiro de 1954 por Renato de Sêneca Fleury).

Em 23 de julho de 1883 escreve ao irmão Zé Rufino, às vezes chamado de Nhô Zé, que estava cansado de longa viagem que acabara de fazer, mais de um mês, às portas do Paraná; fora a Faxina e a Apiaí, passando por Itapetininga e Guareí. Dizia que estava de partida para o Rio de Janeiro, “com o Presbyterio às portas”. Chegou à Corte em 29 de agosto, depois de demorada viagem – certamente por via férrea.

Seria o moderador daquele ano na abertura dos trabalhos. Já no dia seguinte, pregou. O sermão foi comovente, falando da “pecadora aos pés de Jesus”. E, encerrados os trabalhos, não saiu com os demais; permaneceu só no salão. Miguel Torres, da porta, vendo-o absorto encostado ao piano, retorna e leva-o para o alojamento em Santa Teresa, conversando animadamente pelo caminho para distraí-lo, já que estava suspeitando da volta daquelas velhas e conhecidas saudades. Na manhã seguinte, sentado na beira da cama, respondendo ao grande amigo, disse que sim, que passara muito bem a noite. E, em seguida, caiu morto, vítima de uma síncope cardíaca. Assim faleceu o grande soldado da Igreja Presbiteriana do Brasil. Tinha 38 anos. Foi sepultado no jazigo 183, quadra 2, do cemitério de São Francisco, no Caju.

E como sobreviveu Palmira, a viúva com seis filhos por criar e educar?⁵ Não tenho notícias muito precisas dos primeiros anos de sua solidão. Muito menos de seus parentes. Cândida Pereira Lima, quando seu muito querido filho faleceu, ainda tinha boa saúde, morando em Brotas, onde morreu em 1890. Não vi correspon-

-
5. Antônio Pedro de Cerqueira Leite e sua mulher, Palmira Rodrigues, tiveram os seguintes filhos:
1. Filúvio, nascido em Sorocaba em 19/4/1874, faleceu antes de completar dois anos.
 2. Júnia de Cerqueira Leite, de Sorocaba, nasceu em 4/6/1875. Foi casada com um sobrinho de sua mãe, Nicolau Augusto Rodrigues. Com geração no Rio de Janeiro.
 3. Lisâneas de Cerqueira Leite, de Sorocaba, nasceu em 5/11/1876. Importante engenheiro ferroviário, chegou a diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil. Casou-se com a prima Idalina Rodrigues em primeiras núpcias, depois com Amélia, outra prima, filha de Randolfo Messias de Cerqueira Leite. Com vasta geração no Rio de Janeiro.
 4. Algina de Cerqueira Leite, minha avó, nasceu em Sorocaba, em 9/4/1878.

dência desse tempo, de modo que não sei como foi o relacionamento de Palmira nesse período com os cunhados e com a sogra, sempre chamada em suas cartas de “mãezinha”. Todos devem ter sofrido muito.

A lembrança das dificuldades financeiras sofridas em Sorocaba devem ter assustado bastante minha bisavó quando estivesse fazendo projeções antevendo o futuro. Tratou de se casar novamente, o que fez por volta de 1890. Esse matrimônio talvez tenha acontecido em Campinas e o noivo era um cidadão provavelmente alemão de nascimento, chamado João Exel. Um almanaque paulista de 1896 mostra o casal morando em Mococa. Ele, dono de agência funerária, ela, proprietária do Colégio Americano para meninas. Tiveram duas filhas: Cíntia e Alísia.

Palmira revelou-se mulher autoritária, levando a sua escola com mão de ferro, ficando conhecida como eficiente disciplinadora. Sua escola foi famosa. Especializou-se em educar moças filhas de fazendeiros de café desejosas de aprender não só boas maneiras, mas línguas estrangeiras e, sobretudo, música e literatura. Fora-se a época dos pequeninos alunos de primeiras letras. No momento, o rentável mesmo era manter pensio-natos com meninas internas carentes de um aprimoramento intelectual a ser conseguido enquanto aprendiam o trivial necessário a uma boa gestão doméstica. Palmira não foi a única nesse mister burilador de senhoritas casadoiras de boas famílias. Talvez tenha sido, isso sim, uma das raras brasileiras envolvidas nesse ramo de ensino. O chique naquele tempo do dinheiro cheirando a café era freqüentar estabelecimentos de “madames” europeias, como a célebre madame Masson, a preceptora de filhas de titulares do Império do Vale



Jaziel, Algina, Júnia e Lisenor, filhos de Antônio Pedro e Palmira. Foto c. 1888.

-
5. Lisenor de Cerqueira Leite, de Sorocaba, nasceu em 17/12/1879. Foi casada com o advogado Calimério Nestor dos Santos, nascido em Passos, Minas Gerais, em 1866. Com geração em São Paulo e no Rio de Janeiro.
 6. Jaziel de Cerqueira Leite, de Sorocaba, nasceu em 1/10/1881. Casado com Isolina de Amaral Cerqueira Leite, de 1889. Com geração em São Paulo e no Rio de Janeiro.
 7. Nefália de Cerqueira Leite, de Sorocaba, nasceu em 1882. Casada com Osias Gonçalves, com geração no Rio de Janeiro.

do Paraíba, que viria a ser sogra de Ramos de Azevedo, quando mantinha internato em Mogi-Mirim.



Palmira com o segundo marido, João Exel e seus filhos. De pé, da esquerda para a direita: Lisenor, Nefália, Algina, Jaziel, Júnia e Lisâneas. As meninas no centro eram Alísia e Cíntia. Foto tirada em Mococa, em 1897.

Tratou Palmira de logo casar suas filhas recém-chegadas à puberdade, escolhendo pretendentes já bem vividos, sem problemas pecuniários e sem cogitar de suas religiões. Antônio Pedro deve ter se virado no túmulo a cada boda minuciosamente avaliada e planejada bem longe da sua Bíblia.

Palmira entregou, por exemplo, minha avó Algina, de catorze anos, em 1892, a um viúvo doze anos mais velho, fazendeiro em Monte Santo, em Minas Gerais, pai já de duas crianças crescidas. A Lisenor, em 1894, coube um advogado também com experiências paternas, embora solteiro. Coisa semelhante coube a Nefália. Júnia parece que pôde escolher: casou-se com um primo carioca de mesma idade. Aliás, essa minha tia-avó sofreu os efeitos de uma maldição. Vejam só: num domingo à tarde, com as empregadas ausentes por ser um dia de descanso, desejando oferecer um cafezinho à visita cerimoniosa, Palmira ordenou a uma aluna residente que acendesse o fogão a lenha para ferver a água. A imprudente e relutante

donzela buscou o auxílio de um jato de álcool dirigido sobre o braseiro e queimou-se mortalmente. Sua mãe, chamada às pressas e vinda de longe, rogou a praga: “Uma sua filha haverá de ter morte igual”. E teve. Júnia, já casada, em Cajuru, certa noite, ao acender um lampião de querosene, viu-se repentinamente com as vestes incendiadas por tê-las molhado inadvertidamente com o combustível. O curioso: naquele dia, pela manhã, havia escrito ao marido ausente informando-o da aparição em seu quarto de uma menina muito triste que a prevenira de acidente fatal com o fogo e que, dado o aviso, se desvaneceu na semi-obscuridade do cômodo. Dizem que aquela fatalidade teve testemunhas oculares, tendo o bilhete a Nicolau Rodrigues corrido de mãos em mãos. Fechada a escola de Mococa, no início do século, depois de divulgada pelos quatro ventos a triste notícia da morte da interna, Palmira foi lecionar no estado do Rio de Janeiro, e disse nada sei com pormenores. Conheço, no entanto, a história de seu fim. Em algum dia de 1912, nas proximidades de Valença, morreu decapitada entre ferros retorcidos em pavoroso desastre ferroviário e, como era bastante gorda, as pessoas tiveram muita dificuldade em desvencilhar o seu corpo do vagão semidestruído. Tinha 65 anos de idade. Assim contaram minha mãe e outras netas, sempre horrorizadas com essa história macabra da avó muito brava.

Do casamento de Félix com Algina

Num pequeno lenço branco de cambraia de linho, guarnecido de rendas de Bruxelas, apresentando manchas amareladas, certamente fixadas pelo tempo, alguém escreveu a lápis: “Estas manchas são das lágrimas de Zizinha vertidas no dia de seu casamento, antevendo como seria triste o seu futuro”. A cerimônia nupcial deu-se em algum dia de 1892 e a vida conjugal de Algina, acredito, não foi tão pesarosa como se podia supor. No fundo, seu marido foi um bom homem, muito compreensivo, que vivera e crescera num mundo totalmente à parte daquele fruído pela noiva, bastante instruída, musicista e cantora por todos elogiada. Era um rústico de bom coração, razoavelmente alfabetizado, mero espectador das manifestações eruditas da jovem esposa. Félix Antônio da Luz Sobrinho, como já disse, cresceu na propriedade da família, em Monte Santo, e deve ter freqüentado com alguma parcimônia qualquer escolinha rural nas proximidades de Itiguaçu, a fazenda desbravada pelo seu avô Francisco Antônio da Luz. Não sei se compradas ou herdadas, chegou a ter mais de uma fazenda ao mesmo tempo, sempre naquela região. Antes, havia sido casado com Ponciana Gomes, de família de Monte Santo, que

depois de falecida teve seus filhos Chiquinho e Mariana cuidados por sua mãe até crescerem. Vovô Felinho, então, instalou-se com a nova mulher na fazenda da Limeira, Monte Santo, onde nasceram dez filhos no espaço de 23 anos⁶. Além de produtor, também negociou com café alheio, lidando com comissários de Santos, cidade que freqüentava de tempos em tempos. Embora não tivesse muita instrução nem escolaridade refinada, era dono de inteligência voltada à mecânica: era perito em maquinário de café e em moendas de cana-de-açúcar. Chegou a perder o dedo mínimo da mão direita numa dessas geringonças da roça. Também era curandeiro de gente e curador de animais de qualquer tamanho. Até aviava receitas. Meu pai pôde mesmo ver uma delas em que ministrava um remédio para males femininos, chamado “Saúde da Mulher”, a um homem cardíaco. Minha mãe viu-o cometendo intervenções. Numa ocasião, na fazenda, a mulher de um colono espanhol foi agredida a canivetas pelo marido e pediu socorro a Felinho, que se prontificou a corrigir o estrago, já que nenhum órgão vital havia sido ofendido. Como a vítima era muito gorda, a cada perfuração correspondeu uma flor desabrochada de gordura. Meu avô ficou horas pacientemente costurando, com linha e agulha de coser, devidamente desinfetadas na água fervente, buraco por buraco, sempre empurrando a enxúndia para dentro com o dedo de uma mão enquanto, com a outra, alinhavava a pele onde passara iodo. A senhora malcasada ficou boa em pouco tempo. Eu mesmo, quando era moleque, em Arceburgo, no sítio de tio Vespasiano, presenciei meu avô tranqüilamente a proceder castramentos em leitões usando um canivete que, de vez em quando, afiava numa pedra ao lado. Fazia o trabalho de modo impassível, de colete e gravata. Limitara-se a tirar o paletó,

6. Félix Antônio da Luz Sobrinho e Algina de Cerqueira Leite tiveram os seguintes filhos:

1. Zilda de Cerqueira Luz, nascida em 28/10/1893. Foi casada com o engenheiro Luiz Thedim de Sequeira. Com geração no Rio de Janeiro.
2. Waldemar de Cerqueira Luz, de 1895. Bancário, foi casado com Noêmia do Prado Queiroz. Sem filhos.
3. Jasiel de Cerqueira Luz, nascido em 1899. Arquiteto formado pela Escola Nacional de Belas-Artes, foi casado com Deodolina Ribeiro. Com geração no Rio de Janeiro.
4. Ulderico de Cerqueira Luz nasceu em 1901. Engenheiro agrônomo formado em Lavras, foi casado com Odete de Souza Marques. Com geração em São Paulo.
5. Vespasiano de Cerqueira Luz, de 1903, contador e músico formado pela Escola Nacional de Música, casado com Iracema Lima Dias. Com geração em Belo Horizonte.
6. Anísio de Cerqueira Luz, de 28/5/1904. Médico, livre-docente da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, foi casado com Berenice Ribeiro. Com geração no Rio de Janeiro.

peça que usava desde o momento em que saía do quarto pela manhã. Nunca perdeu a calma; jamais gritou com alguém.

A partir da crise de 1929, Félix viu desaparecer tudo o que tinha e não tinha. Perdeu as fazendas e o chalé da praça, no Arceburgo, para o banco do Chico Barreto, de Mococa, e seus negócios de café desandaram de vez. Ficou morando de favor na casa do filho Vespasiano,



Sede da fazenda da Limeira, em Monte Santo de Minas, onde Algina de Cerqueira Leite criou seus filhos.

já que enviudara de novo havia dez anos. Nunca reclamou de nada; passou a comprar bilhetes de loteria, sempre sonhando ingenuamente com a sorte que fatalmente viria para mudar a vida de todos. Humildemente, trajava ternos usados dos filhos e nunca reclamou de seus óculos quebrados, os quais pacientemente mantinha-os unidos por um pedaço de esparadrapo enrolado no arco de apoio no nariz. Fumava descomedidamente seus cigarros de palha de milho introduzidos em piteira feita por ele mesmo a partir do galho de macieira. Na velhice, essa piteira ficava trêmula, presa apenas pelas gengivas comprimidas. Nunca se abateu, embora já fosse praticamente cego (mancha na mácula) e sofresse dos rins. Morreu de uremia, em 4 de novembro de 1943, aos 77 anos. Foi uma figura comovente e não sei de que maneira minha avó, afinal, o aceitou.

Algina, ou Zizinha para as irmãs, de repente, indo morar na fazenda, viu-se no exílio, longe da família. Júnia residiu em Cajuru até a sua morte estúpida; Zizica, com

7. Júnia de Cerqueira Luz, de 24/4/1907, foi casada com Avelino Lemos Júnior. Com geração em São Paulo.

8. Otoniel de Cerqueira Luz, nascido em 1909, foi funcionário do Departamento do Serviço do Interior da Secretaria da Saúde em Tatuí, onde se casou com Adelaide Miranda de Campos. Com geração naquela cidade e em Belo Horizonte.

9. Nélia de Cerqueira Luz, de 1912. Professora de música e regente de canto orfeônico. Solteira, faleceu em 1998.

10. Paulo de Cerqueira Luz, de 1915. Negociante em Tatuí, foi casado com sua sobrinha Ruth Luz, filha de Francisco Antônio da Luz, filho do primeiro casamento de Félix Antônio. Com geração em Tatuí e em São Paulo.

o seu Calimério, em São Paulo, Nefália em Mococa, e os dois irmãos engenheiros, no Rio. Trocavam cartas continuamente. E as crianças foram nascendo, enchendo a casa de choros e de risos alternados. As visitas de parentes eram raras e, quando anunciadas, deixavam minha avó inquieta e desejosa de criar ambiente acolhedor, que sugerisse, antes de tudo, felicidade e paz de espírito. Cobria os móveis com toalhinhas, enchia a casa de flores e envolvia os vasos de plantas com artísticos arranjos de papel de seda colorido, mais ou menos como hoje procedem as floriculturas. Enfim, procurava uma arrumação geral bastante prazerosa, indicadora de que na roça se morava bem, como na cidade. E,

ao piano, as crianças demonstrariam o seu talento precoce. Algina recomendava aos filhos que, principalmente, tudo ali devesse inspirar e transmitir amor, muito amor. O acolhimento haveria de ser afetuoso, com todos sorridentes. Palmira foi algumas vezes visitar a filha. Meu avô se divertia contando que, numa dessas ocasiões, sua sogra foi conduzida da estação de Itiguaçu por uma besta de sete palmos, estimado animal de montaria. Como ela era imensamente gorda, foi uma dificuldade montá-la e, depois, no terreiro da Limeira, desmontá-la, mesmo com o auxílio de um banco alto para o apoio dos pés. Livre de sua carga, a mula deu meia dúzia de passos e caiu morta.

Logo que se instalou na fazenda, Algina criou uma pequena escola para as crianças da colônia, onde seus filhos também foram alfabetizados. É claro que os alunos tinham idades as mais variadas e, daí, o trabalho redobrado de aulas diferenciadas em horários sucessivos. E, dentro da casa, com os seus próprios filhos, esmerou-se, não se esquecendo da religião aprendida com o seu sempre lembrado pai Antônio Pedro. À medida que os filhos iam crescendo, mandava-os aos preparatórios, aos estudos superiores no Rio. Isso com a complacência ou indiferença do marido e com a boa vontade e até sacrifício de seu irmão Lisâneas, residente há anos no Rio de Janeiro, terra de seus avós maternos.



Félix Antônio da Luz Sobrinho (1866-1943). Foto tirada em 1928, tempo em que ainda era rico.



Félix e Algina, em Monte Santo. Foto c. 1915.

Lisâneas de Cerqueira Leite era o irmão mais velho que se formara em engenharia civil no Rio de Janeiro, em 1898, depois de ter estudado na Escola Americana, em São Paulo. Recebido o diploma, passou a integrar o quadro de funcionários da Estrada de Ferro Central do Brasil, galgando rapidamente altos postos mercê de sua capacidade profissional, energia e tino administrativo aliados a uma honestidade espantosa naquele meio cheio de facilidades e daí ser sempre chamado para atuações espinhosas e levado à direção nos momentos de crise. Mas nada disso impediu que cultivasse ou cultuasse com muito empenho a sua religião. Em 1924, recebeu o grau de bacharel pela Faculdade de Teologia das Igrejas Evangélicas do Brasil e, no ano seguinte, foi ordenado ministro do Evangelho. Em 1926, forma-se na Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro. Sua casa foi uma espécie de consulado paulista no Rio.

Hospedou sistematicamente jovens filhos de amigos e sobrinhos desejosos de estudar na Capital. O arquiteto Zenon Lotufo, por exemplo, filho de pastor presbiteriano no interior de São Paulo, estudou na Escola Nacional de Belas-Artes morando na casa do tio Lisâneas. E para lá também foram os irmãos de minha mãe. Jasiel estudou arquitetura; Anísio, medicina, e Vespasiano, música e economia. Ulderico, por sua vez, foi mandado para Lavras, interno num complexo educacional que os presbiterianos ali fundaram, para estudar agronomia. Vinte e tantos anos depois de casada, Algina teve câncer, que consumiu dolorosamente seus últimos anos de vida, levando-a à cirurgia difícil em Campinas, onde faleceu em 1919. Seus últimos quatro filhos menores ficaram desamparados, sem o amor extremado da mãe e com a displicência de Felinho, que, às vezes, fazia demoradas viagens a Santos, deixando-os absolutamente sós na fazenda sem o auxílio sequer de uma empregada doméstica. Um dia, resolveu mandar minha mãe a Lavras para estudar coisa parecida com “prendas domésticas” na escola protestante Carlota Kemper, onde também ficou um ano e pouco a tia Nélia. Os meninos Otoniel e Paulo, que tinham respectivamente dez e quatro anos quando ficaram órfãos, viram-se sozinhos e nem sei bem como se alfabetizaram. Talvez tenham estudado em Monte



Jasiel de Cerqueira Luz, arquiteto pela Escola Nacional de Belas-Artes, em 1925.

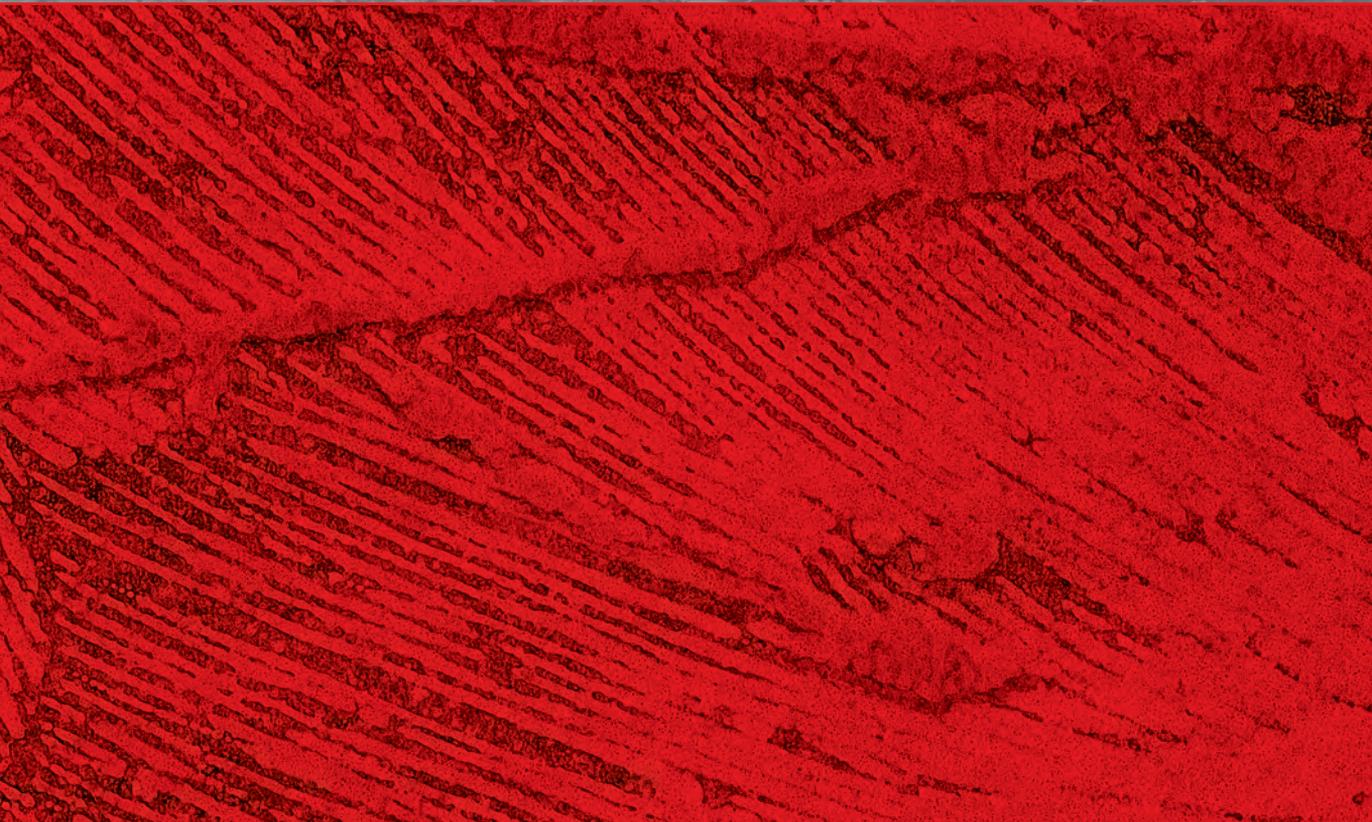
Santo numa escola-internato mantida pela sua tia Nefália, estabelecimento que teve breve duração. É claro que Felinho preocupou-se com esses filhos faltos de amor maternal depois que percebeu as más conseqüências de seu desleixo não os fazendo estudar como os demais. Em 1924, minha mãe se casa e ele, morando na cidade, Arceburgo, cuida como pode, naquela sua maneira de ser, dos últimos três rebentos. Meu pai é que, na década de 30, consegue encaminhar os cunhados. Paulo foi o último a se ajeitar, pois já passado dos vinte anos, ainda não conseguira um emprego definitivo. Fazia pequenos bicos naquela cidadezinha mineira e isso incomodava meu avô, que tinha esperanças de encaminhá-lo no funcionalismo público paulista por intermédio de meu pai. Em 1938, meu tio Jasiel, que projetara as construções oficiais da ilha de Fernando de Noronha, estava de partida para dar início àquelas obras quando Felinho pensou em pedir ao filho que levasse Paulo consigo. A esse respeito, vale a pena a transcrição de uma carta de sua autoria, o que permitirá que apreciemos o nível de sua redação:

Ao depois de uma temporada de gripe que repassou a todos aqui de caça; Graças a Deos vamos todos bons. Você falou-me a respeito do Paulo; como vai correndo as couzas ahi para vocês? As remoções fazem-se? O que ficou acertado definitivamente? Conte-me, sim? Na peor epotíse o Paulo poderá ir com o Jasiel para Fernando de Noronha até ver no que parão as cousas: O que vocês achão? Segundo as noticias o peçoal seguirão no fim do mez.

Felizmente, Paulo ficou por aqui, trabalhou no Departamento de Saúde, depois atuou como representante comercial e acabou negociante estabelecido em Tatuí, cidade onde trabalhava seu irmão Otoniel. Casou-se com uma sobrinha, filha de seu meio-irmão Chiquinho, tendo tido quatro filhos que o encheram de orgulho. Todos fizeram curso superior e lecionam, como não poderia deixar de ser, dentro da tradição familiar. Nélia, que morou em nossa casa, também ensinou por toda a vida em escolas profissionais do Estado, não só piano como também canto orfeônico. Afinal, os filhos de Algina, todos, se encaminharam na vida. Mas se dispersaram. Félix, com aquela sua personalidade, não teve o poder de manter unidos em torno de si os filhos. A presença aglutinadora da mãe fez falta. Vespasiano e os quatro menores é que ficaram mais tempo juntos ao pai. Tive tios e primos que nunca vi em toda a vida. Tio Anísio, médico e professor ilustre no Rio, conheci já passados os meus trinta anos quando veio a São Paulo a serviço de suas pesquisas. Toda a família se envaidecera muito dele porque viajara no Zepelin quando foi usufruir bolsa de estudos na Itália. Essa era a família de minha mãe, Júnia de Cerqueira Luz.

4

*Do Casamento dos meus
Pais e da minha Formação*



Vélico e Júnia

Os únicos meus ascendentes que obviamente conheci melhor foram os meus pais, já falecidos. Os meus avós, de ambos os lados, conheci mal, dado o pouco convívio. Avelino e Isabel, eu os vi poucas vezes, somente em raras ocasiões, quando vinha a São Paulo com meus pais. Lembro-me vagamente de vô Avelino me levando pelas mãos a passear no Jardim da Aclimação para visitar o pequeno zoológico ali instalado. Recordo-me de um urso negro de pé, do outro lado do fosso, batendo palmas. Lembro-me de minha avó recitando, cozinhando, tudo isso quando era muito pequeno. Depois, quando crescido, mal freqüentei sua casa e eles foram para Belo Horizonte para nunca mais voltar. Minha avó materna morreu antes de meu nascimento. E vô Felinho, eu o via só nas férias de fim de ano, passadas em Arceburgo, que não foram muitas, talvez meia dúzia. E ele veio a São Paulo, para ficar em nossa casa, duas ou três vezes. A última, para ser operado de catarata na Santa Casa, providência inútil, porque já estava com o fundo dos olhos comprometido por derrames, o mesmo mal da retina suportado penosamente por minha mãe nos seus últimos anos de vida. A única bisavó que conheci foi a vovó Geraldina, e dela tenho tênues reminiscências; numa delas, vejo-a na ponta dos pés esbravejando num alto telefone de parede, no chalé de meu avô no largo da matriz. Como ele perdeu essa casa por volta de 1930, eu teria nesse dia da bronca telefônica no máximo cinco anos. Praticamente, tudo o que sei deles foi mesmo por ouvir dizer, como já escrevi páginas atrás. Mas só fiquei sabendo de coisas memoráveis, no sentido restrito da palavra. Fatos prosaicos, o tempo varreu das lembranças. Nunca ficarei sabendo, por exemplo, se vovó Palmira tinha mau hálito, se Joaquim Carneiro era míope ou hipermetrope. Qual teria sido o prato favorito de João Lemos? Que autores Antônio Pedro preferia interpretar no seu piano? Conteí que o meu quinto avô iguapense,

Francisco Xavier Rodrigues, tinha olhos gateados por mera curiosidade, algo realmente sem importância. Todas essas peculiaridades triviais hoje não percebidas não têm o menor significado nas reflexões sobre o nosso comportamento e sobre a assunção de conhecimentos em nossa vida a partir de possíveis transmissões genéticas. Por isso, o caro leitor não precisa ter o receio de que eu venha enumerar particularidades paternas desnecessárias às nossas ponderações. Falarei o essencial, não só para não me alongar em demasia como para não causar enfado.

Desde o dia em que nasceu, meu pai recebeu o apelido de Velico, apodo que minha mãe desconhecia quando namoraram e que nunca empregou, chamando-o sempre de Lemos. Mas para todos os irmãos e sobrinhos sempre foi o tio Velico, até morrer. Meu irmão, o tio Paulo, que morava conosco, eu e outros esporádicos amigos o chamávamos de Espanhol, justamente devido a uma brincadeira de sua própria autoria: em 1940, na beira de uma piscina de hotel, em Lindóia, quando alguém elogiou o seu físico, empertigou-se e encolheu a barriga, dizendo que possuía o perfil de um dançarino espanhol de flamenco. Desse momento em diante, passou a ser o “Espanhol”. E com esse nome ficou conhecido por todos que não fossem de sua família de origem.

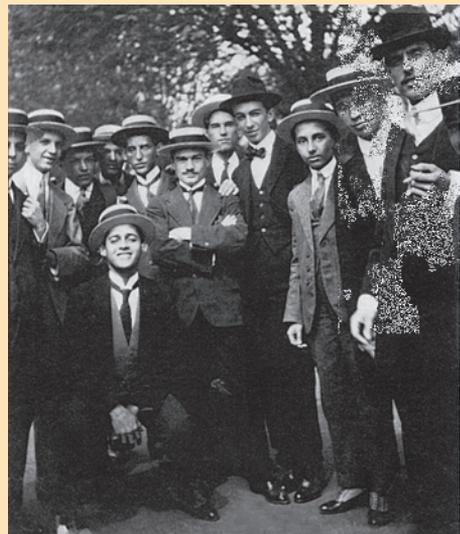
Meu avô Avelino, em seu “registro de família”, escreveu: “Velico. Nasceu em São Paulo à rua da Fábrica nº 7 em 5 de janeiro de 1897 à 1 hora da tarde”. A seguir, fala de seu batizado e de uma gravíssima pneumonia dupla, em setembro de 1898, que não matou a criança por um triz. Depois de relatar várias doenças infantis que meu pai contraiu e suportou, diz que ele “entrou na Escola de Isabel em agosto de 1903 e esteve até 1906”. Também enumera as demais escolas por onde o menino passou, inclusive o Grupo Escolar Maria José, em que permaneceu de 1908 até 1910, tendo sido aluno ali do promissor mestre Armando Gomes de Araújo. Em 1912, com quinze anos de idade, “foi aluno do prof. Gabriel Antunes e sua snra. d. Maria da Conceição onde preparou-se para prestar exames de suficiência na Escola Normal de S.Paulo, onde”... Infelizmente, a frase está interrompida porque alguém arrancou a página seguinte e, assim, fiquei sem saber se meu pai chegou a



Avelino Lemos Júnior, o Velico, em São Paulo, c. 1902.

cursar a escola normal. Unicamente sei que, em 1916, já estava habilitado a frequentar curso superior, mas, embevecido pelos discursos de Olavo Bilac em campanha pelo serviço militar obrigatório aos jovens, cujo patriotismo era espicaçado, ele se inscreve como candidato à primeira leva de recrutas com destino ao Rio de Janeiro. Desse ponto em diante, a minha fonte de informações é um texto que meu pai fez sobre o período que vai desde esse recrutamento, feito sob a inspiração do poeta parnasiano, até o término de seu curso de medicina, em 1922, feito na escola da Praia Vermelha. Nesses seus escritos, que abandonou não sei por quê, diz que aquele período carioca havia sido inesquecível. Ficou mesmo desgostoso quando viu na folhinha trazida pelo padeiro que já estava vivendo no primeiro mês de 1922. “Que tristeza senti. Esse ano marcava para nós o término de nossa vida de estudante. Foi a vida mais bem vivida, que vivi na minha vida.”

Linhas atrás, disse que não sabia se meu pai havia feito a Escola Normal, mas ele próprio informa que, em 1916, já tinha concluído o seu “curso secundário” antes de ir ao Rio prestar o seu serviço militar. Esse interregno patriótico encantou-o, embora estivesse interrompendo sua vida escolar. Adorou a experiência, desde o momento da partida, “sob o som das fanfarras e das cornetas”. Recebeu o número 1008, servindo na Segunda Companhia do Segundo Regimento de Infantaria da Vila Militar. Participou de manobras nos campos de Jericimó, proximidades do Rio, e ali confraternizou com outros paulistanos, como Ciro de Freitas Vale, que viria a ser embaixador na Alemanha, com Júlio de Mesquita Filho, Amadeu Saraiva, Murilo Mendes, futuro historiador e professor, João Mendes Neto, Cid de Castro Prado e muitos outros jovens de sua cidade. Em dezembro de 1916, todos já estavam de volta a São Paulo com o título de “primeiros reservistas” da nação. Foram recepcionados com festas e homenagens prestadas no antigo hipódromo da Mooca. Para ele, o ponto alto dessa chegada festiva foi mesmo a oportunidade de usar a farda de gala, que trouxera junto com a farda de campanha. Nas festas, as moças ficavam alvoroçadas com o dólmã azul-marinho, guarnecido de botões dourados, com-



Velico (agachado à esquerda) entre amigos, em São Paulo, por volta de 1915.

binando com as calças vermelhas. Tiveram a mais alta cotação nos bailes. “Nós militares ganhávamos até mesmo das casacas mais bem cortadas dos paulistas quatrocentões.”

No início de 1917, Velico já estava de volta ao Rio, agora como estudante de medicina na companhia de vários outros camaradas, cujos laços de amizade se fortaleceram no convívio diário, não só na faculdade, mas também nas pensões de estudantes. Amigos como Arthur Guimarães Filho, Edgar Braga, o futuro poeta modernista, Buller Souto, Heitor Pires de Campos, o primo Hugo dos Santos Silva, Carmo D’Andrea e mais alguns, incluindo alunos de outras escolas, como Valentim Gentil, que se tornou mais tarde político importante, cuja amizade foi conservada para sempre.

Meu pai era muito alegre em sua juventude e bastante extrovertido. Sempre bem-vestido, freqüentava bailes onde, inclusive, às vezes, tocava piano. Chegou a compor. Tenho dele um original em papel pautado no qual transcreve um tango de sua autoria, que denominou *Tapuya*. Ilustra-o uma dama de chapéu de plumas, também de sua lavra. E muito namorador. Sempre falava, achando graça, do nome de uma de suas namoradas, Hebe Faria Corso. Dizia que um primo gozador gostava de dizer que “Hebe faria corso se tivesse automóvel...”. A ida ao Rio naturalmente cessou os amores paulistanos. Na capital do país, continuou a levar a mesma vida festiva. Como era muito comunicativo, fazia amizades com facilidade e assim cativou até os clientes da casa de saúde onde era assistente de professores. Lá, por exemplo, conheceu um ricoço, creio que português, chamado Afonso Viseu, de quem ficou amigo e cuja casa freqüentava bastante, jantando, almoçando aos domingos e bailando em dias de festa. Dona Nenê, a mãe de um seu colega grã-fino carioca, Samuel Augusto Leão de Moura, era encantada por ele. Sempre me dizia: “Ela foi a minha segunda mãe”.

Tudo isso com o dinheiro muito contado; freqüentemente, os amigos paulistas se cotizavam visando programas especiais. Uma noite, por exemplo, juntaram tudo o que tinham, um total de cem mil réis, foram a um cassino e meu pai foi sorteado para jogar por todos. Da meia-noite às quatro da manhã, com a torcida dos quatro amigos, Velico acabou ganhando quase um conto de réis no bacarat, dez vezes o capital inicial. No dia seguinte, foram comprar roupas.

Apesar de tudo, sua vida acadêmica foi exemplar. No aludido texto, gaba e louva seus mestres, grandes medalhões. Falou dos professores Jorge de Gouveia, Miguel Couto, Aloísio de Castro, Rocha Vaz e outros, que tornaram inesquecíveis os dias de dedicação acadêmica, sobretudo os passados na Casa de Saúde Dr. Eiras, onde era interno acadêmico. Foi anestesista de seu professor e ídolo Jorge de Gouveia e,

inclusive, serviu de cobaia em experiências voltadas à novidade que era a anestesia local em cirurgias de porte. Escreveu:

[...] **Assisti a atos** cirurgicos os mais importantes. Observei o emprego da anestesia local em cirurgias da mais alta conta, tendo eu mesmo me submetido a uma delas, com a assistencia de mestres como Miguel Couto, Bastos Neto, José de Mendonça, Queiroz de Barros, Mac Dowel da Costa, Waldemar Schiller, que desejavam conhecer de perto o emprego e a tolerância daquele método de anestesia.

Não me lembro mais de qual seria o tipo dessa intervenção, só me recordo que meu pai dizia que, por estar acordado o tempo todo, acompanhou os trabalhos através de um espelho ali instalado em posição apropriada. Enfim, foi um estudante dedicado, fazendo parte da chamada “turma do Centenário”, formada em 1922, ano das comemorações em torno de nossa independência.

Na parte final de seus escritos, numa pequena folha avulsa ali apensada, meu pai diz que não gostaria de clinicar numa grande cidade, preferia alguma localidade promissora do interior, mas não explica o porquê. O fato é que encerra suas recordações falando de sua formatura e de seu retorno a São Paulo. Diz:



Pose depois da aula de anatomia. Foto tirada por volta de 1920.

Que beleza. Que alegria para meus pais – os melhores pais do mundo. Cinco de janeiro de 1923 – havia uma festa em casa e comemoração do aniversário do filho médico. Farta a mesa. Maravilhosas as músicas tocadas. Dançamos e cantamos. No dia seguinte, 6 de janeiro, após receber de meu pae uma importância qualquer, cheguei à Estação da Luz e perguntei ao vendedor de passagens; por favor, qual é o ponto final da Mogiana, ramal de Casa Branca? [...] O ponto final é São Sebastião do Paraíso [...] Lá fui eu sem saber para onde ia.

Essa tomada de decisões na vida de meu pai me é muito importante nas cogitações sobre o meu destino ou formação – ele poderia ter ficado no Rio de Janeiro cultivando suas amizades, inclusive as dos mestres; poderia ter aberto consultório em São Paulo, a sua cidade, mas optou pelo interior mineiro, em vez de aqui se casar (quem sabe com Hebe, a moça sem automóvel). Foi, afinal, a São Sebastião do Paraíso. Lá, percebeu que teria uma concorrência muito grande, foi a Passos, onde vislumbrou o mesmo quadro. Foi a Ventania. Acabou decidindo por Arceburgo. A mim, ótima resolução, porque me garantiu um costado mineiro relevante. Aliás, eu não seria eu se ele optasse por São Paulo. Porque exatamente Arceburgo, não sei. Lembro-me vagamente de ele uma vez ter dito que, certa feita, quando interno na Casa de Saúde Dr. Eiras, teria ido àquela cidade acompanhando um fazendeiro que se submetera a grave cirurgia, necessitando, pois, de assistência médica durante o trajeto de volta, efetuado em penosas condições oferecidas pela estrada de ferro de longo percurso, incluindo três baldeações. Suspeito que lembrou-se desse cliente, que lhe ficara muito grato, no momento de indecisão sobre a cidade a ser escolhida como sede de suas atividades clínicas. O fato é que em Arceburgo ficou fazendo um trabalho muito comum naquela época: recebia mensalmente uma quantia fixa com o compromisso de atender a qualquer hora chamados de uma determinada fazenda. Quanto mais fazendeiros cooptasse, melhor, e isso evidentemente dependia de apresentações e da confiança inspirada por boas atuações. O fazendeiro operado no Rio certamente deve ter participado de suas tratativas de estabelecer uma proveitosa clínica na região.

Naquela cidade, conheceu minha mãe, recém-chegada de Lavras, onde estudara. Não sei quanto tempo durou o namoro. E Velico não pediu pessoalmente a mão da jovem: solicitou a um futuro cunhado, o tio Waldemar, que fizesse as tratativas para o noivado. No dia 6 de abril de 1924, o intermediador lhe escreve: “Presado dr. Lemos, Saudações. Comunico-lhe que submetti à apreciação de papae o pedido de que fui incubido, sendo elle solucionado com agrado por parte de

todos nós. Por esse motivo, queira aceitar os nossos parabens e um abraço do amigo e admirador Waldemar”. Assim, Felinho ficou com uma preocupação a menos e meu pai pensou ter acertado uma situação cômoda casando-se com alguém em boa situação, capaz de lhe garantir trânsito na sociedade cafezista local. No dia 9, já escreveu atabalhoadamente à família comunicando o noivado, sem dizer, pelo menos, o nome da escolhida. Meu avô Avelino, no dia 14 do mesmo mês, respondeu à carta do filho dando conselhos de uma maneira bastante formal, não demonstrando muito entusiasmo. Essa missiva paterna, creio seja interessante transcrevê-la para que o leitor possa aquilatar melhor como era a etiqueta há pouco mais de setenta anos. Assim escreveu Avelino ao filho:

São Paulo, 14 de Abril 1924.

Velico,

Tua boa saúde é o que queremos.

Damos em mãos tua última carta de 9 do vigente, pela qual nos envia a noticia de teres tomado compromisso de noivado.

E grata quão emocionante esta nóva que os paes recebem dos filhos que se acham em regiões longinquas. – Para nós é grata porque estás na idade de dar esse passo, – é grata ainda porque um médico, mesmo que, como solteiro tenha a comprehensão nitida dos deveres impostos pela ética profissional, como voce a tem christalina, todavia os lares que tu tens de visitar quotidianamente, se sentem como que mais francos para recebê-lo, guardando, como é natural, outra confiança que um moço solteiro não pôde em absoluto, inspirar.

É emocionante a noticia, porque sendo o Casamento um facto humano de alta indagação moral e social, e, portanto, um problema que nas muitas das vezes se apresentam com diferentes soluções e consequencias pendentes do futuro, é claro que de alguma maneira os paes quer do noivo e quer da noiva ao receberem a nóva cream no seu Codigo de Familia, mais um artigo pelo qual guardam o maximo interesse pelo maximo de responsabilidade que elle, em si, representa perante o publico amigo.

E em verdade, mais uma filha querida que entra para o ‘Cadastro Familiar’ dos paes do noivo-esposo, assim como, é mais um filho que tambem passa a pertencer ao ‘Cadastro familiar’ dos paes da noiva-esposa.

E, em uma palavra, uma permuta sympathica, sincera e necessaria que se opera no seio de duas familias, permuta que dessa época em diante, tem premente necessidade de ser a mais intima e mais duradoura das permutas sociais, porque a sua base principal, tem origem na

Lei da Amizade e da Religião, que são as melhores sementes que se pode semear em dous lares differentes, afim de se identificarem.

Não tiveste, talvez, tempo ou occasião de nos dar o nome dos paes de tua futura esposa, assim como tambem, não deste o nome desta.

Trazemos, entretanto, bom Velico, a melhor das impressões, pelos traços de conceito que a respeito dessa optima familia deixaste vivo entre nós, pela última vez que aqui estiveste.

Temos a melhor das sympathias pelo povo desses lados, e por tanto, eu com tua mãe sentimo-nos orgulhosos, ao ver-te compromissado com uma menina, cheia de encantos e qualidades, como disseste, e que escrupulosa e circumspecta como sempre hade ser, só saberá procurar formar ao teu lado, um lar cheio de regalo e bem estar, para tranquilidade dos dous e ufanía para nós – paes.

E, Velico, o nosso augurio que, amparado por Deus, há de traduzir em uma realidade, para preencher o fim visado pelos corações dos paes e das mães, que vivem muito mais, quando o futuro dos seus filhos se realisam de accordo com os seus sonhos !

Velico – foste desde a infancia um menino com pensar de homem, e, dada essa particularidade excepcional, não commum nesta geração, tornando-se um médico ainda muito jovem, parece natural que teus planos devem ser sempre coróados da melhor sorte possível.

De todo o exposto, não procurarias por certo, dar um passo, o mais importante e mais complexo que o homem dá na vida, que não fosse bem meditado, estudando bem, mas muito bem, o temperamento, indole e vida subjectiva de quem te deverá acompanhar eternamente, ou digamos, uma pessoa que saiba sentir e soffrer ao teu lado, quando for caso disso, como, deverá gozar e ter alegria nas epochas melhores.

Estes conselhos não são precisos dar a quem, como você, tem perfeito estudo de psychologia experimental.

Sem embargo dessas notas que é commum um coração de pae dar a um filho querido, guardamos, eu e tua mãe, a melhor das impressões com o teu noivado, – e nem podia ser por menos, porque mesmo que ainda não tenhamos a ventura de conhecer os respeitaveis progenitores de tua bóa noiva, já tivemos a felicidade de vêr ahi a amostra, o irmão della – o bondoso, sympathico, leal e franco Waldemar de quem trouxemos a mais grata impressão, pelo todo de attenção que procurou dispensar-nos, sem o minimo interesse, o que devéras nos captivou.

Ahi fica, bom Velico, o que nos cumpre dizer-te respondendo a tua cartinha de bom filho e bom amigo – o resto – é todo subjectivo – nasce da confiança que debes ter em tua futura companheira, que sendo uma moça prendada de instrução e educação e bafejada, ainda, pelo Creador, hade sáber advinhar os teus pensamentos, como reciprocamente, você os della.

Deus te guie sempre, como tem feito.

Abraços e beijos dos teus paes e de todos os teus irmãozinhos, que sempre te amaram.

Do pae e amigo certo

Avelino Lemos

IV de 1924

SÃO PAULO

S. Paulo, 14 de Abril 1924.

Nelico. q

Tua boa saúde é o que queremos.

Damos em mãos tua ultima carta de 9 do vigente, pela qual nos enôia a noticia de teos tomados com promisso de noivado.

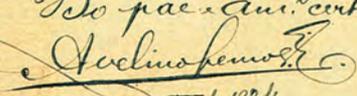
É grata quão emocionante esta nova que os paes recebem dos filhos que se acham em regiões longinquoas. — Para nos é grata porque estás na idade de dar esse passo, — é grata sem o minimo interesse, — o q. dieras nos captivo.

Ahi fica bom ^ovelico, o que nos cumpre dizer te respondendo a tua cartinha de bom filho e bom Am.º — o resto — é todo subjectivo — nasce da confiança que deves ter em tua futura companheira, que sendo uma moça preulada de instrucção e educação e bafjada, ainda, pelo Creator, hade saber advinhar os teus pensamentos, como reciprocamente, você os della.

Deus te guie sempre, como tem feito.

Abraços e beijos dos teus paes e de todos os teus irmãozinhos, que sempre te amaram.

Do pae e Am.º certo

Avelino Lemos. 

IV de 1924

Em 4 de setembro de 1924, Velico e Júnia casaram-se em Arceburgo, segundo os ritos católicos, o que quer dizer que Antônio Pedro e sua crença haviam sido mesmo definitivamente olvidados. Ao se casar, meu pai resolveu abrir consultório e laboratório de análises em Mococa, cidade ao lado de Arceburgo, talvez visando mais conforto, já que seus clientes fazendeiros lhe permaneceriam fiéis. Quando nasci, exatamente nove meses depois da lua-de-mel em Poços de Caldas, o casal já morava naquela cidade. Por isso, ele me dizia: “Você nasceu em São Paulo, mas o seu umbigo está enterrado em Mococa”. Julgo que as coisas não correram bem como ele queria. Em 1926, foi tentar nova vida na zona da Estrada de Ferro Noroeste. Andou por Duartina, creio eu. Chegou a alugar uma casa e, mal se instalara, roubaram-lhe, em noite escura, o carro estacionado no quintal. Falaram em quadrilha de ciganos. Ficou muito tempo pagando as prestações da viatura comprada a prazo. E, ademais, também sofreu oposição de colegas ali já há algum tempo estabelecidos. Um dia, enquanto lhe engraxavam os sapatos na Estação da Luz, à espera do trem para Mococa, soube por um colega sentado ao lado que o governo do Estado, naquele momento, aceitava candidatos médicos para chefiar novos centros de saúde instalados em cidades distintas do interior, oferecendo ótimos ordenados. Meu pai não titubeou; tornou-se funcionário público para o resto da vida a partir desse encontro fortuito.

Essa última opção de meu pai acabou tirando a família da zona de influência mineira e certamente definiu os destinos de seus filhos, passando a oferecer novos cenários de vivência, outras oportunidades de convívio e estímulos ou aprendizados distintos daquele da alta-mogiana. Se ele não estivesse amedrontado e fosse mais persistente, insistindo na clientela mocoquense, talvez eu estivesse agora levando uma vida diversa da minha atual, aplicando meus pendores genéticos em situações alheias à realidade de hoje. Até os meus treze anos vivi no interior, depois, na Capital, de 1938 até agora.

Avelino Lemos Júnior, em 1927, tomou posse do Posto de Higiene de Faxina, na qualidade de inspetor sanitário. Foi exemplar e dedicadíssimo funcionário, galgando alguns degraus na carreira, tendo a sua última promoção, no entanto, anulada pelo recém-empossado governador Jânio Quadros, em 1955, devido ao fato de ele pertencer à corrente ademarista. Desgostoso, e até certo ponto humilhado por ter tido seus vencimentos diminuídos dado o congelamento das vantagens decorrentes do tempo integral, pediu aposentadoria. Aos 58 anos, demonstrando ânimo e força de vontade, voltou à escola e fez um curso de pós-graduação de oftalmologia na Escola Paulista de Medicina, orientado pelo professor Moacir Álvaro.

Até falecer, em 1972, clinicou gratuitamente cerca de quinze anos na Policlínica, instituição de benemerência, e com remuneração no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Levou a vida toda com a maior dignidade.

Júnia era completamente diversa do marido, de quem era mais moça onze anos. Ao contrário de meu pai, não era expansiva; carregava consigo um permanente retraimento aliado a certas intolerâncias, que em geral redundavam em críticas mordazes. Não era dada a meiguices e afagos, insinuando a idéia de ser indiferente a tudo e a todos, o que, no fundo, não era verdade. Sei que muitas vezes sofreu com a sua incomunicabilidade. Intelectualmente, era superior a meu pai, que nunca, aliás, presenciei lendo, por exemplo, um livro de ensaios, de ficção ou de poesias. Nos últimos tempos, flagrava-o vez por outra lendo algum livro técnico, alguma revista de oftalmologia. Jornais, nem sempre. Júnia, ao contrário, foi uma ledora voraz. Com a leitura, isolava-se do mundo ao seu redor. Outro dia mesmo, selecionando velhos desenhos meus destinados à exposição que Emanuel Araújo organizou na Pinacoteca, verifiquei que em todos os retratos que fiz de mamãe ela estava lendo.

Apesar de tudo, Júnia foi uma mulher cordata em relação às decisões argentárias do Espanhol. Não estranhe o caro leitor essa expressão, ela está bem aplicada. O medo do futuro fez meu pai optar pelo funcionalismo público e o mesmo temor levou-o a economizar cada tostão que sobrasse e a fazer permanentes negócios imobiliários, usufruindo pequenos lucros; isso significou a venda de várias de suas residências, resultando em sucessivas mudanças de casa, que minha mãe enfrentava estoicamente. Meu pai conseguiu vários empréstimos oficiais destinados à casa própria, um em cada instituição que existisse à disposição. Depois de dois a três anos, vendia o imóvel. Com o capital herdado do meu avô após a venda da casa da rua da Liberdade, passou, inclusive, a negociar com terrenos, às vezes em sociedade com amigos do ramo imobiliário. No fundo, foi iludido pela inflação, que lhe sugeria lucros enganosos. Morreu levando vida honesta, morando em apartamento mediano na avenida Angélica, repleto de antigüida-



Espanhol (à esquerda) em 19 de abril de 1944 com seu grande amigo Humberto Pascale.

des e algumas obras de arte. Porém, como dizia mamãe, dessas compras e vendas, não reclamava. De resto, harmonizaram-se, fazendo mútuas concessões. Ela, praticamente sem amigas de convívio freqüente, lia, bordava, lia, costurava, lia, e até cozinhava enquanto éramos crianças e jovens solteiros. Ele, em Sorocaba, todas as noites ia ao clube jogar truco, no que era exímio, blefando, gritando, rindo como todo bom jogador daquela especialidade de cartas. Ali, entre amigos, tinha o público inexistente em casa. Na meia-idade e na velhice, o casal passou a participar esporadicamente de rodas de carteados entre parentes e amigos paulistanos.

Viúva, minha mãe incrementou viagens ao estrangeiro, trazendo encomendas de amigas e se vangloriava de, assim, conseguir estada e passagens de graça. Ela tinha paixão por essas viagens. Por mais de vinte anos, ia todos os invernos a Londres, cidade que amava, e à Itália, a Pádua, para visitar Norma, jovem amiga que considerava como se fosse uma filha. A senectude e a sempre presente inflação acabaram com essa alegria. Morreu quase cega, lendo com o auxílio de grossas lentes e de uma lupa segura pelas suas mãos trêmulas. Lia três ou quatro páginas e logo se cansava.

Apesar de seu gênio difícil e de sua irritabilidade, só tenho boas recordações e saudades dela e até me arrependo das admoestações e pitos que lhe passava. Ela merecia. Uma vez, com oitenta anos, embarcou escondida para a Inglaterra, tendo pago ao zelador do seu prédio para conduzi-la ao aeroporto, contrariando os



filhos que, com justa razão, tinham o receio de acidentes normais nesse caso de velhos desacompanhados. Noutra ocasião, qual não foi o meu espanto ao vê-la descer do avião com o braço engessado. Havia escorregado na neve acumulada na escadaria da Ópera de Paris, à noite, após

Júnia em Santos, 1926.



Júnia com o seu primogênito aos três meses e meio, em Mococa, no ano de 1925.

um concerto. Nessas viagens solitárias, sempre contava com a boa vontade e a solidariedade de estranhos, pois seu “anjo da guarda sempre promovia auxílio garantido”. Esse tombo parisiense não foi nem o primeiro nem o último. Ela deixou de viajar quando o dinheiro acabou de vez – escassez que teve início com o confisco ordenado pela malfadada Zélia no início do governo Collor. Mamãe faleceu pela manhã, logo depois do café, sentada no sofá de seu quarto aproveitando o sol matinal, como sempre fazia, em 1º de outubro de 1996. Tinha 89 anos.



Júnia em Faxina, em 1927.

Da minha educação em casa

O que de proveitosa terá sido a breve lembrança dos feitos e sucessos familiares encerrados linhas atrás à compreensão das razões definidoras de minha personalidade ou de minhas atuações? Sobre essas dúvidas, já fiz comentários no início deste trabalho, mas ainda há reflexões paralelas porque, agora, já temos informações de ordem genealógica naquele momento não ventiladas.

Em 21 de julho de 1997, a *Folha de S. Paulo* publicou uma entrevista que me abriu os olhos, forçando-me a voltar ao tema da participação da carga genética



em nosso aprendizado. Aquele jornal entrevistou o professor Howard Gardner, da Universidade de Harvard, sobre o novo enfoque observado nos estudos sobre a nossa inteligência. Diz aquele pesquisador que, na verdade, existem sete inteligências e não uma só, como vulgarmente supomos. Existiriam, segundo ele, a inteligência intrapessoal, que também chamam de emocional; a inteligência lógico-matemática; a inteligência lingüística; a inteligência espacial; a inteligência musical; a inteligência corporal-cinestésica e, finalmente, a inteligência interpessoal, que compõem

Júnia Lemos em Sorocaba, em 1938.

a classificação própria da teoria das inteligências múltiplas. O que nos interessa aqui é a primeira resposta da referida entrevista. Perguntou o repórter Fernando Rossetti:

Pergunta: Algumas pessoas são mais inteligentes do que outras ou elas desenvolvem a inteligência durante a vida?

Resposta: Ambos. Isto é, nós não temos todos o mesmo potencial em cada tipo de inteligência. Mozart tinha mais potencial em inteligência musical do que eu tenho, e esse potencial é determinado geneticamente. Por outro lado, você pode ter todo o potencial do mundo, mas se não tiver oportunidades de aprendizagem, motivação, bons professores, você não vai desenvolvê-lo. Mozart não só tinha mais potencial, como tinha um pai que trabalhava com ele vinte horas por dia.

Acredito não esteja exorbitando como leigo ao buscar ilações a partir da afirmação acima, pela qual “nós não temos todos o mesmo potencial em cada tipo de inteligência”. Essa assertiva, por exemplo, já de início sugere que todos nós possuímos, ao mesmo tempo, todas as sete modalidades de inteligência e que algumas, ou uma só, podem preponderar sobre as demais. A potencialidade de cada tipo de inteligência pode ser aprimorada através de exercícios, motivações oportunas ou de estímulos advindos de bons professores. Nossas aptidões e nossa atuação cotidiana seriam um reflexo da ação conjunta daquelas inteligências. Conforme nosso interesse momentâneo, também poderia haver o predomínio de uma delas. Não posso atinar, no entanto, como é regulada a transmissão genética das aludidas potencialidades de cada categoria de inteligência. Os filhos de mesmos pais sempre serão igualmente aquinhoados? Como se comportam as transferências entre gerações? Como se definem as predominâncias destas ou daquelas modalidades de inteligência? Muitas outras indagações ainda poderiam ser formuladas se pudessemos comparar ou confrontar as histórias de vida de irmãos, de primos-irmãos, de primos afastados. Irmãos fisicamente semelhantes, não só nas características étnicas mas também apresentando analogias fisionômicas ou comportamentais, como o modo de andar, de falar, de sorrir, tudo comprovando a inescrutável viagem pela carne, possuem grandes similitudes mentais ou intelectuais?

Todas essas questões surgem naturalmente quando me ponho a recordar aquelas vidas diversas que compõem minha ancestralidade. A inteligência interpessoal, que comanda basicamente o ensino em geral e depois o magistério qualificado do pro-

fessor, creio que deve ter comparecido em vários de meus ascendentes, como vimos, e pode ter ressurgido em mim, sem ter tido semelhante presença em meus irmãos e pais. Acredito mesmo que seja perfeitamente possível intermitências das potencialidades maiores ou menores nos processos de transmissão daquelas inteligências compartimentadas por Gardner. A aptidão professoral pulou meus pais, vinda a mim diretamente de meus avós de ambos os lados. Na inteligência musical parece ter havido também intercadência de benefícios potenciais. A sempre lembrada musicalidade dos Cerqueira Leite não foi uniformemente distribuída entre os filhos de Algina, por exemplo. Somente Vespasiano e Nélia foram sorteados. O resto dos irmãos se limitam a simplesmente ouvir. Eu também sou escutador impenitente de qualquer música. E gostar disso sem entender de partituras e teorias já é um dom apreciável, eu me consolo. Posso ouvir embevecido um mesmo disco várias vezes seguidas, enquanto escrevo, sempre me enlevando, como aconteceu outro dia, quando escutei por quatro horas *Lift to the Scaffold*, de Miles Davis. Outros Cerqueira, no entanto, estão por aí encantando a gente com suas músicas, como os filhos de Zulma, Guga e Rodolfo Stroeter. Herdaram o talento da avó Lisenor, que manteve por anos um coral de crianças do seu bairro, a Barra Funda. Dizem que Zuleica, filha de meu tio-avô Jasiel, possuía exatamente o mesmo timbre de voz de Palmira.

Outrossim, que tipo de inteligência nos levou a mim e a meus irmãos, Maria Thereza e Fernando, à pesquisa, de algum jeito, histórica? Ela se dedica com afinco à medicina popular, às origens do emprego de ervas medicinais, aos vínculos dessa ervanaria curativa com as religiões, sobretudo com os cultos de origem africana. Ele é voltado a *expertises* de objetos de arte, escarafunchando catálogos e livros para dar pareceres sobre origens ou autenticidades em dúvida e, além do mais, é o genealogista dedicadíssimo voltado ao ramo familiar de meu pai, com pesquisas pacientes em arquivos e entrevistas com parentes longínquos. Eu, como veremos, me dediquei à história da arquitetura brasileira. Essa nossa faceta, a herdamos de quem? Pois só pode ser um legado familiar e não uma coincidência. E a minha inteligência espacial, que engloba o pendor à arquitetura, é a mesma do tio Jasiel, irmão de minha mãe?

No convívio familiar, desde a primeira infância, os acontecimentos do cotidiano iniciam o processo de formação de nossa personalidade, estimulando as referidas potencialidades das várias inteligências presentes em nossa cabeça. Esse convívio, no meu caso, foi sem sobressaltos. Das recordações da puerícia muito distante, lembro-me de três ocorrências muito marcantes, que decerto contribuíram para

minha definição como gente. A primeira delas deu-se em Santos, por volta de 1930, quando meu pai foi deslocado de Faxina para trabalhar na Serra do Mar, durante as obras da estrada de ferro de Mairinque ao litoral santista, onde grassava maleita brava. Morávamos na rua Júlio Conceição e lá, um dia, apareceu meu tio Otoniel, mocinho ainda, para passar uns dias e, mal chegado, mostrou a todos uma pequena coleção de moedas antigas, que hoje suponho fossem do Império. Numa sua ausência, fui ao seu quarto, peguei aquele dinheiro e, na venda da esquina, comprei balas. O negociante, que me conhecia, calmamente efetuou a transação, a minha primeira compra, e deixou as moedas apartadas para trocá-las depois com meu pai. No fim do dia, com a chegada de Velico, carrancudo, tive a oportunidade de ouvir o seu sermão inaugural sobre algo meio difuso, cujo nome, mais tarde, iria aprender: honestidade. Sim, aprendi, levando concomitantemente boas palmadas, que nunca deveria me apossar de bens alheios sem a necessária permissão expressa. Eu havia praticado um roubo. Mais tarde, aos poucos, fui captando as aplicações extensivas do sentido da palavra honestidade. E, já no ginásio, o meu professor de português, Oscar Stevenson, ensinou-me que o termo não admitia superlativo – a honestidade é uma só, não varia de tamanho. A gente é ou não é honesta, simplesmente. Lembro-me, então, dessa primeira lição de meu pai, cuja censura ficou gravada para sempre na minha cabeça ainda virgem de preleções fundamentais. E me recordo, como se fosse agora, de eu chorando mansinho, com ocasionais soluços entrecortados e encolhido ao lado de mamãe, que bordava impassível, como se nada ocorresse. Eu, no fundo, em minha inexperiência de vida, talvez estivesse esperando que ela me defendesse. Seu silêncio foi o complemento da punição. Será que eles agiram acertadamente? Creio que sim, porque, como vimos, não me esqueci da repreensão.

A segunda lição de vida que me vem à lembrança, recebi-a quando já morávamos em Sorocaba; eu tinha meus seis ou sete anos. Naqueles dias, meu pai ganhara um belo punhal de cabo de prata, guardado em bainha de couro lavrado, creio que trabalho gaúcho. Depois de mostrar o troféu a todos, guardou-o na gaveta central da sua escrivaninha, dizendo que estávamos, as crianças, proibidas de mexer na peça por ela ser, antes de tudo, muito perigosa. É claro que no dia seguinte, com os adultos fora de casa, fui examinar a faca com mais atenção e, quem sabe, experimentar o seu fio. O barulho de minha mãe abrindo a porta da rua interrompeu minha inspeção e, muito nervoso, enfiei a lâmina na capa de couro sem perceber que suas curvaturas não estavam coincidindo. Resultado: ao penetrar no estojo curvado no sentido contrário, o aço afiado rompeu o couro, ficando apa-

rente a sua ponta aguda. Mal fechada a gaveta, mamãe entrou na sala. Disfarcei como pude; ela nada percebeu. Logo depois, meu pai chega do serviço e vai direto à gaveta fatídica para pegar qualquer coisa e se depara com a bainha rompida ostentando a extremidade da faca. Outro sermão, agora sobre a desobediência e a respeito dos riscos de me cortar por que passara. Dessa vez, não foram palmadas, mas bainhadas firmes nas mãos espalmadas. Foi a minha segunda sova, e a última. Nunca mais apanhei, talvez por saber disfarçar bem minhas faltas, ou pela provável complacência paterna, pois Velico era mais dado a discursos moralizantes, no seu pensamento, mais eficientes. De minha mãe, porém, na meninice, levei muitos coques doídos.

A terceira lição em meus primeiros anos deu-se em Cruzeiro, tendo sido, acredito, a mais contundente porque a provoqueei e a vivi sozinho. Foi uma experiência aterrorizante na minha vida de criança ingênua e despreparada. Foi no início de 1934 e logo eu iria completar nove anos. Naquela época, as crianças ainda eram crianças de verdade, nada a ver com os espertíssimos pirralhos de hoje. Aconteceu que papai ficou doente, do quê não me lembro, mas foi aconselhado a passar uns dias em São Lourenço para usufruir de suas águas milagrosas. Por medidas de economia, resolveu ir só àquele balneário. Mamãe iria, com os meus irmãos menores, a Santos para a casa de Evarista, sobrinha de vovó Isabel, nossa vizinha quando moramos naquela cidade, tornando-se nossa grande amiga. Eu ficaria em Cruzeiro, na casa de uma das minhas tias, Ruth ou Dinah, não me lembro de qual delas, hospedagem a meio do caminho entre São Paulo e São Lourenço. Assim aconteceu. Dessa época, lembro-me de momentos muito agradáveis, de passeios, de pescas a beira do rio, do meu tio cuidando de passarinhos guardados em gaiolas forrando as paredes da cozinha, enfim, de cenas isoladas, soltas no tempo, algo imprecisas, sem um fio de meada concatenando-as. Mas uma dessas lembranças,



guardei-a com pormenores. Certa hora, vi minha tia instalando uma grande bacia no chão de seu quarto e percebi que estava preparando um banho. Naquele tempo, na casa modesta, não havia água encanada e a latrina ficava na

Meus pais, na Chácara Caracante, em Sorocaba, em 1938.

“casinha” do quintal. A água para as abluções era aquecida no fogão. Pois bem, escondi-me embaixo da cama do casal, encostada a uma das paredes – hoje, não atino com que propósito; talvez até estivesse brincando de esconde-esconde com meus priminhos e pensando que o banho programado fosse demorar. O fato é que me meti ali entre chinelos e o grande penico de ágata branca. Mal me acomodei, vi minha tia (teria sido Dinah?) entrar e fechar a porta com o ferrolho. Vi suas pernas limitadas pelo horizonte definido superiormente pela guarda da cama. Sentada, tirou vagarosamente as meias pretas. Ficou de pé, afastou-se, vi a saia cair ao chão, avistei acima de seus joelhos e apavorei-me. Encostei-me na parede o máximo que pude, com o nariz encostado no rodapé. Consegui manter um silêncio sepulcral durante o interminável banho e o pior de tudo é que ouvia alguém a me chamar lá da sala. Passei por um mal-estar que hoje não sei descrever, uma agitação nervosa inesquecível e isso tudo na mais profunda e dolorosa inação. A saída do suplício foi demorada, até minha tia se vestir, jogar a água do banho pela janela e abandonar o quarto... Esperei o momento certo, sem testemunhas, para escapar dali. A mim, tudo isso teve um grande significado, porque foi a primeira vez que eu mesmo provoquei uma situação-limite, cujas conseqüências poderiam ser imprevisíveis. Felizmente, tudo acabou bem e aprendi a me comportar, levado por alguma coisa que, mais tarde, chamaria de prudência, de cautela, de juízo.

Com os seus pequenos ganhos de funcionário público, meu pai foi uma pessoa muito econômica, limitando ao máximo os gastos familiares. Nada de supérfluos. Boa mesa, mas nada de extravagâncias, sobretudo alcoólicas. Refrigerantes, isto é, o guaraná Antarctica, só em dias de festa. Nem brinquedos. Nunca tive uma bola, tampouco bicicleta, de que as crianças tanto gostavam. Nunca festas de aniversário – nesse dia, uma sobremesa mais caprichada depois do jantar. A parcimônia era geral naquele tempo, não era só em casa, não. Nessa época em que morávamos em Sorocaba, de 1931 a 1938, a classe média era muito comedida no seu passadio. Nem todos tinham empregadas domésticas e foi a época de se buscar no asilo de órfãs, o Santo Agostinho, meninas púberes para ajudar nas lides caseiras. Raramente se acostumavam com o serviço doméstico, naquela vida sem detergentes e aspiradores de pó. Lustrar o soalho era trabalho pesadíssimo. Lá por casa mesmo passaram duas ou três dessas meninas, que logo, logo o gênio de minha mãe não suportou. Outras dessas garotas, no entanto, tiveram sorte; conheci uma que se casou com o entregador de pães, futuro padeiro, e outra que virou a senhora do açougueiro da família, homem simpático. Na verdade, em quase toda a sua vida

sorocabana, no cotidiano, mamãe teve pouco auxílio nos trabalhos do dia-a-dia. Eu mesmo encerei e lustrei muitas vezes o soalho das salas e cheguei a torrar café no quintal, até que um dia anunciaram na venda o produto já torrado e moído. No pacote, mergulhado no pó, vinha um cálice de brinde. A roupa era lavada fora. As compras, no armazém (comprava-se feijão ou arroz em litros, medidos em caixas de madeira) ou na leiteria, eu ia buscá-las. Até na última casa de Sorocaba em que moramos, o sobrado alugado de Ondina Santarini, o fogão era a lenha, combustível da minha infância, que uso até hoje na casa de Ibiúna. Mas, como já disse, nessa vida toda reinou a parcimônia. Evitar ao máximo o desperdício. Tudo controlado. Até as esmolas. Sou do tempo em que era normal pedir troco ao mendigo. Em nossa casa semanalmente apareciam os pedintes fixos, uns recebiam comida, outros, moedas e quantas vezes mamãe, dando-me uma moeda de quatrocentos réis, pedia que solicitasse ao pobre um troco de duzentos.

Hoje, não sou nada econômico, gasto tudo o que ganho, mas, daquela época de cintos apertados, guardo o hábito de evitar ao máximo qualquer tipo de desperdício. Até agora, durante o banho, grudo o sabonete que está por acabar a outro novo; esgoto até o fim o tubo de dentifrício, esfregando-o com a escova, invólucro que jamais apertei pelo meio quando cheio. Ponho no bolso qualquer mísero clipe caído no chão para aproveitá-lo. Hoje, quando cozinho em Ibiúna, calculo com exatidão a quantidade dos ingredientes, conforme o número de comensais presentes aguardando o repasto, para aflição de Veroca. Mas, creia o caro leitor, não sou um sujeito chato – não conto a ninguém essas mesquinhas que me acompanham desde a infância – confesso-as agora porque tenho o compromisso de recordar os fatos e ensinamentos que me condicionaram. Convivo, no entanto, perfeitamente com o desperdício alheio, sem fazer reclamações nem dar conselhos impertinentes.

Em casa, também aprendi a ter bons modos, especialmente à mesa, e a nunca rejeitar qualquer prato dizendo “Não gosto”. Etiqueta caipira, apenas proibindo o falar de boca cheia e o colocar os dois cotovelos sobre a mesa. Antes de beber, usar o guardanapo. Não chupar ruidosamente a sopa quente da colher parada no ar nem levar a boca à borda do prato. E só. Só mesmo. Acreditem, as lições pater-nas não iam além disso que enumeramos. Nada de religião, a não ser a providência de um catecismo na matriz e a ordem para frequentarmos a missa aos domingos. Intramuros, nada de ensinamentos que dessem lustro à fé. Quando era muito criança, lembro-me vagamente da mamãe me ordenando que repetisse “com Deus me deito, com Deus me levanto” ajoelhado sobre o travesseiro. Depois, pensando

que eu fizesse isso sozinho, não insistiu mais. Sobre sexo, silêncio total. Sexo se resumia a explicar como a cegonha deixava os bebezinhos na chaminé, como Papai Noel deixava presentes no Natal. Realmente, nunca meu pai me abordou para conversar sobre qualquer enfoque alusivo ao assunto. Sei perfeitamente que ele não foi o único a agir assim e até hoje essa omissão parece existir em muitos lares, deixando as elucidações a cargo das escolas, do convívio com outros jovens, dos jornais e, sobretudo, das novelas da televisão. Dizem que agora, na internet, também se aprende muita coisa.

Por último, gostaria de lembrar um processo indutivo que, aos poucos, me levou ao gosto, e até ao amor, por objetos e obras de arte em geral, deflagrado mais pelo comportamento de meus pais e não tanto pelas suas lições propriamente ditas. Tudo começou em Faxina, em 1927, ano em que moramos naquela cidade, tempo suficiente para se relacionar com outro casal também de fora, gente rica da alta sociedade paulistana; ela seria uma Penteado e ele um advogado, se não me engano, juiz. Um desses amigos faleceu repentinamente e o cônjuge remanescente, muito desgostoso, resolveu, às pressas, desfazer-se de seus pertences para evitar uma mudança trabalhosa. Essa história, não a registrei por escrito, daí as imprecisões do relato acima. O fato é que meus pais adquiriram por preço irrisório algumas peças de arte. Uma delas me encantava: era a representação de uma camponesa, de louça verde-malva, que recentemente meu irmão identificou como sendo austríaca da marca *Amphora*, de 1905. Vieram também um aparelho de chá do século XIX, igualmente austríaco (Elbogen), e outro de jantar inglês, decorado com pequenas folhas de avenca. Ambos mamãe usava no dia-a-dia, ou melhor, o de chá, só nos lanches de domingo. Com o seu falecimento, repartimos as peças remanescentes dessa louça dominical e, agora, às refeições, todos os dias, do lugar onde me sento, observo o pequenino cisne branco nadando em cenário azul, decorando o bule que coube a mim, guardado na cristaleira ao meu lado. Absorto, algumas vezes, sou levado por ele a navegar pelas águas sem fim da memória. E lá, muito atrás no tempo, revejo vultos embaçados sorrindo silenciosamente ao redor da mesa servida, minha mãe oferecendo docinhos, meu pai, com gestos pausados, contando algo muito interessante e me vejo esperando que o chocolate esfrie enquanto olho fixamente o cisne branco, tão plácido e indiferente ao calor da bebida atravessando a porcelana fina como folha de papel. Hoje, ali me olhando de esguelha, ele ainda sulca o seu laguinho. Nos conhecemos há mais de setenta anos. Cresci usando essas louças e a ninguém importava a sua antigüidade. O imenso aparelho das avencas durou pelo menos trinta anos, sofrendo perdas espacejadas

até chegar a meia dúzia de pratos desbeichados. Em 1931, em Tietê, papai comprou louças inglesas chamadas “azul-pombinho” – não para utilizá-las no cotidiano, mas para ornamentar a sala de jantar, porque encantou-se com a velhice das peças demonstrada por trincas e craquelês tecendo uma rede negra sobre o esmalte encardido. Hoje, no comércio não valeriam nada, mas, naquele tempo, quanto mais usado o objeto, contanto que não lhe faltassem pedaços, mais à vista estava a garantia de sua antiguidade. Relíquias de outros tempos a serem veneradas. No entanto, aos domingos e com as visitas, usava íntegras porcelanas de igual ou mais idade. As estatuetas e objetos de Faxina e a louça de Tietê foram o início de uma incessante busca, nas cidades ao redor, de artefatos antigos, móveis e, mais tarde, de quadros. Na verdade, meus pais nunca entenderam bem do assunto. Guiavam-se mais pela intuição, pelo aspecto desgastado e por informações quase sempre errôneas e exageradas na contagem do tempo de vida do objeto. Lembro-me, quando era pequeno, do meu pai, embevecido, afirmar às visitas boquiabertas que aquelas enormes e trincadas travessas de Tietê tinham “mais de duzentos anos! Veja como estão gastas!”. Depois de nossa mudança para São Paulo, em 1938, houve uma espécie de refinamento do casal acerca desse patrimônio artístico, sobretudo quanto à qualidade da pintura de nossos quadros.

Me vem à memória uma discussão entre meus pais, no corredor de entrada da casa da rua Arthur Gomes, onde morávamos em Sorocaba, isso por volta de 1933, causada pela escolha definitiva de um dos quadros ali enfileirados, ao longo das paredes, pelo seu pintor, De Carli, que, por sua vez, ajudava a aumentar a confusão dando palpites tanto agradáveis a um como a outro; talvez estivesse esperançoso de vender mais de uma peça e, assim, todos ficariam contentes. Optaram por uma serena paisagem mostrando um rancho de sapé refletido nas águas plácidas de um rio instalado no primeiro plano. Mas o pintor intinerante, muito conhecido na região, deixou a casa com a encomenda de uma outra tela, representando o mesmo local sofrendo devastadora queimada. O quadro chegou mais tarde mostrando o fogaréu refletido naquelas águas. Três ou quatro anos depois, esses quadros medíocres foram substituídos por pinturas de uma sorocabana chamada Zizi Longo, habilíssima profissional, dona de uma técnica impecável, que, no entanto, era incapaz de copiar do natural ou de inventar qualquer cena que fosse; só copiava fotograficamente modelos impressos, estampas de livros ou gravuras antigas. O cliente escolhia um assunto qualquer e ela, dentre o seu amplo repertório de figuras, selecionava uma cena que satisfizesse às expectativas da encomenda. Zizi espalhou quadros pela nossa casa e um deles era imenso, talvez tivesse uns dois

metros de altura, e representava, em tamanho natural, uma camponessa italiana segurando uma vasilha de transporte de água do chafariz e sentada numa mureta, talvez à espera do namorado, o que sugeria o seu olhar lânguido encimando um discreto sorriso que faria inveja a Leonardo.

Meu pai, como delegado de Saúde, tinha jurisdição em várias cidades do interior e, nelas, possuía “olheiros”, geralmente fiscais sanitários dos centros de saúde, que alertavam-no sobre pessoas dispostas a ceder de modo conveniente peças antigas de mobiliário fora de uso. Essa disponibilidade ainda era normal há cinquenta ou sessenta anos atrás. Às vezes, chegavam em casa carregamentos de móveis estropiados e até fragmentos desaparecidos que um marceneiro da rua da Consolação, o amigo Bachella, pacientemente restaurava ou remontava. Em muitas ocasiões, de duas ou três cadeiras muito lesadas fazia uma só. De um saco cheio de restos de tocheiros de altar, recompunha um par. Tudo do século XIX, móveis em sua maioria do estilo Luís Filipe.

Certa vez, papai ganhou uma mobília completa, sofá, poltronas e várias cadeiras, julgada imprestável, originária da Santa Casa de uma cidade qualquer, cujo médico a salvou da destruição. Todo esse mobiliário recuperado servia de moeda de troca e, com ele, minha mãe promovia um apuro do nosso equipamento domiciliar negociando com antiquários variados, como o Saul e o Moisés, que tinham lojas na Angélica e também como o Basile, com estabelecimento na 7 de Abril; o Noschese, com galeria de quadros na Consolação, 222, ao lado do cine Odeon. E havia os leiloeiros Albino de Moraes e Florestano. Do primeiro deles, mamãe adquiriu belas peças de porcelana, inclusive um excepcional grupo de querubins de Saxe. Dessas trocas, resultaram quadros melhores, de bons autores, e Zizi Longo logo foi passear. Telas, no entanto, de pintores acadêmicos, digamos de “segunda linha”, como Oscar Pereira da Silva, Túlio Mugnaini, Monteiro França, Pacheco, Campos Ayres, Luiz Augusto de Freitas e outros mais. Do último citado, um belo retrato de menina, pintado em Roma. Aliás, esse pintor nunca voltou de sua bolsa na Itália, lá constituiu família e lá morreu como artista apreciado. Coleção, portanto, de pintores acessíveis ao bolso do Espanhol, ou melhor, à mercadoria com que ele podia barganhar.

Quem teve muita influência nesse processo de melhoria, que chegou até onde as posses permitiam, foi o antigo colega de faculdade e grande amigo pela vida toda Arthur Guimarães Filho, o Arthurzinho. Esse cidadão, com grande sensibilidade à pintura desde os tempos de estudante no Rio de Janeiro, colecionava pintura brasileira da mais alta qualidade. Sua coleção começava em Frans Post, pas-

sando pelos Taunay da Missão Francesa, por Pedro Américo até os acadêmicos contemporâneos. Tinha um Visconti primoroso. Seu requinte chegava ao cúmulo de possuir os objetos que haviam servido de modelo às suas naturezas-mortas feitas por Pedro Alexandrino, de quem era amigo. Deu de presente à mamãe algumas “manchas” pintadas por bons artistas sobre tampas de caixas de charuto, como era moda no começo do século. Desde rapazola, freqüentei a casa de Arthurzinho, que era verdadeiramente um museu. Além dos quadros, possuía tapetes persas e fino mobiliário brasileiro de jacarandá do século XVIII. Lá, tive verdadeiras aulas de história da arte, aprendi a reconhecer cerâmicas antigas, sobretudo ibéricas. Tinha belas peças de Talavera, do século XVII, e outras portuguesas de grande raridade. Minha dedicação à pintura nasceu em sua casa. Depois de suas pacientes explicações, que me levavam a fazer comparações e confrontos, tornei-me apto a reconhecer técnicas, estilos dentro daquele ecletismo, épocas e obras de artistas. Concomitantemente, freqüentava a Pinacoteca do Estado, na rua 11 de Agosto, que ficava no meu caminho rumo ao Ginásio do Estado, situado no parque Dom Pedro, embaixo da igreja do Carmo. Sabia de cor seu catálogo.

Em três ou quatro anos de insistência no tema, antes de completar vinte anos e depois de ter lido bastante, já podia agir sozinho nas trocas de objetos ou móveis por quadros. Sabia fazer boas escolhas e nunca era levado pela assinatura. Certa vez, por exemplo, comprei de Basile, que estava de mudança para Buenos Aires, um quadrinho de um navio, ao mesmo tempo a vela e a vapor, ancorado num canal lembrando Santos. Era assinado por “A. Bento”, pintor absolutamente desconhecido. Arthurzinho gostou muito dele e sugeriu que a pintura talvez fosse de Antônio Garcia Bento em seu início de carreira. Ficou a dúvida. Tempos depois, desejando adquirir um oratório do século XVIII que pertencera ao barão de Piratininga, em São Roque, dei ao antiquário, como parte do pagamento, esse quadrinho. Meses depois, o negociante me confessou:

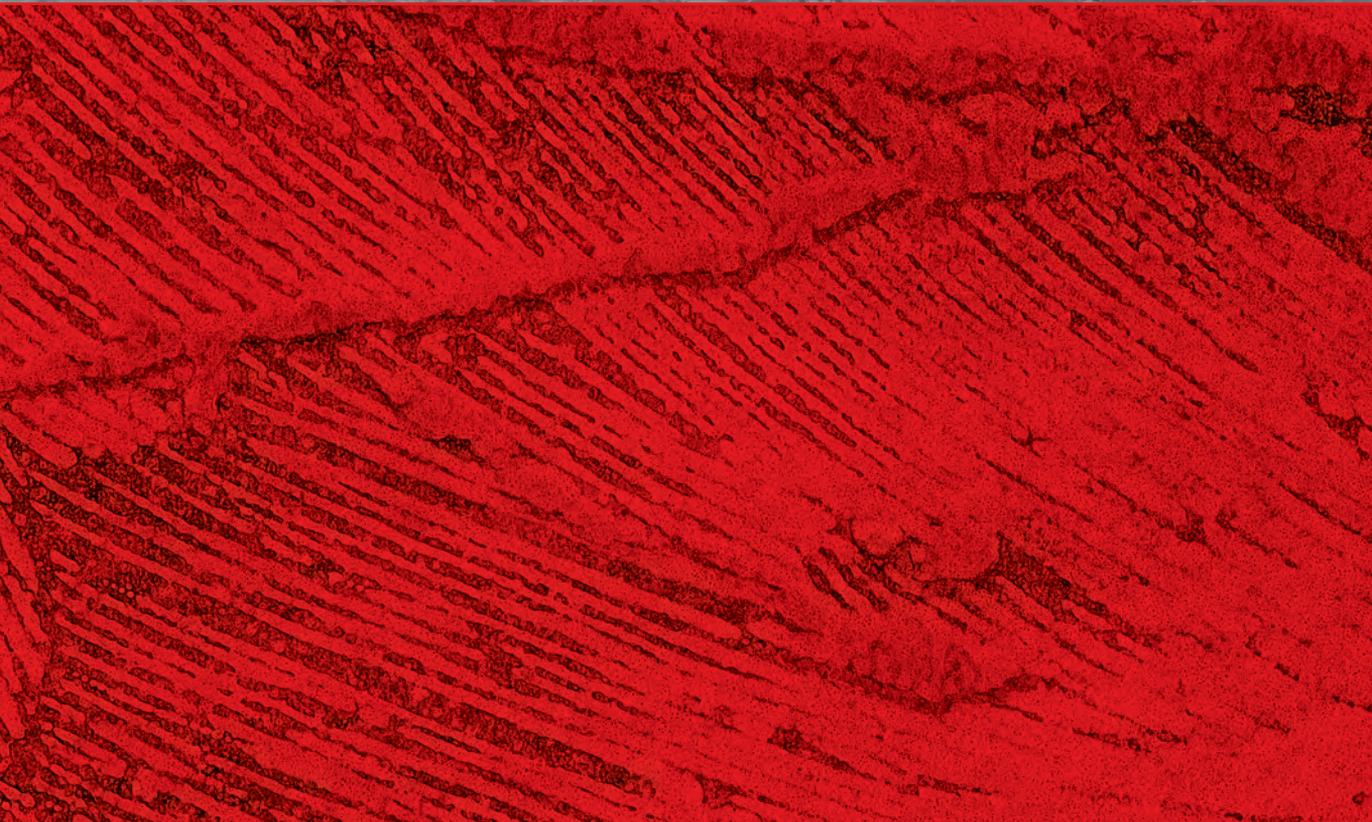
Lembra daquela pintura de navio? Eu raspei a assinatura e perguntei ao Gerardenghi [pintor italiano que morou em Santos] de quem poderia ser aquele quadro. Ele me respondeu que talvez fosse de Benedito Calixto, mas não acreditava nisso porque aquele pintor nunca faria um céu e nuvens tão bonitos. Aí, depois desse elogio, eu só poderia assinar, no mesmo canto, Benedito Calixto, com tinta vermelha. Vendi o quadro muito bem.

Isso me revoltou. Mais tarde, porém, em casa e acalmado, fiquei até lisonjeado, porque havia feito uma ótima escolha dentre um lote de coisas postas em liquida-

ção por Basile. Arthurzinho me passou a doença, adquiri muitos quadros depois de formado. Em certa época, cheguei a ter na minha casa obras de Portinari, Di Cavalcanti, Milton Dacosta, Maria Leontina, Antônio Henrique Amaral, Thomás, Toledo Pisa, Ianelli, Carnicelli, Waldemar da Costa, Bonadei, Aldemir, Volpi e muitos outros. A pintura me fascina, e essa sedução definitiva, tanto na fruição de obras alheias como na minha pintura, deve estar ligada fatalmente à mesma inteligência espacial, na classificação de Gardner, que me levou à arquitetura.

5

*Do meu Aprendizado
Fora de Casa*



Os primeiros estudos

Minha lenta e demorada alfabetização teve início na escola de dona Luizinha Maia, instalada na sala da frente de sua residência, também na rua da Penha, onde morei, em Sorocaba. Essa escolinha chamava-se Externato Santo Antônio. Era 1932 e eu estava com sete anos. Alunos de idades variadas aprendendo coisas diversas ao mesmo tempo. A velhinha e sua filha gritavam constantemente, tentando acalmar a indisciplina. Como eu era a menor das crianças e absolutamente ignorante, nunca se dirigiam a mim durante as aulas. Na hora de recreio, enquanto meus colegas faziam algazarra no quintal, embaixo das mangueiras, eu ficava sentado à beira da grande mesa da sala de jantar com a professora me auxiliando a soletrar palavras, a desenhar letras e, inclusive, introduzindo-me nas seqüências da tabuada. Nesse arremedo de escola, fui colega de Marino Barros, uns dois ou três anos mais velho, que se transformou, mais tarde, em grande amigo. Começamos nosso aprendizado escolar na casa da dona Luizinha e o terminamos juntos na Faculdade de Arquitetura Mackenzie, em 1950.

Daquela escolinha, que nada acrescentou à minha vida, fui parar no Grupo Escolar Antônio Padilha, em 1933, onde permaneci um ano e pouco. Fui aluno de professoras ali também incapazes de dominar a indisciplina permanente e a desatenção geral. Incrível, dia houve em que chegou a acontecer um silencioso festival de masturbações em plena sala de aula, sem que a coitada da mestra percebesse qualquer coisa acontecendo por baixo das carteiras. Uma dessas preceptoras primárias, irmã de um amigo de papai, não tinha realmente nenhuma autoridade e ninguém aprendia bem coisa alguma. Agora, recordo-me bem do dia de um exame de aritmética, assistido pelo inspetor de ensino, quando seguimos uma estratégia previamente ensaiada por ela. O tal inspetor iria apresentar à classe, escrevendo

no quadro-negro, um ou dois problemas daqueles que sempre terminam perguntando, “Com quantas laranjas Joãozinho ficou?”. Na véspera da prova, a professora combinara conosco um modo de ensinar a solução das questões que iriam privilegiar determinadas operações aritméticas. Se a decisão estivesse na soma de laranjas, ela, nos primeiros cinco minutos, ficaria de pé ao lado da janela; se fosse o caso de subtração, permaneceria ao lado da porta de entrada; se se tratasse de divisão, sentaria ao lado da visita e assim por diante, elencando posicionamentos indicadores de soluções. Se assim não procedesse, todos estaríamos reprovados e o índice de repetência iria desaboná-la.

Disso tudo, só sei que, aos dez anos, escrevia muito mal e mal sabia das outras matérias; mas gostava de ler. Devorava histórias em quadrinhos publicadas no *Globo Juvenil* e copiava os desenhos, sobretudo os de Jim das Selvas, para ilustrar histórias por mim imaginadas. Daí ficarem todos os meus cadernos escolares repletos de ilustrações alheias às disciplinas ali tratadas. Desde esse tempo passei a rabis-car coisas variadas nos momentos de distração e sempre fui um desatencioso permanente. Hoje, fazendo um balanço da minha vida escolar pregressa, não consigo atinar como consegui vencer barreiras como a matemática, a química, os problemas cabeludos de física. Não conseguia prestar atenção naquelas abstrações. Sem dúvida, devo ter tido a condescendência de muitos professores de matérias exatas.

Não tirei diploma de curso primário porque saí do grupo escolar antes do prazo regulamentar por dois motivos: o primeiro foi a implicância de uma nova professora que não admitia que eu escrevesse com a mão esquerda; o resultado dessa insistência foi ter ficado gago em um grau tal, que preferia permanecer calado. Esse mutismo, naturalmente, preocupou meu pai, que logo percebeu a causa. A professora fez ouvidos moucos às suas ponderações e foi, nos dias seguintes, irredutível: eu haveria de ser ambidestro. Então, saí do grupo, também devido a uma preocupação paterna com meu atraso escolar; o tempo perdido deveria ser recuperado. Estava chegando à idade de entrar no ginásio e me achava totalmente despreparado. Fui parar na escola de dona Julica, mulher de um engenheiro amigo, o dr. Júlio Bienrenbach. Essa senhora também lecionava em casa, mantendo um curso intensivo de preparatório ao ginásio. Foi uma ótima professora e parece que consegui encaixar melhor minhas idéias, apesar da permanente distração.

Em 1937, entrei no Ginásio do Estado de Sorocaba, ocorrência que, na verdade, não mereci. Explico. No exame de admissão, numa prova oral, o professor meu interlocutor me identificou como sendo filho de seu amigo “o dr. Lemos” e me disse mais ou menos o seguinte: “Você está fraquinho, poderia ter estudado mais.

Porém vou aprová-lo se você prometer que vai se dedicar melhor aos estudos. Não é bom seus amigos entrarem na escola e você ficar de fora. Você promete?”. Prometi, como sempre prometia ao padre Chiquinho nunca mais cometer meus pecadilhos costumeiros e solitários. Afinal, entrei no ginásio. A condescendência desse professor, certamente injusta porque deixou de fora alguém mais apto, me foi benéfica não só pelo motivo de ter ingressado no curso secundário, mas também por ter evitado que me tornasse vadio irremediável, destinado a abandonar os estudos e a me dedicar a atividades subalternas muito distantes daquelas que hoje desempenho. Tomara que o professor bonzinho não tenha prejudicado seriamente alguém lá de trás da fila de candidatas. Passei para o segundo ano em 1938 e, já no primeiro semestre, consegui as notas mínimas para alcançar o terceiro. Naquele tempo, isso era possível, pois a nota final era a média geral de todas as tiradas durante o ano; qualquer avaliação que tivesse nas provas finais não impediria minha promoção. Menciono esse fato porque o segundo semestre de 1938 já passei em São Paulo, e logo veremos a importância disso. Neste ponto, faço uma interrupção nessas lembranças escolares para tratar de duas pessoas de Sorocaba a quem devo muito, pois a minha formação, por certo, também dependeu delas.

A primeira foi dona Luiza Olga Kenworthy Guedes da Silva, mãe de Daniel, meu colega no grupo escolar. Naquela escola, já no primeiro dia de aula, ficamos



Luiza Olga Kenworthy Guedes da Silva (1896-1980). Foto do autor, por volta de 1950.

amigos; amizade fraterna que durou cerca de dez anos, até sua morte estúpida, em 1943, com um tiro na cabeça.

Nunca perdi o contato com dona Olga e senti demais o seu falecimento no final da década de 70. Todo mundo costuma dizer que teve uma segunda mãe ao se referir a alguém muito querido, que substituiu de alguma maneira a mãe de verdade. Também repito a expressão e, absolutamente consciente do que estou afirmando, digo que ambas foram as únicas mulheres a intervir no meu caráter e na minha intelectualidade até os dias de hoje. Outras interferiram no coração, mas essa é uma atuação sem remanescentes expressivos no desempenho cotidiano, sobretudo nas atividades profissionais.

Dona Olga era neta de um industrial inglês, John Kenworthy, fundador, na segunda metade do século XIX, de uma fábrica de tecidos e de estamparia em Sorocaba. Seu filho Frank, vindo solteiro, casou-se ali com uma Prestes e dessa união resultou a minha grande amiga, amiga antes de tudo, Olga. Ela era casada com o engenheiro industrial Bráulio Guedes da Silva e tiveram três filhos. O do meio é que foi meu amigo fraterno, o que não impediu que convivesse bem com os demais, sobretudo com o menor, Mário. Frank, o mais velho, naquele tempo já estudava em São Paulo. Moravam numa chácara distante uma légua da cidade, no caminho de Brigadeiro Tobias, em direção a São Roque. Chácara inesquecível, plena de atrativos que ocupavam integralmente o tempo da gente; lá, aprendi a nadar no ribeirão de águas fundas, a mariscar peixinhos e camarões de água doce, a pescar com habilidade lambaris que mal mordiscavam a isca, a cavalgar, a ordenhar e tantas brincadeiras que os moleques gostavam de fazer naquela idade. Invariavelmente, durante três anos seguidos, passava os fins de semana naquele sítio de boas lembranças. As férias, integralmente, inclusive depois que mudei para São Paulo. E, nesses dias, dona Olga atuava.

Não sei se devido à influência de seu lado inglês, se devido à educação recebida ali mesmo em Sorocaba, no Colégio Santa Escolástica, ela instruía os filhos (e a mim também) de modo algo diverso do tradicional interiorano daquele tempo. Nisso é que completava a atuação de mamãe. Priorizava a educação física, o cuidado com o corpo, com a alimentação balanceada, a vida saudável ao ar livre. No verão, usávamos somente um calção; camisa, só na hora do jantar. Controlava o nosso corte de cabelo consultando umas tabelas misteriosas, e até um jeito especial de escovar os dentes nos ensinava. Cobrava boas maneiras e não apreciava gírias e pedia-nos que observássemos seu linguajar, mormente a colocação dos pronomes. À mesa, sempre dizia: “Dê-me a água, por obséquio”. Ensinava que “mi

dá a água” e “mi” outras cousas eram expressões de mau gosto. Esbanjava ternura, sem afetação alguma. Sabia cobrar sem rispidez. Sempre curiosa sobre nossa vida escolar. Foi uma segunda mãe, como disse, porque simplesmente, sem que pedisse, deu-me, por muitos anos, um verdadeiro acolhimento materno. Não me ensinou nada de transcendental, porém me mostrou que a vida pode ser feita de pequenos gestos de boa vontade. A seqüência de sua presença muito calma, de seu sorriso no rosto sempre discretamente inclinado para o lado foram para mim uma oportunidade de poder ver a vida com otimismo e sem sobressaltos.

O outro personagem que me cativou no tempo de moleque em Sorocaba foi nada menos que o juiz de direito da cidade, no dizer de meu pai, a autoridade máxima local. Estava acima do próprio prefeito, porque cabia a ele dizer o que estivesse errado. Da família, fui o primeiro a conhecê-lo. Aconteceu que, um dia, na hora do almoço, meu pai me deu uma chave guardada num envelope recomendando que a levasse ao novo juiz, no Fórum; assim estava satisfazendo a um pedido da proprietária da casa vaga por alugar contígua à nossa. Nessa tarde, entregando a chave ao destinatário, ouvi dele a sugestão de irmos juntos ver o imóvel. Pelo caminho, foi especulando coisas ao meu respeito. Ficou sabendo que eu era filho do delegado de Saúde, morador no sobrado geminado ao destinado a ele. Simpatizamo-nos, eu com dez anos e ele com sessenta anos ou mais. Logo mudou-se para lá, tendo mandado buscar em São Paulo a filha viúva, Carola, e seu netinho Chuca, que lhe faziam companhia. Logo, logo os vizinhos ficaram muito amigos. Por causa de uma chave, o dr. Luís Torres de Oliveira entrou na minha vida e, sem saber por quê, participou dos rumos que o meu destino tomou. Sem jogo de palavras, ocorre-me chamá-lo de homem-chave, pai de outro grande amigo, Otávio Frias de Oliveira, que também me abriu fechaduras de muitas portas.

Instalado na nova casa, o dr. Luís entregou-se à vida rotineira e nela estava implícita uma caminhada diária depois do jantar, “para fazer o quilo”, como dizia. Todos jantávamos às 6 horas (o almoço era servido entre onze e meia e meio-dia) e logo depois do cafezinho ele vinha me buscar para lhe fazer companhia na caminhada digestiva. Dávamos voltas nos quarteirões ao redor da casa. Eu pouco falava, mesmo porque um menino quase nada tem a contar a um velho, mas ele discorria o tempo todo sobre coisas que julgava fossem do meu interesse. Contava fatos relativos a viagens, a lugares exóticos, a pessoas antigas, a vultos de sua família, ao seu avô, o barão de Itambi, ao seu tio-avô, visconde de Itaboraí, ao imperador dom Pedro II, à Corte, à princesa Isabel, que conhecera bem. Fazia relatos sobre a vida na fazenda Boa Vista, em Bananal, onde seu pai, Plínio de Oli-

veira, morara depois de abandonada a diplomacia; fora cônsul em Moscou. Era costume, também, depois desses passeios, uma sessão de leitura. Eu, que lia sofregamente histórias em quadrinhos, me vi às voltas com livros de gente grande. Às vezes, Carola falava que seu pai não tinha senso de oportunidade, não tinha sentido me fazer ler alto a *História da Inglaterra*, de André Maurois, livro que depois da quinta página já me fazia pender de sono. Seus comentários, ao longo dos trechos lidos, eram enfadonhos, e, no entanto, eu sempre estava lá, espontaneamente, para aquela leitura difícil. Todos estranhavam a minha paciência e o fato de eu não estar brincando com os outros. Assim foi até 1938, quando mudamos para São Paulo e ele, para Campinas, onde pegou-o a aposentadoria compulsória. Com ele, aprendi muito e fui introduzido à história e levado a gostar de livros.

O Ginásio do Estado

Como me referi linhas atrás, no fim do primeiro semestre de 1938, meu pai foi promovido e transferido para a capital. Às pressas, alugou uma casa na rua Eça de Queiroz, no Paraíso, e providenciou minha matrícula no Ginásio do Estado, a mais respeitada das escolas, onde o ingresso de alunos era sujeito a difíceis exames de admissão, uma verdadeira guerra entre candidatos superpreparados em cursos altamente especializados, como o do professor Rangel, famoso por conseguir as melhores classificações. A remoção de papai obrigava a minha transferência para outra escola pública. Essa foi a minha sorte. Morar em São Paulo constituiu uma experiência importante. Pela primeira vez, tomei conhecimento da necessidade cotidiana do transporte coletivo. Para mim, bonde era como o de Sorocaba – uma única linha que ligava o centro a bairros operários além-ponte, isto é, bairros fora do perímetro ocupado pela classe média; condução que jamais tomei. Na capital, ruas cheias de gente, bondes repletos. Tudo diferente e meio amedrontador. Em agosto, com o início das aulas, meu pai me acompanhou até à escola, ensinando-me qual bonde haveria de tomar e onde descer e que ruas seguir até chegar ao destino.

Neste instante em que escrevo, me vem à memória outro roteiro escolar que o Espanhol me ajudou a deslindar. Lembro-me claramente dele andando a segurar minha mão e dizendo: “Agora, vou fazer uma cruz com este giz naquele poste da esquina; é para indicar a hora de você virar à direita”. Nos dias seguintes, observei as cruzinhas brancas nos postes pretos até chegar à escola, enquanto elas não foram apagadas pela chuva e pelo tempo. Isso foi em Tietê, eu teria meus seis anos

quando freqüentei por um mês e meio o jardim-de-infância do Colégio Rosa Mystica, que detestava. Todos os dias inventava uma dor qualquer para voltar mais cedo para casa. Esse comportamento de meu pai me levando à escola simboliza bem o que ele foi para mim: um guia preocupado com o meu rumo certo, com as ocorrências prosaicas, com as coisas materiais. Orientação espiritual, intelectual, nunca. Nesse campo, foi mero espectador sem muita confiança nas minhas convicções juvenis e acadêmicas. Ao entrar no Ginásio do Estado, em São Paulo, fui deixando sua tutela mental para trás. Realmente, assim foi. Tudo começou quando, depois do terceiro zero que tirei em redações feitas como lição de casa, ele se meteu a me ajudar e numa delas, em que redigiu sozinho, também tirou zero. Logo direi as razões dessa nota; agora, só vale lembrar esse fato que me desligou de suas opiniões. Só recorria a ele naqueles momentos de precisão trivial e, aí sim, meu pai se mostrava insuperável, principalmente quando se tratasse de doenças. Quantas e quantas vezes me preparou o café-da-manhã em plena madrugada, quando eu devia estar antes das sete horas para a aula de ginástica em pleno Parque Dom Pedro, nas portas do Brás, tendo precisado atravessar o Centro a pé desde a praça Ramos. Até hoje, lembro-me de seu chocolate matinal: uma colher de cacau em pó batida num ovo inteiro, clara e gema, mais açúcar e, depois, leite fervendo por cima. Do Espanhol, só tenho boas lembranças.

Meus primeiros dias de freqüência na nova escola foram de perplexidade. Fiquei totalmente aturdido. A começar pela disciplina a que não estava acostumado e, depois, pelo tom cerimonioso do tratamento dado aos mestres, todos sisudos, sendo respeitosamente chamados não de professor, mas de “doutor”. Realmente, eram doutores porque possuíam curso superior – a maioria advogados – naqueles dias em que a nascente universidade ainda não soltava em quantidade professores secundários. Daquelas aulas proferidas em voz pausada, plena de circunspeção, e eu não entendia nada. A mim, todos falavam grego e fiquei com saudade dos professores sorocabanos, improvisados dentre os elementos mais ou menos aptos disponíveis na cidade que acabara de ganhar um ginásio oficial, mas pessoas afáveis, quase que íntimas. Como já expliquei, apesar de tudo, passei de ano porque trazia boas notas em meu boletim transferido do interior. Em São Paulo, uma nota 3 em matemática, por exemplo, era suficiente para me dar média 5 no fim do ano, com a qual tinha promoção garantida.

Em 1939, o terceiro ano. Ano fatídico porque, percebendo a continuação das mesmas incompreensões, entrei em pânico, antevendo uma fatal reprovação. Eu era uma nulidade em matemática, química, física e português. Ia razoavelmente

bem em história e geografia. Otimamente em desenho. Nas línguas, também muito mal, apesar das lições de mamãe. Levei cinqüenta anos para descobrir a causa da minha total inaptidão aos idiomas estrangeiros graças ao já mencionado dr. Luciano Mecacci, autor do livro *Conhecendo o Cérebro*, e a outros especialistas por mim consultados. Disseram que, nos cérebros dos monoglotas irremediáveis, vislumbram intrincados e específicos relacionamentos entre funções ou atribuições localizadas nos hemisférios cerebrais, particularmente entre as “vítimas” do mancinismo, responsáveis por maior ou menor capacidade de aprender línguas, de se exprimir e de entender falas de outras culturas. O médico italiano, sobretudo, indicou-me caminhos para a compreensão de minhas limitações lingüísticas quando tratou do cérebro do japonês e do canhotismo de Leonardo. Realmente, nunca foi falta de vontade de estudar línguas a causa predominante da minha incapacidade de me expressar fluentemente em qualquer que seja o idioma estrangeiro. Tive professores particulares, fui um dos primeiros a fazer o curso de inglês do Instituto Yazigi, quando os meus colegas de colégio Trigueirinho e Fernando Silva criaram aquela instituição. A minha dificuldade básica não é bem o “falar”, é o “entender”: pergunto e não capto a resposta. Disso, resulta que unicamente sou capacitado à leitura de textos estrangeiros.

Toda essa dificuldade talvez não provenha somente do fato de eu ser um canhoto congênito, quem sabe se meu pai também não foi o responsável por alguma desarrumação cerebral ao remodelar com as palmas das mãos a minha cabeça totalmente deformada pelo fórceps manipulado com vigor pelo médico-parteiro, o dr. Eurico Salles Gomes, enquanto minha mãe padecia dores atrozes. Tudo isso, para dizer que fui reprovado inapelavelmente no terceiro ano. No fim do período letivo, a gente tinha que devolver assinados pelos pais os boletins com as notas derradeiras e decisivas. Fiquei alguns dias ensaiando como iria abordar papai para que assinasse a carteira fatídica. Escolhi uma hora propícia, o momento em que estava fazendo a barba, todo ensaboado e manejando a navalha em frente ao espelho. Disse que estava atrasado para ir à escola enquanto mostrava o documento, disfarçando como podia o meu nervosismo visível na caneta trêmula, que segurava na outra mão. Olhou de soslaio o papel e perguntou: “Essas notas em vermelho significam reprovação?”. Respondi que sim, sem coragem de encará-lo. “Então, você não passou de ano!” Anuí com a cabeça e ele concluiu: “Paciência, mas o ano que vem vai ser bem diferente para você”.

O ano de 1940 foi um verdadeiro divisor de águas em minha vida. Completei quinze anos, ganhando de presente meu primeiro terno de calças compridas, ad-

quirido na A Exposição, onde comprei também a primeira gravata. As outras calças eram já usadas e foram ajustadas ao meu tamanho pela mamãe. Calças que não serviam mais ao tio Paulo. Nesse aniversário, também ganhei um aparelho Gillette do dr. Humberto Pascale, chefe do Espanhol, e meu incipiente buço sofreu sua primeira e fácil derrota. Recebi de presente um relógio Ômega de bolso do Jesus, amigo de Sorocaba, funcionário do Centro de Saúde que, alguns anos mais tarde, transformou-se em meu diligente “olheiro” de antigüidades. Eu estava começando a ser homem.

No ano em que completei quinze anos, já morávamos na rua Cristiano Viana, em um casarão construído pelo escritório de Ramos de Azevedo no começo do século passado para um rico comerciante português. A casa de três pavimentos (porão habitável e mais os dois andares “nobres”), 22 cômodos, para o desespero de mamãe, instalava-se no centro de belo jardim, onde havia jabuticabeiras inesquecíveis. Não sei bem como papai pagou essa propriedade magnificente que, no entanto, não custou muito, talvez por não interessar aos ricos, naquela hora mais afeitos ao Jardim América, e por não interessar à classe média, por ser muito grande e trabalhosa; além disso, o seu ponto, na extremidade alta de uma rua sem saída, não sugeria outro uso além do residencial. Se a minha memória não está a me trair, ela custou 80 contos e acredito que grande parte desse dinheiro foi pago a vista, pois durante os anos sorocabanos o casal economizou o que pôde. Lembrome nitidamente de ir, todos os meses, à Caixa Econômica depositar um conto de réis proveniente da remuneração paga pela Light ao Espanhol devido ao seu trabalho de saneamento dos terrenos da Usina de Itupararanga, além de Votorantim, onde os mosquitos grassavam causando a maleita e onde, todas as quintas-feiras pela manhã, ele ali dirigia os trabalhos de abertura de valetas, de construção de muros de arrimo e de mais obras de paisagismo. Até mudarmos, fez um trabalho bonito. Essa poupança “lightiana” mais outras economias devem ter facilitado bastante a compra daquela casa. Moramos lá por três anos aproximadamente.

Naquele ano de 1940, o terceiro ano C era a classe dos repetentes; o A era das meninas e o B, dos meninos bonzinhos, bem-comportados. Nossa classe de reprovados constituía, sobretudo na opinião dos bedéis, a escória dos alunos, agrupando vadios, negligentes e indóceis de difícil convívio. Todos peritos em colas, as mais ousadas. Chegávamos a sortear os pontos que quiséssemos nos exames sem que o professor percebesse a tramóia cumpliciada pelo bedel de plantão, também flor a não ser cheirada. Como o professor jamais conferia os papezinhos numerados e dobrados guardados numa grande taça de madeira torneada, atribuição

daquele vigilante, cada um dos alunos da frente (eram seis filas de carteiras) tinha preso na palma da mão dobrada o ponto a ser “sorteado”. Nunca perdíamos. Apesar disso, éramos bons alunos – garanto que melhores que os demais das outras escolas particulares. Inclusive, participávamos das celebradas “maratonas intelectuais”, onde o nosso Ginásio do Estado se sagrava assiduamente como vencedor absoluto.

Já no começo do ano letivo, tratei de tomar aulas particulares de matemática. Cuidei de melhorar minhas álgebras com um certo Sá, que, se não me engano, era aluno da Politécnica, explicador paciente das lições de Cândido Gomide, o professor do Ginásio. O português, tentei ir levando só com os meus recursos, porém as notas ruins continuaram na frequência do ano anterior, para o meu desconforto e de meu pai também, como já disse. Acontecia que o professor da matéria, Oscar Francisco Penteado Stevenson, tinha um viés perverso numa pedagogia inusitada. No primeiro dia de aula ele já avisava que o aluno que desobedecesse certas regrinhas que iria arrolar receberia de cara uma nota zero. Infelizmente, não me recordo dessas regras em sua totalidade. Eram, por exemplo, grafar o nome do mês sempre com letra minúscula; toda redação haveria de ter no cimo da folha um cabeçalho indicando o local, no caso São Paulo, o dia em algarismo arábico, o mês, o ano e o ponto final. Se o aluno distraidamente não separasse com uma vírgula São Paulo do resto da expressão, tinha zero e ele não leria o resto do trabalho. O mesmo acontecia se houvesse maiúscula no nome do mês e se a gente esquecesse do ponto final. Outra regra causadora de zero, se infringida: dois pontos nas frases terminadas por um “etc.”. O primeiro ponto seria próprio da abreviatura e o seguinte, o ponto final da locução. Assim por diante. Depois de vistas todas as regrinhas satisfeitas é que iria julgar os méritos da redação, sobretudo o aspecto gramatical, mas não dispensava críticas mordazes a pieguices ou ingenuidades que sabia descobrir como ninguém nas entrelinhas.

Meu professor particular de português foi um jovem estudante, nosso vizinho, chamado Isaac Nicolau Salum, filho de um casal mineiro muito simpático. Esse cidadão me foi de enorme valia e, com a sua dedicação exemplar, ficou para sempre na minha lembrança como um redentor a me tirar da escuridão. Realmente, eu estava em boas mãos, pois Isaac veio a se tornar mestre de alto prestígio na Universidade de São Paulo, tendo sido proclamado, no seu fim de carreira, professor emérito, distinção que muito poucos alcançaram. Positivamente, não sei explicar bem como se deu a sua atuação; de repente, me vi percebendo tudo claro e fácil de entender, organizou o meu pensamento de menino dispersivo e, nisso,

foi além das atribuições de professor de português. Talvez tenha sido ajudado pelos autores que me fez ler e analisar. Destrinchei, com o seu paciente auxílio, por exemplo, frase por frase de contos de Machado de Assis. Mandou-me ler Eça, Camilo Castelo Branco, os sermões de Vieira e mais autores, um por semana. E como também havia no curso a cadeira de latim, dada pelo Bretas, aproveitou para me introduzir em questões filológicas, e me tornei um craque em etimologia. É pena ter esquecido quase tudo. Subitamente, Stevenson passou a não me reconhecer e, intrigado, perguntou sobre as causas dessa minha transformação em poucos meses. Simplesmente, respondi que estava me dedicando com maior empenho aos estudos para não repetir de ano novamente. Assim foi e assim passei a só tirar notas boas com aquele professor impertigado e cheiroso. Dava sempre a impressão de ter acabado de sair do banho. Usava colarinho engomado imaculadamente branco. Portava cabelo raspado nas têmporas à moda militar, corte que o transfigurava em um oficial nazista loiro de olhos azuis pronto a nos castigar, não só com freqüentes zeros, mas nos mandando sair da sala pelos motivos mais variados, muitas vezes para cortarmos as unhas crescidas e, nessa hora, tirava uma tesourinha do bolso do colete, oferecendo-a sorridente à vítima cabisbaixa.

Nesse Ginásio do Parque D. Pedro II, tive outros mestres também responsáveis pelo meu aprimoramento, e guardo boas lembranças de todos. Um, no entanto, foi marcante na definição de meu destino. Nunca me esquecerei do professor de desenho Ruy Martins Ferreira, o Toddy, apelido dado pelos alunos. Ao contrário dos outros seus colegas, vestia-se com displicência, usando roupas largas e surradas. Era muito preparado, tendo estudado pintura em Florença. Péssimo professor, sem qualquer preocupação didática. Limitava-se a colocar à nossa frente um modelo qualquer tirado do “museu” de história natural, geralmente uma ave empalhada, para que o copiássemos. Como eu me desincumbia de minha tarefa rapidamente, passava o resto das aulas conversando com ele, que, por sinal, sempre me tratou com muita solicitude. Quando lhe disse estar desejando estudar pintura na Escola Nacional de Belas-Artes, no Rio de Janeiro, quase teve um ataque apoplético e me disse: “Você vai querer levar a minha vida, com as mesmas dificuldades e decepções? Pintura não dá pão a ninguém, e o artista, aqui entre nós, não é levado em consideração nunca. Nunca, entendeu? Você tem é que estudar arquitetura, profissão que vai ao encontro do seu pendor pelo desenho. Poderá ser arquiteto e pintor ao mesmo tempo”. No íntimo, naquelas horas, não concordava com ele, porque me vinham à lembrança os depoimentos de Arthurzinho Guimarães sobre a boa vida que levavam aqui em São Paulo Pedro Alexandrino, Oscar Perei-

ra da Silva e Antônio Rocco. Mas, sem dúvida, o sermão calou fundo porque acabei me esquecendo da escola carioca.

O tempo passou muito rápido e me formei no Ginásio em 1942, com baile e tudo. Minha turma foi a última a fazer o curso de cinco anos. No período seguinte, fui freqüentar a nova série do colégio, que veio substituir os preparatórios, que não eram regulamentados.

Tempos do colégio da rua São Joaquim

O curso colegial, em 1943, foi instalado num velho edifício escolar da rua São Joaquim, na Liberdade, e ali nada lembrava o vetusto Ginásio do Estado. Para lá foram, também, os egressos do curso ginásial do Caetano de Campos. Confraternização geral. Ao contrário dos professores anteriores, os novos mestres eram, em sua esmagadora maioria, muito jovens e inexperientes, atabalhoadamente às voltas com improvisados programas didáticos. Todos de muita simpatia e inteligentes; dentre eles, lembro-me de Roberto Pinto de Souza, Roland Corbisier, Inácio Silva Telles, Antônio Branco Lefèvre e Décio de Almeida Prado que, um dia, me presenteou com uma coleção da revista *Clima*, publicação badaladíssima, organizada por um grupo de moços do qual fazia parte, escrevendo sobre teatro. Ali também fui aluno de Plínio Correia de Oliveira, já talvez no início de sua liderança religiosa, pois diariamente presenciávamos jovens congregados marianos irem buscá-lo depois das aulas; quando chegavam, com muita reverência, cumprimentavam-se, dizendo: “Salve Maria”.

Esse curso colegial consegui fazê-lo sem sobressaltos, inclusive sobrevivi às aulas de matemática do velho Cruz, passando de ano – até hoje não sei como. Nos dois anos lá vividos, experimentei novos convívios efusivamente demonstrados nas classes mistas, nos recreios, em reuniões para discussões de cunho político ou literário. Os singelos ginásianos agora se arvoravam em jovens intelectuais. Para alguns, a boemia se avizinhava. Até aprendi a fumar.

Como escola, o colégio da São Joaquim foi de pequeno significado para o meu aprimoramento, mas, nesse lugar, lucrei muito no encontro com professores bem-dotados e com colegas interessados em participar das decisões na vida pública. Na política, éramos caudatários da democracia dos estudantes de direito, cujas passeatas reivindicatórias engrossávamos. Com Augusto Trigueirinho, Enio Silveira, o futuro editor, Atílio Iani, moço de Itu, Dante Moreira Leite, o professor sempre lembrado, e mais outros colegas, participei da publicação de uma revista chama-

da *O Tonel*, cujas ilustrações ficavam por minha conta. Aliás, também perpetrei uma ou duas críticas de arte que hoje me deixam arrepiado de vergonha ante tanta presunção e atrevimento.

Aquele ano não foi ocupado só pelo colégio, que pouco me solicitava; nessa época, à noite, fiz o tiro-de-guerra; pesquisei no Arquivo do Estado e fui ilustrador de caixas de bombons finos. Em cada uma dessas atividades, aprendi coisas que me serviram pela vida afora, sobretudo nas atuações prolongadas pelos anos seguintes.

No Tiro-de-guerra, iniciado no final de 1943, meus colegas constituíam uma amostragem correta da sociedade em geral, em cuja heterogeneidade predominava a gente humilde da cidade. Gente com quem aprendi a conviver. Nas sessões de exercícios físicos, por exemplo, em que os circunstantes eram divididos em duplas, o meu par era um jovem negro, banguela, engraxate na praça da Sé, chamado Urutu. Aos domingos, ocorriam manobras nos campos do Moinho Velho, bem além do Ipiranga, onde descíamos do bonde. Naqueles ermos, freqüentemente já extenuados pelas marchas, carregando mochila e fuzil, devíamos treinar a remoção de feridos: numa distância de cerca de duzentos metros, eu carregava nas costas o pesadíssimo Urutu que, por sua vez, me trazia de volta nas mesmas condições. Era uma permanente mistura de suores temperada com ódio ao tenente Ariston, cuja mãe era lembrada de cinco em cinco minutos a cada tropeço causado por pedra ou touceira de barba-de-bode do terreno inculto. Enquanto passávamos por isso, lá em cima do morro, na sombra de uma árvore e ao lado de uma camioneta de uma fábrica de sabonetes, o tenente, os sargentos e o filho do conde Chiquinho Matarazzo, também recruta como nós, assistiam ao espetáculo embevecidos. Pela primeira vez observei na vida prática o dinheiro comprando regalias. Acredito que o jovem milionário nunca tenha andado de bonde, nunca tenha tido sede sob o sol causticante e nunca tenha merecido a amizade sincera e comovente de Urutu. Por desfastio democrata, divertia-se sendo goleiro do time onde o tenente era preparador físico.

Como já mencionei, naqueles dias, estava bastante interessado em conhecer a história de minha família. Foi quando passei a entrevistar parentes para matar a minha curiosidade, que muita gente estranhava num jovem de dezoito anos. E fiquei conhecendo Antônio Paulino de Almeida, chefe de seção colonial do Arquivo do Estado, homem de infinita paciência e cordialidade que me iniciou na pesquisa histórica. Com ele, aprendi rudimentos de paleografia, no que, também, fui ajudado pelo Nelo Migliorini. Em pouco tempo, já estava lendo fluentemente

documentos antigos, sobretudo os maços de população, em busca de meus ancestrais ali mencionados em tinta apagada. Até hoje, nunca deixei de freqüentar essa repartição, não mais com preocupações genealógicas, mas empenhado na história da arquitetura paulista. Ali, travei contato com Carlos da Silveira, meu orientador nas investigações, conhecedor profundo da crônica paulista, vinculando sempre os fatos socioeconômicos-políticos aos vultos do passado, cujas linhagens conhecia com intimidade. Nada como a genealogia para explicar os sucessos da história através de seus protagonistas. Com ele, aprendi a necessidade da persistência em busca de informações nas indagações que se anunciavam difíceis. Certa vez, por exemplo, fiquei muito interessado num vulto mineiro ligado aos mesmos Garcia do clã Figueiredo de minha família, chamado Januário Garcia Leal, o Sete Orelhas, homem que assassinou sete irmãos para vingar a morte de um parente, talvez filho. Recolhi várias versões de sua vida sanguínea à procura de vítimas espalhadas pelo sertão. Tudo indicava que ele havia morado em Mogi-Mirim no final do século XVIII, participando daquela mobilidade muito comum entre os mineiros da época. Levei alguns meses, mantido por uma paciência jamais suspeitada, procurando naqueles calhamaços, ano por ano, freguesia por freguesia, notícias de Januário, esperançoso de êxito porque, de vez em quando, por ali, surgia o sobrenome Garcia Leal. Um dia, no fim da tarde, na hora do encerramento do expediente, acho o homem que buscava quase que obsessivamente. Carlos da Silveira me deu os parabéns pela persistência e me aconselhou a escrever um trabalho, pois essa procura incessante haveria de ter uma utilidade, um fim prático. Assim, escrevi algumas páginas sobre o tal colecionador de orelhas e, com esse texto, acabei recebendo uma menção honrosa num concurso promovido pela prefeitura, sendo, tempos depois, publicado no nº CXVII da *Revista do Arquivo Municipal*, em 1948. Foi a minha primeira pesquisa a sair em letra de fôrma, numa publicação especializada. E a experiência valeu. Muitos anos depois, a mesma paciência da mocidade me proporcionou a descoberta de informações que suspeitava existirem sobre a célebre “casa do padre Inácio”, em Cotia. A verdade veio à tona graças à documentação inédita, que farei feito cão de fila.

Em meados de 1943, Carola, filha de dr. Luís Torres de Oliveira, o juiz de Sorocaba, apresentou-me a uma prima desejosa de me conhecer porque estava intencionada em abrir uma nova linha de produção em sua fábrica de bombons, esperando vender o seu produto embalado em finas caixas decoradas a mão. Deixaria de vendê-lo a granel, em sacolas desajeitadas. Na verdade, ela, por apelido Bim, não era bem dona, era simples interessada, talvez sócia minoritária, e a fábrica não era uma

indústria como à primeira vista o termo sugere; não passava de uma manufatura doméstica, porém sempre mencionada nas crônicas sociais como a “fábrica” de Elsie German, a produtora dos afamados produtos Melrose. Essa senhora francesa teria começado sua vida em São Paulo como enfermeira em residências da alta sociedade paulistana; era especializada em acompanhar a saúde de grã-finos velhos e inválidos. Diziam que havia sido anos enfermeira da família de Washington Luís. Tornou-se doceira e, afinal, estabeleceu-se com fabriqueta numa das casas da celebrada Vila Normanda, travessa da então rua São Luís, de propriedade do conde Honório Penteadó. Sua intenção era vender os docinhos em caixas de papelão personalizadas e executadas mediante encomenda. Perguntou-me se sabia aquarelar, desenhar, fazer bicos-de-pena e se tinha capacidade criativa, pois não desejava que as ilustrações fossem meras cópias. Respondi com a maior desfaçatez que sim, sabia tudo. Levei para casa três ou quatro caixas de variados tamanhos e pinteí-as com flores, paisagens e composições nas quais se desejava felicidade por qualquer motivo. Ela gostou dos trabalhos, pelo menos não os repudiou à primeira vista. Fez uns reparos aqui e ali e apontou a falta do *s* na palavra “felicidade”. Então, doutoralmente, expliquei a ela que a palavra não admitia plural, como havia aprendido no ginásio. Fui aceito como o “artista” da casa e, hoje, seguramente não me recorro do valor que ela propôs como honorário. O pagamento seria feito por caixas com valores diferenciados para desenhos, desenhos aquarelados etc. Ela sabia com quem estava lidando: um jovem habilidoso que sentia uma ponta de vaidade em ser pago para desenhar e pintar; um amador em direção ao profissionalismo, cujos ganhos estariam muito abaixo daqueles de ilustradores ou pintores conhecidos. Foi o primeiro dinheiro recebido pelo meu trabalho e pelo meu autodidatismo. Os proventos mensais variavam muito e houve ocasiões em que recebia satisfatoriamente. Uma vez, por exemplo, recebi uma proposta desafiadora: ilustrar duas dúzias de caixas forradas de seda branca adamacada copiando velha água-forte alusiva ao batizado de um delfim de França celebrado pelo cardeal Richelieu. Haveria de copiar exatamente os traços da gravura e assim fiz, quando minha paciência foi novamente posta à prova. O pagamento foi à altura da minha dedicação. Lembro-me de ter comprado, com parte desse dinheiro, um cachimbo numa tabacaria da porta de uma padaria da praça da Sé. Cachimbo ordinário, certamente, mas que ajudava muito a fazer pose subindo ou descendo a Angélica a caminho do ponto do bonde. Aliás, é bom lembrar que, naquele tempo, filho nenhum de classe média saía por aí dirigindo automóvel do papai. O bonde era realmente para todos, a qualquer hora. Possuíamos carteirinhas de passes

para estudantes, que deveriam durar tantos dias. Jamais passou pela minha cabeça aprender a guiar o carro do Espanhol para poder passear, pelo menos, nos fins de semana. A propósito, nunca fui aficionado a automóveis. Tirei carta de motorista somente aos trinta anos, induzido veementemente pelo meu sogro, pai de Celina, minha primeira mulher, quando nos viu chegando de penosa viagem, ela na direção e eu ao lado, no bem-bom. Para tirar o documento de habilitação precisei fazer três exames; no terceiro, o instrutor da auto-escola, um velho mulato de cabelos brancos, o Barreto, me disse: “Hoje, de qualquer jeito, o senhor vai passar. Não agüento mais!”. Não sei bem o que ele fez, mas eu passei. Depois, me pediu algum, dizendo ser para um “agradinho” ao examinador.

Durante o ano de 1944, fiz o segundo ano do colégio da São Joaquim, parte dele no período noturno pois, assim, teria mais tempo para as minhas caixas de bombom, para o Arquivo do Estado e para fazer um cursinho destinado a me preparar para o vestibular do Mackenzie. Optei pela instituição americana pelo fato de serem mackenzistas todos os arquitetos de renome da cidade e pelo desejo de mãe em manter a tradição familiar de freqüentá-lo desde os dias de vovó Palmira e, de mais a mais, os descontos dados aos filhos de ex-alunos nas mensalidades seriam significativos, não deixando remorsos o repúdio à Politécnica, escola pública gratuita. Logo me senti totalmente despreparado, sobretudo em física e química, e não sabia localizar por onde haveria de superar os meus pontos fracos. Tinha a impressão, durante as aulas do professor Mendes, que tomara um bonde andando, sem saber de onde ele havia partido e qual seria o seu destino. Estava pairando no ar. E, com isso, falhava muito às aulas, e já se pode antever o insucesso no exame fatídico: fui reprovado inapelavelmente.

No ano seguinte, livre-me do colégio, mas perdurei freqüentando eventualmente o Arquivo do Estado e o da Cúria Metropolitana, enquanto alternava as caixas de bombons com desenhos de instalações elétricas num escritório do irmão de Celso Penteado Serra, meu dileto colega no Ginásio do Estado.

Já no primeiro semestre, matriculei-me no cursinho Anglo-Latino, nas imediações da São Joaquim e do colégio. Nesses dias, a lei fora alterada, sendo retirada a química dos vestibulares relativos às faculdades de arquitetura, fato que muito me agradou. Física era, no entanto, o espantinho que perdurou, disciplina a me amedrontar sem poder encará-la de frente. Mas, para minha sorte, nesse Anglo-Latino existia um professor que me foi, naquele momento, o que havia sido alguns anos antes o inestimável Isaac Nicolau Salum. Surgiu ali para me esclarecer e me introduzir no campo da física o jovem Roberto Salmeron, mestre de raríssima

competência didática, que me ensinou em poucos meses tudo aquilo anteriormente inacessível. Salmeron era o próprio gênio da comunicação, pausadamente destrinçava para mim os enovelados e embaraçados problemas da física com suas fórmulas antes incompreensíveis. Devo somente a ele minha entrada na recém-fundada Faculdade de Arquitetura Mackenzie, participando de sua primeira turma, já então desligada da escola de engenharia.

Tempos da faculdade

Da mesma maneira com que Ramos de Azevedo criou e manteve um curso de especialização arquitetônica paralelo ao de graduação de engenharia na Escola Politécnica, o arquiteto Christiano Stockler das Neves, pouco mais de vinte anos depois, tomou idêntica iniciativa no Mackenzie. Ele era filho de Samuel das Neves, engenheiro baiano titular de movimentada construtora que, a partir de 1912, passou a seguir a orientação artística trazida pelo jovem herdeiro recém-formado, ligada essencialmente ao estilo Luís XVI, corrente arquitetônica cultuada pela sua escola americana na Universidade da Pensilvânia. Essa versão historicista do ecletismo se tornou uma obsessão no desempenho profissional de Christiano, inclusive no magistério, fato que o fez repudiar em ácidas polêmicas tanto o neocolonial de Ricardo Severo e de José Mariano Filho como a arquitetura moderna, que algumas vezes tachava ora de “bolchevique”, ora de “internacionalista judia”. Não tinha o mínimo tato político e, sem jamais esboçar um sorriso, já desde o primeiro dia de aula da recém-criada Faculdade, exigiu dos calouros obediência cega às regras de seu estilo preferido, próprias da Beaux-Arts de Paris. Logo percebemos que estava querendo nos cooptar; éramos dezesseis recém-chegados, para que não fôssemos influenciados pelos veteranos, menos numerosos, não chegavam possivelmente a dez alunos, dentre os quais estavam Plínio Croce, Salvador Cândia, Carlos Bahiana, Gastão Rachou, todos visceralmente “desobedientes” às ordens classicizantes. Como a nova escola era parca de áreas disponíveis ao ensino, todos os alunos, novos e velhos ainda ligados à escola de engenharia, tinham suas pranchetas num mesmo salão, transformado em ateliê coletivo. Logo, logo todos se irmanaram num só bloco coeso, defensor da modernidade, afrontando o diretor, ou “dono” do curso, que, no entanto, não tinha poder nem autoridade suficiente para impedir que se projetasse dentro da contemporaneidade arquitetônica. Modernidade que não sabíamos bem como fosse, no entanto. Vivíamos, assim, uma situação esdrúxula: nossa prática nada tinha a ver com a teoria apregoadá.

Era uma escola ao contrário, não possuía biblioteca especializada e ali as revistas americanas de arquitetura moderna eram escondidas e folheadas somente quando Christiano se ausentava. Foram memoráveis as discussões desse professor com Plínio Croce, cujo projeto-tese do sexto ano (cinco de engenharia mais um ligado à especialização arquitetônica), era de um arranha-céu para escritórios. Às vezes, quase chegavam às vias de fato; no meio da gritaria, ambos baixinhos, pareciam dois galos garnisés trocando esporadas. Creio que a permanente rouquidão de Plínio começou a partir daqueles dias.

Christiano escolheu a dedo os professores para completar o quadro docente da nova escola; todos seus fiéis seguidores na linha de ensino, embora na vida profissional praticassem por necessidade os estilos da moda, sobretudo o *art déco*. Aliás, essa expressão artística era a especialidade de Eliziário da Cunha Bahiana, um estranho no ninho ali entre outros professores. Suas cadeiras versavam sobre instalações em geral, hidráulicas, elétricas etc., ensinando-nos a projetar convenientemente banheiros, cozinhas e outras dependências, tendo em vista não só residências, mas os demais programas também. Era simpaticíssimo, dono de uma prosa inexcedível, sempre com o cigarro pendurado no canto da boca; passava horas narrando casos e fatos pitorescos e apimentados ocorridos principalmente na sua escola do Rio de Janeiro, nas quais sempre sobressaía seu parente Gastão Bahiana. Quanto ao modernismo, era a favor e nunca se negava a dar palpites em nossos projetos. Mas a grande surpresa minha ao entrar na faculdade foi encontrar quem? Fui me deparar com Ruy Martins Ferreira, o meu velho professor de desenho do Ginásio do Estado, que justamente me aconselhara a estudar arquitetura. Lecionava História da Arte com apelido trocado, em vez de “Toddy”, chamavam-no de “Boquinha”. Suas aulas eram enfadonhas e, como a frequência era livre, somente eu, por compaixão ou respeito, nem sei bem, é que freqüentava suas lições lidas baixinho. De vez em quando, trazia uns livros de arte para mostrar as ilustrações, normalmente em branco-e-preto. Bom amigo, que certa vez foi o único a me defender numa controvérsia em que me meti, fato a merecer outro parágrafo.

Acontece que um dos professores improvisados por Christiano era o responsável pela Arquitetura Brasileira, cuja bibliografia indicada aos alunos não passava de dois ou três livros de figuras, um deles o de um certo Cerqueira Falcão, fartamente ilustrado com fotos de igrejas mineiras. Um dia passou aos alunos o seguinte tema referente ao trabalho semestral: “Projetar uma igreja em estilo colonial no terreno indicado no levantamento anexo. Apresentar plantas, cortes e fachadas na escala de 1:50”. Logo percebi que a expressão “estilo colonial” nada queria dizer,

enquanto meus colegas, para agradar o mestre, entendiam tratar-se do barroco e não queriam conversa. Cuidaram logo de copiar os modelos constantes nos livros mostrados em aula. Fui o único a não aceitar aquela idéia muito ligada à passividade ou à falta de interesse. Procuravam simplesmente com o mínimo esforço, garantir boa nota. Nesses trabalhos semestrais, valiam mais as conversas e a orientação nas aulas sucessivas; a nota dependia da maior ou menor docilidade do aluno em aceitar conselhos. Não sei de que ancestral, herdei o permanente desejo de perscrutar sempre novos caminhos e outras opções e, assim, neguei-me a fazer uma igreja barroca sugerida pelo livrão, que passava de mão em mão. Organizei o meu projeto em torno da arquitetura bandeirista de taipa de pilão e me inspirei na capela do sítio de Santo Antônio, em São Roque. No começo, o professor tentou fazer com que eu voltasse atrás e seguisse os outros. Depois de minhas negativas, deixou de freqüentar minha prancheta. Não reclamei e perdurei no meu trabalho sem preocupações, pois estava dentro do tema. No dia de entrega dos trabalhos, no entanto, negou-se a receber o meu. Insisti com veemência, porém com respeito e polidez, que acolhesse meu projeto, já que estava absolutamente coerente com as condições estipuladas. No meio de minha argumentação, de súbito, foi tomado por um incoercível acesso de raiva e num descontrole total atirou o meu trabalho ao chão enquanto vociferava: “Não recebo nada, não recebo nada, não recebo! Retire-se já daqui”. Pela primeira vez na vida estava passando por uma situação como aquela. Acreditem, conservei-me absolutamente calmo e por instantes permaneci estático observando o homem roxo de ódio gritando à minha frente e logo, com um esboço de sorriso nos lábios, o que o fez mais possesso, abaixei-me, recolhi os desenhos e, sem dizer palavra, retirei-me do ateliê, passando pelos meus colegas mudos, atônitos e constrangidos.

Desde aquele dia, percebi que tinha sangue de barata. Realmente, não consigo perder a calma em qualquer situação; o máximo que posso sentir em situações como aquela do tempo de estudante é um formigamento na língua – vejam só em que lugar registro emoções fortes ou decisivas, sobretudo quando me vejo em perigo, na iminência de um desastre, como certa vez num bonde sem freios na descida da rua da Consolação, quando houve pânico coletivo, com pessoas se jogando da viatura em alta velocidade. Tenho quase certeza de que herdei essa calma fora do normal do vovô Felinho, porque, sabidamente, ele foi o único da família a apresentar essa anomalia emotiva. Recebi-a por via de mamãe. Aliás, dizem que os filhos homens têm como legado certo de suas mães o comportamento, o caráter ou jeito de ser, enquanto as filhas em geral herdaram qualitativamente atavismos

variados dos variados costados. Em sua calma, Júnia foi a continuadora de Félix. Por isso, meu avô sempre está a superintender minhas emoções fortes. E fazendo essa constatação, acabei me recordando das vezes em que presenciei meu pai perder a serenidade. A primeira vez em que o vi transtornado foi quando roubaram nosso cachorro para dá-lo aos leões do Circo Sarrazzani, em Sorocaba, em um dia qualquer de 1935. Bem de manhã, o entregador de pães avisou-nos do ocorrido, pois acabara de ver nosso cãozinho amarrado, junto a outros, nos fundos do pavilhão, aguardando a hora do sacrifício. Meu pai não pensou duas vezes e, já com ódio nos olhos, montou no carro e lá se foi para o Cerrado, levando-me junto. Não me esqueço de seu bate-boca com o domador ali travestido de garçom das feras. Com um movimento rápido, tirou um canivete do bolso e cortou as cordas que prendiam os pobres animais, que logo fugiram, e eu me abracei ao meu, que batizara com o mesmo nome do cachorro de Robinson Crusóé.

Voltemos, porém, ao caso da igreja bandeirista atirada ao solo e da incontinência verbal do professor improvisado, mas arrogante. De volta a casa, planejei meu contra-ataque e logo tomei minhas providências. Fui procurar Luís Saia na sede do SPHAN, na rua Marconi, a quem não conhecia pessoalmente, só de nome e por meio da revista daquela entidade, cuja edição de número 8 consultara na Biblioteca Municipal para fazer o meu trabalho. Foi gentilíssimo e, como era vaidoso do seu saber naquele campo em que não havia mais ninguém interessado, resolveu fazer uma candente defesa do meu projeto, demonstrando grande erudição, tendo em vista, antes de tudo, o vexame do professor arranjado na última hora. De posse daquele depoimento de autoridade devidamente competente no assunto, escrevi uma bela reclamação contra o sucedido, apresentando minha contestação e exigindo nota referente ao trabalho curricular. Enrolei os desenhos e textos num pacote e protocolei-o na secretaria com destino ao conselho que regia o funcionamento da faculdade, se não me engano, Conselho Técnico de Administração (CTA). Dele, faziam parte o diretor, alguns professores e membros do Instituto Mackenzie, futura universidade. Minha reivindicação caiu feito uma bomba e pegou Christiano de surpresa. Estavam com uma inusitada batata quentíssima na mão e não sabiam como sair daquela situação. Ruy Martins Ferreira, voto vencido, foi o único a elogiar o trabalho, “a aquarela surpreendente” da perspectiva, e achava justa a solicitação da nota negada intempestivamente. Dias depois, Christiano me chamou de lado e perguntou por que eu não havia falado com ele, em vez de me dirigir ao Conselho. Justifiquei meu procedimento alegando saber que ele certamente iria ficar do lado de seu pupilo e, ao mesmo tempo, desejava que não se

tornasse pública a atitude do mestre intolerante. Ele fechou a cara e nada disse. Nunca me deram essa nota, nunca me responderam, fato grave, porque isso era suficiente para barrar minha passagem de ano. O pior de tudo foi o comportamento do professorzinho; começou, a partir daí, a me cercar de rapapés e, no fim do ano, me deu nota dez na prova escrita displicentemente feita. Dois ou três anos depois, não me lembro bem, no dia da minha formatura, 18 de dezembro de 1950, fui chamado à secretaria e, ali, alguém muito solícito me deu um rolo de papéis dizendo que eles estavam me sendo devolvidos pelo Conselho. Logo vi do que se tratava e perguntei: “A nota, onde está?”. A moça fez um trejeito demonstrando estar fora de assunto e eu, então, larguei tudo sobre o balcão e nunca mais pisei em território mackenzista. Voltei lá só agora, em 1997, a chamado do querido Walter Kneese, que me convidou para participar da exposição de projetos de ex-alunos comemorativa do cinquentenário da Faculdade de Arquitetura. Aprendi muito com esse incidente envolvendo pessoas vaidosas, soberbas, arrogantes, enquanto incompetentes. E, desde então, passei a usar com muito proveito o recurso da reclamação por escrito, da resposta fixada indelevelmente no papel, pois as palavras se esvaecem no ar e são logo esquecidas ou mal recordadas. Vocês não imaginam o alcance e o valor documental de uma réplica impressa, sobretudo num jornal, mesmo que seja na seção “Escreve o Leitor”.

No tocante às artes plásticas, me foram muito proveitosos os anos que passei estudando na faculdade. De ilustrador anônimo de caixas de bombons sonhava em me tornar artista, ser reconhecido como tal, ficando, quem sabe, a arquitetura no segundo plano. Já no primeiro ano, Marino Barros e eu fomos trabalhar no escritório de Oswaldo Bratke e lá minha prancheta de desenhos ficava justamente atrás da de Lívio Abramo, o celebrado gravador, ali o responsável pela integração das artes. Projetava painéis e mosaicos para as obras de arquitetura. Logo ficamos amigos e dele recebi preciosos conselhos. Guardo até hoje um meu retrato feito por ele durante uma festa de fim de ano ocorrida no escritório, num sábado à tarde. Apresentou-me a Clóvis Graciano e a críticos de arte. Um dos meus veteranos no Mackenzie foi Antônio Augusto Marx, de quem logo fiquei camarada, que naquele tempo já pintava bastante e convivia com jovens artistas modernos e através dele fiz muitos relacionamentos.

Freqüentei um curso de História da Arte ministrado pelo Bardi no prédio ainda em obras, onde seria inaugurado o Masp, e, logo depois, participei ali de sessões de modelo vivo e de aulas de gravura com Poty. Levado por Marx, incluí-me na turma que toda semana desenhava no apartamento de Osório César ouvindo

música erudita, que brotava mesclada aos incríveis chiados de agulha rombuda de uma vitrola velha. Até agora me recordo da postura compenetrada de Bonadei pintando música, isso mesmo: com largas pinceladas, tentava fixar a melodia ouvida e manejava os pincéis ritmadamente como se fosse um maestro às voltas com a batuta. Dessas reuniões, ainda guardo um retrato de Osório que fiz a lápis. Conheci Aldemir Martins, recém-chegado do Norte, e, com ele, freqüentei as reuniões à volta do sofá vermelho do hall central da nova Biblioteca Municipal. Todas as tardes acomodavam-se no enorme sofá os jovens promissores das artes plásticas paulistanas, dentre outros, Marcelo Grasmann, Otavio Araújo, Mário Gruber, simplesmente para trocar informações e conversar sobre suas experiências. Grasmann, em recente entrevista, explicou bem a razão daqueles encontros, pois os meios de comunicação eram precaríssimos e praticamente as novidades e notícias eram transmitidas boca a boca¹. Essa confraternização, por isso, era necessária à sobrevida artística do grupo que, em 1947, fez uma grande exposição coletiva denominada *Grupo dos 19*, na galeria Prestes Maia.

Nesses dias, em que ainda não havia galerias e *marchands* incentivando os artistas em ascensão e nem existia opinião pública formada, a não ser nos restritos círculos de amantes da arte acadêmica sem bons olhos para os garranchos expressionistas dos “meninos do sofá”, o saguão da Biblioteca Municipal era realmente o local natural dessas reuniões devido à proximidade de Sérgio Milliet, o guru de todos. O pessoal ficava à espreita, aguardando o diretor chegar para o trabalho e viam-no tomar o elevador lá do outro lado do vestibulo. Então, de vez em quando, um ou outro subia para mostrar trabalhos ou receber conselhos. Eu era ali um recém-chegado querendo aprender a me expressar de “modo artístico”, como os demais já iniciados na modernidade. No entanto, não havia professores especializados nesse mister de atualização, todos ali eram autodidatas, ignorando solenemente os mestres acadêmicos e suas lições. Alguns, com passagem pelo Liceu de Artes e Ofícios, já dominavam as técnicas e procedimentos. Eu, nessa hora, abandonando minhas ilustrações bem-feitinhas nas caixas de bombons, passei a buscar desesperadamente uma forma de exprimir no papel uma emoção qualquer, pois “arte” para mim, naquele momento, seria o registro do desespero, da dor, da pobreza, do sofrimento do operário injustiçado; era a acusação das iniquidades sociais, como fazia Kathe Kollwitz, a cuja obra fui introduzido por Walter Lewy.

1. Ver *Marcelo Grasmann, 40 Anos de Gravura*, catálogo de sua exposição, realizada em 1984, na Pinacoteca do Estado.

A intenção era esta, a de denunciar desenhando, mas não atinava como me manifestar e de jeito algum queria deixar a impressão de estar sendo influenciado por quem quer que fosse. Vocês estão vendo que minha situação era complicada dentro do quadro criado por mim mesmo naquele momento de auto-afirmação. Um dia, alguém me levou à sala de Sérgio Milliet para mostrar ao crítico alguns desenhos. Ele foi muito cortês, olhou demoradamente folha por folha com cara impassível de jogador de pôquer. Após alguns minutos, disse: “É difícil desenhar mãos, não é verdade?”. E mais não disse, olhando-me risonho e benevolente. Saí da entrevista muito abalado e vi que estava longe de ser aceito como “artista”. No entanto, apesar disso, não me passou pela cabeça deixar de desenhar, a coisa que mais gostava de fazer, e, aos poucos, dei-me conta de que a falta de incentivo do guru do pessoal do sofá era circunstancial e eu, isso sim, deveria continuar trabalhando sem a obrigação boba de expressar sentimentos intensos. Caí na minha realidade, deveria fazer meus riscos pelo prazer de riscar, desenhar, fazer figuras com uma só linha contínua definindo os contornos, sem tirar a caneta do papel e sem pensar em mensagens. Muita gente gostou disso, percebi logo (essa constatação valeu-me para o resto da vida) que era variada a gama das apreciações alheias, envolvendo desde aceitações irrestritas até restrições polidamente manifestadas, como no caso de Sérgio Milliet. Sentia prazer imenso em ser reconhecido como desenhista por gente do ramo, como Vicente Mecozzi, por exemplo, pintor que me filiou ao Sindicato dos Artistas Plásticos, para mim, a suprema glória.

E, naquele mesmo ano de 1947, fui convidado a fazer parte da Primeira Exposição Circulante de Arte, em cujo júri de seleção participou Milliet². Também tive desenhos nas mostras anuais do Sindicato. Em 1949, um retrato de minha lavra foi aceito no Salão Nacional de Belas-Artes, o que muito me envaideceu. A mim me bastava ser aceito por júris severos, nunca pensei em prêmios. Em 1950, formei-me em arquitetura e fui tratar da vida e tão absorvido fiquei pela profissão e pelas responsabilidades advindas, que deixei de lado o meu querido desenho a mão livre, desenho eventualmente exercitado nas perspectivas aquareladas, plenas de figurinhas as mais variadas.

2. Essa exposição, que percorreu o interior do Estado, foi organizada em 1947 pelo então Departamento Estadual de Informações; nela, concorreram artistas pertencentes ao Sindicato dos Artistas Plásticos e à Associação Paulista de Belas-Artes.

Minha vida de arquiteto

Foi bem compreensível aquela troca das artes plásticas pela arquitetura, troca que não se deu de uma hora para outra. Já no quarto ano da faculdade comecei a elaborar projetos complicados para um estudante e, nisso, meu atrevimento valeu bastante. Do mesmo modo que dissera cinco anos antes à dona Elsie que seria capaz de executar qualquer encomenda de pintura, respondi a Otávio Frias de Oliveira que estava apto a enfrentar qualquer programa arquitetônico. Seu excesso de confiança e minha atitude foram decisivos na minha vida profissional. Não sei se já contei ao caro leitor que Otávio era filho do juiz meu amigo em Sorocaba, o dr. Luís Torres de Oliveira. Mesmo depois da mudança para São Paulo, nossas famílias continuaram a cultivar a amizade e nos freqüentávamos bastante. Por volta de 1948, sabendo de meu envolvimento com antigüidades, com quadros e obras de arte e acompanhando minha vida estudantil, quando resolveu se casar, Otávio me chamou para decorar um apartamento que comprara na avenida São Luís, atrás da Escola Normal, onde iria começar sua nova vida. É claro que fiquei lisonjeado com o convite e mergulhei de cabeça no trabalho, tendo agradado a todos. A partir daí, ficamos muito amigos, apesar da diferença de idades, ele treze anos mais velho. Otávio Frias, naquela época, era diretor da carteira de imóveis do Banco Nacional Imobiliário e, entre o ano de 1948 e o seguinte, envolveu-se com uma novidade no comércio de construções: o chamado “condomínio pelo preço de custo”, atividade de ordem cooperativista imaginada em Santos por um meu contemporâneo no Mackenzie, o jovem engenheiro Cipriano Marques Filho. Um primo desse meu amigo, Carlos Caldeira Filho, trouxe a idéia a Frias, e ambos tiveram imenso sucesso nesses empreendimentos. E permaneceram sócios para o resto da vida, já em outras atuações. Logo fui inquirido se seria capaz de projetar um edifício em terreno na rua Paim, esquina com 9 de Julho; enfrentando o desafio fui logo estudar o código Arthur Saboya para saber das restrições ligadas à modalidade arquitetônica. Minha única experiência anterior em projetos havia sido quando desenhara nossa nova casa em terreno que o Espanhol havia comprado em deserta rua do Jardim Paulistano, a rua Mariana Corrêa. Agora, iria enfrentar um complexo edifício em terreno íngreme, de muita frente e pequeno fundo. Para minha preocupação ficar agravada, não demorou muito; Frias comprometeu-se com Sandro Polônio e Maria Della Costa a construir um teatro no mesmo terreno onde eu já estudava o prédio a ser vendido a preço de custo. O casal de artistas iria custear sua construção independentemente do condomínio ali programado e, para isso,

tinha o amparo financeiro proveniente do empenho de um político, o senador César Vergueiro. No entanto, a verba alocada não era grande e eu tive de satisfazer ao programa mínimo estabelecido pelo simpático casal de artistas manipulando espaços, de modo que nem um centímetro quadrado ficasse ocioso. Usuários posteriores desse teatro, no entanto, anos mais tarde, ávidos de mais áreas disponíveis, acabaram comprometendo o partido original, transformando a primitiva cobertura em descomunal estrutura abobadada, qual tampa de panela, sem que o autor do projeto sequer fosse consultado.

Depois dessa encomenda, elaborei outros estudos preliminares destinados à verificação da viabilidade de empreendimentos vários e, afinal, em 1951, iniciei outro projeto de prédio de apartamentos na avenida Rangel Pestana, em terreno fronteiro à atual Secretaria da Fazenda. Aliás, nesse meu primeiro ano de formado, fiz alguns projetos residenciais, sendo o principal o da casa de dona Maria Camargo, filha de dona Olívia Guedes Penteado, vulto importante da história de nossa arte moderna, e sogra de meu bom amigo Waldir da Silva Prado.

Ocorreu que, no desenfreado processo de verticalização paulistano, houve inusitada demanda de unidades habitacionais de variados programas, inclusive um inesperado: o apartamento de quarto, banho e *kitchenette*, fato provocador do surgimento de inúmeros incorporadores e construtores interessados nesse lucrativo tema envolvendo moradias populares. Assim, a concorrência sem limites se estabeleceu no quadro imobiliário e a mercadoria a ser ofertada passou a ser produzida com requintes e atrativos impostos pelo marketing agressivo atrelado à atuação das companhias de publicidade. Para fazer frente aos seus concorrentes, o BNI, o banco de Roxo Loureiro, de quem Frias era sócio, em meados de 1950, foi buscar o arquiteto Oscar Niemeyer, cujo renome era ascendente entre os formadores de opinião, como a imprensa, sobretudo as revistas semanais cariocas, a *Manchete*, por exemplo. A revelação de seu potencial imaginativo havia se dado cerca de dez anos antes nas construções de Pampulha, em Belo Horizonte, onde, pela primeira vez, a plasticidade do concreto armado foi manifestada em criações de forte impacto na opinião pública. Ali, Oscar projetou uma obra-prima: a igreja de São Francisco de Assis, onde conseguiu satisfazer a um programa absolutamente tradicional empregando um sistema estrutural em que o concreto armado foi desafiado a definir novos espaços através da linha curva, a protagonista primordial.

SÃO PAULO NO IV CENTENÁRIO
DIREÇÃO DE NOTÍCIAS E CADASTROS E BURELIMENTOS
PREÇO 1,50
ASSUNTOS GERAIS

EDIÇÃO COMEMORATIVA DO IV CENTENÁRIO

FOLHA DA MANHÃ

PROPRIEDADE DA EMPRESA "FOLHA DA MANHÃ" S.A.
ANO XIII São Paulo - Domingo, 9 de Maio de 1958, 28 e 29 de Junho de 1958 Nº 9.131

VISITE SÃO PAULO NO IV CENTENÁRIO

INDICE DESTE CADERNO	
Monumento - Pátio	4
Monumento - Pátio	6
Vida Religiosa	7
Edificação	8
Tela	14
Exposições	18

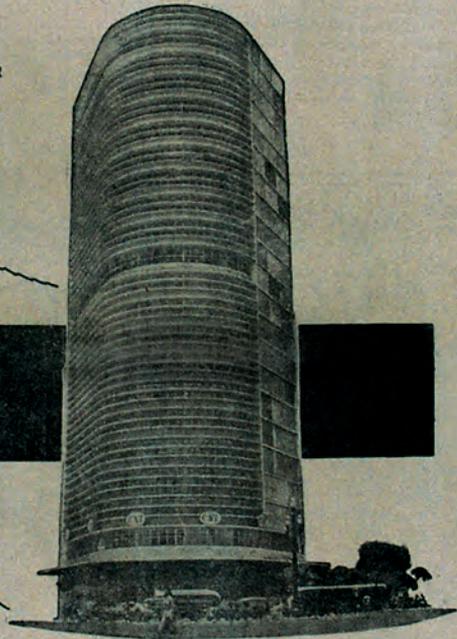
um monumento ao IVº centenário



Criado
pelo gênio de
OSCAR NIEMEYER



Concretizado
pela capacidade realizadora de
PRESTES MAIA



EDIFÍCIO

MONTREAL

8ª Entrega da



com 6 meses de antecipação sobre o prazo previsto numa contribuição da CNI e dos participantes do plano "Condomínio Pelo Preço de Custo", às festividades do IVº Centenário.

O Edifício MONTREAL... monumento de aço, alumínio e cimento, reunindo à beleza e arrojo de suas linhas o contraste de suas cores e harmonia de seu conjunto... honra a moderna arquitetura brasileira. Possuidor de uma arquitetura diferente, sintetizando a presença de todas as artes, o Edifício MONTREAL teve sua entrega antecipada de 6 meses, como uma contribuição da CNI e dos participantes do plano "Condomínio Pelo Preço de Custo" para o maior brilho das festividades do IVº Centenário.

A Comissão constituída pela CNI para as comemorações do IVº Centenário, desejando correr a entrega do Edifício Montreal de um alto significado cívico, convide todos os Senhores Condôminos do Edifício Montreal e demais participantes do plano "Condomínio Pelo Preço de Custo", bem como amigos e clientes para comparecerem à cerimônia de entrega, a ser realizada dia 23, às 11 horas.

Construção da: SOCIEDADE CIVIL CONSTRUTORA HARDING

Nesses dez anos, até sua chegada a São Paulo, Oscar criara a imagem do inovador dotado de imensa aptidão ligada à modernidade, o que encantava os publicitários chamados às pressas, e assim seu nome era o mais indicado para estar à frente de empreendimentos arrojados, onde estariam aliadas a beleza e a nova qualidade de vida. Na verdade, o arquiteto carioca ainda não projetara edifícios de grande porte, com muitos andares. Nesse campo, além de alguns estudos preliminares, só tivera construída, em 1946, a sede do Banco Boa Vista, no Rio, edifício em altura mas espremido entre vizinhos de mesmo gabarito, onde sua imaginação ficou tolhida, conseguindo, tão-somente, no pavimento térreo, uma simpática parede sinuosa de blocos de vidro. A perspectiva dos arranha-céus paulistanos, creio eu, foi um incentivo à aceitação do convite, além da oportunidade da abertura de nova frente de trabalho. Acredito, outrossim, que, nessa hora, Oscar foi usado. Até então, seus clientes chamavam-no porque admiravam e reverenciavam o seu enorme talento, simplesmente desejando usufruir ou fruir sua obra arquitetônica. Em São Paulo, ao contrário, ele foi chamado para ajudar a vender na planta edifícios que, depois de negociados, a maioria deles, foram levantados com significativas alterações em seus projetos originais sem que ninguém tivesse frustrações de ordem estética. Creio que só eu as tive, além dele.

Octavio Orozinho Roxo Loureiro conheceu Oscar através do engenheiro Oswaldo Louzada, que o convidara para projetar um posto de serviços à beira da rodovia Presidente Dutra, em Guaratinguetá, em terras onde o dono do BNI havia executado um loteamento cuja sede, velha casa de fazenda, passou a se chamar “Clube dos 500”, nome depois estendido a todo o empreendimento. Em seu escritório do Rio de Janeiro, Niemeyer então projetou, ou melhor, fez os estudos preliminares e anteprojetos dos edifícios Califórnia, Montreal e Copan por encomenda do BNI., sendo assediado diariamente pelo pessoal de São Paulo, cobrando desenhos e perspectivas para orientar a publicidade e a feitura de maquetes. As peças gráficas chegavam sempre com atrasos aqui considerados intoleráveis. Conversando com o arquiteto, Frias perguntou se não seria conveniente a abertura de um escritório aqui em São Paulo, um posto avançado, onde os desenhos pudessem ser executados em contato fácil com os calculistas, com os engenheiros fiscais do banco e com as próprias obras em andamento e, assim, as suas vindas não precisariam ser tão frequentes, como estava acontecendo. Oscar achou boa a idéia mas não sabia como colocá-la em prática, pois não conhecia aqui ninguém que se responsabilizasse pelo desenvolvimento de seus projetos. Nessa hora, Otávio Frias lembrou-se de mim e mostrou a ele a maquete do meu edifício atrás do teatro de Maria

Della Costa e, inclusive, algumas plantas de execução para que apreciasse o tipo do serviço apresentado pelo meu escritório que, naquele tempo, se resumia a mim e a mais um desenhista, Thomás. Viu que os desenhos eram bem elaborados e me aceitou como seu colaborador em São Paulo, destinado a ser o intermediário responsável pela entrega dos planos sempre na hora certa. Nesse mesmo dia, em janeiro de 1952, chamou-me ao hotel para formalizar o convite, que recebi perplexo, pois nada sabia da armação do Frias. Combinei trabalhar meio período, pois não quis sair de um emprego que possuía na Engenharia Sanitária do Departamento de Saúde, que meu pai me arranjava antes já de minha formatura. Ganhava 4 mil cruzeiros por mês. Concordei em fechar meu escritório e trabalhar só para ele, recebendo 10 mil cruzeiros, quantia mais que respeitável.

A mim, foram extremamente importantes os cinco anos em que chefei aqui o escritório de Oscar, antes de tudo, porque aprendi muito desenvolvendo projetos complicados, como o do hospital encomendado pelo prof. Edmundo Vasconcellos, construído no caminho do Aeroporto e, coisa engraçada, de Oscar nada assimilei, percebo agora, porque talento não se transmite. Aliás, essa constatação pode, mais uma vez, desencadear discussões sobre a herança de predicados intelectuais. Conhecemos, por exemplo, raros casos de transmissão, de pais para filhos, de talentos exacerbados, como no caso de músicos como os filhos de Bach, de literatos como os filhos de Thomas Mann, como Utrillo, na pintura. Talento, de um modo geral, não se transmite por contato, nem se herda. Dentro das transmissões genéticas, ele surge de alguma conjuminância benéfica de genes propícios na hora da fecundação. Perdoem-me esse palpite de leigo, penso assim, como também pensa o próprio Oscar Niemeyer. Ele, numa entrevista ao *Jornal do Brasil*, de 27 de dezembro de 1997, disse: “O sujeito já nasce burro ou inteligente, o negócio da genética funciona, né? O sujeito não é muito responsável pelas qualidades ou defeitos com que nasceu. Eu, quando vejo uma pessoa, eu a aceito. Sei que ela tem qualidades boas, ruins. Não tem culpa disso”. O fato é que Oscar me aceitou como era, com ele aprendi muito, mas saí de seu escritório com a mesma cabeça com que entrei.

Na maioria das vezes, Niemeyer já trazia do Rio de Janeiro os projetos esboçados. Quando criava alguma coisa na minha frente, eu percebia que as idéias simplesmente brotavam já sem outras alternativas, o primeiro risco praticamente já era o definitivo. E, nessas horas, os seus croquis eram minúsculos, na escala de 1:500, 1:200, ou até sem escala. Algumas vezes, eu colocava esses esboços num refletor e numa grande folha de papel presa à parede; ele, com mão firme, copiava o desenho, cobrindo a projeção traço por traço. Não me esqueço também de seu procedi-

mento durante o projeto da casa que fez para si na estrada de Canoas, em terreno íngreme coberto de mata original entre enormes pedras e com vista deslumbrante do Rio, tendo em primeiro plano a praia de São Conrado. Mandou Zanine fazer a maquete do lote, que havia sido minuciosamente levantado por topógrafo que nada esqueceu, marcando árvore por árvore, pedra por pedra, e curvas de níveis de metro em metro. Já de início, imaginou os dormitórios em plano inferior, sob a área de serviço e com acesso por escada ladeando uma enorme pedra, que também participaria da piscina. O volume aparente da casa seria definido por uma laje de cobertura de contorno sinuoso, cujo perímetro foi pacientemente procurado depois que o maquetista emérito e futuro arquiteto retornou com as escavações sugeridas para a área dos quartos, deixando à mostra os flancos da pedra bastante saliente no local. Aí, então, ele foi buscando a forma final da laje, recortando com uma tesoura um papelão cujas bordas iam se adequando tanto ao seu gosto como às árvores próximas, e nesse instante também acabou determinando a extensão da plataforma destinada à área de estar. Depois disso, riscou o contorno da piscina. Pela primeira e última vez, presenciei um projeto ser executado também a golpes de tesoura. Penso que foi uma das coisas mais bonitas feitas por ele.

Trabalhando para Oscar, tive a oportunidade de conhecê-lo bastante bem e nosso convívio tanto se dava aqui, em suas espaçadas visitas, como em minhas muito freqüentes idas ao Rio; disso resultando uma amizade jamais perturbada por uma rusga sequer, coisa pouco normal nas relações entre patrão e empregado. Realmente, nosso relacionamento foi de extrema cordialidade e, quando decidi fechar o escritório paulistano devido à exclusividade da dedicação a Brasília, isso no início de 1957, ele, além de me fazer um convite para



Oscar e eu na comemoração do centenário de Rodrigo de Mello Franco de Andrade, numa das reuniões do conselho do IPHAN, em 1998. Foto do arquiteto José Lapastina.

continuar na nova capital a função de desenvolvedor de projetos, presenteou-me, para ficar como lembrança sua, com um auto-retrato original de Le Corbusier, que até hoje guardo com o maior carinho. E, nesse dia, também me passou uma procuração para acompanhar em seu nome as obras do Copan e redesenhar o que fosse necessário. Meu trabalho naquele edifício, a partir de 1952, durou dezoito anos.

Muita gente tem me perguntado por que não continuei a trabalhar com ele, já que seu escritório até hoje executa projetos aqui em São Paulo. É que, depois de fechada a filial paulistana, eu o procurei muito pouco, não por indiferença, mais pelo desejo de não dar a impressão de estar me insinuando sem ter sido chamado. Uma questão de timidez. Por circunstâncias várias, outras pessoas me substituíram melhor, acredito. E, de mais a mais, no início dos anos 60, eu comecei a projetar, apoiando-me em soluções da arquitetura tradicional, inclusive comprando material de demolição, buscando resultados baratos garantidores, no entanto, de conforto ambiental adequado, tendo em vista relações ideais entre custo e benefício, pois o grosso de minha clientela sempre foi constituído de gente de cabeça arejada e de bom gosto, porém de bolsos pouco freqüentados. Gente que sabe o que é bom, mas ajuizadamente planeja o possível. Só os muito ricos moram bem, à mercê de toda a parafernália tecnicista de alto custo. Já os remediados, em suas encomendas arquitetônicas, muitas vezes em tentativas de ascensão social, privilegiam a intenção plástica própria da arquitetura dos abonados, contando com a conivência de projetistas complacentes, que acabam perpetrando projetos modernos, mas inadequados à sua vida cotidiana. O que almejam mesmo é a exterioridade, a aparência, o partido “moderno”. Resultam casas quentes no verão, geladíssimas no inverno, devassadas e sem nenhuma proteção acústica e, também, faltas de ventilação natural que a simples física aplicada pode proporcionar. Esse desconforto é que procurei evitar a todo custo, apelando à experiência acumulada dos antigos. Não sou um retrógrado nem saudosista, satisfaço a programas modernos numa continuidade espacial própria dos dias de hoje. Fui ficando, porém, cada vez mais distanciado do mundo de Oscar Niemeyer. No entanto, nunca o perdi de vista, sempre o admirei e o defendi, por intermédio da imprensa, dos ataques dos seus críticos opositores. Desde aqueles anos, não só o visitei algumas vezes em Brasília e no Rio como até fui ao seu escritório em Paris, na Champs Elysées, onde proseamos bastante, quando me recomendou que visitasse a sede do Partido Comunista, obra imperdível.

No escritório de Oscar, não só pratiquei arquitetura mas também convivi com pessoas que, sem ele próximo, jamais iria conhecer, e foi um relacionamento enriquecedor. O arquiteto jamais viajou só e em seu carro vinham juntos amigos

que simplesmente lhe faziam companhia e o divertiam. Figuras simpáticas, mas não expressivas intelectualmente, como os demais que apareciam, por conta própria, como Sérgio Buarque de Holanda, a quem Oscar projetou uma casa, infelizmente não construída devido à mudança do historiador para a Itália; como Ciccillo Matarazzo e dona Yolanda, de simpatia inesquecível, em cujo apartamento na Albuquerque Lins almocei inúmeras vezes, com o pretexto de discutir detalhes do projeto de execução da casa a ser feita no Morumbi e onde travei conhecimento com vultos significativos das artes em geral. Ali, por exemplo, lembro-me, como se fosse agora, de Alberto Cavalcanti, na hora da sobremesa, discorrendo sobre seus filmes rodados em Londres durante a guerra, enquanto, à minha frente, lentamente, se derretia uma estatueta de um anãozinho, totalmente feita de gelo, carregando frutas de verdade numa cesta. Essa casa do Morumbi nunca foi iniciada. E fiz amizade com Emiliano Di Cavalcanti, naqueles dias encarregado de pintar um enorme painel para a Peixe, indústria de alimentos de família nordestina de Pesqueira, os Brito. Di Cavalcanti e Oscar acabaram sendo vizinhos em São Paulo, pois a ambos a Peixe emprestou um andar inteiro em prédio da rua 24 de Maio, no centro, proximidades da praça da República. Nesse pavimento, havia dois enormes salões. No da frente, Di montou o seu ateliê e, no dos fundos, instalei o nosso escritório de arquitetura. Esse empréstimo a Oscar decorreu da amizade surgida entre aqueles industriais e o arquiteto, que acabara de projetar para eles a fábrica de biscoitos Duchon. O ateliê de Di era um salão vazio. O pintor ali só tinha o cavalete e um banco de desenhista que eu emprestei. Telas em branco encostadas à parede. Atravessada em diagonal no espaço, a armação do grande painel, que levou talvez uns dois anos para ser pintado e creio mesmo que nunca chegou a ser perfeitamente concluído. Di usufruía de todas as nossas instalações e, inclusive, dos préstimos da secretária, dona Berta, amável uruguaia que, não sei onde, Chuca, sobrinho de Frias, descobriu. Di Cavalcanti sentava-se todos os dias na cabeceira da nossa mesa de reuniões para usar o telefone e desenhar as charges que um *boy* do jornal *Última Hora* periodicamente vinha buscar. Ele era baixo e gordo e lembrava um sapo, porém um sapo simpático, e, apesar do físico, era muito elegante, sempre bem-vestido com ternos de pano inglês. Não sei quem era o seu alfaiate, mas seguramente outro artista. Di foi uma das pessoas mais inteligentes que conheci. Era brilhante. Também recebia amiúde visitas significativas, como Vinícius de Moraes, Rubem Braga. Morava num apartamento na avenida São João com sua mulher inglesa de nome abreviado para Bi. Era o casal Bi e Di. Apesar da fama e dos clientes admiradores, que chegavam a pagar vinte mil cruzeiros por um quadro, o

nosso amigo vivia permanentemente na dureza. Um dia, emprestei-lhe mil cruzeiros, quantia que sempre prometia devolver com brevidade. Passados alguns meses, ofereceu-me, com dedicatória e tudo, um belo guache que acabara de expor no Uruguai, alegando incapacidade total de saldar sua dívida e que achava justa aquela oferta. Claro que achei também. Tempos depois, deu-me de presente um belíssimo carvão, estudo para o painel da Peixe, com dois metros de altura por um de largura. Antes de fecharmos o escritório, em meados de 1957, mudou-se para o Rio.

Enquanto trabalhei para Oscar, ele, além das encomendas do BNI (depois transformado em Companhia Nacional de Investimentos, CNI, que foram os edifícios Califórnia e Montreal, ambos de 1950-51, Copan e Triângulo, de 1952, e Eiffel, de 1952-53), também projetou o Hospital de Gastroclínica, hoje denominado Prof. Edmundo Vasconcellos; a sede paulista do Instituto de Resseguros, na avenida São João, as residências de Sérgio Buarque de Holanda, de Francisco Matarazzo Sobrinho e de Baby Pignatari. E, finalmente, chefiou a equipe encarregada dos edifícios do parque Ibirapuera para as comemorações do Quarto Centenário de São Paulo. Nenhuma das residências foi construída, só a de Pignatari teve início de obras, logo paralisadas.

Problemas na execução dos projetos originais surgiam só nas obras do banco, como veremos a seguir. Essas ocorrências tiveram para mim enorme significado. A publicidade em torno do lançamento do edifício Califórnia foi espalhafatosa e se alardeavam os méritos do arquiteto e a presença de Portinari como autor de grande painel em sítio nobre do térreo, onde ficaria a rampa de acesso ao cinema subterrâneo, o hall de elevadores e a confluência das duas galerias vindas das ruas Barão de Itapetininga e Dom José de Barros. Na enorme parede ao lado da referida rampa, o grande pintor imaginou um painel de mosaicos de vidro mostrando grupos de bandeirantes a cavalo, a pé e acompanhados pelos indefectíveis índios de cara amarrada. Exatamente a idéia do monumento de Brecheret, no Ibirapuera. Esse trabalho nunca foi executado, ficou no cartão feito a guache, pelo qual o artista recebeu a metade dos honorários estipulados que, agora, não me lembro de quantos mil cruzeiros seriam, muitos, no entanto, compatíveis com a fama do homem. Quando a construção estava por terminar, estranhando o silêncio de Portinari numa das vezes em que fui ao Rio, procurei-o para saber do andamento do trabalho programado e recebi uma resposta desconcertante. Disse-me que não mais iria fazer aquele painel por absoluta falta de tempo e que, pelo dinheiro já recebido, iria apresentar outro projeto, “mais fácil”, abrindo mão do segundo pagamento. Fez uma composição abstrata, que hoje lá está, e ninguém reclamou.

Oscar projetou o edifício Califórnia acredito que no segundo semestre de 1950. Em março do ano seguinte, publicou seu anteprojeto na revista *Habitat*, dirigida pela arquiteta Lina Bardi³. Na fachada da rua Barão de Itapetininga, previu cinco colunas de seções variáveis, estreitas embaixo e mais alargadas em cima, digamos colunas troncônicas, mas na legenda do desenho havia a informação alertando que o número daqueles apoios ia ser reduzido a somente três. Aconteceu que Oscar optou pelo uso de nova forma. Imaginou nas duas fachadas colunas em forma de letra V, à semelhança daquelas de seu projeto de prédio então em obras em Berlim, num bairro, se não me falha a memória, denominado Hansa, onde alguns arquitetos de renome internacional projetaram apartamentos ao mesmo tempo. Essas colunas de novo modelo, os calculistas paulistanos de concreto armado se recusaram a desenhar com o argumento de que eram inexequíveis perante as rígidas normas técnicas. Ofereceram outra conformação da letra V, agora com os braços mais fechados. Niemeyer ficou bastante contrariado com isso mas prevaleceu a imposição técnica. Foi seu primeiro revés paulistano. Outro se deu quando os condôminos do edifício Triângulo retiraram das fachadas os quebra-sóis horizontais em balanço, lembrando os do Copan, constituídos de perfis eqüidistantes de alumínio. Justificaram a mutilação alegando o barulho ensurdecedor que qualquer chuva provocava ao bater nas vibráteis lâminas metálicas. Mas foi no edifício Copan que surgiram as contrariedades maiores.

Não vale a pena aqui nestas reminiscências enumerar com minúcias as etapas das discussões em torno de um imaginado “maciço turístico” na avenida Ipiranga, a ser inaugurado durante os festejos do Quarto Centenário. A idéia original da co-participação de capital americano justificou, de início, a adoção de um projeto vindo dos Estados Unidos, que a ninguém agradou. Oscar foi chamado para dar outra versão ao intento, agora financiado só por capital brasileiro, cujo programa era deveras complexo: previa grande hotel, lojas, cinema, teatro, garagens e centenas de apartamentos de capacidades variadas – iam desde a novidade da sala, quarto, banheiro e *kitchenette* até as residências de duas salas e quatro dormitórios. As unidades à venda estavam, portanto, ao alcance de todos os bolsos. Pobres e ricos morariam próximos. Lembrando o prédio de Le Corbusier em Marselha, no Copan também foi prevista uma laje de transição apoiada em colunas eqüidistantes, destinadas a ficar aparentes num “terraço-jardim” cobrindo todas

3. *Habitat*, São Paulo, nº 2, jan.-mar. 1951.

as lojas térreas. Nesse jardim elevado, igualmente haveria algumas lojas e áreas de lazer, permitindo, também, acesso ao teatro e ao prédio do hotel por meio de uma ponte sobre a rua interna que separava os dois edifícios. Para que o terraço-jardim pudesse ser alcançado diretamente da rua, sem o uso de elevadores internos, o arquiteto previu bela rampa helicoidal com duas e meia voltas apoiada unicamente no solo e na borda da laje daquele pavimento.

Essa hélice cilíndrica prevista na calçada do Copan, ao lado do hotel, deixou os calculistas perplexos e logo fui chamado para ficar sabendo que ela era infactível, dada a carência de apoios. Haveria a necessidade de, pelo menos, duas colunas tangenciando as curvas, e eu deveria dizer se elas ficariam situadas interna ou externamente à “escultura” imaginada pelo arquiteto. É claro que antes de dar qualquer resposta, informei pessoalmente ao arquiteto o impasse aparentemente incontornável. Oscar, depois de dois ou três xingos, disse-me que fosse procurar Joaquim Cardoso, o seu calculista no Rio, que executara recentemente rampa semelhante na casa do dr. Leonel Miranda e que certamente daria solução ao problema criado pelos “babacas” de São Paulo. Ele mesmo aprazou a consulta pelo telefone. Foi quando conheci o afamado poeta bissexto e calculista pernambucano. Homem magérrimo e pálido, de uma brancura marmórea; em suas mãos alvas serpenteavam muito nítidas veias azuis num contraste que eu nunca vira. Delicadíssimo, acolhedor, logo me pôs à vontade. E não me lembro bem por quê, mas, depois das apresentações e cumprimentos, a conversa enveredou para um assunto não programado: o cinema e, pelo menos durante meia hora, discorreu eruditamente sobre filmes de faroeste. Em seguida, também não me recordo por quê, passou a tratar do expressionismo cinematográfico alemão. Falava mansamente e sem parar. Depois de uma hora de conversa animada é que consegui tocar no assunto que ali me levava. Mostrei os desenhos, expus os problemas que me assoberbavam e falei também da casa do dr. Leonel, de cuja rampa solicitei os cálculos para mostrá-los em São Paulo. Joaquim Cardoso sorriu tranqüilo para mim e revelou que não fizera cálculos de espécie alguma para aquela linda rampa curva simplesmente apoiada em suas extremidades. Ele disse:

Num dia acertado de véspera, fui à obra e, com o auxílio do mestre e do operário dobrador dos ferros, fui dispendo sobre a forma a ferragem, composta de variadas bitolas, segundo o meu bom senso, assim de um modo intuitivo, entendeu? Mas a rampa era de uma só volta. Essa sua rampa de mais de duas voltas, acho que não dá pra fazer, não sei não. Por que Oscar não faz uma escada?

Agora, a causa da contrariedade de Niemeyer tivera o respaldo firme do amigo e, num desabafo, ele me disse, “Faça você essa escada, eu não quero mais saber disso”. Obedeci. Se Oscar fosse contar só com o espírito daqueles calculistas de São Paulo em seus projetos, as obras-primas de Brasília, por exemplo, não teriam sido erguidas apresentando aquela placidez e aquela leveza, enquanto aparentam estar desafiando não só a lei da gravidade, mas também a lógica tectônica. Sem dúvida, isso só foi possível porque o poeta bissexto e o arquiteto ousado se deram as mãos. Depois da intervenção federal no banco de Loureiro, as obras do Copan foram paralisadas, os condôminos não souberam se organizar cooperativamente e grande quantidade deles deixou de pagar suas prestações, por motivos os mais compreensíveis. A instituição que assumiu o empreendimento, por esse motivo, conseguiu judicialmente reaver grande parte dos apartamentos do pessoal inadimplente e logo tratou de subdividir os apartamentos de muitos quartos e salas em unidades pequenas, de fácil venda. Novo revés de nosso escritório, quando Oscar já estava desligado de suas responsabilidades paulistanas. Fora o projeto que desenhamos juntos para a aprovação na Prefeitura que sofreu tal tipo de agressão; o sonho que pairou no salão da rua 24 de Maio, reunindo todas as classes sociais num mesmo bloco arquitetônico, apagou-se. Pragmaticamente, os novos proprietários optaram pelos programas modestos de um só dormitório, de mais fácil comercialização. Negaram-se a me ouvir. O teatro, de lotação disposta em dois níveis, não foi executado e o grande espaço dos pilotis do terraço-jardim foi desfigurado por vedos que fizeram desaparecer a transparência do pavimento. E o hotel não foi construído; em seu lugar, em 1962, projetei, por encomenda de Amador Aguiar, a nova agência central do Bradesco. Conservei a mesma volumetria concebida por Oscar, observando o jardim suspenso na cota do projeto original. Por tudo isso, o atual Copan não representa o pensamento de seus dias iniciais. O meu banco, por sua vez, acabou ganhando, tempos depois, uma escada externa por imposição da Prefeitura, sem que eu tivesse sido consultado a respeito de sua conformação. Simplesmente ignoraram o direito da primazia do autor do projeto, que deveria ter sido ouvido por uma pura questão de ética e outrossim por respeito aos privilégios autorais. No entanto, o almejado “maciço turístico” de 1952 mantém uma magnífica presença no Centro e não chega a desagradar a Oscar, que hoje não o renega, como bem diz reportagem da revista *Urbs*⁴.

4. *Urbs*, São Paulo: Viva o Centro, nº 1, set. 1997.

Aliás, muito se fala, com ou sem razão, sobre o repúdio daquele profissional às suas obras paulistas e chego mesmo a notar que os livros referentes ao seu trabalho em geral passam por cima dos projetos executados nesta cidade naqueles anos das décadas de 50 e 60, e isso me leva a pensar na conivência do arquiteto com esse “esquecimento”. Somente o Copan é, de vez em quando, citado sem entusiasmo. E agora confirmo: Oscar não gosta de sua produção feita às pressas em noites memoráveis, que ele chamava de “viradas”, por imposição do banco sempre querendo desenhos para o dia seguinte, sobretudo as plantas para aprovação municipal. O projeto do Copan, para a Prefeitura, por exemplo, foi elaborado na escala de 1:100 em enormes folhas em apenas três dias, com as noites interdiárias passadas em claro. Para isso, vieram vários desenhistas do escritório do Rio que se juntaram aos daqui. As plantas obtidas com essa celeridade é que, além de serem aprovadas pelo poder municipal, serviram para elaboração das peças publicitárias e fatura da enorme maquete. Esse açodamento não agradava a ninguém do escritório, e imagino que Oscar sempre estava antevendo problemas logo adiante, quando chegasse a vez de as plantas de execução serem fornecidas aos calculistas. Como já disse, teve inúmeras contrariedades. Repito: ele de algum modo renegou sua obra aqui feita e é bem elucidativo este bilhete, sem data, que me mandou do Rio de Janeiro:



Agência Central do Bradesco, projetada no lugar do hotel inicialmente imaginado. Inaugurada c. 1965. Foto de Clara Correia d' Alambert.

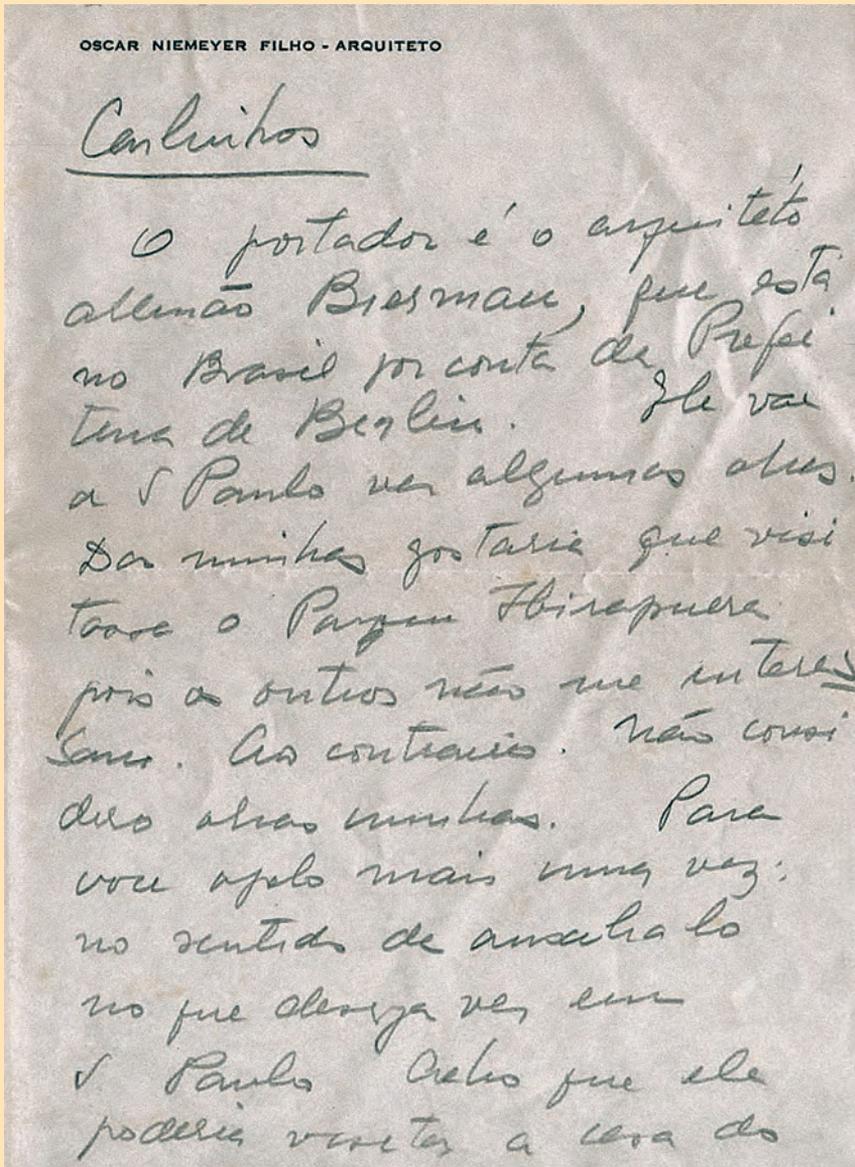
Carlinhos

O portador é o arquiteto alemão Bresman, que está no Brasil por conta da Prefeitura de Berlim. Ele vai a S. Paulo ver algumas obras. Das minhas gostaria que visitasse o Parque

Ibirapuera pois as outras não me interessam. Ao contrário. Não considero obras minhas. Para você apelo mais uma vez no sentido de auxiliá-lo no que deseja ver em São Paulo. Acho que ele poderia visitar a casa do Bratke e mais o que você julgar conveniente. Estou em falta com você, o que muito me constrange pois devo-lhe muitas atenções, mas qualquer dia quando você menos esperar estouro aí em São Paulo.

Um abraço afetuoso

Oscar



Gratias e mais o que voce
 julgar conveniente.
 Fato em falta com voce o
 que muito me constance pois
~~o~~ ~~com~~ ~~devo~~ ~~lhe~~ ~~num~~ ~~ta~~ ~~a~~ ~~ten~~
 ções, mas qualquer dia
 quando voce mesmo estiver
 estouso ai em S Paulo.
 Um abraço
 afetuoso
 Oscar

Oscar foi injusto consigo mesmo. O edificio Eiffel teve sua construção seguindo fielmente a concepção original. Realmente é obra de sua autoria. O hospital encomendado pelo prof. Edmundo Vasconcellos, por sua vez, que teve como consultor técnico um cubano muito badalado naquele tempo, se não me engano chamado Félix Lamela, é um edificio primoroso e extremamente bem-acabado e de partido inusitado, com o bloco de atendimento médico-cirúrgico fora do edificio dos apartamentos. Não pode ser repudiado. E também não cabia dizer que o edificio do Instituto de Resseguros não era obra sua; ali ninguém alterou uma vírgu-

la sequer dos planos originais. Apesar do fecho delicado e carinhoso do bilhete, subentende-se uma culpabilidade minha. Se as obras paulistanas não eram dele, de quem teriam sido?

Na verdade, o bilhete de Oscar Niemeyer a mim dirigido estava absolutamente ajustado ao seu célebre artigo “Depoimento”, publicado na revista *Módulo* de fevereiro de 1958, cerca de um ano após ter aberto mão de seu escritório paulistano devido às atividades exclusivas em Brasília. Nessa sua famosa autocrítica, certamente pesaram bastante as obras da cidade de São Paulo. Agora mesmo, lendo *Arquiteturas no Brasil*, de Hugo Segawa, encontro trecho que explica a produção paulistana de Oscar. Diz aquele autor, comentando o referido “Depoimento”:

Niemeyer revelava ter passado por “um processo honesto e frio de revisão de meu trabalho de arquiteto”. Fazendo sua *mea-culpa* pelo excesso de projetos sem o devido cuidado, revelando sentimentos de contradição pessoal diante do quadro social no Brasil e sua atuação profissional junto às “classes abastadas”, ele admitia ter-se descuidado “de certos problemas” e adotar uma tendência excessiva para a originalidade, no que era incentivado pelos próprios interessados, desejosos de dar a seus prédios maior repercussão e realce. Isso prejudicou em alguns casos a simplicidade das construções e o sentido de lógica e economia que muitos reclamavam.

Durante todo o tempo em que passei desenvolvendo os meus projetos e também os de Oscar, encomendados pelo BNI, tive a oportunidade de conhecer por dentro esse estranho mundo dos negócios imobiliários. Várias companhias incorporadoras despejavam através dos jornais ofertas de apartamentos, os mais variados. Os corretores ficavam assanhadíssimos e pulavam daqui para ali, de uma empresa para outra. O trabalho deles não era só o de vender apartamentos ainda no papel mas, também, achar terrenos disponíveis aptos a receber edifícios com bom aproveitamento. Eu era constantemente assediado por pessoas desejosas de saber se aquela ou outra casa velha merecia ser negociada tendo-se em vista um “lançamento” lucrativo. Foi verdadeiramente nessa época que teve início o processo de verticalização de São Paulo. Não havia um plano para a cidade que controlasse as novas construções em altura. Algumas normas existiam no Centro, mas, fora dele, as construções eram mal policiadas e tolerâncias mil apareciam conforme as conveniências. De uma maneira geral, só eram permitidos prédios e estabelecimentos comerciais nas chamadas “vias preferenciais”, hoje denominadas de “corredores”. As ruas transversais eram consideradas residenciais e nelas os edifi-

cios podiam invadir apenas quarenta metros quando construídos nas esquinas. Na hora do *boom* dos apartamentos, os cruzamentos de ruas ficaram supervalorizados, e logo os empresários passaram a pressionar a Prefeitura a permitir obras não residenciais contíguas às esquinas já construídas. Surgiu a idéia do “comércio fino”, apropriado à índole dessas vias que acabavam de perder a exclusividade residencial. Vagarosamente, os incorporadores foram comendo o mingau quente pelas bordas, para usar uma expressão antiga que, inclusive, ouvi de minha mãe várias vezes quando era criança. Assim, o adensamento populacional em certas áreas nobres foi vertiginoso, para o gáudio das incorporadoras, sempre atentas ao atendimento das expectativas da população carente de razoável transporte de massa e, por isso, desejosa de “morar perto”, perto de tudo: do comércio, das escolas, dos cinemas, dos mercados, das repartições, das igrejas e aí por diante. Os especuladores, assim, fizeram desaparecer bairros antigos inteiros como Campos Elísios, Higienópolis, Santa Cecília, avenida Paulista dos fazendeiros de café, Cerqueira César etc. Rapidamente, eles ganharam muita força, não só no potencial financeiro, mas na política, sobretudo na Câmara dos Vereadores, nas comissões, como na do Código de Obras. Agiram com desenvoltura desde aqueles dias dos condomínios pelo preço de custo e hoje estão fortalecidos, inclusive, pelos seus sindicatos. Mandam na cidade. Desprezam solenemente o patrimônio construído. Recentemente, mesmo, num seminário sobre patrimônio ambiental urbano ouvi um líder dos incorporadores dizer que ele e mais companheiros haviam ido na véspera ao Palácio dos Bandeirantes para discutir com o governador de plantão o “perfil” adequado do futuro presidente do Condephaat, cargo vago naqueles dias. Até nosso patrimônio tentam controlar. Mas a influência deles não ficou só no uso do solo, foram além, conseguiram seguidamente alterar os códigos – algumas vezes, no entanto, com justa razão. Vejamos dois exemplos.

Por volta do primeiro semestre de 1951, se bem me lembro, foi posto à venda em condomínio o prédio vago de um hotel na rua do Gasômetro, que falira devido à falta de hóspedes, acarretada pelas obras do viaduto ali construído sobre os trilhos da estrada de ferro. Sua comercialização deu-se com uma rapidez insuspeitada e, então, verificou-se a enorme demanda de apartamentos pequenos compostos de quarto e banheiro, como os apartamentos dos hotéis. Ocorreu que os corretores, logo seguidos pelos arquitetos, perceberam que, nos hotéis, os banheiros eram internos, sem janelas para o exterior, e essa disposição era altamente conveniente porque economizava áreas da fachada, permitindo maior número de unidades à venda. Espertamente, o BNI pediu a Oscar um projeto de condomínio com ba-

nheiros ventilados artificialmente, o que o Código de Obras proibia terminantemente, e apresentaram à aprovação os planos do Edifício Montreal como se ele fosse um hotel, único programa onde a lei permitia sanitários sem janelas para fora. Aprovada essa planta mal-intencionada, foi anunciado nos jornais o condomínio “moderno”. Os concorrentes fizeram um estardalhaço devido à “traição”, mas em vez de impugnarem a oferta marota, trataram todos de alterar a lei, o que foi feito, mostrando a força crescente da classe. Quando comecei a trabalhar para Niemeyer, em 1952, a permissão de banheiros internos era considerada uma vitória e acredito que o projeto do Copan, desse ano, tenha sido o primeiro a estrear a nova distribuição agora legalizada. Poucos anos depois, novo êxito dos construtores organizados: derrubaram a exigência legal das áreas internas de insolação dos edifícios, áreas calculadas mediante o emprego de um diagrama apropriado, reconhecidamente uma conquista na luta pela higiene das habitações, conquista pioneira no mundo, onde se revelou primordialmente o arquiteto Alexandre Albuquerque, professor da Politécnica. Na verdade, a obrigação de osculação solar nos compartimentos atrapalhava os edifícios em altura, praticamente todos previstos em antigos lotes estreitos e de muito fundo. Devido a isso é que os lotes de esquina sempre tiveram a prioridade e alto valor.

A atual feição desordenada da cidade, em grande parte, é devida ao oportunismo dos incorporadores de edifícios, sábios observadores das tendências do mercado, que se valeram da precariedade descomunal do transporte de massas para provocar adensamentos nas regiões centrais. E, de um modo ou outro, os políticos a seu favor, que, ao se sucederem, apresentam diversidade de pensamento e de interesses, jamais dando continuidade às determinações de seus antecessores, não embaraçando, contudo, a iniciativa privada. Daí a única continuidade perceptível ao longo dos anos: o trabalho das construtoras e incorporadoras, que, no fundo, trabalham como querem. Nunca teremos planos diretores para valer. Nisso tudo, os arquitetos profissionais liberais ficam de fora das decisões, não passando de meros instrumentos dos donos da cidade, como aconteceu com Oscar a partir de 1951.



A casa no terreno, cuja vegetação original foi preservada. Foto do autor.



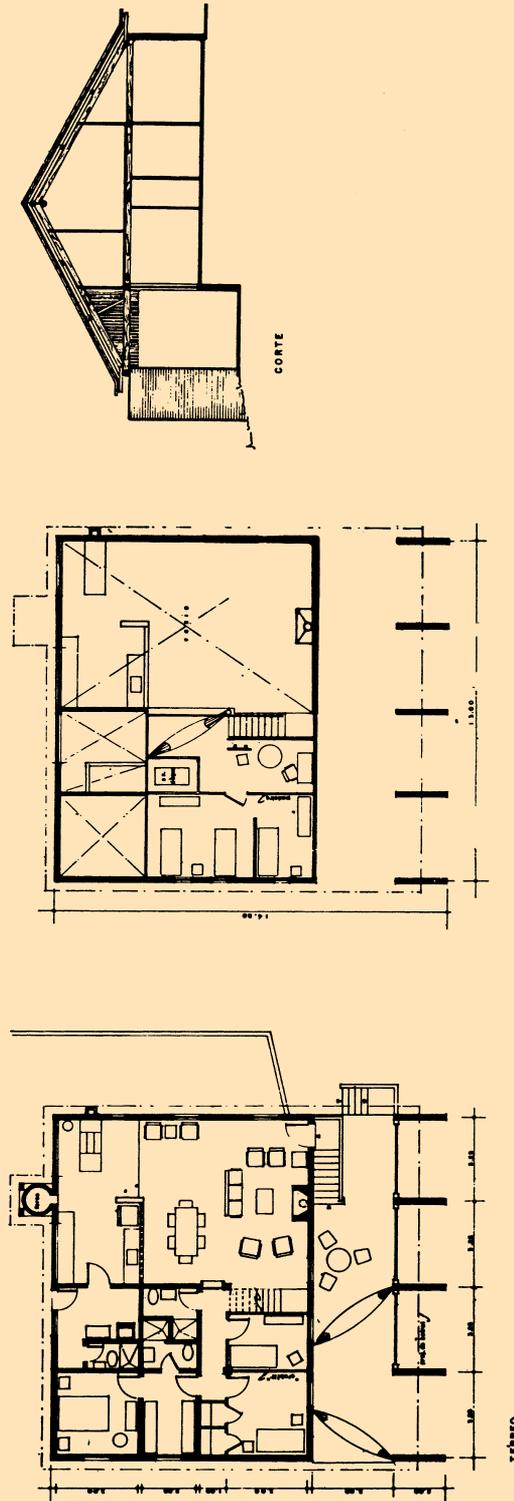


O alpendre e o jardim com a represa ao fundo. Fotos de Manuel Nunes da Silva.



*Interiores do refúgio ibiunense.
Fotos de Manuel Nunes da Silva.*





Planta e corte da casa de Ibiúna, construída em 1963 e inaugurada no carnaval do ano seguinte.

Tempos da FAU-USP

No final de 1953, fui abordado, em plena rua Barão de Itapetininga, por Eduardo Corona, então recém-chegado do Rio, onde estudara arquitetura, que me convidou para ser seu assistente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Conheci-o no escritório do Oscar, onde às vezes aparecia para trocar idéias sobre o seu projeto do Planetário, a ser construído no parque do Ibirapuera, nas proximidades dos edifícios comemorativos encomendados pela Comissão do Quarto Centenário presidida por Ciccillo Matarazzo. Sempre coerente com o meu atrevimento, aceitei na hora, mesmo ignorando o teor da matéria a ser ministrada. Depois, fiquei sabendo que iria lecionar a parte prática da disciplina Teoria da Arquitetura, dada no segundo ano.

Assim, no ano festivo de 1954, teve início minha carreira de professor. Nas aulas práticas, eu teria de ensinar aos jovens inexperientes os elementos de composição arquitetônica em geral e, particularmente, mostrar como se deveria desenhar escadas de variados tipos, inclusive as curvas, cujo balanceamento dos degraus poderia ser obtido através de variados procedimentos gráficos; como se deveria planejar cozinhas racionalmente organizadas; como dimensionar áreas internas de iluminação através de diagrama de insolação; como calcular e desenhar curvas de visibilidade em teatros e cinemas, e assim por diante. Estava ensinando justamente processos que dominava muito bem. Não tive problemas, ainda mais que me enfrontei com afinco em bibliografia apropriada. Uns dois anos depois, Corona teve a idéia de elaborar comigo um dicionário de arquitetura brasileira, no que me empenhei com verdadeira pertinácia, trabalhando pelo menos duas horas por dia no final do meu expediente na Engenharia Sanitária, onde formei uma competente biblioteca de consulta. Fiquei com todo o meu tempo tomado: de manhã cedo, por volta das 8h00, já estava no escritório de Oscar e dali, após um sanduíche, corria para o meu emprego público e, depois das 18h00, já estava de novo na rua 24 de Maio para conferir o trabalho do dia executado por três ou quatro desenhistas, fora estagiários, que davam conta do serviço bastante bem, sem preocupações maiores. As manhãs de segunda-feira eram passadas na FAU.

A mim, a feitura do dicionário teve imensa importância; em cinco anos, aproximadamente, inteirei-me de toda a história da arquitetura brasileira analisando conceitos e acepções de palavras ligadas à nossa arte de construir. A variação do significado dos termos técnicos ao longo do tempo me levou a frequentar, de novo,

o querido Arquivo do Estado à cata de papéis que pudessem esclarecer o sentido obscuro de expressões que amiúde apareciam em documentos consultados. Lembro-me que uma vez tirei férias na Engenharia Sanitária para mergulhar na biblioteca do Arquivo, onde li e fichei todos os inventários e testamentos publicados e, após essa consulta sistemática, fui ler grande parte dos inéditos e, nessa papelada toda, descobri dados importantíssimos que até me serviram recentemente, cerca de quarenta anos depois, na elucidação da origem da casa do padre Inácio, casa bandeirista de Cotia, para o meu livro *Casa Paulista*. Ali, pus à prova outra vez a minha paciência em busca do inefável gozo, que é extrair de papéis desbotados informações antes desconhecidas por todos, e quando ganhamos a sensação de ter tirado do fundo do tempo verdades preciosas à compreensão da cultura material daquelas épocas distantes e à percepção da vida mameluca intramuros. A partir daí, verdades exclusivas ao meu dispor. Lembrando a expressão de Picasso, naqueles momentos de concentração em cima de garranchos esmaecidos, eu me sentia como um garimpeiro que, por vezes, achava o que não procurava e em outras ocasiões procurava o que planejava achar e, no caso de êxito, tinha a satisfação plena, um esplendor quase orgástico. Isso me faz lembrar de um amigo, o Fran, que, ao presenciar o prazer enorme sentido pelas nossas mulheres, Veroca e Suca, ao descobrirem velhos exemplares de casas de fazenda de tipologia ou partido não conhecidos, perguntava pela quantidade de “orgs” que haviam experimentado. Ele havia inventado a unidade orgástica “org” para avaliar o maior ou menor deleite advindo das descobertas feitas pelas estagiárias do SPHAN. A mais valiosa das fazendas foi a da Conceição, em Paraibuna, que propiciara cinco “orgs”. Brincadeiras à parte, digo que é mesmo extremamente prazeroso o achado de uma informação primordial a uma hipótese levantada, a uma conjectura intuída pelo bom senso. Até hoje me lembro do fim da tarde em que localizei Januário Garcia Leal em Mogi-Mirim percorrendo maços de população. Nem sei quantos “orgs” senti sem poder partilhá-los com ninguém.

Em busca de ilustrações inéditas para o nosso dicionário, viajei bastante pelo Brasil afora. Nos feriados prolongados, no Carnaval, na Semana Santa e nas férias anuais saía por aí fotografando tudo que interessasse, sobretudo detalhes relativos a técnicas construtivas. Percorri de carro toda a zona antiga de São Paulo, de modo especial a área do café, como o Vale do Paraíba, e também consegui chegar ao Vale do Ribeira de Iguape, onde fiz registros importantes dado o fato de ser aquela zona praticamente inacessível naquele tempo, desconhecida dos estudiosos, inclusive do pessoal do SPHAN. Às margens daquele rio, fotografei Iporanga

e Ivaporunduva, antigos arraiais de mineração de ouro remanescentes daquele ciclo aurífero dos tempos iniciais de Iguape, que mencionei quando tratei de meus ascendentes moradores naquela cidade. Nessas duas localidades, por volta de 1958 e 1959, fiz amizades, grandes e sinceras, com pessoas de lá, como o Mané Corimba e o Antônio Júlio, gente de alma pura, cuja hospitalidade desinteressada e afetuosa me marcou pelo resto da vida. Ali vivi o cotidiano do século XVIII, pois o progresso só existia serra acima, e presenciei procedimentos que só conhecia por ouvir dizer ou ler em livros de história. Fotografei até objetos do cotidiano, fotos hoje enriquecendo o acervo da biblioteca da FAU. Foi a partir dessas viagens ao passado, ali, ainda atuando nos dias presentes, que me interessei pelas questões ligadas aos modos de morar ao longo da história brasileira.

Percorri de carro praticamente toda a região de Minas Gerais e o Sul da Bahia. Visitei as cidades históricas de Goiás, inclusive Pilar, o único arraial de mineração do século XVIII localizado na bacia amazônica. Passei por Meia Ponte, hoje Pirinópolis, terra de meu trisavô Antônio Remígio Ordonhes. Passei pelo Paraná e fui até aos Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul. Voei até Manaus, Belém, São Luís e Fortaleza. Fotografei Recife e Salvador. Enfim, o documentário conseguido é bem sortido e de alto interesse, constituindo um dos méritos do nosso dicionário.

Hoje, no exato momento em que escrevo estas linhas, leciono na FAU há 44 anos, tendo me aposentado, no entanto, do curso de graduação em 1988, mas ininterruptamente ministro cursos de pós-graduação no prédio da rua Maranhão. Durante todo esse tempo, meu aprendizado foi contínuo e agradável, sempre acumulando experiências junto aos alunos. Nunca me envolvi na política universitária, jamais almejando cargos nem posições de relevo. Nunca fui além de chefe de departamento por dois ou três anos. Junto aos meus colegas, o convívio foi aquele próprio do encontro de pessoas de saberes diferentes, temperamentos diversos e caracteres variados. Algumas vezes tive que, sem perder a serenidade, administrar vaidades e ambições nem sempre sub-reptícias brotadas aqui e ali. Isso faz parte das regras do jogo, entretanto, nunca deixei de lado a calma nem a altivez nos momentos críticos, inclusive quando meus artigos pela imprensa sofreram patrulhamento injusto de ressentidos e minhas respostas por escrito calaram bocas afoitas. Mas esses incidentes foram muito poucos e posso dizer que fiz amizades imorredouras na FAU, tanto entre estudantes como entre colegas de magistério. Sobretudo em trabalhos desenvolvidos em equipes formadas entre professores e alunos. Em 1972, Maria Ruth Amaral de Sampaio, a nossa cara amiga Maú, e eu, por exemplo, efetuamos pesquisas pioneiras sobre casas operárias autoconstruídas,

que levaram os alunos às ruas, a distantes bairros, numa tarefa onde a união e a estima prevaleceram de modo inesquecível. Mas, o que valeu mesmo foi o ato de lecionar, de transmitir conhecimentos e falar de experiências passadas úteis à orientação dos jovens ainda sem conhecimento de vida. Nesses momentos, certamente, Antônio Remígio, Antônio Pedro, Palmira, Joaquim Carneiro e vovó Isabel estariam à minha espreita, sorridentes.

O leitor deve estar estranhando o fato de eu não ter falado de política em geral e particularmente de política universitária, atividade que, direta ou indiretamente, acaba envolvendo os professores na sua vida cotidiana. Ausentei-me de todos os movimentos políticos ocorridos ao longo de minha existência, sobretudo daqueles surgidos na FAU, quando correntes opostas tentavam, em disputas veladas, obter a hegemonia na condução do destino daquela instituição. Ausente, mas não indiferente. Ouvia com simpatia a pregação de Artigas e tive como mentor Flávio Motta naquelas horas de criação do regime departamental. Não me envolvia nas discussões por falta de vocação para compartilhar idéias em movimentos ou agremiações. Nunca me associei a partidos nem a campanhas coletivas em busca de qualquer conquista política. Repito, foi uma questão de vocação. Sempre fui individualista, acompanhando e torcendo de longe. Não pensem que empreguei aquela palavra sugerindo egoísmo ou egocentrismo; não, simplesmente pensei no homem solitário com idéias próprias, que não gosta de confraternizações mentais. Desde o colégio, em 1943/1944, que passei a conviver com gente de esquerda e ao seu pensamento me acostumei logo e desde então sofri inúteis tentativas de aliciamento por parte dos agentes do Partidão. Resisti a todos sem, contudo, mudar meu pendor progressista. Cheguei a freqüentar esporadicamente campanhas políticas, mas levado tão-só pelo desejo de ajudar amigos; participei da primeira campanha de Fernando Henrique e fiz boca de urna para Severo Gomes, por exemplo. Sempre corri em raia própria, ficando comigo mesmo, vendo os outros de longe. Não, não sou individualista, sou é um ensimesmado e por isso é que me dei bem na pintura. Em vez de agir como um amigo, que fica horas e horas às margens da represa absorto e até esquecendo que está a pescar, eu me abstraio conduzindo entre os dedos um lápis ou um pincel. Dou-me muito bem comigo mesmo.

A arquitetura ibiunense

Entre 1950 e 1965, permaneci afastado de meus desenhos “artísticos”, pois, como se pode perceber, nesses quinze anos, o trabalho foi deveras absorvente. De vez

em quando, a saudade baixava, levando-me a tentativas de voltar ao papel em branco, o velho amigo aparentemente esquecido. Fiz nesses anos duas ou três tentativas de retorno ao desenho, sempre tendo a impressão de que perdera a embocadura, dada a falta de exercícios. Em meados de 1965, no entanto, resolvi firmemente retomar as artes, mas, dessa vez, para enfrentar a pintura a óleo, pois ficara amedrontado com os meus ensaios gráficos anteriores, nos quais era evidente a falta de orientação indicando um percurso, uma seqüência de abordagens que me permitisse um gradual desenvolvimento técnico *pari passu* à evolução de idéias ou temas. Com a pintura, talvez as coisas funcionassem melhor, quem sabe os bloqueios semelhantes aos anteriores pudessem ser superados até por improvisações abstratas. Agora, tinha a meu favor a possibilidade de sessões periódicas garantidas nos fins de semana, que necessariamente seriam passadas na minha casa nova de Ibiúna, às margens da represa. Seriam cerca de cem dias por ano garantidos às artes; aos poucos, iria ganhando desenvoltura.

Neste momento, ao me referir a essa casa, me veio à memória o dia em que simples observação de um empreiteiro daquela cidade me levou a considerar outras hipóteses de trabalho em minha arquitetura até então fixada na exclusividade do concreto armado aparente. Vale a pena abrir aqui um parêntese para rememorar-lo.

Em 1962, projetei um loteamento às margens da represa de Itupararanga, em Ibiúna, para um sócio do meu amigo de infância e colega Marino Barros. Em um dos lotes à beira d'água, onde se descortinava linda vista, planejei fazer uma casa de fim de semana. Naqueles dias, acabara de elaborar o anteprojeto da sede da *Folha de S. Paulo*, à rua Barão de Limeira, edifício que acabou não saindo, não me recordo bem por quê, já me esqueci das explicações de Carlinhos Caldeira, o sócio de Frias. Lembro-me que recebi 2.500 cruzeiros novos limpos, fora o imposto de renda. Com esse dinheiro, pretendia fazer aquela construção.

Depois de um levantamento sumário do lote, elaborei um projeto de casa com estrutura autônoma de concreto armado, provida de grandes aberturas envidraçadas olhando para a paisagem. Entreguei os desenhos a uma dupla de empreiteiros de mão-de-obra, amigos de Henrique, o sócio de Marino, para que elaborassem um orçamento. Num sábado aprazado, fui ter com eles para discutir preços e tempo da construção. A reunião foi na casa do José Peres, o sócio português, o companheiro caboclo, o Olívio Nunes acabou não comparecendo à reunião. Qual não foi o meu espanto ao ver o valor estimado para a obra: mais de 8 mil cruzeiros novos! Desanimado, olhei para o Zé e disse: “Desisto, não vou fazer casa alguma, pois não tenho esse dinheiro, nem posso fazer empréstimo porque ainda estou

pagando a minha de São Paulo. Vamos esperar por outra ocasião”. E então ele me disse, com meia cerimônia e com certa ironia nos lábios, mais ou menos o seguinte: “Estou a pensar que o senhor não faz muito empenho em morar aqui na roça de Ibiúna porque a condição é ter uma casa rica. Eu moro muito bem aqui nesta minha que é pobre. Com este acabamento, o preço da sua cairá para menos da metade”.

Examinei com olhar entediado aquele interior modesto e despojado, paredes caiadas de tijolos à vista, chão cimentado, telhas de barro aparentes, mas logo percebi a minha posição de arquiteto da cidade em confronto com a humildade do homem simples e de bom senso. Minha fisionomia não se alterou, mas, naquele instante, sem que eu demonstrasse, a frustração inicial se transformara em vergonha de não ter percebido o óbvio, a possibilidade da mudança de sistema estrutural usando paredes de tijolos cozidos ali mesmo nas vizinhanças. Naquele momento, senti-me portador de uma incomensurável presunção elitista. Por que, em São Paulo, não atinara com essa possibilidade de caminho modesto compatível com meu dinheiro? Burramente, nem notara que meu projeto, já na idéia original, estava fora do meu alcance. Que falta de senso, imaginar concreto em balanço, com grandes vãos, em plena área rural ibiunense, cujas estradas de terra, nos dias de chuva, impediam qualquer contato com o mundo! Presunção aliada à imprevidência, e para chegar a essa constatação não sei se demorei segundos ou minutos; ainda absorto, passou-me pela cabeça toda aquela semelhante arquitetura dos meus antigos em Minas; vi na memória, com rapidez cinematográfica, o casarão de alto pé-direito do seu Roque, sogro do tio Vespasiano, lá no Arceburgo, sempre fresco com suas pequenas janelas que dosavam a paisagem ensolarada, dando-nos uma sensação de recolhimento e de segurança. Espaços semi-oscuros, cuja penumbra carregada de mistérios envolvia os móveis enormes ali ancorados como se fossem eternos, vendo passar sucessivas gerações. Nesse momento, vi que admirava uma coisa e solicitara outra.

É desnecessário valorizar a paisagem, enfiá-la casa adentro atravessando vidros; a casa há de ter o recolhimento do útero materno, de ter reservas e segredos. Nada de devassamentos clubísticos, com gente entrando e saindo segurando copos de bebida, de guarda-sóis à beira da piscina, ao pé das portas de vidro temperado. Pensei na intimidade à volta do fogão a lenha de fumaça perfumada; nas janelas espaçadas a enquadrar o pôr-do-sol. Tudo isso me veio à mente enquanto ele, Zé Peres, me olhava sorrindo. Sem relutância alguma, respondi reafirmando o meu desejo de possuir uma casa naquelas paragens; moraria, então, numa casa daque-

le tipo, mas concebida à minha moda. No papel em que trouxera os sanduíches que comíamos acompanhados pelo café passado pela Cila, em pouco tempo, sem esconder o meu inesperado entusiasmo, esbocei uma planta baseada na anterior, agora só usando tijolos, e não previ nem brocas de fundação nem cintas de amarração. Toda a estrutura do telhado seria de eucalipto cortado ali mesmo na chácara vizinha, no dia da lua certa. Piso de pedra irregular itacolomi refugada pelo depósito de materiais do meu cunhado Osmar. Janelas e portas viriam de São Paulo, compradas em demolições. Alto pé-direito permitindo mezanino para ateliê ou escritório. Para encurtar a conversa, ou melhor, este texto, consegui fazer uma casa muito gostosa exatamente pelos 2.500 cruzeiros novos disponíveis.

A provocação de Zé Peres alterou o meu comportamento, pois, a partir daquele momento, assumi para sempre o fato de que a arquitetura necessariamente não precisa depender de uma só técnica construtiva. Devemos ser versáteis, atuando conforme as conveniências. É verdade que muitos profissionais, dado o prestígio que atingem, podem se dar ao luxo de escolher clientes e optar por soluções caras em todos os seus projetos sem exceção. Não foi o meu caso. Depois desse incidente ibiunense, ainda fiz várias moradias urbanas dentro do repertório moderno de resoluções construtivas em moda. Fiz, por exemplo, a residência do meu grande amigo Minelli, a quem já havia projetado algumas instalações comerciais, inclusive, um andar inteiro da alfaiataria da Barão de Itapetininga. Esmerei quanto foi possível ao meu alcance nesse projeto para, sobretudo, obter uma completa integração das artes. Estrutura de concreto armado aparente, cobertura de abóbadas de tijolos recobertos por adequado isolante térmico. Ventilação, natural controlada e garantida em qualquer dia do ano. Meu irmão e Odiléia Toscano desenharam por menores definidores ou selecionadores de espaços na área de estar. Criei azulejos decorados para o forno de pizzas e fiz um painel no jardim lateral. Os tapetes orientais e os quadros da coleção do proprietário deram o toque final nos ambientes guarnecidos de móveis de Sérgio Rodrigues. Ficou uma casa bonita e cara, mas o meu empenho maior ficou voltado em obter soluções de igual bom gosto em obras mais baratas destinadas aos fins de semana de gente menos aquinhoadas.

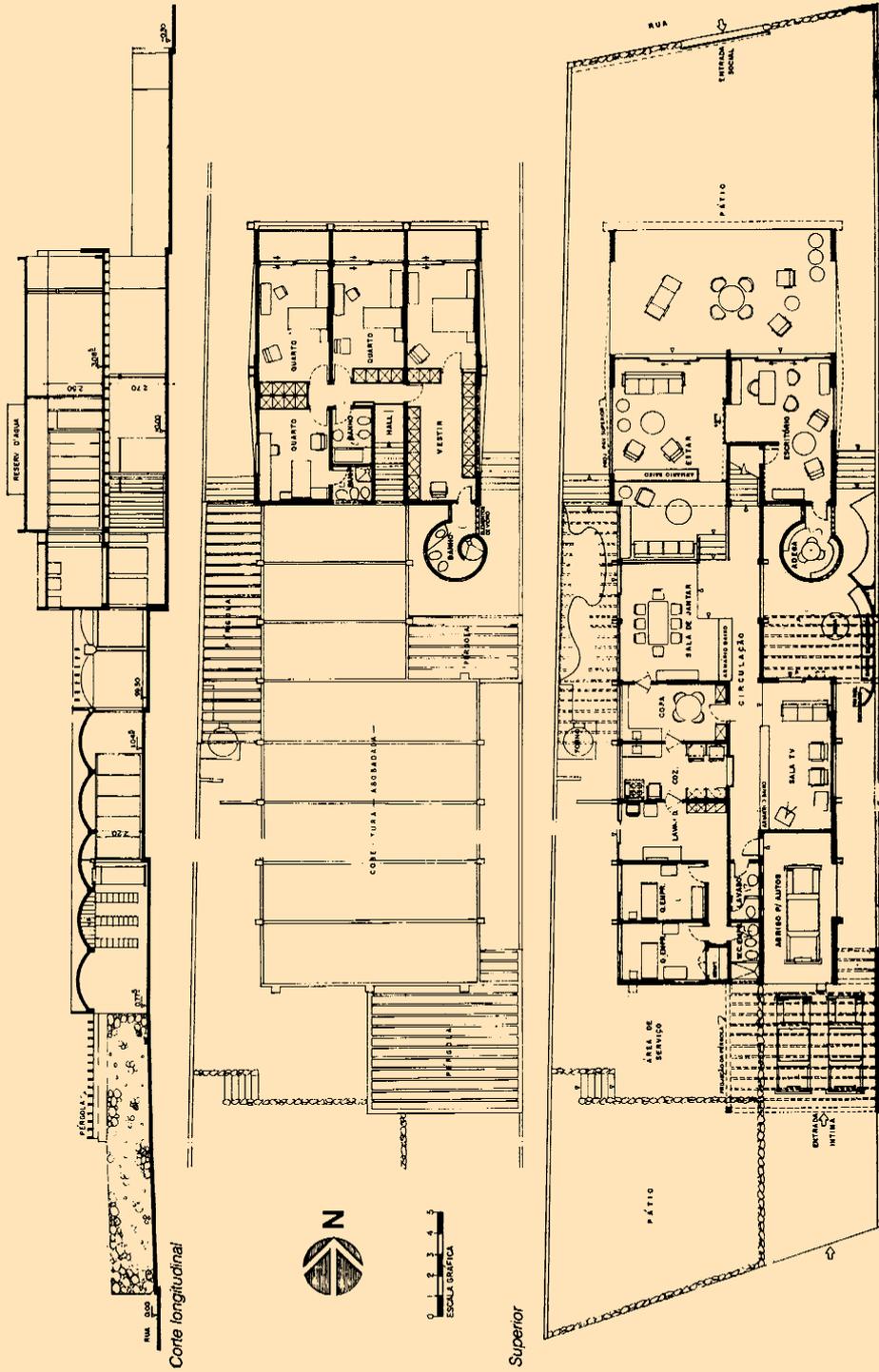
O desafio do empreiteiro de Ibiúna me levou a conciliar os pressupostos modernistas às experiências tradicionais, no que fui muito ajudado pelos estudos sobre a arquitetura antiga brasileira e pela prática adquirida em restaurações ou remanejamento de velhas fazendas do tempo do café. Perto dos quarenta anos de idade, dei uma guinada na minha prática profissional usando o passado para solucionar o presente. Nunca é tarde para assumirmos novos caminhos.

Nesta página: Residência Minelli. A Construtora Cenpla, do meu cunhado Osmar de Sousa e Silva, levantou-a por volta de 1966 / 68. Fotos de Nelson Kon.

Na página seguinte: Interiores da residência Minelli, estar e jardim lateral. Fotos de Nelson Kon.





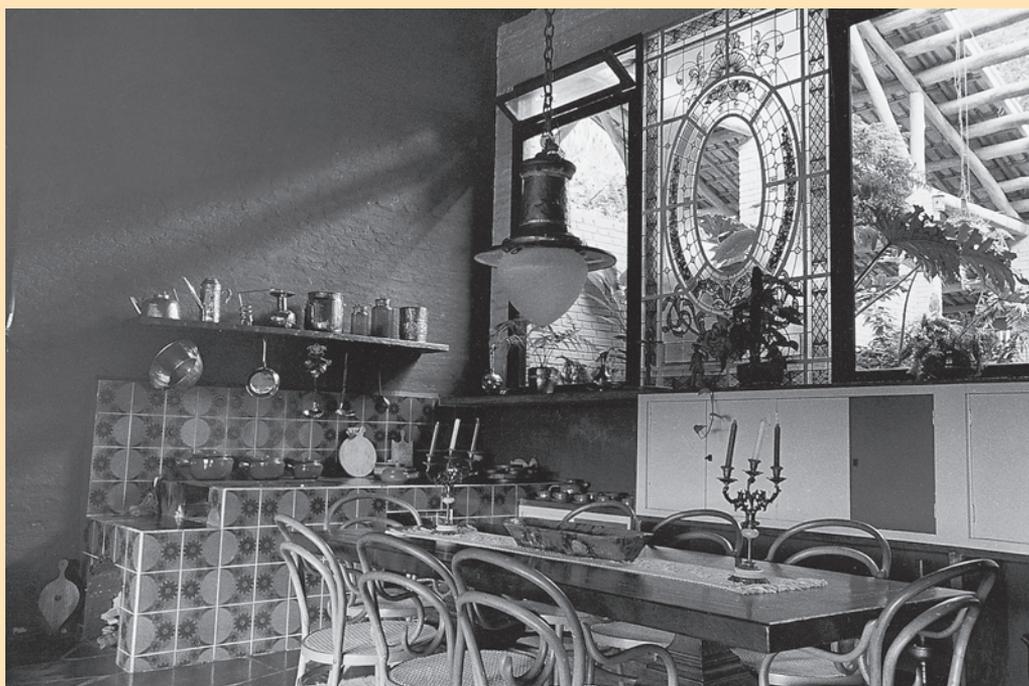


Plantas e cortes da residência Raphael Mimelli.



Residência João Batista Munhós, Ibiúna, construção de 1977. Fotos de Mônica Guitián.



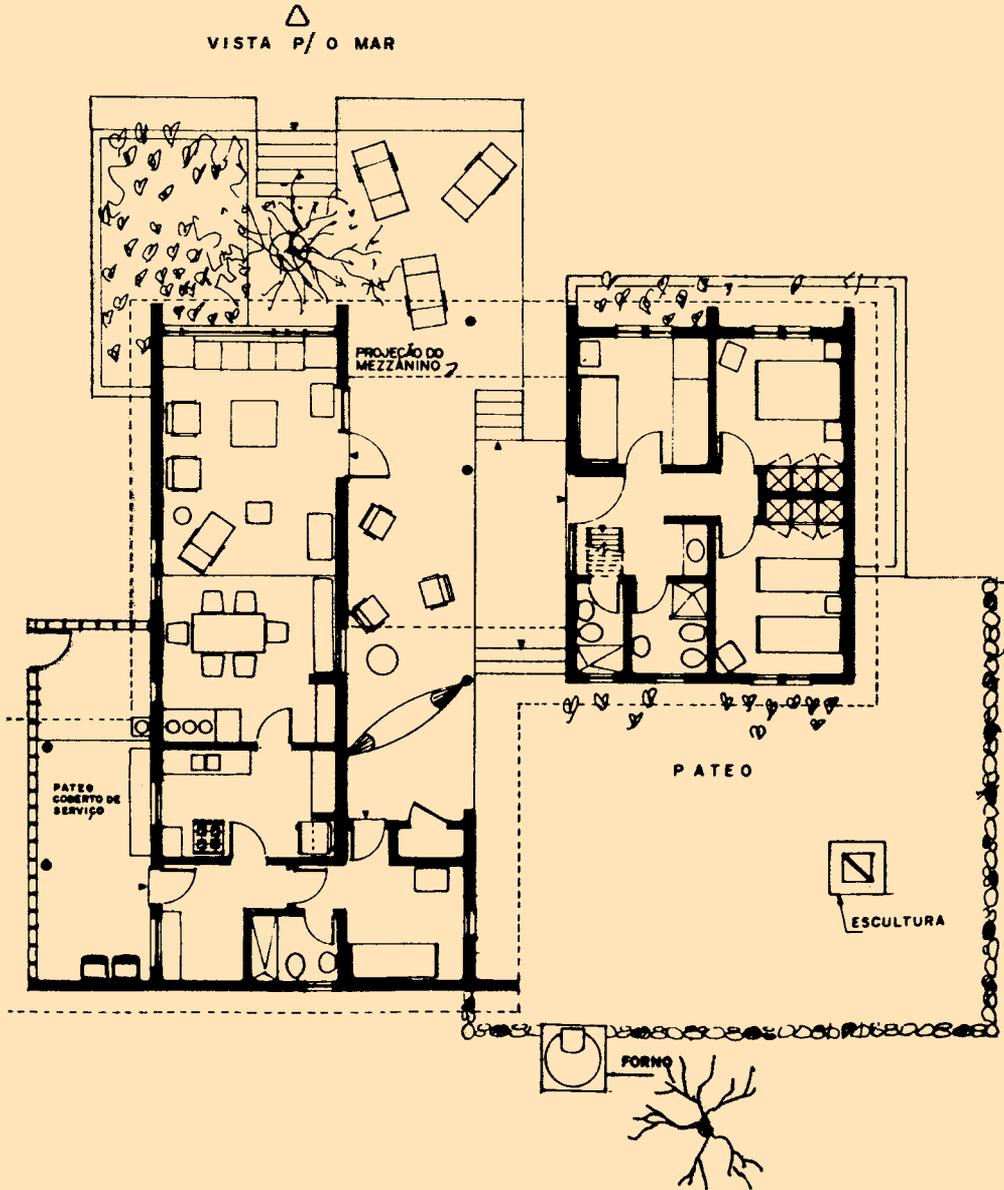


Residência João Batista Munhós, Ibiúna. Fotos de Mônica Guitián.





A minha casa da Praia Vermelha do Sul, em Ubatuba, que projetei em substituição à velha morada caiçara em mau estado de conservação, c. 1975. Foto de Holanda Cavalcanti.



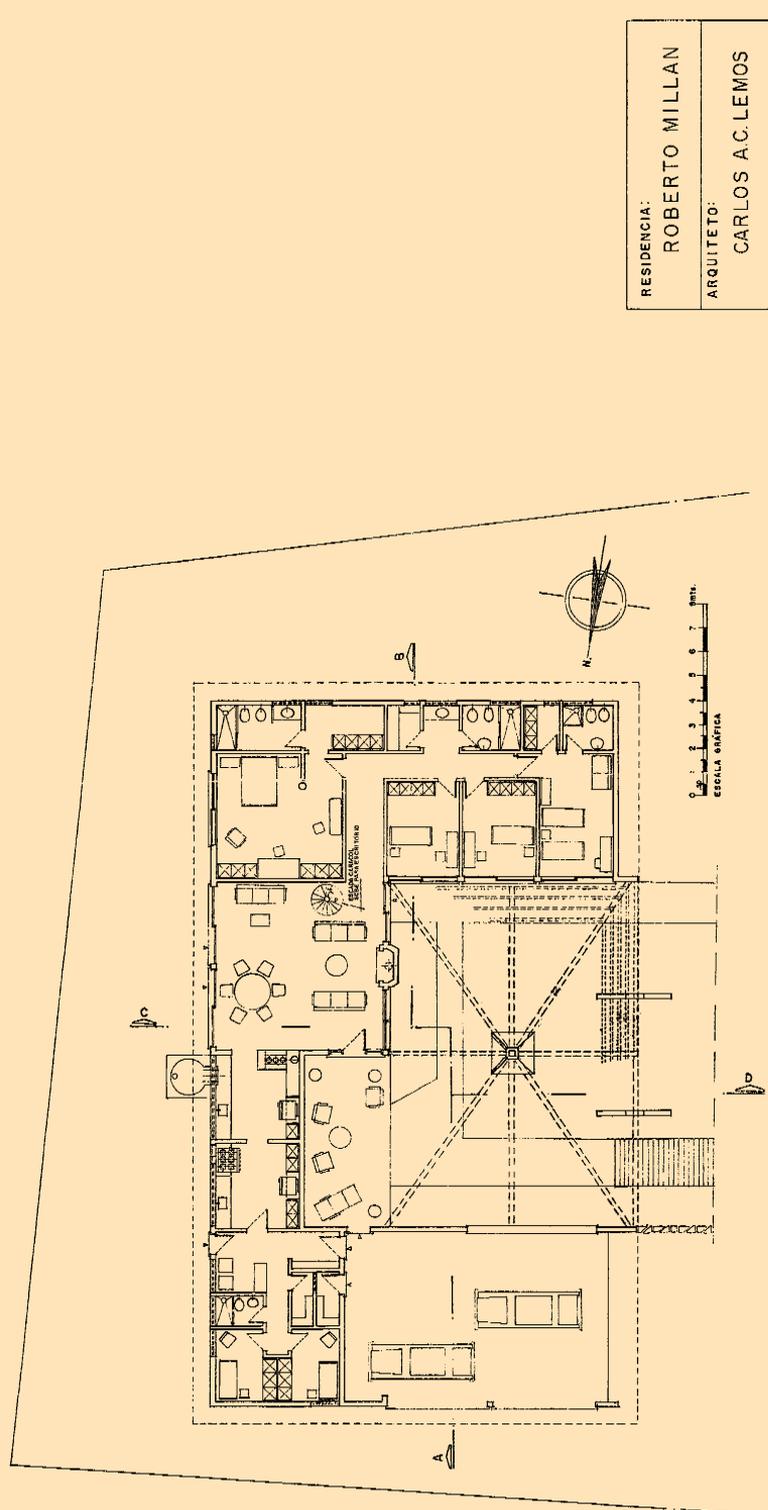
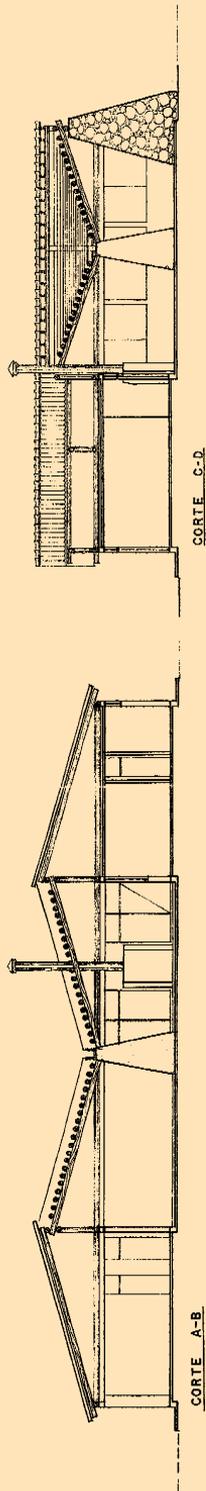
Planta da minha casa da Praia Vermelha do Sul.





*Na página ao lado, nesta e na posterior:
Residência Roberto Millan / Enyr Cândia
Veiga, Jardim Mediterrâneo, na área dita
“Granja Viana”, município de Cotia, 1981 /
1982. Planta, cortes, fachada principal
e interiores. Fotos de Mônica Guitián.*





RESIDENCIA:	ROBERTO MILLAN
ARQUITETO:	CARLOS A.C. LEMOS



Fachadas frontal e posterior do ateliê do pintor Aldemir Martins, em São Paulo. Projeto de 1974. Construção Cenpla.



Em terreno estreito e muito inclinado para trás, a construção tem dois pisos, ficando o salão de trabalho no inferior e com pé-direito duplo, como se vê na foto ao lado. No “shed” de iluminação do piso superior, no centro, ladeado por vidros transparentes que permitem seja vista a paisagem do bairro, está o vitral circular desenhado pela filha do artista, a arquiteta Mariana Martins. Na foto de baixo, o ateliê. Fotos do arquivo da biblioteca da FAU-USP, autoria de Marcio Mazza.





Residência Eduardo Tess, em Ibiúna, toda guarnecida nas envazaduras e acabamentos de material de demolição. Fotos de Manuel Nunes da Silva.



A pintura ibiunense

Voltemos à pintura encetada na casa nova à beira da represa, em meados de 1965, local velho conhecido desde os dias em que o Espanhol freqüentava semanalmente as obras de saneamento da Light e que Ibiúna se chamava Una. Os primeiros dias foram penosos porque nem como aplicar a tinta pastosa sobre a tela eu sabia. Recorri à boa vontade de Flávio Motta, com quem já aprendera segredos da litografia nos porões de um casarão abandonado na avenida Paulista. Ele me orientou no sentido de obter previamente um “pardo” sobre a tela branca. Esse pardo transformado em substantivo seria o recobrimento da brancura da tela por um tom sujo obtido com a mistura de cores que chegassem a um bistre ou cinza médio. Essa “cor de burro quando foge” seria uma referência para a variação das tonalidades, seria uma divisória entre os claros e os escuros. Tentei a sós esse procedimento sem sucesso algum e sozinho cheguei a um modo de pintar unicamente meu, tirando os excessos de tinta esfregando papel higiênico sobre a pintura e assim conseguia os tons que quisesse tendo como fundo regulador da intensidade cromática o fundo branco original da tela. Aliás, em pouco tempo troquei o tecido por chapa dura tratada com látex, mais apta a suportar as minhas esfregações. Na pintura a óleo fui verdadeiramente um autodidata.

Comecei pintando quadrinhos onde figuras de mulher se misturavam a paisagens urbanas geometrizadas mostrando triângulos dos telhados entremeados aos retângulos das fachadas. Nunca fazia esboços preliminares, o que viesse à cabeça já era passado diretamente à prancha para, em seguida, ir distribuindo as cores a partir de uma primeira, a “cor-guia”, com a qual as outras deviam se harmonizar. Havia, portanto, uma grande dose de improvisações e nenhuma obrigatoriedade de seguir um esquema cromático previamente determinado, como também não havia esboço algum da composição. Logo percebera que estudos preliminares, quando ampliados ou passados a limpo, sempre perdiam a espontaneidade, o frescor original, o que me preocupava, porque antevia vãos limitados.

As pessoas sensíveis, aptas a se expressar através das artes plásticas, assim penso eu com os meus botões, participam de uma gradação onde comparecem dois elementos condicionantes fundamentais: a facilidade de expressão e a precisão na comunicação, não podendo ser esquecido, outrossim, o grau de instrução de cada um. Ou melhor: o artista plástico necessariamente tem de ter a aptidão de se manifestar através de obras tangíveis e creio seja o desenho a base inicial de qualquer representação artística. E estou convicto de que o grande desenhista já nasce

feito; por mais que se ensine a uma pessoa totalmente inepta à expressão gráfica, ela nunca chegará aos limites do razoável. O desenho é um dom que pode, contudo, ser aperfeiçoado. É uma qualidade inata e penso, também, que todo artista há de ser previamente um desenhista, mas nem todo desenhista é de modo necessário um artista, porque pode faltar-lhe a sensibilidade na comunicação. Há desenhistas desenvoltos que não têm o que dizer. Eles me fazem lembrar um dito de Oscar Stevenson, no Ginásio do Estado, sobre o escritor português Filinto Elísio: “Era um grande estilo em busca de um assunto”. Assim, acredito que o artista plástico comum se situa bem no centro daquela gradação aludida linhas atrás, na qual a excelência do desenho está numa extremidade até chegar à nulidade na outra ponta e as variações do poder de comunicação fazem paralelamente um caminho inverso. Uma fita comprida com uma diagonal a separar os pendores seria uma boa analogia.

No centrismo do artista do cotidiano comparecem com iguais valores médios tanto o desenho como a comunicabilidade. Entretanto, penso que essa fita tende à curvatura e, quando seus extremos se tocam ou se superpõem, configurando um anel, teremos o posicionamento dos vultos proeminentes das artes plásticas, desenhistas completos e comunicadores de sensibilidade percuciente. Nessa hora, lembro-me, por exemplo, de Goya, do El Greco do *Enterro do Conde de Orgaz*, Rodin retratando Balzac, Calder recortando contra o céu a sua *Estrela da Manhã*, ou ainda Klimt, com sua Judith de boca entreaberta. Mas, quando as extremidades da fita graduada não se tocam, ali o grande desenhista nunca será verdadeiramente artista plástico completo e tampouco o será o comunicador sensível. Por isso, não considero como genuínas obras de arte plástica essas inteligentes “instalações”, hoje tão em moda, apesar de admirá-las bastante. Não passam de manifestações cerebrinas de pessoas sensíveis com grande poder de transmissão de idéias; de pessoas inteligentes que até poderiam ser tachadas de artistas plásticos porque lidam com materiais tangíveis, mas que não passam de “justapositores” de objetos em espaços instigantes, talvez, quem sabe, remotamente ligados a Marcel Duchamp. Acontece, porém, que o pintor francês era extremamente bem-dotado da inteligência que rege as artes plásticas, herança genética que também beneficiou seus outros três irmãos, artistas categorizados e, nessas condições, em momentos de desfastio ele se permitia elaborar acoplamentos insólitos a todos surpreendentes. O bigodinho apostado ao sorriso de Mona Lisa foi o ponto de partida para a atuação bem-humorada de interventores mil em obras alheias, de agitadores culturais transmitindo mensagens organizando objetos triviais. Esses “ar-

tistas” situam-se do lado oposto ao do desenhista falto de imaginação na aludida fita das gradações.

Eu nunca fui um artista plástico completo porque jamais consegui aprimorar ou dominar a manifestação inicial, a expressão que vem de chofre, nascida de um impulso criador carregado de emoção. Comoção que os bons comunicadores conseguem sempre manter viva. Daí a minha limitação aos grandes vãos. Sabendo disso, nunca planejei fazer quadros a partir de variados esboços articulados em torno de uma idéia central. Fiquei perfeitamente cômico do meu pequeno alcance logo no início da retomada pictórica ibiunense, quando, no Louvre, quedei-me embasbacado com um quadro de Paolo Uccello. Essa tela me impressionou mais que as outras, nem me lembro mais por quê, e percebi a impossibilidade de uma grande obra de arte nascer de um só jato. Aquelas lanças guerreiras medievais certamente foram estudadas e esboçadas uma a uma. Saí resignado do museu, sabendo que meus quadros nunca iriam além do primeiro ímpeto. Esse conformismo foi ratificado, dois ou três anos depois, em Nova York, quando admirei os estudos preliminares de Picasso para o seu *Guernica*. Acomodação mental, no entanto, que não obscureceu o julgamento correto: eu continuaria a pintar simplesmente obras menores, mas capazes de agasalhar em suas dimensões o impulso inicial, quadros dizendo alguma coisa. Naquela mencionada fita das gradações dos méritos, a minha capacidade de comunicação, de alguma maneira tolhida, estaria em situação de inferioridade em relação ao desenho.

Muitos trabalhos nem chegava a terminar, destruía-os, insatisfeito. Com o tempo, reuni um bom número deles e mostrei-os a pessoas capazes de julgamentos isentos, pois tinha curiosidade de verificar as reações que minha pintura pudesse despertar. Em muitas ocasiões, procurava decifrar as expressões fisionômicas, em vez de simplesmente escutar o que diziam. As palavras podiam mentir delicadamente, mas as manifestações contrafeitas dos semblantes não. Julgamento importante foi o de Milton Dacosta. Examinou demoradamente quadrinho por quadrinho sem nada falar e não pude bem perscrutar sua fisionomia porque tinha o vezo de, a cada minuto, passar a mão espalmada pela cara toda, amassando o nariz e esfregando os olhos. Depois de um exame completo, disse: “É, são engraçados”, aplicando a palavra para dizer que as pinturas tinham graça, atrativo ou encanto, acepção muito usada no Rio de Janeiro por influência dos imigrantes portugueses. E logo deu um conselho: “Procure se afastar da influência de Paul Klee, procure o seu próprio caminho”. Fiquei aturdido, porque jamais me passara pela idéia estudar a arte do famoso pintor e ainda mais imitá-lo. No dia seguinte, na biblioteca da

FAU, fui percorrer avidamente livros de arte e, constrangido, verifiquei que Milton tinha muita razão. Havia especialmente um quadro onde as semelhanças eram patentes. Em ambos, havia a letra *R* maiúscula na mesma situação de destaque. Sem dúvida alguma, tratava-se de um caso de influência, digamos, subliminar ou residual, guardada entre os fatos aparentemente esquecidos, que inconscientemente aflorou na superfície pintada. Talvez lembranças não identificadas das aulas de Ruy Martins Ferreira, no Mackenzie. E foi muito difícil fugir de Klee.

Um dia, o meu amigo Stefan Geyerhahn, dono da Livraria Kosmos e da Galeria Astréia, sabendo de minhas pinturas, pediu à sua gerente Sarah Campos que fosse à minha casa para avaliá-las, tendo em vista uma possível exposição. Deu tudo certo e, em novembro de 1967, inaugurei minha primeira mostra individual de pintura. Vendi muitos quadros e, suprema glória, fui elogiado pela crítica exigente de José Geraldo Vieira, na *Folha de S. Paulo*. A partir daí, a minha segunda carreira artística, agora como pintor de quadros, deslançou sem percalços e por doze anos seguidos expus meia dúzia de vezes em galerias e participei de trinta exposições coletivas, ou salões, inclusive da Bienal de São Paulo e dos Panoramas do Museu de Arte Moderna (MAM), tendo sido premiado algumas vezes. Em 1972, recebi, por exemplo, o prêmio “Governador do Estado”, no Quarto Salão Paulista de Arte Contemporânea. Naquele mesmo ano, indicado pelo então diretor da Pinacoteca, o amigo Walter Wey, e aceito pelo embaixador Rubens Ricupero, o encarregado pelo Itamarati de eventos culturais, tive um quadro exposto no Equador, ao lado de obras de Tomie Ohtake e Thomás Ianelli, formando a representação brasileira numa exposição comemorativa da independência daquele país. Assim, a produção ibiunense também acabou viajando pelo exterior.

A partir de 1978, o meu ímpeto pictórico se arrefeceu e esporadicamente perpetrei alguns desenhos ou aquarelas e tornei a expor só em 1996, na Pinacoteca do Estado, para comemorar nossos setenta anos, Renina Katz, Marcelo Grasmann e eu. Pelo exposto, fui marcadamente um artista bissexto.

Tenho desenhos meus feitos desde quando possuía cinco anos, guardados por meu pai coruja. Em 1932, por exemplo, de imaginação, retratei cenas da Revolução. Aqui neste livro, no entanto, início exemplos de minha produção com um auto-retrato segurando um lápis, de 1943, aos dezoito anos, quando estudava no Colégio da rua São Joaquim. A seguir, algumas obras esparsas, que mostram minhas oscilações entre trabalhos figurativos e abstratos, desenhos, aquarelas e óleos cuja quantidade nunca computei. Ao lado, minha mãe lendo, um dos vários retratos dela que fiz, em 1947, segurando sempre um livro, toda absorta.

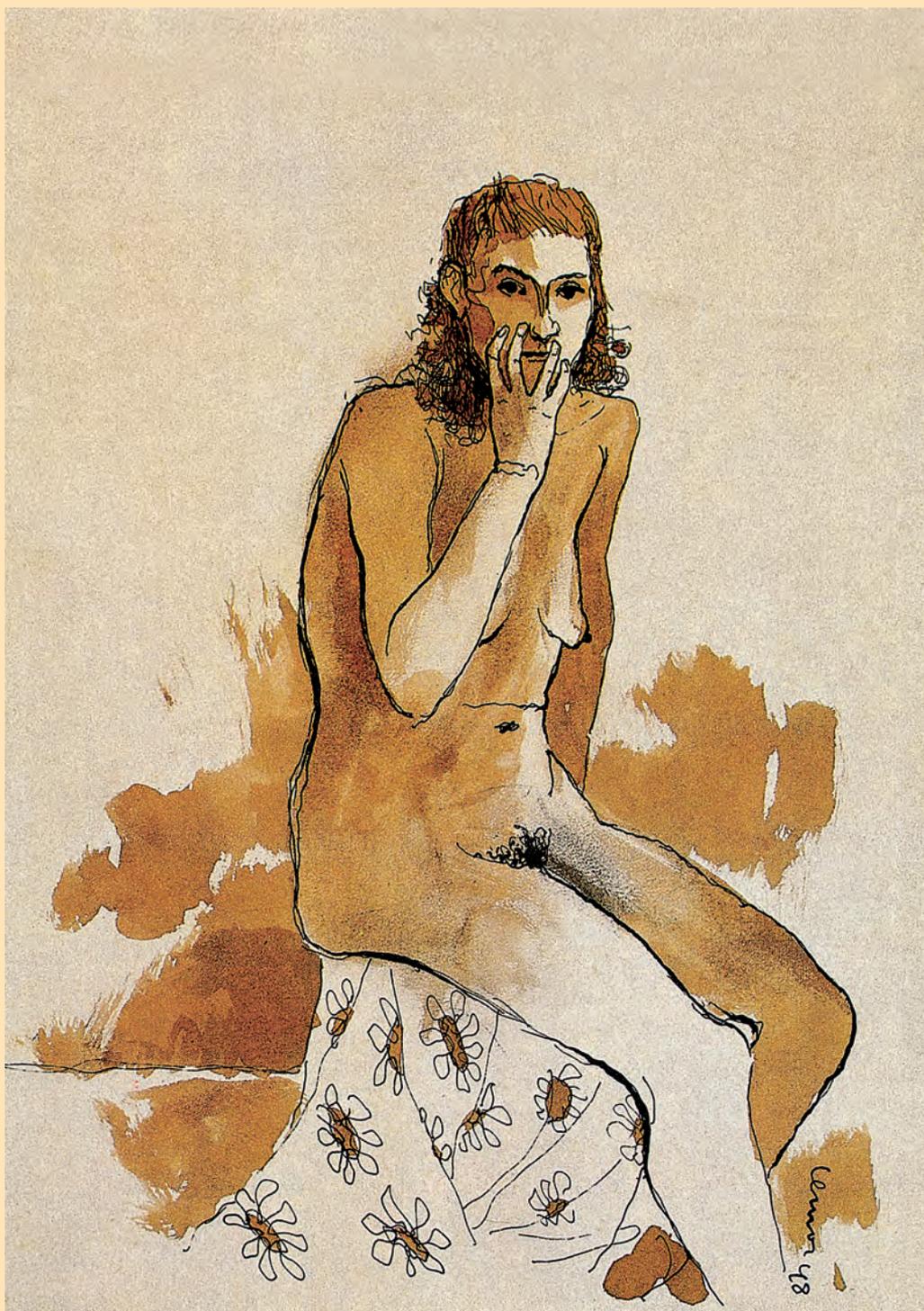




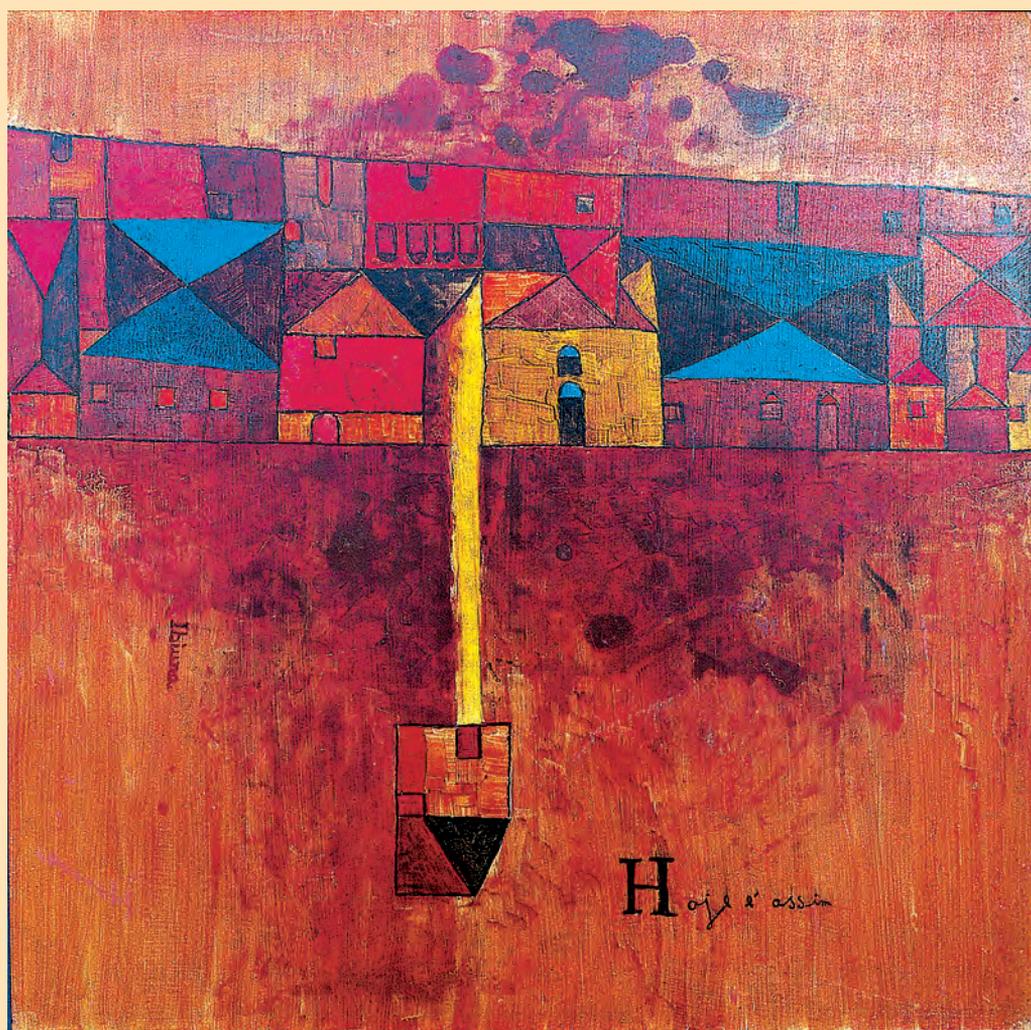
Retrato. Nanquim e aquarela sobre papel, 32,5 x 23,5 cm, 1945.
Coleção Norma Bellabona, Noventa Padovana, Itália. Foto de Pedro Ribeiro.



Nu. Desenho feito em sessão de modelo vivo no MASP, ainda na rua 7 de abril.
Nanquim sobre papel, 21,0 x 29,7 cm, 1948. Coleção do autor.



Nu. Nanquim e aguada sobre papel, 21,0 x 29,7 cm, 1948. Coleção Fabio Magalhães.



*Sem título, ainda lembranças de Klee. Figou na minha primeira exposição na Galeria Astreia.
Óleo sobre eucatex, 60,0 x 60,0 cm, 1967. Foto de Manuel Nunes da Silva.*



Balões. Óleo sobre eucatex, 60,0 x 60,0 cm, 1967. Coleção do autor. Foto de Manuel Nunes da Silva.



Boneca. Óleo sobre eucatex, 60,0 x 60,0 cm, 1969. Coleção Celina Kouznetz.



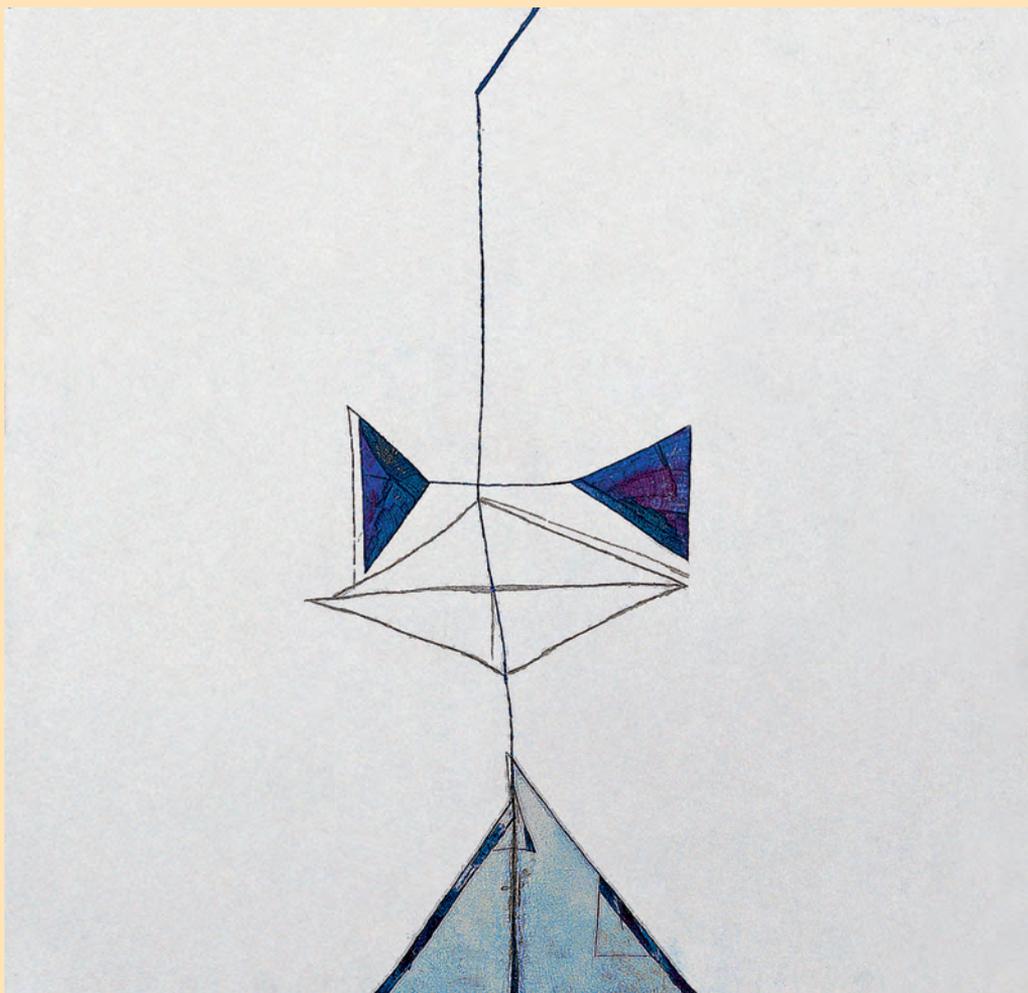
Boneca. Óleo sobre eucatex, 30,0 x 30,0 cm, 1969. Coleção particular.



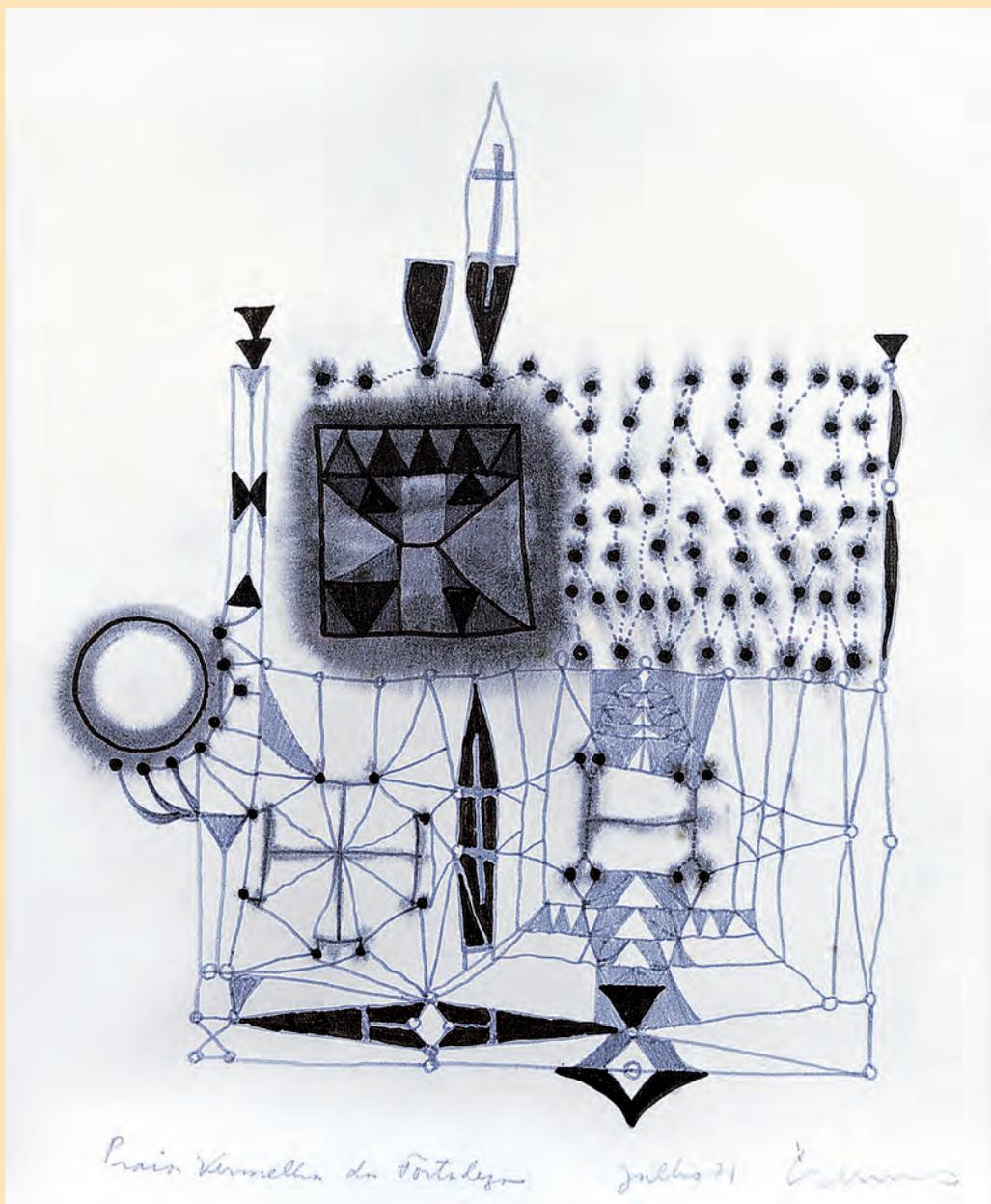
Falta de luz. Óleo sobre eucatex, 60,0 x 60,0 cm, 1969. Coleção particular.



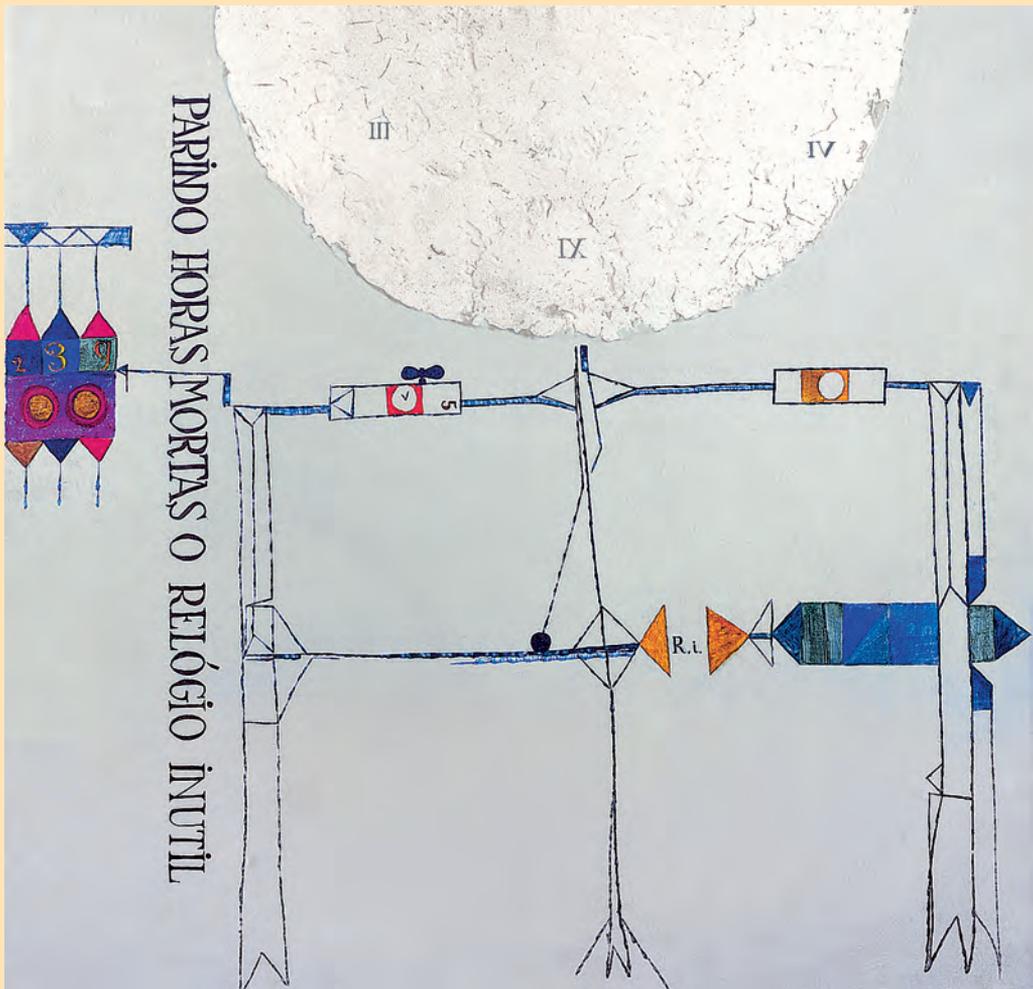
Lua reclusa. Óleo sobre eucatex e relevos em PVA, 120,0 x 120,0 cm, 1970. Coleção do autor.



Sem título. Óleo sobre eucatex, 90,0 x 90,0 cm, 1970. Coleção particular.



Sem título. Aquarela sobre papel, 30,0 x 30,0 cm, 1971. Coleção particular. Foto de Manuel Nunes da Silva.



O relógio inútil. Óleo sobre eucatex, 90,0 x 90,0 cm, 1971. Coleção do autor. Foto de Manuel Nunes da Silva.



Figuras. Óleo sobre eucatex, 90,0 x 90,0 cm, 1971. Coleção particular.



Figuras. Óleo sobre eucatex, 90,0 x 90,0 cm, 1971. Prêmio Secretaria da Cultura (Aquisição) no III Salão de Arte Contemporânea de São Paulo. Acervo Pinacoteca do Estado de São Paulo.

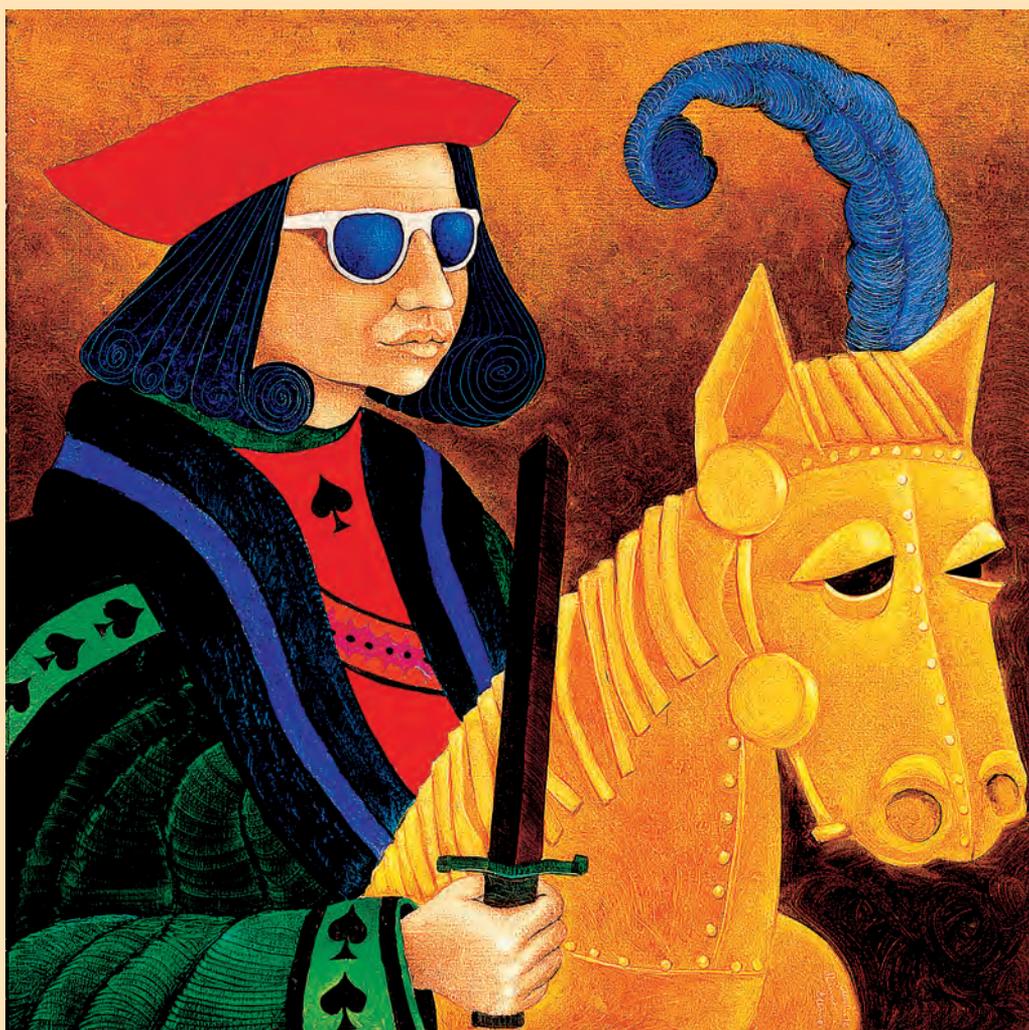


Figura III. Óleo sobre eucatex, 90,0 x 90,0 cm, 1972. Prêmio Governador do Estado no IV Salão de Arte Contemporânea de São Paulo de 1972. Acervo Pinacoteca do Estado de São Paulo.



O rei cego. Óleo sobre eucatex, 90,0 x 90,0 cm, 1973. Coleção Raul Roviralta.



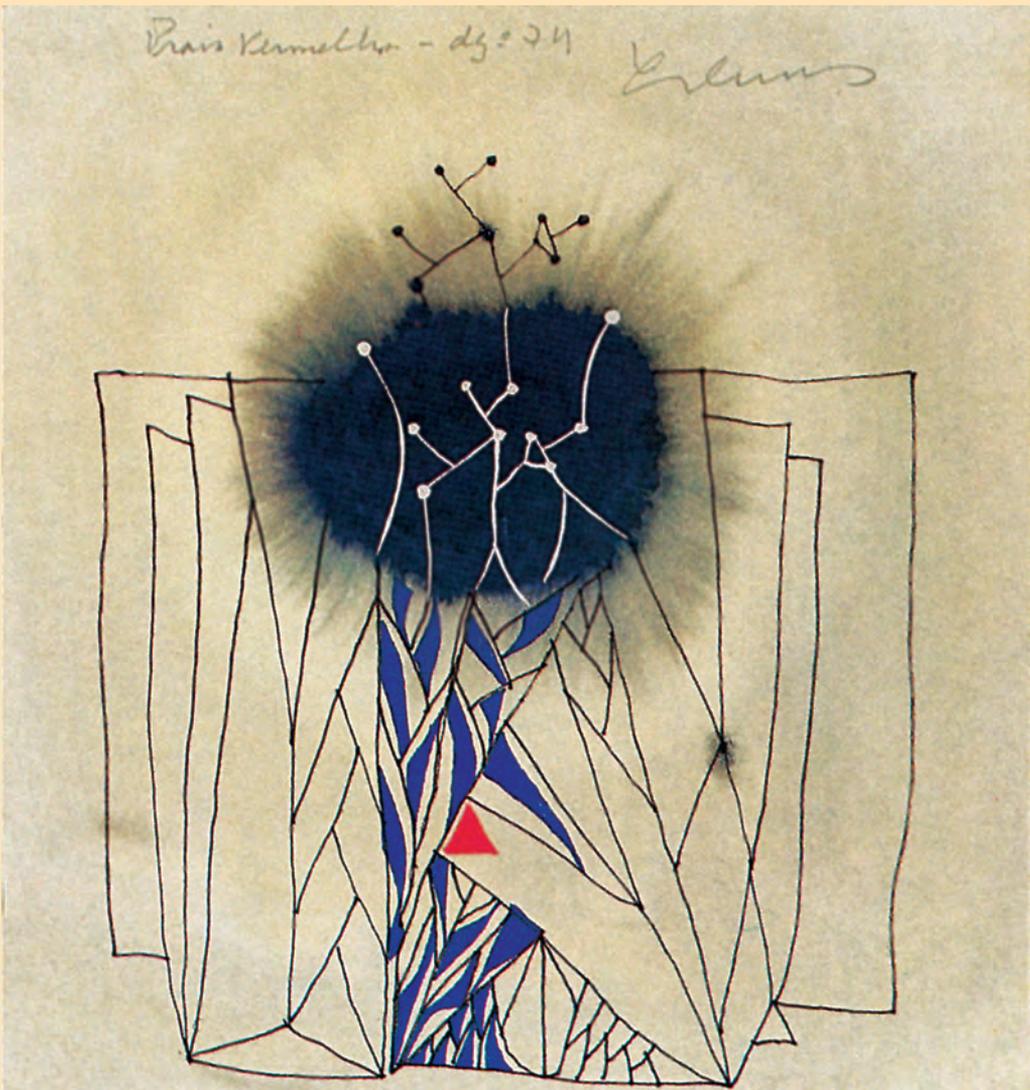
Rei Côncio I^o. Óleo sobre eucatex, 90,0 x 90,0 cm, 1973. Participou do “Panorama de Arte Atual Brasileira – 1973”, promovido pelo Museu de Arte Moderna de São Paulo – MAM, a cujo acervo pertence.



Nem tudo são flores. Óleo sobre eucatex, 90,0 x 90,0 cm, 1973. Participou do “Panorama” do MAM de 1973. Coleção particular.



Sem título. Aquarela sobre papel, 30,0 x 30,0 cm, 1973. Coleção particular.



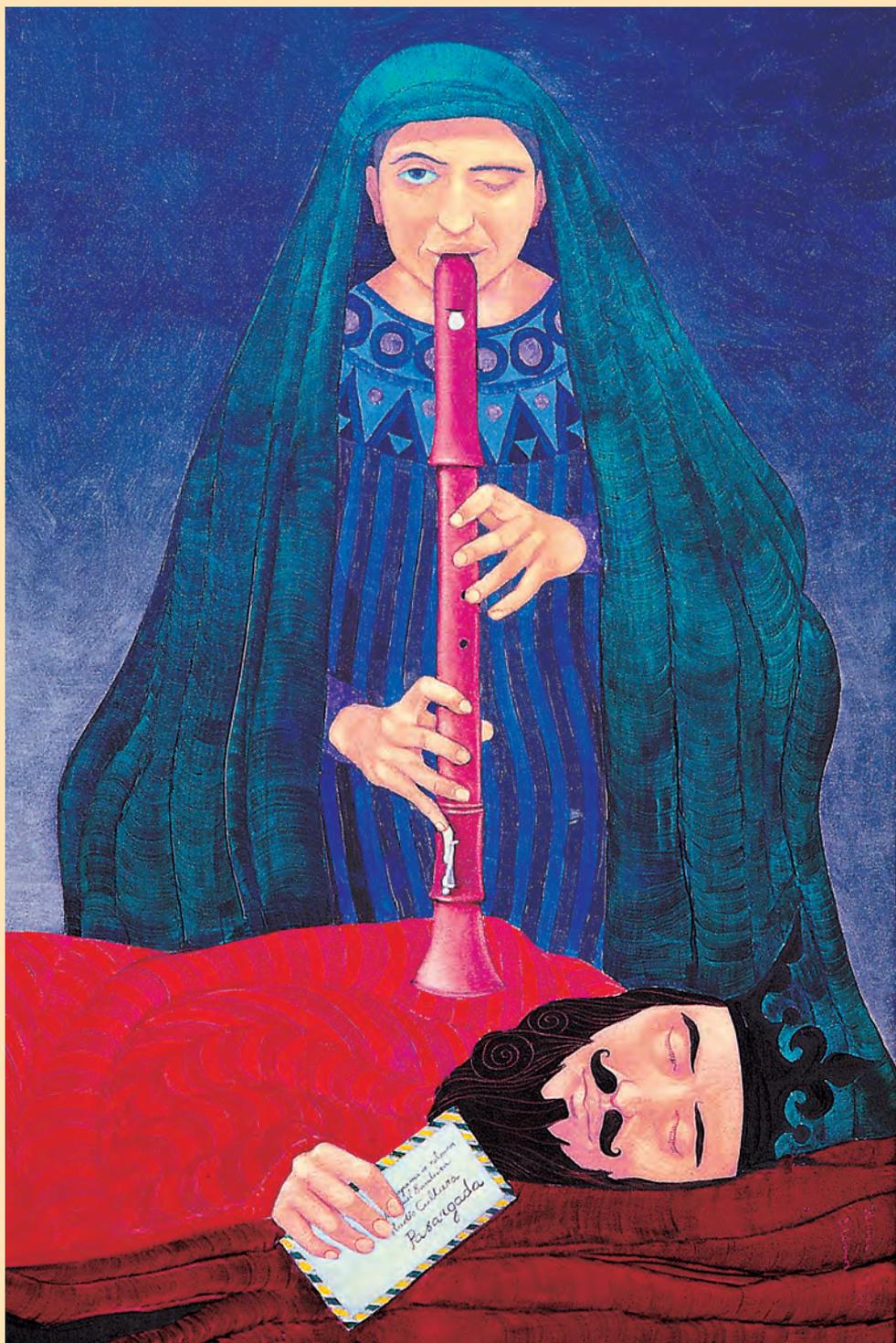
Sem título. Aquarela sobre papel, 30,0 x 30,0 cm, 1974. Coleção particular.



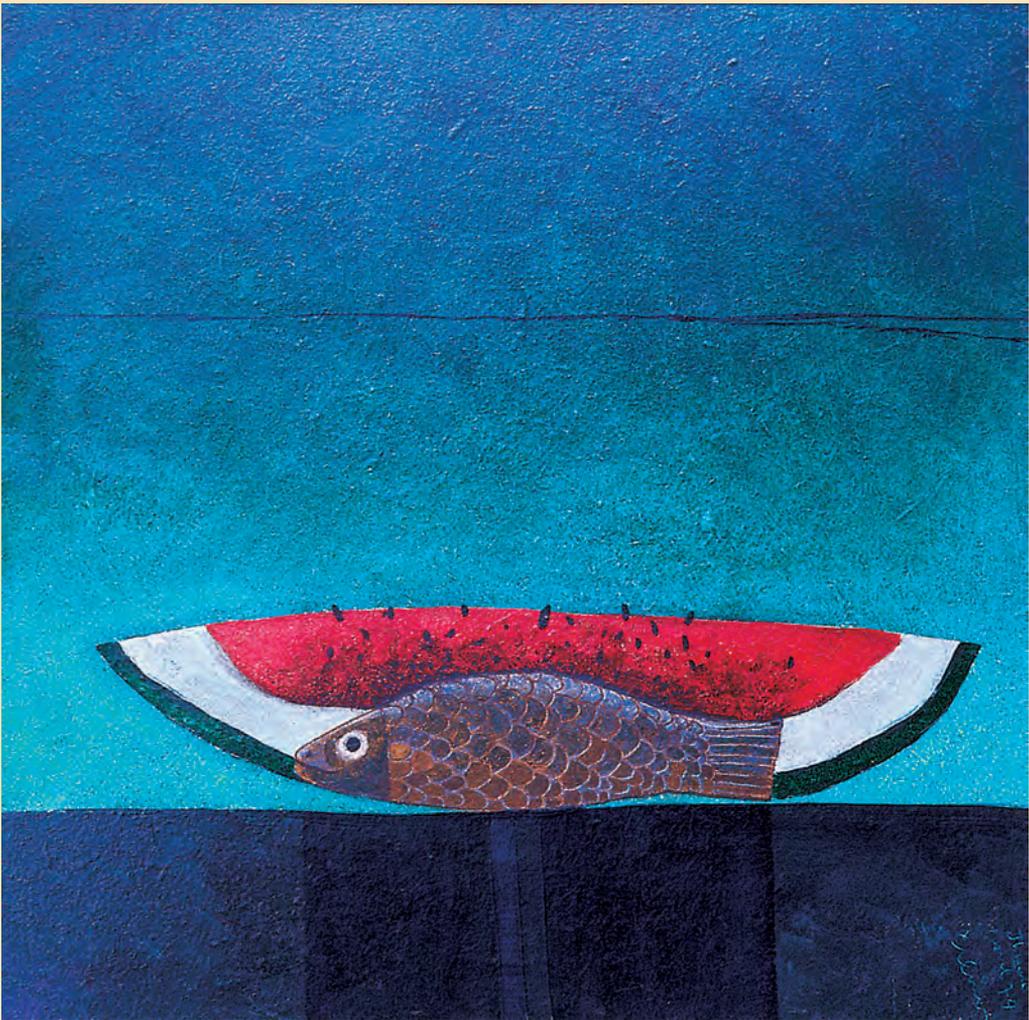
O rei decide. Óleo sobre eucatex, 90,0 x 90,0 cm, 1974. Coleção do autor.



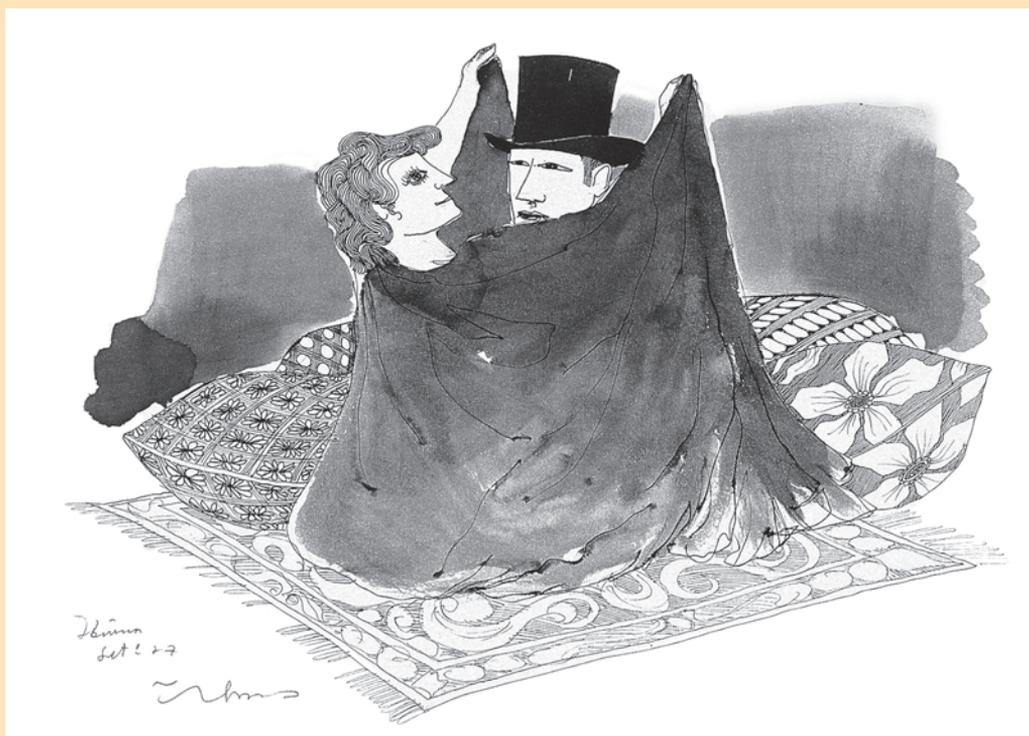
Maldita corda. Óleo sobre eucatex, 90,0 x 90,0 cm, 1974. Participou da exposição individual na Galeria Cosme Velho daquele ano. Coleção particular.



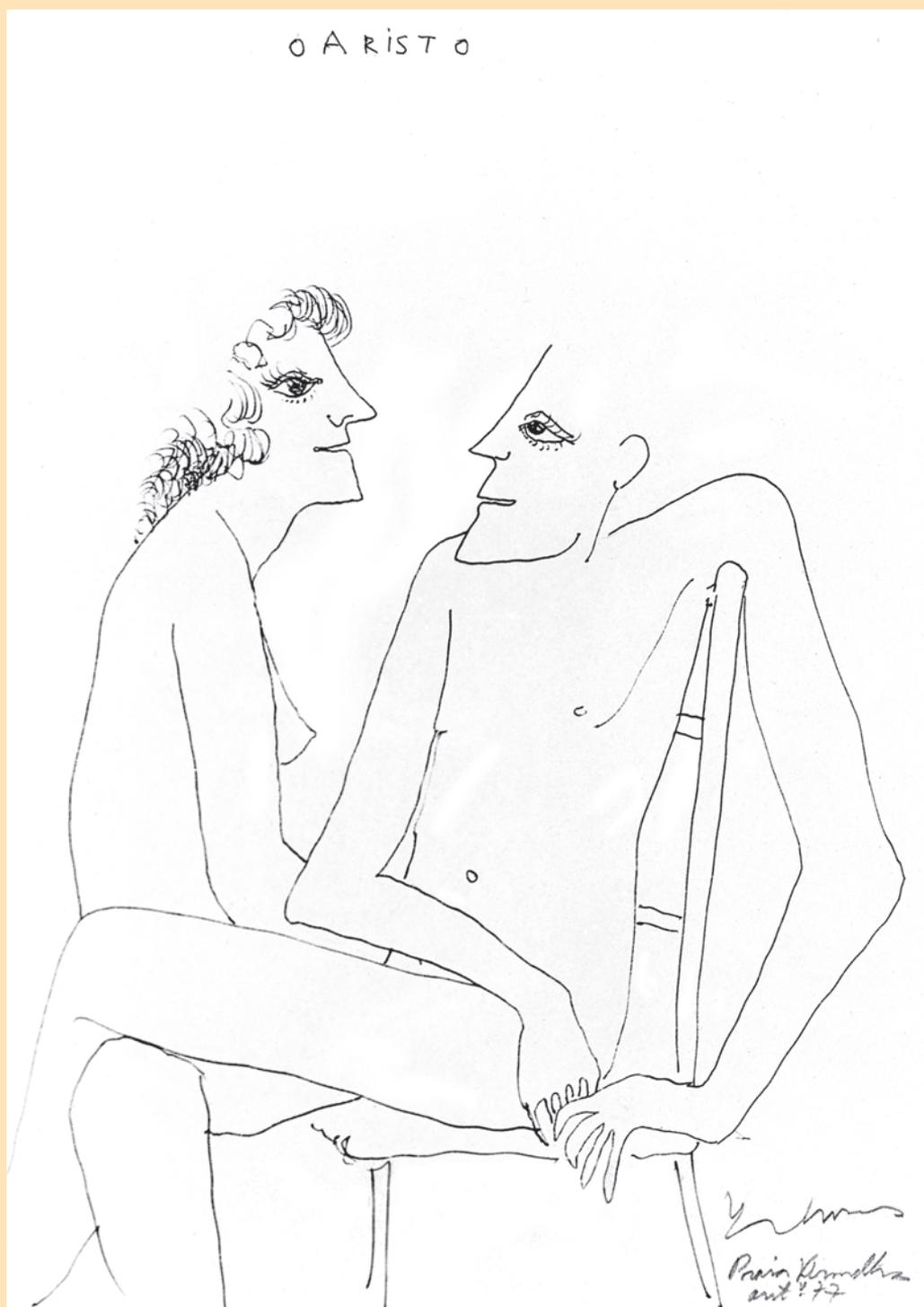
O rei de Passárgada. Óleo sobre eucatex, 90,0 x 120,0 cm, 1974. Coleção jornal Folha de São Paulo.



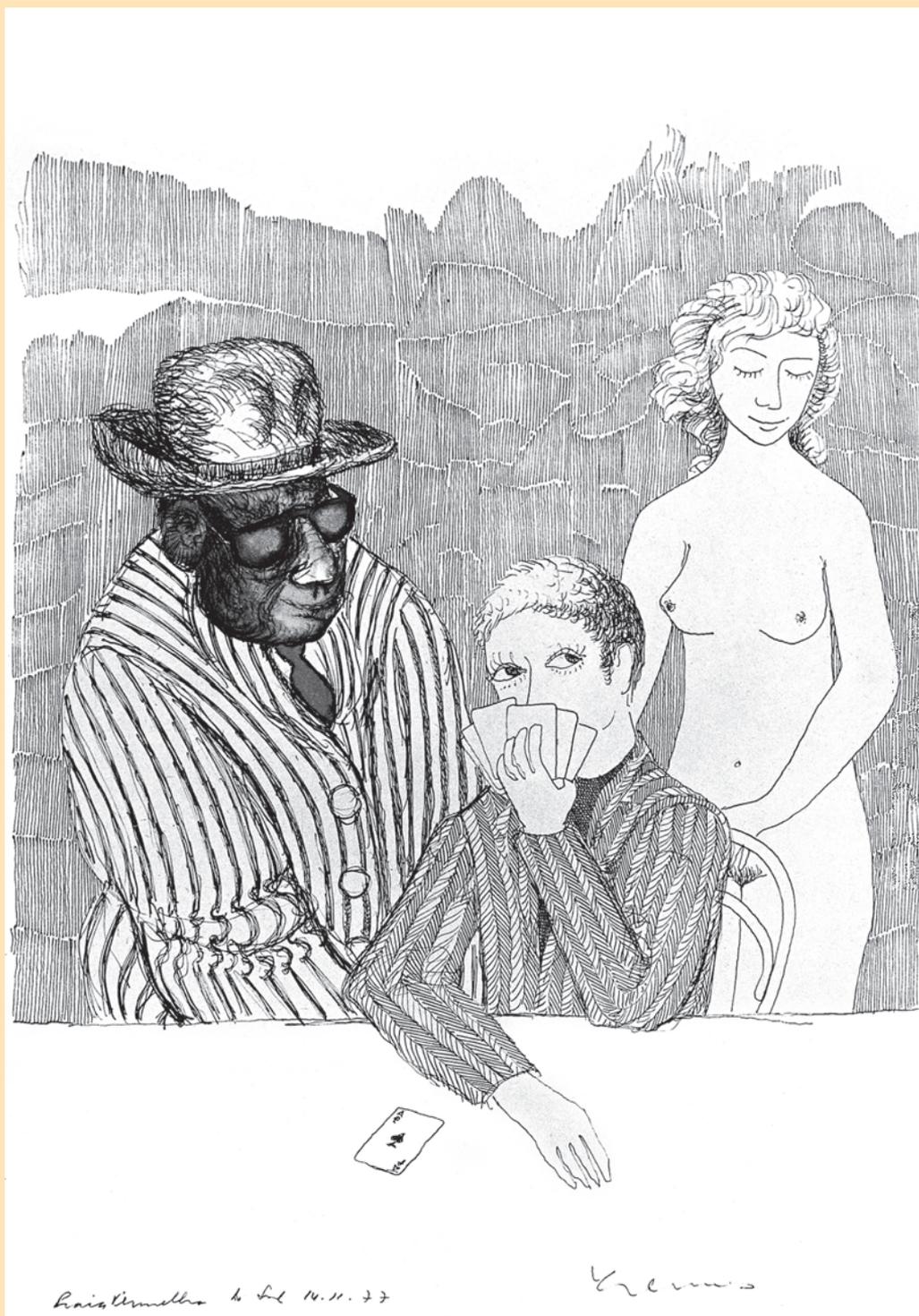
Natureza muito morta. Óleo sobre eucatex, 60,0 x 60,0 cm, 1974. Coleção particular.



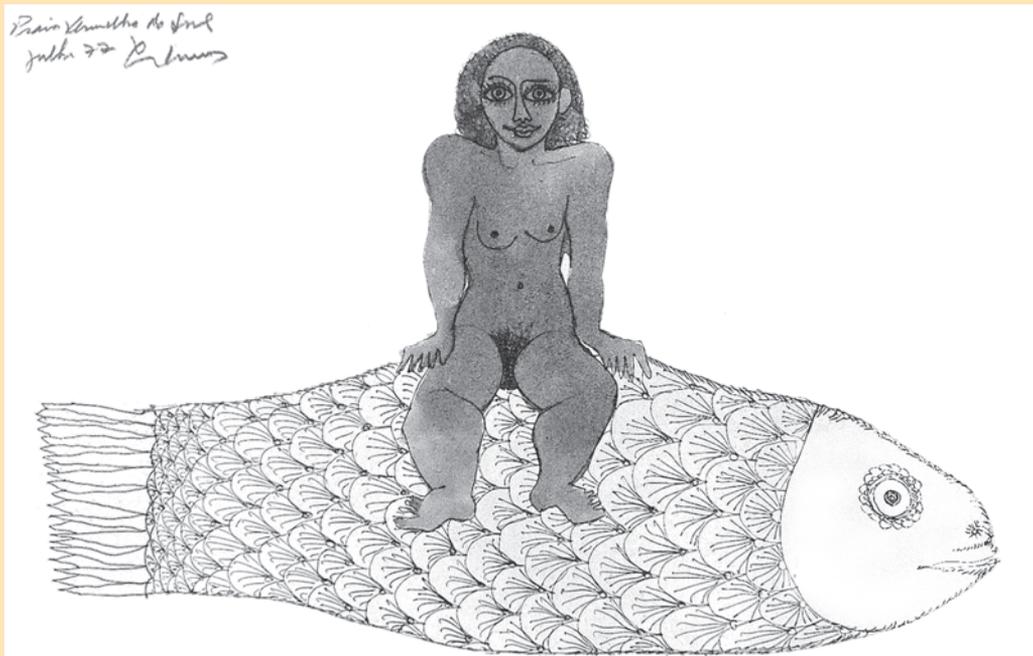
Casal. Nanquim e aquarela sobre papel, 30,0 x 30,0 cm, 1976. Coleção particular.



Oaristo. Nanquim sobre papel, 30,0 x 30,0 cm, 1977. Participou da exposição individual na Galeria Cristina Faria de Paula, em novembro de 1978. Coleção particular.



A decisão difícil. Nanquim e aquarela sobre papel, 30,0 x 30,0 cm, 1977. Coleção particular.



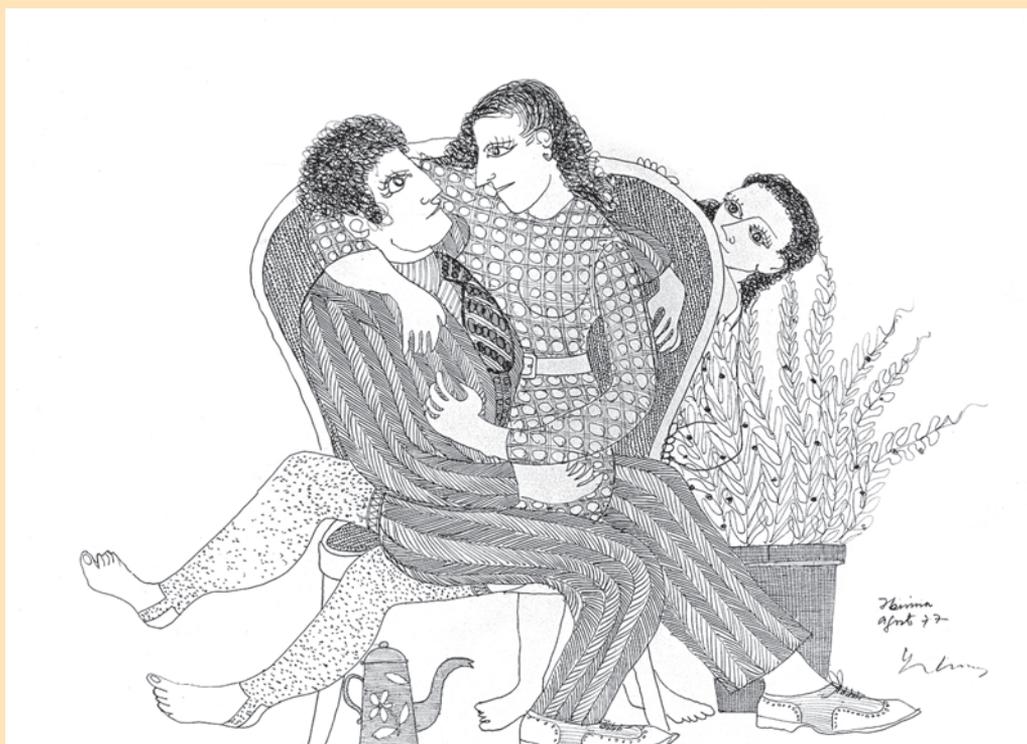
O descanso. Nanquim e aquarela sobre papel, 30,0 x 30,0 cm, 1977. Coleção particular.



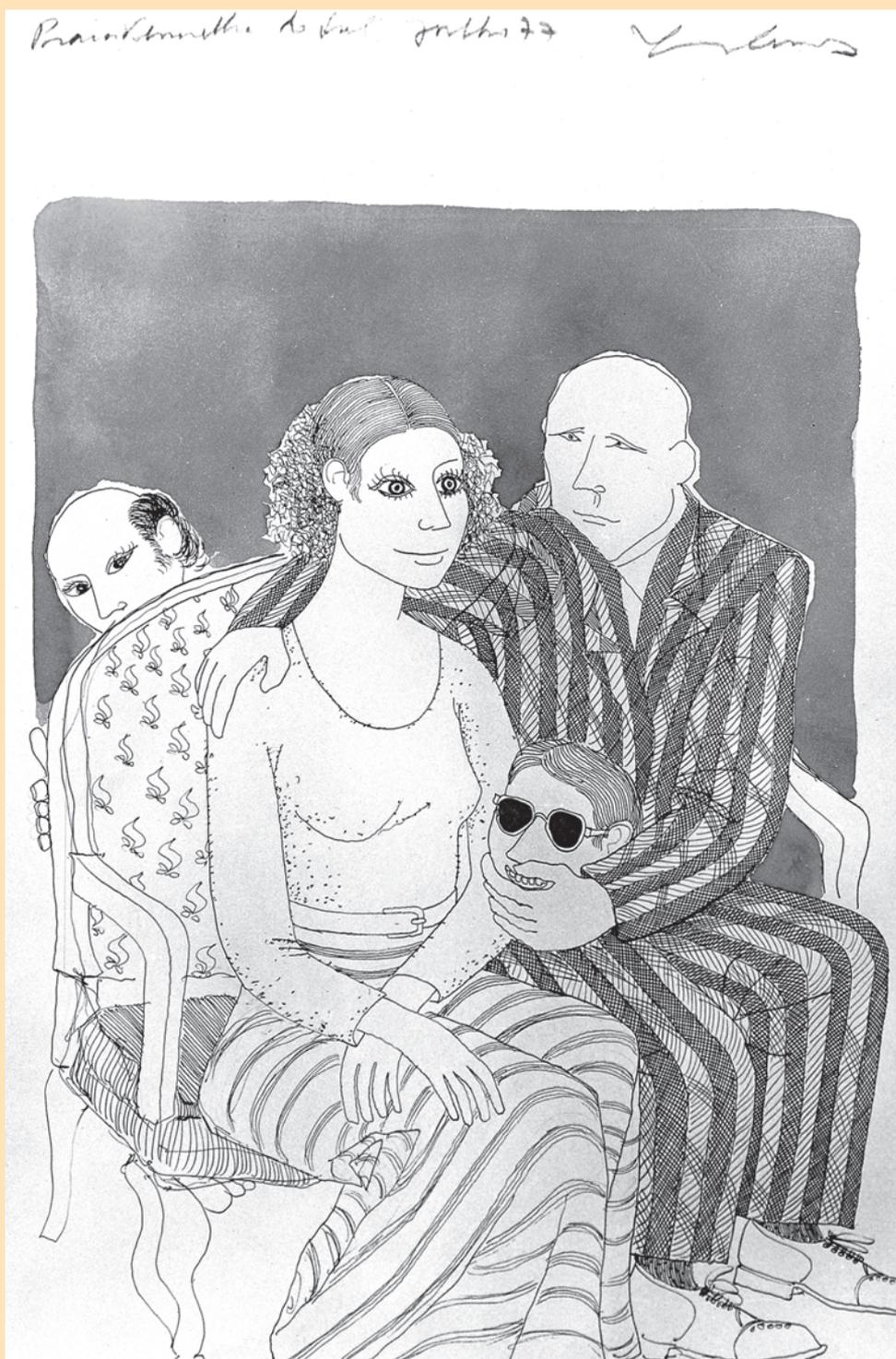
O sofá. Nanquim e aquarela sobre papel, 30,0 x 30,0 cm, 1977. Coleção particular.



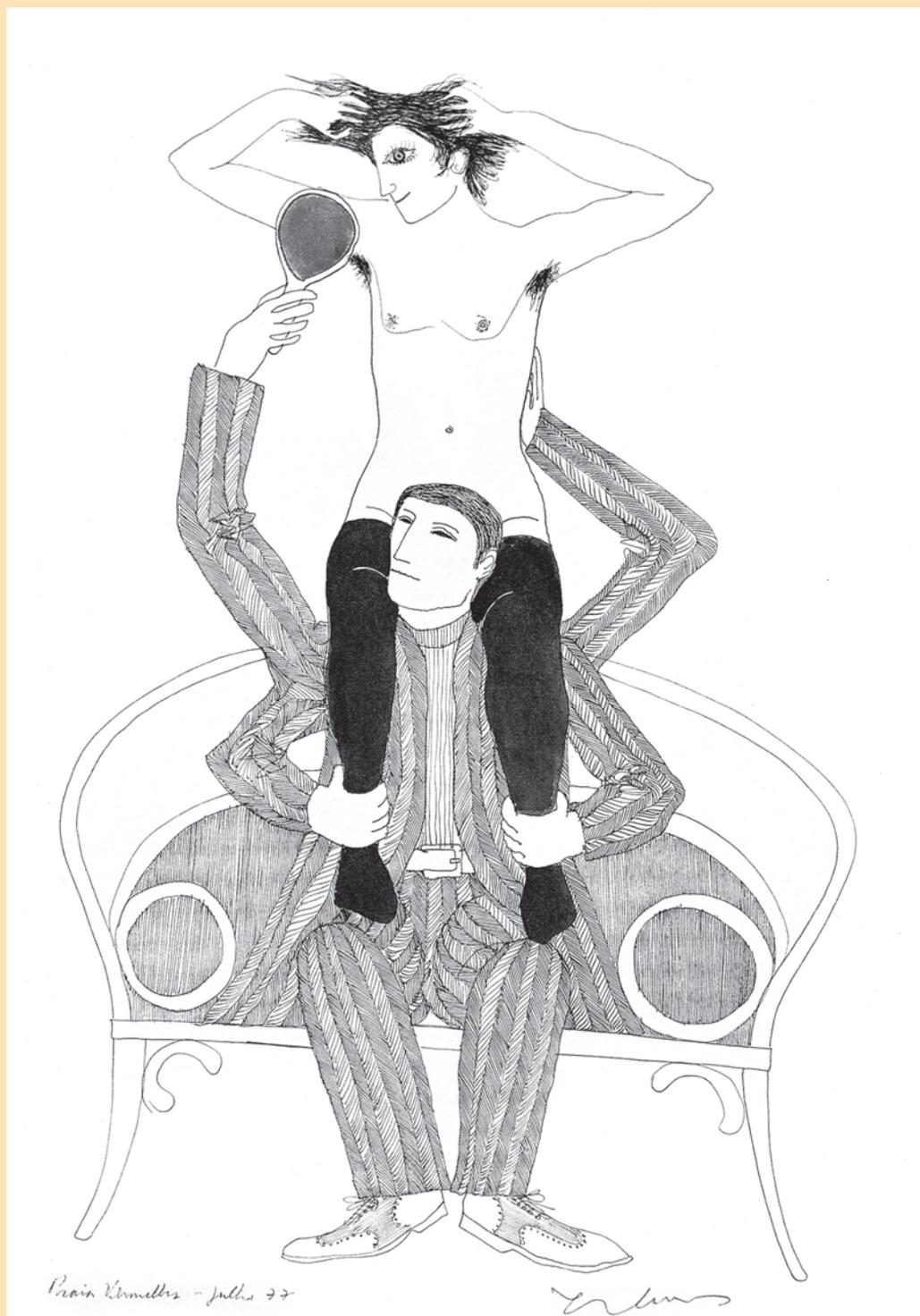
Os pássaros. Nanquim sobre papel, 30,0 x 30,0 cm, 1978. Coleção particular.



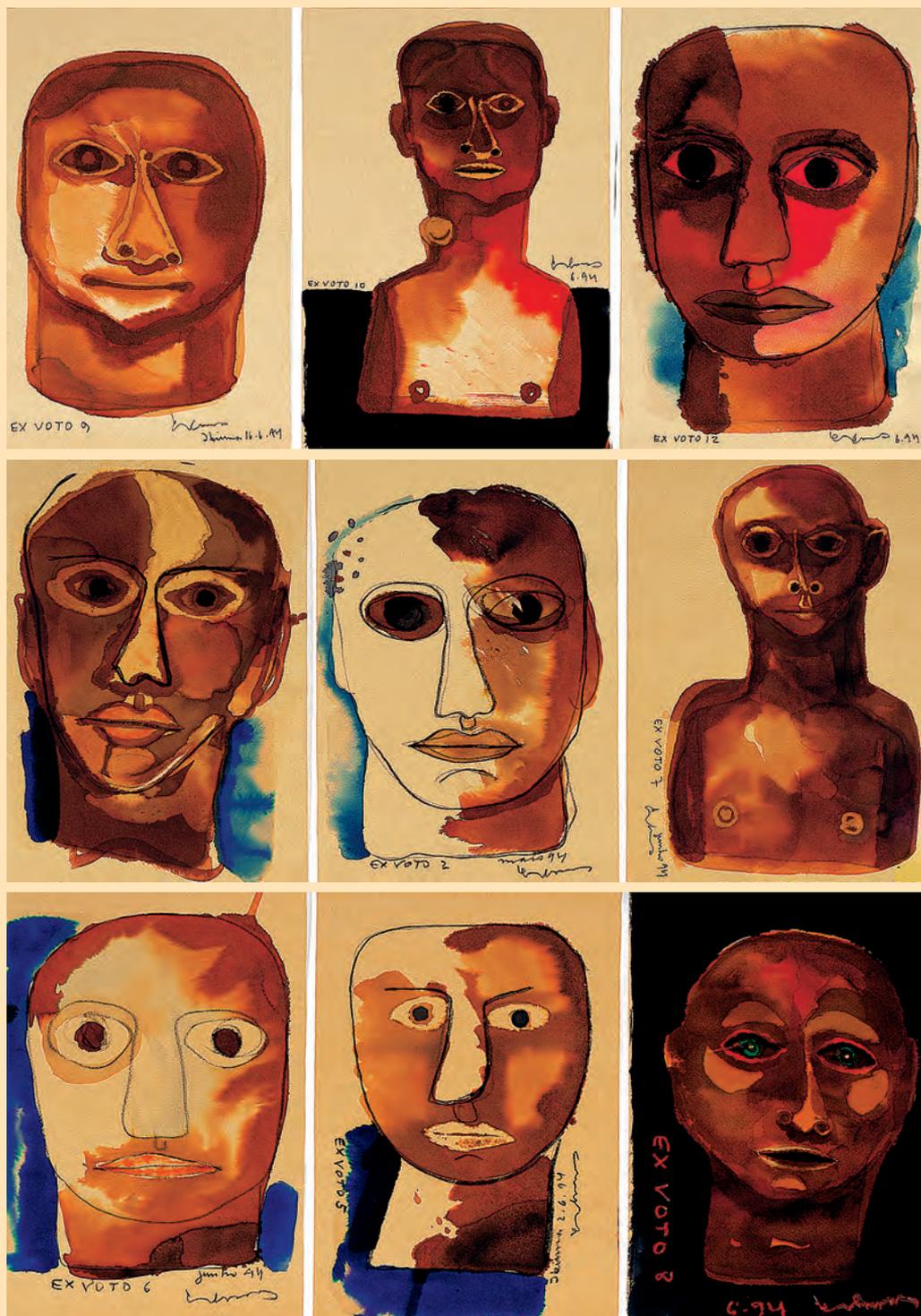
A conversa a dois. Nanquim e aquarela sobre papel, 30,0 x 30,0 cm, 1978. Coleção do autor.



A testemunha. Nanquim e aquarela sobre papel, 30,0 x 30,0 cm, 1978. Coleção particular.



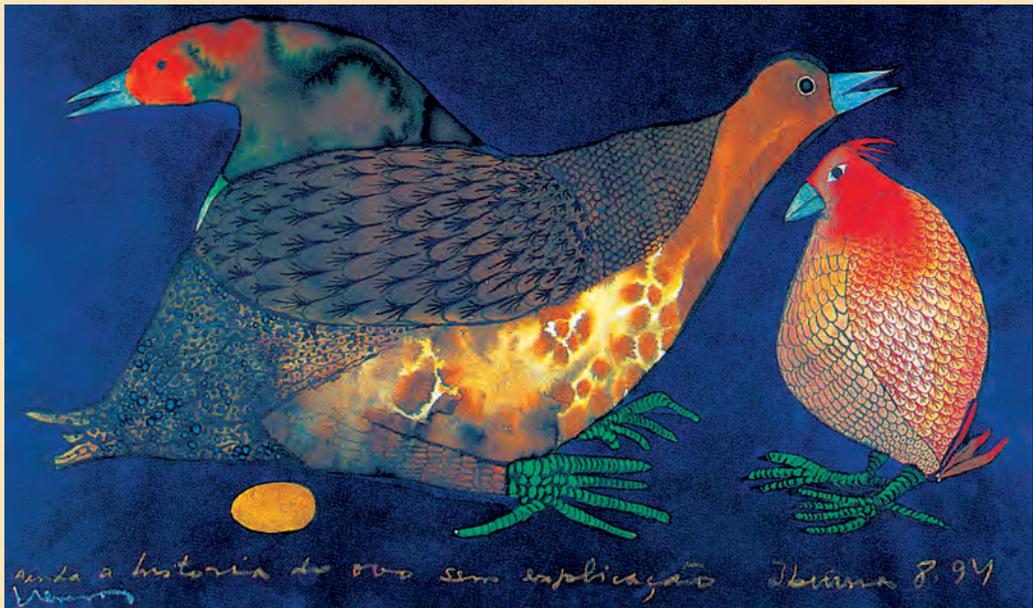
Vaidade. Nanquim sobre papel, 30,0 x 30,0 cm, 1978. Coleção particular.



*Ex-votos. Aquarela sobre papel, 15,0 x 15,0 cm, 1994. Acervo Pinacoteca do Estado de São Paulo.
Fotos de Pedro Ribeiro.*



Amor canoro. Aquarela sobre papel, 60,0 x 45,0 cm, 1994. Participou da Sala Especial da exposição “Carlos Lemos – o prazer pelo desenho”, na Pinacoteca do Estado de São Paulo, em 1996. Coleção Maria Ruth Amaral de Sampaio. Foto de Pedro Ribeiro.



Dois pássaros perplexos ante o ovo sem explicação. Aquarela e ecoline sobre papel, 60,0 x 45,0 cm, 1994.
Obra realizada para a exposição na Pinacoteca do Estado. Foto de Pedro Ribeiro.



Tempos do Condephaat

Como já disse, precavidamente, meu pai me garantiu um lugar no Departamento de Saúde, onde trabalhei antes de minha formatura, de modo que pude assumir cargo na Engenharia Sanitária logo que saí da faculdade. “Nada como um bom emprego público para começar a vida”, pois, não fazendo tempo integral, sobrava sempre meio dia para me dedicar ao escritório que já possuía, desde os últimos tempos do curso, escritório impulsionado pelo projeto do teatro de Maria Della Costa.

Trabalhei dezoito anos naquela repartição estadual, aprovando projetos, sobretudo plantas de loteamentos, e lá tive como chefe uma pessoa excepcional, o engenheiro Heitor de Souza Pinheiro, homem que me ensinou tudo sobre conforto ambiental, questões de ventilação natural das construções, de insolação, de isolamento térmico, tudo com base na física aplicada. Tinha a “explicação científica” para os elementos de composição arquitetônica peculiares ao empirismo dos mestres-de-obras nas construções tradicionais do passado brasileiro. Possuía, desde os seus tempos da Politécnica, misteriosos livrinhos, cujas tabelas a toda hora consultava com os óculos postos na ponta do nariz comprido. Era um doce. Aprendi demais com ele e dele ganhei um exemplar da celebrada *Revista de Engenharia*, obra raríssima que até hoje consulto quando trato da arquitetura paulista do começo do século. Os vários números estão encadernados num só volume, providência dos próprios editores, tendo sido ele um deles, todos estudantes formados em 1912, ano decisivo quanto aos “melhoramentos” de São Paulo, quando a Câmara contratara o arquiteto francês Bouvard para ordenar as intervenções urbanas amparadas pelo dinheiro do café. Tornei-me, naqueles dezoito anos, um *expert* em códigos e um chato com olhos de lince, que descobria com facilidade incrível deslizes gráficos ou erros propositais nas complicadas plantas de urbanização que deveriam sempre estar rigorosamente dentro das leis vigentes, estaduais e federais. No começo, eu me irritava bastante, mas depois acabei me acostumando com as propostas de suborno que sistematicamente recebi das grandes imobiliárias nos primeiros anos de trabalho, mas a probidade, característica permanente do meu comportamento, logo fez que se espalhasse a notícia do exame infalível que eu fazia nos complexos desenhos, marcando com lápis vermelho todos os senões encontrados. Com isso, criei o costume das consultas prévias, porque ninguém desejava mais receber os chamados “Comunique-se”, o verbo transformado em substantivo que a todos assustava, pois ali estavam arroladas as infrações por mim

anotadas. A paciência com que destrinchava aqueles planos, talvez a tenha trazido dos tempos de pesquisa no Arquivo do Estado. O rigor e a imparcialidade de minha atuação, ao contrário do que se pode pensar, fez que me tornasse verdadeiro amigo de vários desses profissionais, engenheiros e topógrafos, dependentes dos carimbos aprovativos da Engenharia Sanitária.

Um dia, em 1969, exultei ao saber da criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (Condephaat), comandado pela *socialite* Lúcia Piza Figueira de Mello Falkenberg. É que há muito tempo sonhava com um órgão semelhante ao SPHAN atuando no âmbito estadual, onde eu pudesse trabalhar e, assim, aliar meus temas ligados às aulas de história da arquitetura brasileira na FAU às ocupações preservacionistas vinculadas ao nosso patrimônio arquitetônico estadual. Seria a sopa no mel.

Lúcia Falkenberg era uma pessoa singular, no entanto, sem maiores dotes intelectuais ou cultura dirigida às questões atinentes à conservação de monumentos. Dedicou-se de corpo e alma à salvação do nosso patrimônio arquitetônico. No fundo, era uma saudosista com extrema força de vontade preservacionista sem, contudo, uma orientação digamos erudita ou calcada nas teorias já expostas amplamente em bibliografia especializada, sobretudo nas publicações da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). Uma amadora de boas intenções movida pelo saudosismo, o sentimento que às vezes redundava em movimentos tendentes a venerar o passado, com certa dose de xenofobismo aliado a posições reacionárias como as que percebemos nos discursos de Ricardo Severo chamando a atenção da sociedade quatrocentona paulistana para as qualidades da nossa “raça”.

Temos que entender que o neocolonial de Severo foi uma reação à arquitetura eclética historicista trazida pelos imigrantes chamados pelo dinheiro do café. Aos estilos neo-renascentista, neoflorentinos, neogóticos, às construções mouriscas ou arabizantes, aos chalés tirolezes dos estrangeiros aqui enricados, demonstrando, antes de tudo, a saudade de suas terras de origem, o brasileiro haveria de contrapor a arquitetura própria de seus avós, pois a ancestralidade lusitana estava a clamar por sua presença na cidade afogada nas manifestações dos alienígenas ganhadores de dinheiro e indiferentes à nossa querida nacionalidade. O estilo colonial vingou de modo avassalador, mormente na classe média da década dos anos 20, e nunca mais deixou de ser empregado aqui e ali. Quando o modernismo, inaugurado com o estilo *art déco*, passou a interessar à sociedade, e depois que ficou chique ter casas modernas projetadas por arquitetos de renome, exacerbou-se curiosamente o inte-

resse pelas construções originais da arquitetura tradicional. O saudosismo deixou de comandar hegemonicamente as construções para se voltar com mais dedicação à defesa dos restos da arquitetura antiga, tanto a urbana como a rural, principalmente velhas casas de fazenda. A verticalização de São Paulo assustava. De um dia para o outro, importantes palacetes da oligarquia cafezista eram postos abaixo. Lúcia Falkenberg se inseria nesse time envolvido com a defesa daquele patrimônio em perigo. Saudosismo preocupado com o resgate da obra de nossos avós desbravadores do sertão inculto, abridores de fazendas e impulsionadores do progresso.

Lúcia Falkenberg, com sua determinação, conseguiu o que literatos e intelectuais da maior seriedade, como Paulo Duarte, não conseguiram: uma lei estadual protegendo nosso patrimônio cultural e dela nasceu o Condephaat.

Esse órgão estadual foi instalado, em precaríssimas condições, em janeiro de 1969, no edifício onde já estava funcionando a também recém-criada Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo, na avenida Paulista. Lá procurei dona Lúcia, como a chamava. Já nos conhecíamos, pois fizera algumas conferências em ciclos de palestra patrocinados pelo Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga, entidade por ela fundada com o fito de promover movimentos culturais e preservar monumentos situados naqueles dois municípios. Ficou satisfeitíssima com o meu desejo de trabalhar em sua instituição, sobretudo porque precisava mesmo de um “técnico” para analisar edifícios em estudo para tombamento e dar pareceres nos processos. Aconteceu que eu tão-somente conhecia bem história da arquitetura brasileira, entendia de técnicas construtivas tradicionais, havia elaborado um dicionário, mas não sabia nada de preservação de monumentos e tampouco era instruído nessas questões envolvendo a memória, a cultura material, artefatos em geral etc. Nós dois formávamos um par de cegos, um a guiar o outro, sendo que eu era o único auxiliar ali disponível. Depois de alguns meses é que chegou um escriturário. Até hoje me envergonho de meus pareceres peremptórios julgando o que devesse ser tombado ou ser descartado e nem sempre eram levados a sério pelo conselho presidido por dona Lúcia. Confesso que, às vezes, exagerava bastante em minhas ponderações, chegando mesmo ao atrevimento quando procurava espicaçar um conselheiro que não tolerava, principalmente devido ao seu comportamento pautado por intrigas, mas era o seu modo de se expressar descuidado que me levava volta e meia a enfrentá-lo. Tripudiei quando li numa sua justificativa de tombamento que a moradia ilustre ali descrita possuía, nos banheiros, “torneiras niqueladas a ouro”. Outra vez, escreveu na capa de um processo que certo imóvel a ser tombado era um “sobradão colonial construído em 1842”

pelo coronel fulano de tal. O primeiro conselho do Condephaat era bastante heterogêneo⁵ quanto ao pensamento de seus membros, que armavam discussões enormes sobre assuntos os mais inexpressivos. Luís Saia primava por ser sistematicamente do contra, urdia polêmicas incríveis só para contrariar ou emperrar o andamento dos autos. Volta e meia pedia vistas de processos e não os devolvia, a não ser quando muito pressionado. Com justa razão, detestava dona Lúcia, que, ao constituir o Conselho, foi ao Rio pedir ao dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade que indicasse um representante do SPHAN carioca; não queria Saia de modo algum por ser ele, antes de tudo, muito malcriado, além de ser comunista de antevisto convívio difícil. O dr. Rodrigo naturalmente não atendeu à sugestão, dizendo não ser ética a escolha de outra pessoa e que Saia era o representante natural do SPHAN. Daí o clima de antagonismo entre eles. Como a maioria das solicitações de tombamento era composta de argumentos realmente descabidos, o comportamento contraditório do arquiteto sempre estava justificado e contando com permanente aquiescência de Paulo Duarte. Nesse clima tenso, pleno de pequenas perversidades surgidas aqui e ali entre os conselheiros, que nunca se afinavam, começou a funcionar o nosso Condephaat. Dona Lúcia, por razões óbvias, não foi capaz de arregimentar cúmplices solícitos dentro das entidades representadas no Conselho. No entanto, com muita calma e finura, engoliu muitos sapos e volta e meia levava desaforos para casa. Devido a isso e também por causa da precariedade das instalações, da falta de infra-estrutura e da carência de funcionários, o Conselho deixou de atuar por sete meses e, quando reiniciou os trabalhos, os nossos queridos Almeida Salles e Paulo Duarte foram substituídos respectivamente por um

-
5. O primeiro conselho do Condephaat foi composto por:
- Arnaldo Dávila Florence, representante da Cúria Metropolitana;
 - Abelardo de Abreu, arquiteto, representante do IAB;
 - Lúcia Falkenberg (presidente), representante do IHGGB;
 - Aureliano Leite, representante do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo;
 - Francisco de Almeida Salles, representante da Secretaria da Cultura;
 - Vinícius Stein Campos, representante do Serviço de Museus Históricos da Secretária da Cultura;
 - Luísa Saia, representante do SPHAN;
 - Nestor Goulart Reis Filho, representante da FAU-USP;
 - Paulo Duarte, representante do Instituto de Pré-História da USP.
- O Condephaat funcionou com essa representatividade de janeiro de 1969 até setembro de 1970. Esteve paralisado desta última data até março de 1971. Daí em diante, Almeida Salles foi substituído por Aldo Losso e Paulo Duarte, por Eurípedes Simões de Paula.

burocrata sem maiores predicados para o cargo e por Eurípedes Simões de Paula, professor de História da USP, mas sem interesses significativos pela arqueologia paulista, o assunto primordial de Paulo Duarte.

O clima reinante na Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo era bastante confuso e percebia-se que ali ninguém mandava em ninguém. Era, como dissemos, uma Secretaria recém-criada e, ao contrário das outras antigas, como a da Justiça, a da Agricultura ou a da Saúde, não tinha um corpo de funcionários competentes trabalhando harmoniosamente dentro duma metodologia administrativa experimentada há gerações por pessoas capacitadas e concursadas. O corpo de servidores do novo órgão governamental era heterogêneo e despreparado, formado por gente “catada” aqui e ali e dizia-se mesmo, à boca pequena, que muitas daquelas senhoras pintadíssimas e carregadas de bijuterias circulando pelos corredores eram nada mais que amantes dos deputados que haviam votado a favor da criação, na Assembleia, do referido órgão da administração estadual.

O Condephaat mesclou-se muito bem nesse ambiente à medida que foi recebendo funcionários. Os trabalhos se arrastavam penosamente e logo foi percebida a inconveniência política de nossa atuação. É claro que ninguém queria ter imóveis tombados, e todos os dias chegavam recursos contra essa providência. Só as igrejas ditas históricas eram tombadas sem impugnações. Certo dia, por exemplo, li estarecido no *Diário Oficial* o destombamento do venerando sobrado de taipa de pilão onde estava instalada a Prefeitura de São Roque. Dona Lúcia e eu descemos à sede da Secretaria para que nos explicassem aquela atitude tomada na calada da noite. O chefe de gabinete, muito elegante e polido, justificou-se alegando falta de verbas para o conserto do telhado parcialmente desabado e daí o destombamento. Argumentei que a cobertura comprometida pelo cupim era a da casa vizinha, antiga morada do barão de Piratininga. Aí, surpreso, ele bateu com a mão na testa e disse: “Nossa, destombamos prédio errado; precisamos prevenir já fulano, ele vai assinar agora contrato com o Banco do Brasil e não pode”. Conseqüência: trocou-se o endereço do destombamento. Logo depois, o prédio da Prefeitura foi demolido, sendo alegada a sua insegurança. Poucas semanas após esse incidente, vejo dona Lúcia entrar na sala com os olhos marejados, mas se percebia claramente o ódio instalado atrás das lágrimas. Disse-me que havia sido tratada pelo secretário como se fosse alguma daquelas espevitadas que perambulavam pelos corredores do prédio, pois, ao ser introduzida no gabinete para a audiência previamente marcada, deparou-se com o homem todo desalinhado e com os pés sendo tratados por uma pedicura muito à vontade. Ele achava mais que natural dar expediente naquelas condições. Nossa vida

não era fácil. Lembro-me como se fosse agora do convívio com o escriturário surgido para nos ajudar, muito amigo de um bom copo e que volta e meia aparecia mais alegre do que convinha. Certo dia, no Paço das Artes, que funcionava no térreo da Secretaria, numa homenagem a Tarsila do Amaral, o nosso ébrio caiu sobre a artista, derrubando-a da cadeira de rodas. Relembro todos esses fatos para situar o caro leitor na ambiência onde medrou a semente saudosista de dona Lúcia. Desse início penoso resultou um órgão quase sempre destituído de autoridade, acostumado a aceitar passivamente fatos consumados contrários às suas determinações, sobretudo em ocorrências nas ditas “áreas envoltórias” de monumentos tombados. Órgão cujos tombamentos nem estão devidamente legalizados, porque nunca foram inscritos às margens dos livros de registro de imóveis. Órgão sempre falto de funcionários adequados na quantidade desejável, que nunca chegaram a ter uma orientação segura que fosse dona de uma determinação política ou conceituação nascida de teorizações pertinentes. Foram vãos os esforços permanentes do conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses, em sucessivos grupos de trabalhos, no sentido de estabelecer diretrizes definitivas ao Condephaat, afinadas com as modernas teorias relativas às questões da memória e da cultura material.

Há anos que saí de lá, mas acredito que o panorama das atuações ainda seja o mesmo. Sempre administrado, nos tempos de minha estada, por pessoas na verdade destituídas da necessária formação intelectual que a responsabilidade do órgão sempre exigiu. É claro, existiram as honrosas exceções e aqui não podemos olvidar a dedicação e inteligência de Antônio Augusto Arantes e de Modesto Carvalhosa na presidência do Conselho e nem a operosidade de José Mindlin e de Jorge Cunha Lima na Secretaria da Cultura. É claro, também, que devemos fazer justiça às atividades normais dos conselhos sucessivos que, aos poucos, foram se homogeneizando quanto aos interesses preservacionistas, sendo raros os votos dissonantes, tão comuns nos primeiros anos. Justiça também a quatro ou cinco auxiliares técnicos que, depois de algum tempo, passaram a auxiliar-me com dedicação em algumas obras de restauração, no exame de processos e em vistoria a monumentos. Testemunhei o empenho de todos em duas ou três oportunidades na luta vitoriosa pela salvaguarda de bens culturais em perigo. São inesquecíveis as defesas da integridade do Instituto Caetano de Campos, ameaçado pelo Metrô, e da Estação da Luz, alvo de especuladores desejosos de transformá-la em shopping center, fundindo uma grande laje no térreo da gare, acima do leito inferior dos trilhos. Mas, repetimos, a falta de autoridade sempre enodoou a imagem do Condephaat. Secretários houve que nunca lá puseram os pés e tampouco receberam conselheiros aflitos com o engavetamento de

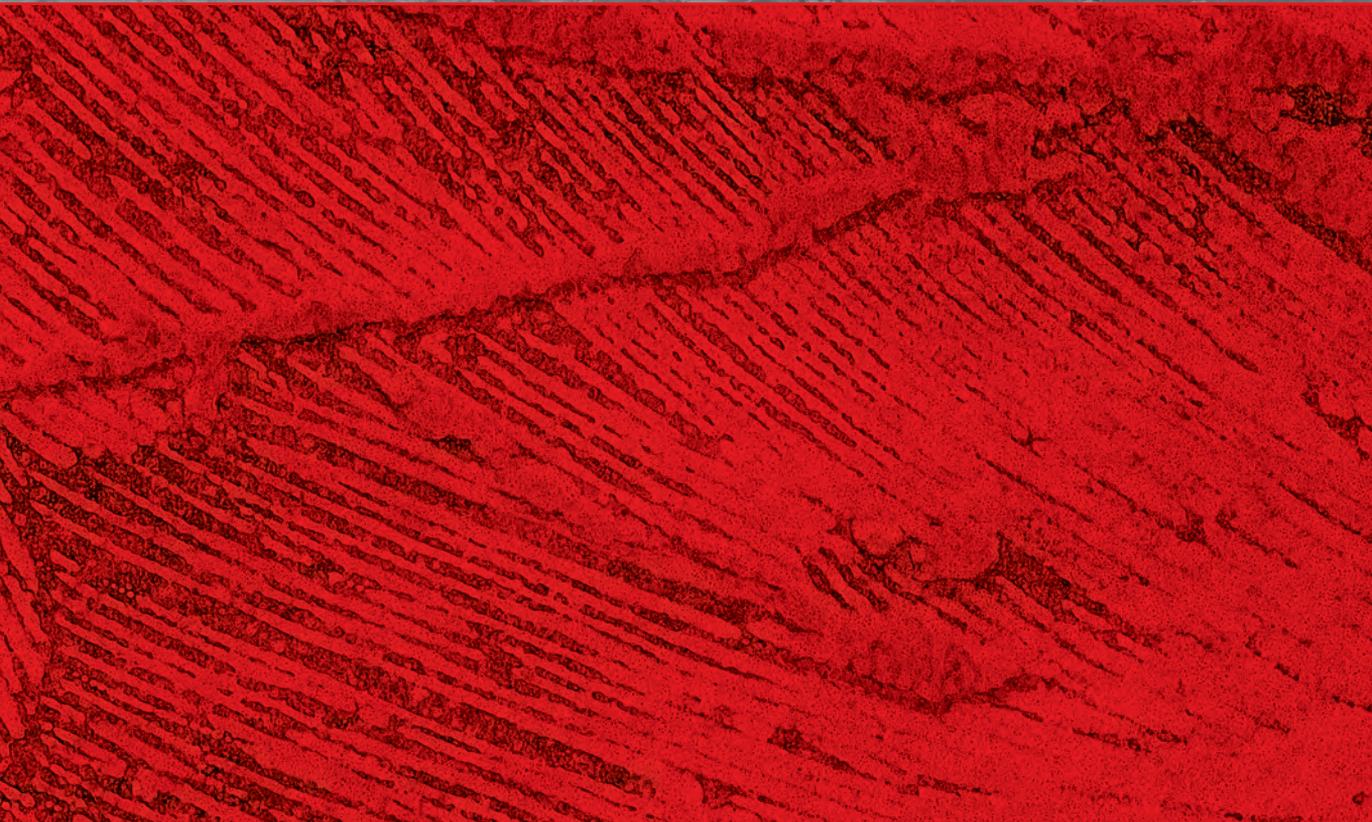
processos de tombamento. Cerca de dez anos foi o tempo em que trabalhei e sobrevivi naquela repartição, sempre desprestigiada, dela saindo de cabeça erguida para exílio no Museu de Arte Sacra, onde cuidei de suas museologia e museografia a pedido do folclórico padre Godinho.

Pelo visto, aprendi muito no Condephaat com o convívio de pessoas de todas as jaezes e variados interesses, mas foi também lá que estudei bastante para superar minhas deficiências de embasamento teórico nos trabalhos de preservação. Continuamente, vivendo e aprendendo. Em 1974, por exemplo, o SPHAN, a FAU e o Condephaat proporcionaram um curso pioneiro de aperfeiçoamento dirigido aos professores e técnicos do Brasil envolvidos com questões de restauração e conservação de monumentos históricos, quando tive a oportunidade de ser esclarecido definitivamente sobre uma série de dúvidas e de aprender sobre as relações necessárias que existem entre os bens culturais e seus ambientes de criação. Pela primeira vez, alguém me ensinou coisas sobre ecologia e, acima de tudo, sobre ecossistemas. As aulas do professor Hugues de Varine-Bohan marcaram-me para sempre. Depois, em 1978, eu, como professor da FAU, organizei um curso de “Preservação do Patrimônio Ambiental Urbano”, de 240 horas de duração, no qual ministraram aulas profissionais ilustres com os quais também aprendi bastante. Foram fundamentais as aulas de Adriano La Regina, da superintendência dos monumentos de Roma; de James Marston Fitch, arquiteto americano da maior competência nesse mister de adequar velhas construções às novas funções contemporâneas; do já mencionado Ulpiano Bezerra de Meneses, o erudito professor que me abriu os olhos para as coisas da cultura material.

Enfim, saí do Condephaat sabendo muito mais do que sabia quando entrei e, na verdade, não só cumpri melhor a minha obrigação de funcionário, mas também usei toda a bagagem cultural naqueles anos acumulada para aperfeiçoar a minha atuação no magistério e na tarefa de escrever livros didáticos. Mas tenho que confessar não ter sido rápida a aplicação na vida prática desses novos conhecimentos. Volta e meia me surpreendia fazendo juízos de valor contrários às regras aprendidas. Lembro-me bem, por exemplo, da vergonha íntima que me assomou quando fui alertado pela minha filha Maria Isabel, menina de nove anos, quando passeávamos de carro nas dunas lindíssimas nos arredores de Fortaleza. Naquele mar branco e refulgente de areia fina batida pelo sol, ao lado do verdadeiro mar fazendo no horizonte uma luminosa barra verde, me veio à mente ali um hotel turístico. Mal expressei minha idéia, ela retrucou: “Se houvesse aqui um hotel, haveria também muitos carros e muita gente e aqui não seria como é hoje”. Calei-me.

A grayscale microscopic image of biological tissue, showing various cellular structures and patterns. The image is semi-transparent and overlaid on a dark blue background at the top of the page.

Capítulo Final



Não sei bem por quê, ultimamente, quando li a poesia de Carlos Drummond de Andrade, que serve de epígrafe deste livro, me vieram à cabeça as questões de semelhança fisionômica guardada entre parentes, entre avôs, pais e filhos, em cujas fotografias a gente sempre procura parecenças comprovantes da consangüinidade. Acontece que a maioria das semelhanças físicas não aparece nas fotos, até porque não são permanentes, expressam-se ocasionalmente num momento fugaz, conforme a hora, conforme o estímulo. Certas semelhanças são estáveis; todos dizem que tenho o corpo, a postura de meu pai, por exemplo. Pelo resto da vida serei como ele, depois que perdeu a sua cintura de dançarino espanhol. E, no entanto, somente uma vez, em frações de segundo, num reflexo em vitrine de Nova York, encarei meu avô Avelino envolto em sobretudo preto, com fiapos de neve no chapéu e nos ombros e, quando vi que ele era eu mesmo espelhado, sorri pensando nele com carinho. Outros acham que me pareço com minha mãe, não bem no físico, mas nas atitudes acompanhadas de igual ironia a irritar pessoas melindrosas.

Creio mesmo que o nosso corpo, incluindo semblantes e inteligências múltiplas, constitui a média ponderada dos milhares ou milhões de corpos, fisionomias e inteligências de nossos ancestrais. Estão todos eles presentes na gente dia e noite. Inclusive nos sonhos. Os variados traços fisionômicos herdados, todos eles, certamente não comparecem nas esmaecidas fotos dos álbuns de família, só alguns, os indisfarçáveis. Nem todas as inúmeras mensagens transmitidas pelas diversas posições das sobranceiras, pelo brilho dos olhos, pelas contrações dos lábios e pelos gestos variados são captadas pela câmara fotográfica através de seu rapidíssimo obturador, e infinitas expressões faciais não podem ao mesmo tempo ser recolhidas no instante fugidio em que se abre a objetiva. Ficam só as planejadas e convenientes. Somente o cinema pode fixar a sucessão interminável de expressões e pos-

turas que caracterizam cada um de nós. Na média ponderada atrás aludida, o meu pai pode estar mais presente na minha fisionomia, mas quando eu volto os olhos para encarar alguém ou quando rio satisfeito ele pode estar sendo substituído, momentaneamente, por algum ancestral lá de longe.

Quando tinha meus dezoito anos, por exemplo, fui a Sorocaba na companhia do nosso amigo querido Arthurzinho Guimarães, que estava interessado numa antigüidade anunciada como muito vantajosa quanto ao preço estipulado. Depois de algumas visitas, fomos parar na casa modesta de uma preta velha de cabelos de algodão, que estava oferecendo um lampião muito bonito, que acabei comprando. Arthurzinho, por sua vez, perguntou se ela possuía oratório ou imagens antigas. Respondeu que não porque era presbiteriana. Quando ouvi essa declaração, falei de minha avó “nascida em Sorocaba, que também era protestante, cujo pai...”. Não cheguei a terminar a frase e ela emendou: “... filha do reverendo Antônio Pedro, o melhor homem que conheci na minha vida. Dele, nunca esquecerei. Você tem os olhos dele. Quando você entrou vi que não era estranho”. E começou a chorar. Também me comovi, mas não atinei naquele instante com a importância daquela identificação. Fazia sessenta anos que Antônio Pedro saíra de Sorocaba para morrer no Rio.

A poesia de Drummond também me remeteu aos velhos pacotes de notas, apontamentos e cartas que recolhera na mocidade, quando estava vivamente interessado pela nossa genealogia e pela história de meus antecessores. Aquilo dera muito trabalho, não só para mim, mas para Carlos da Silveira, José Guimarães, Ari Florenzano, e para oficiais de cartório que volta e meia consultava e de padres vigários de cidades do Sul de Minas e Goiás, sempre importunados mas delicados nas suas respostas. Papelada esquecida em armários nunca abertos que, subitamente, me levou ao remorso por nunca ter sido aproveitada. Um desperdício lamentável. Aproveitada como? Vi que não teria muito futuro um texto narrando vidas destituídas de interesse maior a outras pessoas que não fossem parentes próximas. Mas logo me veio à mente aliar às crônicas familiares e biográficas dos antigos o testemunho de meus pendores, vocações e evocações, aproveitando esse gancho da “viagem pela carne”. Essa é, mais ou menos, a história da gênese deste texto de memórias.

A esmagadora maioria das pessoas, no entanto, tem uma reduzida curiosidade a respeito de seus antepassados, praticamente nada sabem sobre eles e vivem a vida normalmente, como podem ou sabem, amando, aprendendo, trabalhando e procriando, viajando no tempo. Nunca passa por suas cabeças avaliar a sua

autocapacidade de sobrevivência buscando explicações nas cargas genéticas recebidas de seus pais. Aliás, no cotidiano, a palavra “pai” assume conotação que pode dispensar vínculo biológico. Máximas populares dizem mesmo que “são pais os que criam, e não os que procriam”; “mãe é a que cria, e não a que pare”. E, nesse jeito de criação, o indivíduo cresce captando e assumindo posturas familiares em sua totalidade. Não mostra o enorme nariz adunco de pai posição ou os olhos verdes da mãe de criação, mas chega até a adotar trejeitos ou tiques nervosos deles. Conheci mãe e filha adotiva que roíam desbragadamente as unhas.

As inteligências múltiplas entre as pessoas, às vezes, podem ser coincidentes em iguais intensidades e qualidades, podendo ocorrer, então, mesmas aptidões entre perfilhantes e perfilhados. Em outras ocasiões, os pais de criação divergem em tudo dos filhos assumidos. E os filhos de pais não sabidos estão, dia-a-dia, se descobrindo a si próprios, com enorme satisfação interior ou, então, malquerendo seus destinos e seus desatinos.

Seja como for, todos os leitores já perceberam, ou já sabiam desde o início deste texto, que minhas divagações sobre a viagem pela carne são completamente inúteis na vida prática. Mas me ocorreu escrevê-las, e as escrevi.

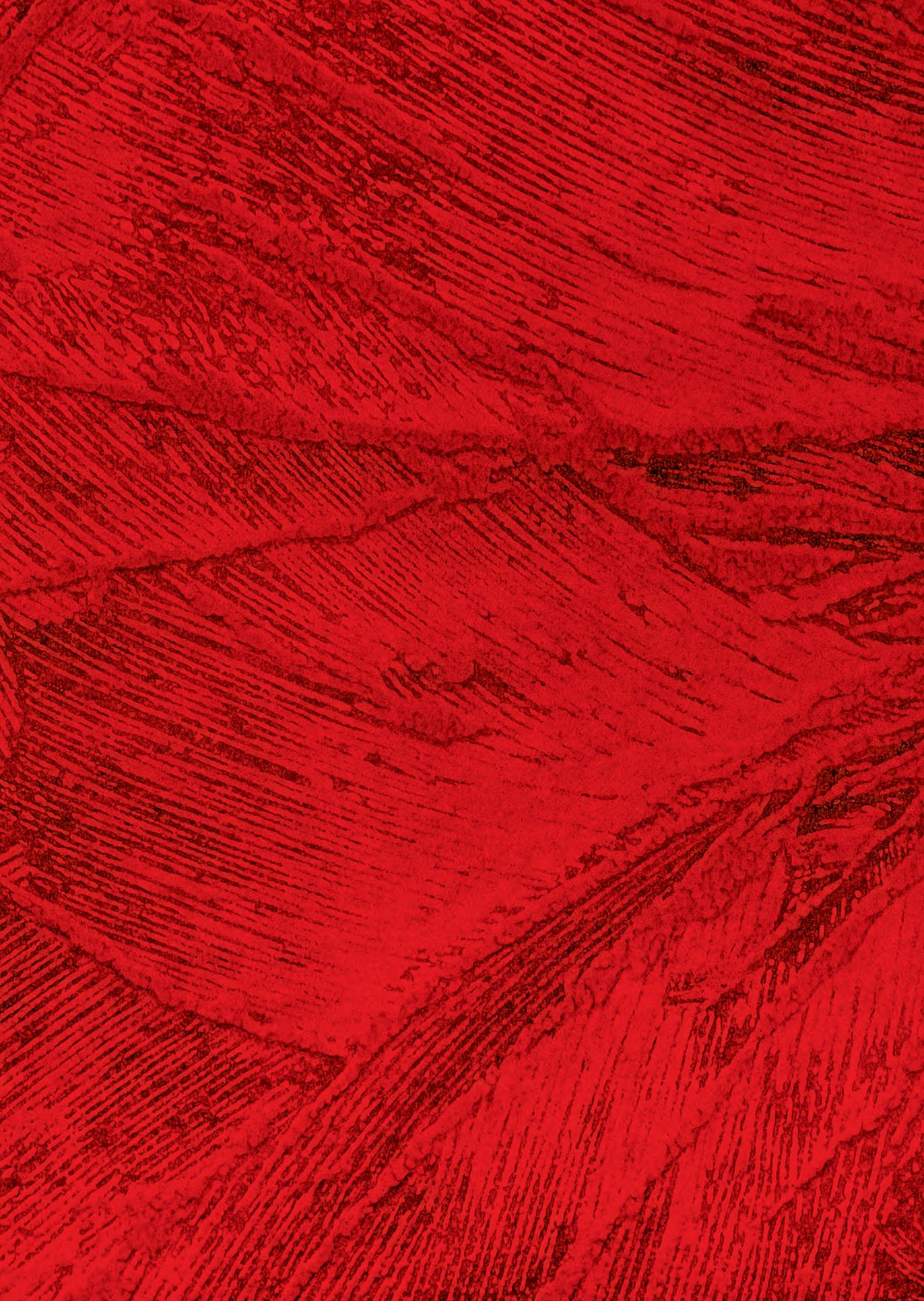
<i>Título</i>	<i>Viagem pela Carne</i>
<i>Autor</i>	Carlos A. C. Lemos
<i>Produção Editorial</i>	Liga Editorial
<i>Capa, Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica</i>	Liga Editorial
<i>Revisão de Texto</i>	Cláudia Cantarin
<i>Revisão de Provas</i>	Alípio Correa Franco Marilena Vizentin
<i>Divulgação</i>	Regina Brandão Adriana Marcelle de Andrade Rodrigo S. Falcão
<i>Secretaria Editorial</i>	Eliane dos Santos
<i>Formato</i>	18 x 25,5 cm
<i>Tipologia</i>	Minion
<i>Papel</i>	Cartão Supremo 350 g/m ² (capa) Couché 120 g/m ² (miolo)
<i>Número de Páginas</i>	248
<i>Tiragem</i>	1500
<i>Digitalização, Tratamento de Imagens e Fitolitos</i>	GSystem Serviços Gráficos
<i>Impressão e Acabamento</i>	Imprensa Oficial do Estado

A Edusp é filiada à

ABDR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITOS REPROGRÁFICOS

CÓPIA NÃO AUTORIZADA É CRIME





Neste livro, o arquiteto e professor da FAU-USP Carlos A. C. Lemos pela primeira vez abandona os temas ligados à história da arquitetura e à preservação do patrimônio de bens da cultura material, em especial construções e obras da arte sacra, sobretudo a popular, para discorrer, no campo da memorialística, sobre suas experiências no setor do aprendizado ou da sua formação intelectual e artística. Basicamente procura nos pendores dos participantes de sua ancestralidade (daí a expressão “viagem pela carne” inspirada pelo poeta Carlos Drummond de Andrade) a justificativa para a sua amorosa dedicação ao magistério que, em 2004, completou ininterruptos 50 anos.

Seis tópicos definem os assuntos principais desta obra: artes plásticas em São Paulo; história da arquitetura; preservação do patrimônio cultural; sociedade paulista nos séculos XIX e XX; educação em São Paulo e memorialística. O autor trata sobretudo de sua incursão no desenho e na pintura; narra as questões do ensino da arquitetura, além de divagar sobre sua produção profissional e de contar as ocorrências relativas aos projetos de Oscar Niemeyer em São Paulo; testemunha o nascimento do Condephaat onde atuou por cerca de doze anos e descreve a vida de seus ascendentes, de modo especial de seus bisavós, avós e pais, buscando captar o teor de suas vocações e respectivos comportamentos na sociedade.

Enfim, este livro é o testemunho de um paulistano que acompanhou o crescimento de sua cidade nos três últimos quartéis do século XX, período de espantoso desenvolvimento tecnológico permeando o cotidiano das pessoas, dos remediados, ricos e muito pobres; quando a comunicação eletrônica ensina tudo a todos enquanto os bens e recursos são mal distribuídos pela população, num clima de frustrações mil. Nesse quadro, o autor fez opções importantes na sua vida profissional, como confessa nestas memórias de agradável leitura.